

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

*Et tu, Brute!*

À procura das origens do imperativo humanitário no jogo de poder

Henrique Paiva Nascimento da Silva

Rio de Janeiro

2019

HENRIQUE PAIVA NASCIMENTO DA SILVA

*Et tu, Brute!*

À procura das origens do imperativo humanitário no jogo de poder

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Fiori

Rio de Janeiro

2019

## FICHA CATALOGRÁFICA

S586 Silva, Henrique Paiva Nascimento da  
*Et tu, Brute: À procura das origens do imperativo humanitário no jogo de poder*  
/ Henrique Paiva Nascimento da Silva. – 2019.  
207 p. ; 31 cm.

Orientador: José Luís Fiori  
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de  
Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2019.  
Bibliografia: f. 195-207.

1. Política internacional. 2. Imperativo humanitário. 3. Humanitarismo. I. Fiori,  
José Luís, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de  
Economia. III. Título.

CDD 327.1

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Lucas Augusto Alves  
Figueiredo CRB 7 – 6851 Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

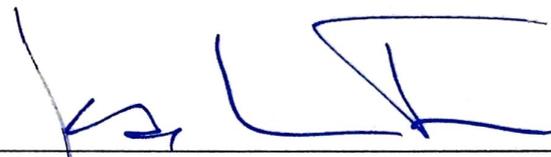
HENRIQUE PAIVA NASCIMENTO DA SILVA

*Et tu, Brute!*

À procura das origens do imperativo humanitário no jogo de poder

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2019, no *campus* da Praia Vermelha, da UFRJ.



---

Prof. Dr. José Luís Fiori (Orientador, IE-UFRJ)



---

Prof. Dr. Franklin Trein (IFCS-UFRJ)



---

Prof. Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida (INEST-UFF)



---

Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo (IRID-UFRJ)



---

Prof. Dr. Luiz Felipe Brandão Osório (DHRI-UFRRJ)

Dedico aos heróis trágicos, que orientam sua energias criativas  
ao socorro humanitário imediato dos grupos sociais mais vulneráveis,  
mas permanecem ciosos de suas contradições.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Helicéa Paiva e José Henrique, por todo amor incondicional e dedicação imensurável, estando sempre ao meu lado em todas as circunstâncias; à minha companheira Amanda Zúniga, pelo abrigo amoroso e desvelo paciente; aos familiares, em particular meus irmãos Rodrigo e Camile Paiva, e suas lindas famílias: Ellen Campos, Arthur Paiva e Daniel Berrini, por todo amor e carinho; aos meus avós (*in memoriam*) pelo privilégio da convivência e profundos ensinamentos; ao amigo Leandro Gavião, pela presença generosa e sincera; e a Cleonice Marinho, pelo zelo carinhoso na infância. Sem o amor dessas pessoas, nada disso teria sido possível.

Agradeço aos meus amigos de infância; de colégio; da caserna, particularmente, Daniel Couto Silva, Daniel Guimarães, Vitor Porto, Alexandre Moreira e Marcelo Araújo; e da academia, sobretudo, o pessoal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Católica de Petrópolis, em particular: Vanessa dos Santos e Luiza Bizzo. Agradeço aos amigos mais próximos nesse momento da vida, o núcleo Itamaraty: Alexandre Rosa, Ana Corrêa, Ariane Olchewski, Beatriz Nascimento, Bruna Drubi, Francisco Moreira, Denise Cruz, Fabiana Fabri, Fábio Scovino, João Daniel Moreira, Julia Nemirovski, Laila Saber Franco, Leonardo Cardote, Marcelo Velloso, Marília Maciel, Maurício Santoro, Paulo Velasco, Paulo Telles, Pedro Burger, Rane Souza, Tanguy Baghdadi; o núcleo FFP: Armando Dantas, Caroline Moreira e Leandro Aguiar; e o núcleo Petrópolis: Tiago Sales, Sara Patriota, Gabriella Bento, Matheus Marreiro, Natasha Benevides; e a todos os demais amigos que não nomeei, mas que certamente me ajudaram a chegar até aqui.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, da UFRJ, pela extraordinária jornada de emancipação intelectual crítica, que ampliou meus horizontes e me fez enxergar as dinâmicas internacionais de um modo surpreendente e instigante. Agradeço especialmente ao professor José Luís Fiori por percorrer caminhos intelectuais ousados, trazendo à tona uma agenda de pesquisa arrojada que ultrapassa as barreiras disciplinares, criando um ambiente intelectualmente estimulante para se pensar o jogo de poder. Certamente, essa tese é o resultado da tentativa de acompanhar os esforços de pesquisa protagonizados pelo professor Fiori, que sempre me estimulou e transmitiu muita confiança nessa jornada. Os momentos de epifania durante o seminário sobre a guerra, a paz, a ética e a ordem internacional permitiram que eu encontrasse o objeto de pesquisa e principalmente a abordagem teórica que pretendo me debruçar pelos próximos anos. Sem a orientação firme, segura e paciente do professor José Luís Fiori nada disso teria sido possível. Professor Fiori, minha gratidão eterna por tudo que o senhor fez por mim.

Agradeço aos professores Raphael Padula e Daniel Barreiros pela direção atenciosa e competente do programa, bem como a dedicação da secretaria. Agradeço aos demais professores que tive a honra de ser aluno: Eduardo Crespo, Franklin Trein, e Maurício Metri. Agradeço a amizade sincera dos colegas pepianos: André Marinho, Bernardo Rodrigues, Bruno Hendler, Carolina Fontes, Clarissa Gotelipe, Cláudia Vater, Daniel Vainfas, Daniel Kosinski, Diego Pizetta, Felipe Batista, Fernando Teixeira, Frederico Marinho, Gustavo Dall'agnol, Gustavo Ribeiro, Hélio Farias, João Miguel Villas Bôas, Juliano Fiori, Marco Cecílio, Marta Skinner, Nikola Pariskova, Larissa Rosevics, Luiz Felipe Brandão Osório, Paulo Vitor Lira, Rafael Seabra, Ricardo Zortea, Rose Martins e Tiago Appel. Essa presença amiga durante o doutoramento fez dessa trajetória um caminho mais feliz.

Agradeço ao professor Franklin Trein por toda enorme bagagem de erudição compartilhada com desvelo sem igual e pelo grande exemplo de professor afetuoso que me inspira; ao professor Fernando Roberto de Freitas Almeida, por ter me ensinado a trazer contribuições provocativas, brilhantes e heterodoxas para a sala de aula, mantendo a firme disposição na luta pelo ensino intelectualmente crítico, com uma dedicação ímpar aos seus alunos; ao professor Luiz Felipe Brandão Osório, pela generosidade e perspicácia em temas críticos, que me ajudaram muito a expandir meus horizontes; ao professor Eduardo Alberto Crespo, pelo constante estímulo a perseguir uma abordagem cativante do meu tema de pesquisa, confiante no meu trabalho e sempre me trazendo leituras revolucionárias, fundamentais no resultado final da tese. Esses grandes mestres são uma grande inspiração para mim e desempenham um papel relevante na forma como tento exercer a missão docente.

Agradeço aos colegas docentes e aos alunos queridos de Defesa e Gestão Estratégica Internacional e do Instituto de Relações Internacionais e Defesa, em especial, as professoras Maria Isabel Sampaio dos Santos e Sandra Becker, mas também Adriana Marques, Carlos Eduardo Martins, Cleyton Gerhardt, Daniel Negreiros Conceição, Daniele Dionísio, Diogo Dario, Eduardo Crespo, Elídio Marques, Emerson Maione, Fernando Brancoli, Flávia Guerra, Flávio Combat, Gabriel Schutz, Gilberto Oliveira, João Bosco, Leonardo Valente, Maurício Metri, Pedro Rocha e Vitor Iório. Esses companheiros de jornada ocupam um espaço relevante nas redes de afeto que permeiam a rotina de trabalho, criando um ambiente de respeito e de compartilhamento de projetos essenciais para a realização profissional e pessoal.

Enfim, a todas as pessoas que já passaram pela minha vida, os meus profundos e sinceros agradecimentos.

*Sedule curavi humanas actiones non ridere,  
non lugere, neque detestare, sed intellegere (Spinoza).*

*Tenho-me esforçado por não rir das ações humanas,  
por não deplorá-las nem odiá-las, mas por entendê-las (Spinoza)*

SILVA, Henrique Paiva Nascimento. *Et tu, Brute: a procura das origens do imperativo humanitário no jogo de poder*. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

## **RESUMO**

O imperativo humanitário desempenha um papel importante no jogo de poder contemporâneo. O uso do argumento humanitário como fundamento ético para a guerra nunca foi caso de mera instrumentalização superficial. O humanitarismo conta com suporte racional, com apelo emotivo e com heróis trágicos, que operam as ações humanitárias internacionais. Encontrar as origens do imperativo humanitário seria determinante para se compreender um aspecto crucial na disputa pelo poder global. A genealogia humanitária exige uma visão abrangente tanto histórica quanto temática, a fim de oferecer um panorama ampliado e inovador de um argumento tão evocado nas dinâmicas da política internacional. A partir dessas premissas, esta tese produzirá uma análise do desenvolvimento da ultrassociabilidade e da ultraterritorialidade na conformação de um substrato ético a orientar o imperativo humanitário no jogo de poder.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imperativo Humanitário; Longa Duração; Política Internacional.

SILVA, Henrique Paiva Nascimento. *Et tu, Brute*: looking for the origins of the humanitarian imperative in the power politics game. Rio de Janeiro, 2019. Thesis (Philosophiae Doctor in Internacional Political Economy). Institute of Economics, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

## **ABSTRACT**

The humanitarian imperative plays an important role in the contemporary power politics game. The use of the humanitarian reasoning as an ethical foundation for war has never been a case of mere superficial instrumentalization. Humanitarianism has legal-rational support, emotional appeal and tragic heroes, who operate international humanitarian actions. Finding the origins of the humanitarian imperative would be decisive in understanding a crucial aspect of the struggle for global power. Humanitarian genealogy demands a comprehensive view both historical and thematic in order to offer an expanded and innovative perspective of an reasoning so evoked in international politics dynamics. From these premises, this thesis will produce an analysis of the development of ultrasociety and the ultraterritoriality in the conformation of an ethical substrate to guide the humanitarian imperative in the power game.

**KEYWORDS:** Humanitarian Imperative; Longue Durée; International Politics.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
SECULARIZAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E SECURITIZAÇÃO .....	18
SEMÂNTICA HUMANITÁRIA .....	21
HERÓIS TRÁGICOS .....	27
<b>1 CONTRIBUIÇÕES DA LONGUÍSSIMA DURAÇÃO</b> .....	36
1.1 BIOLOGIA EVOLUTIVA E BIOGEOGRAFIA .....	36
1.2 VIOLÊNCIA E CORRIDA ARMAMENTISTA EVOLUTIVA .....	41
1.3 GENE IMORTAL E SELEÇÃO MULTINÍVEL .....	43
1.4 O SURGIMENTO DOS <i>SAPIENS</i> .....	48
1.5 PERÍODO GLACIAL E GRANDES MIGRAÇÕES .....	51
1.6 <i>SAPIENS</i> E SEUS CÉREBROS .....	59
1.7 FOGO, COZINHA, PATRILINEARIDADE E FAMÍLIA .....	64
1.8 REVOLUÇÃO COGNITIVA E EVOLUÇÃO CULTURAL .....	73
1.9 CONTRIBUIÇÕES DA LONGUÍSSIMA DURAÇÃO .....	77
<b>2 ULTRASSOCIABILIDADE E ORDEM ABSTRATA</b> .....	79
2.1 ULTRASSOCIABILIDADE .....	79
2.2 ORDEM ABSTRATA .....	84
2.3 LINGUAGEM, CULTURA, CIVILIZAÇÃO E PODER .....	91
2.4 MORAL E ÉTICA .....	93
2.5 GUERRA SANTA, GUERRA JUSTA, GUERRA HUMANITÁRIA .....	104
2.6 A CONTROVÉRSIA DE VALLADOLID .....	118
2.7 HERÓI TRÁGICO DO IMPERATIVO HUMANITÁRIO .....	126
<b>3 ULTRATERRITORIALIDADE E GUERRA EXPANSIVA</b> .....	129
3.1 SOCIABILIDADE, INTELIGÊNCIA E TERRITÓRIO .....	129
3.2 TERRITÓRIO E COMPORTAMENTO .....	131
3.3 REVOLUÇÃO AGRÍCOLA E ULTRATERRITORIALIDADE .....	138
3.4 GUERRA ANCESTRAL E GUERRA EXPANSIVA .....	153
3.5 ESCRITA E MOEDA .....	157
3.6 SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA .....	171

3.7 GUERRA E PAZ .....	174
3.8 HERÓI TRÁGICO DO HUMANITARISMO .....	181
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>184</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>195</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo encontrar as raízes do ativismo humanitário na disputa pelo poder global. O ativismo humanitário é uma importante dimensão da arena política internacional e seus fundamentos são evocados regularmente pelas potências que desejam legitimar seus projetos geopolíticos. A instrumentalização desse ativismo pelas grandes potências não se resume a mero aparelhamento ideológico superficial. A narrativa humanitária desperta emoções profundas na psique humana.

A tese aponta o conflito de interesses que decorre dessa busca por legitimação discursiva das estratégias globais das potências intervencionistas e a prática dos agentes humanitários. Entender as ambiguidades desse fenômeno que conclama valores morais para conformar um substrato ético de legitimação e de cristalização da ordem mundial é fundamental para se compreender as dinâmicas de um dos tabuleiros do xadrez geopolítico da contemporaneidade. Assinalar as incoerências dos fundamentos discursivos das grandes potências em sua cruzada humanística não invalida totalmente a profícua defesa dos direitos e garantias fundamentais dos seres humanos. A pesquisa lidará o tempo todo com a ambivalência constante dos valores humanitários.

O marco teórico apoiou-se na perspectiva do poder global, para revelar a relação entre a acumulação exorbitante de riqueza e de poder pelas grandes potências e o imperativo humanitário na conformação da ordem no sistema interestatal capitalista. O retorno da geopolítica e de sua ênfase nas guerras tradicionais e híbridas no século XXI não representam necessariamente o fim da era humanitária. A tese sugere que o sistema internacional presenciará a simultaneidade conveniente de tabuleiros distintos, operando com lógicas, valores, linguagens e arquiteturas institucionais moldadas para legitimar cada ocasião.

A metodologia empregada se propõe a realizar uma análise qualitativa e crítica, a partir da dialética das durações históricas, em uma abordagem que tenta captar a longuíssima duração darwinista, a longa duração braudeliana, o ciclo da *pax* americana e o momento de ênfase das intervenções humanitárias após o fim da Guerra Fria. A dialética das durações é um método de análise que busca compreender o fato social observado para além das disputas de narrativas contraditórias, incoerentes e traiçoeiras do tempo presente. Para isso, o evento é examinado a partir da sobreposição dialética do tempo factual, do conjuntural e do estrutural.

O tempo factual é o momento presente, o tempo curto das “oscilações breves, rápidas, nervosas” (BRAUDEL, 2016, p. XIII) da história dos acontecimentos, cuja leitura é eivada pelas paixões e expectativas. O tempo conjuntural reflete os lentos ciclos dos fatores socioeconômicos que organizam a sociedade no jogo da economia política internacional. O tempo estrutural reflete o tempo quase inerte da relação do homem com o meio geográfico, com a demografia e com os processos mentais inconscientes. A sobreposição de perspectivas em temporalidades distintas auxilia a construção de um panorama mais amplo sobre o objeto de pesquisa e permite organizar camadas de informação, antes restritas a campos de saber divididos pela especialização acadêmica, de modo que forme um todo coerente. (BRAUDEL, 1978; FIORI, 1984)

A tese não pretende responder à questão ética internacional reconhecidamente insolúvel: intervir ou não intervir? A impossibilidade de resposta, no entanto, não impede a pesquisa sobre as origens desse conflito ético internacional. Para isso a tese recorre a algo incomum na tradição anglo-saxã das Relações Internacionais<sup>1</sup>: as contribuições de longa e de longuíssima duração.

A Escola Francesa das Relações Internacionais e a Economia Política Internacional são duas correntes teóricas que valorizam as questões de longa duração no processo de análise internacional. A Escola Francesa (Pierre Renouvin; Jean-Baptiste Duroselle; René Rémond) privilegia as chamadas forças profundas: as geográficas (a relação entre posição e espaço); as demográficas (as contribuições das etapas da transição demográfica e dos movimentos migratórios); as econômicas (as dinâmicas produtivas e financeiras); a mentalidade coletiva (particularmente a ligação nacional); e as correntes sentimentais (o ânimo conflitivo ou conciliador). A Economia Política Internacional (Fernand Braudel; Immanuel Wallerstein; Giovanni Arrighi) enfatiza os aspectos estruturais na formação do sistema interestatal capitalista. De alguma maneira, essas contribuições estão presentes na tese, contudo essa pesquisa foi resgatar referências ainda mais distantes: na longuíssima duração.

Definiu-se como longuíssima duração darwinista o tempo histórico capaz de resgatar contribuições ancestrais – na revolução cognitiva, ocorrida há cerca de 70 mil anos, e na sedentarização do poder com a revolução agrícola, há 10 mil anos –, que forneçam subsídios que expliquem a cooperação humana, a formação de espaços de sociabilidade, a elaboração de valores gregários e os fundamentos da empatia humana nas ações coletivas que revelem pistas sobre as origens do humanitarismo.

---

<sup>1</sup> Por razões de estilo, o nome da ciência, a designação de evento histórico, o título social e outros designativos serão grafados preferencialmente em letra minúscula, exceto quando causar confusão.

Dando um salto temporal, tipifica-se como estrutura de longa duração braudeliana a enquadrar os movimentos humanitários: o sistema interestatal capitalista. Sua origem remonta ao “longo século XVI” (1450-1650), período de guerras intensas, com a formação dos principais Estados europeus. Muitos impérios e povos ligados aos circuitos do Mediterrâneo poderiam ter prosperado nesse cenário, mas, surpreendentemente, foram os pequenos e belicosos Estados europeus que conseguiram acumular recursos exorbitantes de riqueza e de poder. O “milagre europeu” (KENNEDY, 1989) somente foi possível pela consolidação dos interesses da aliança entre os príncipes e os mercadores-banqueiros, financiadores das guerras. “A guerra, a moeda e o comércio sempre existiram. A originalidade da Europa, a partir do ‘longo século XIII’, foi a forma em que a ‘necessidade de conquista’ induziu e depois se associou com a ‘necessidade do lucro’.” (FIORI, 2007, p. 24).

Muitas das guerras expansivas desses Estados-impérios europeus, que conformaram o sistema interestatal capitalista, foram fundamentadas em argumentos humanitários. As alegações humanitárias se tornaram substrato ético relevante de muitas decisões estratégicas no sistema internacional. Para se alcançar a importância da ética humanitária nos conflitos geopolíticos contemporâneos é preciso revelar dialeticamente os interesses políticos e econômicos por trás das narrativas justificadoras das guerras que sucessivamente esculpíram o sistema interestatal capitalista. (BRAUDEL, 1987; 2016; WALLERSTEIN, 1999; ARRIGHI, 2006; FIORI, 2004; 2007; 2014a).

As lentes da pesquisa, ao ajustarem mais o foco, definem como o ciclo de tempo médio: a *pax* americana após a II Guerra Mundial, mas esse ciclo pode se remeter também ao período um pouco mais estendido do *continuum* de domínio anglo-americano desde o século XIX. O termo *pax* remete-se ao conceito de paz imperial, uma paz que resume uma ordem com a imposição hierárquica de normas, instituições e valores. *Pax*, também grafado como *pacis*, exige o exercício assimétrico do poder para pacificar<sup>2</sup>, para subjugar os demais atores ao jogo de interesses da potência imperial (ARON, 2003; BOBBIO, 2003).

---

<sup>2</sup> Pacificação é a ação ou o efeito de restabelecer a paz, com o recurso a instrumentos coercitivos, para acomodar as forças em disputa. Desse modo, pacificar implica uso da força para se estabelecer uma ordem, que, de antemão, sabe-se que não vai contemplar todas as demandas de todos os atores envolvidos; logo, uma ordem que será percebida como injusta pelas partes em disputa. Assim, uma proposta de pacificação implica impor uma paz, que precisa recorrer à violência para se sustentar, o que pode aprofundar o descontentamento. Em última instância, a pacificação acaba por cristalizar uma ordem que pode tornar-se potencialmente a semente para uma nova disputa violenta pelo poder.

A elaboração de ideologias é fundamental para sustentar uma *pax*. O liberalismo advoga em favor do livre mercado e da especialização das economias nacionais nos bens e nos serviços nos quais as nações tivessem maiores vantagens. O resultado dessa especialização nada espontânea foi a deterioração dos termos de troca entre os bens industrializados e os bens primários, com o aumento progressivo da desigualdade entre os países (PREBISCH, 1949). Se o convencimento dos países periféricos sobre benefícios de se reduzir as barreiras tarifárias, que poderiam servir tanto ao aumento de arrecadação do Estado quanto à proteção de algum projeto de desenvolvimento autóctone, não fosse imediato; então, o livre acesso dos bens, dos serviços e dos capitais europeus seria garantido pelos “tratados desiguais” e pela “diplomacia das canhoneiras”.

Se os séculos XIX e XX presenciaram a ascensão desse tipo peculiar de liberalismo, presenciaram também o neocolonialismo em porções substanciais do continente africano e do asiático. Assim como o colonialismo da América estava inserido em um projeto civilizacional cristão, o neocolonialismo da África e da Ásia também estava tomado pelo entusiasmo, muitas vezes genuíno, da missão civilizatória do “fardo do homem branco”<sup>3</sup>. As intervenções e guerras humanitárias contemporâneas, de alguma maneira, replicam esse ideal de defender valores civilizatórios superiores, qual seja, o dever de proteger os povos cujos líderes são incapazes de proteger os direitos humanos de seus concidadãos. Para além de impedir os massacres, as missões contemporâneas de construção da paz (*peacebuilding*) envolvem o estabelecimento de instituições políticas e econômicas liberais, que serviriam para fazer aquele Estado fragilizado ingressar na ordem liberal e assim se beneficiar do acesso ao “livre mercado”, chama-se de intervenção humanitária *market oriented* (BARNETT, 2010, 2011; DUFFIELD, 2001, 2007, 2010; WEISS, 2001; HEHIR, 2013)

Por fim, a sensibilidade humanitária é exibida nas telas do tempo presente de exaltação do cosmopolitismo global, apologético das intervenções humanitárias. Durante a Guerra Fria, as duas superpotências, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), disputavam a ampliação de seus respectivos condomínios de poder. Para isso, os americanos e os soviéticos apoiavam grupos políticos distintos que disputavam o poder dentro dos Estados da periferia do sistema. Essas disputas intraestatais, conduzidas por grupos com “procuração” de americanos e de soviéticos, ficaram conhecidas como as *proxy wars* (guerras por procuração).

---

<sup>3</sup> “*The white man's burden: the United States and the Philippine Islands*” é um poema escrito por Rudyard Kipling, publicado na revista *McClure's*, em 1898, em que se exorta os supostos benefícios do projeto civilizador dos colonizadores para os considerados “bárbaros” colonizados.

O fim da Guerra Fria marcou a retirada do apoio material e bélico das superpotências ao grupo no poder que garantia os interesses da superpotência naquele país. A partir desse momento, a unipolaridade militar dos Estados Unidos e a hegemonia dos valores liberais transferiram para as instituições multilaterais a legitimidade das decisões da comunidade internacional de se manter e construir a paz no sistema interestatal. A década de 1990 assistiu à adesão da comunidade internacional aos preceitos da paz liberal e ampliou o escopo de ações das operações de paz, particularmente, na periferia conflagrada.

Embora os países em desenvolvimento tenham realçado sua preocupação com essa relativização da soberania, paradoxalmente, em pouco tempo, foram os próprios Estados periféricos que assumiram a dianteira no fornecimento de tropas para as operações de paz, que rapidamente aumentaram o seu perfil institucional na Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1992, as Nações Unidas criaram o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO, *Department of Peacekeeping Operations*), para regulamentar as ações cada vez mais amplas implementadas por essas operações. Em 1994, o Relatório de Desenvolvimento Humano (HDR, *Human Development Report*), do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), formalizou a ideia de segurança humana como uma dimensão fundamental da segurança internacional, para além das questões de ameaças à segurança nacional. Em 2001, foi criada, no âmbito da ONU, a Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (CIISE, ICISS, *International Commission on Intervention and State Sovereignty*), que popularizou o conceito de responsabilidade de proteger (R2P, *responsibility to protect*). Em 2005, as Nações Unidas criaram a Comissão de Consolidação da Paz (PBC, *Peacebuilding Commission*), que sistematizou um conjunto de atividades de construção de Estados (*statebuilding*) e consolidação da paz.

Ao afã humanitário onusiano associou-se o frenesi humanitário da sociedade civil. O oligopólio midiático internacional saturava os lares com imagens de povos cujos direitos humanos eram violados sistematicamente. A espetacularização da miséria despertou instintos humanitários no mundo inteiro. A capacidade midiática de evocar valores humanos superiores para mobilizar a vontade psicológica coletiva para o esforço de uma guerra humanitária ganhou enormes proporções e ficou conhecida como “efeito CNN” (*CNN effect*). Com isso, organizações internacionais, que já existiam desde o século XIX, ganharam novo fôlego e expandiram enormemente o mercado da indústria humanitária, que se tornou apêndice essencial das intervenções humanitárias multidimensionais das organizações internacionais.

O maior desafio da tese foi encontrar uma linha mestra que conduzisse a pesquisa por um percurso intelectual coerente, indicando as teorias privilegiadas e apontando suas contradições e mesmo inconsistências. A perspectiva ampliada da biologia evolutiva – de Charles Darwin, Richard Dawkins e David Sloan Wilson –; da etologia<sup>4</sup> humana em sua relação filogenética com os primatas – de Richard Wrangham, Frans de Waal e Yuval Noah Harari –; da biogeografia – de Jared Diamond, Peter Turchin e Ian Morris –; e das relações éticas no jogo de poder – de Immanuel Wallerstein; Noam Chomsky; e José Luís Fiori – oferecem uma abordagem incomum para um tema tão caro aos estudos internacionais quanto o imperativo humanitário – a partir de Mark Duffield, de Michael Barnett, de Thomas Weiss e de Aidan Hehir.

A linha argumentativa adotada na tese para apresentar a genealogia humanitária destaca duas contribuições de longuíssima duração: a ultrassociabilidade com suas ordens abstratas e a ultraterritorialidade com suas guerras expansivas; e uma de longa duração: o processo civilizador. A tese concentrará sua análise nas duas variáveis de longuíssima duração, para explicar as origens do imperativo humanitário no jogo de poder.

No primeiro capítulo, serão apresentadas as principais teorias e hipóteses da biologia evolutiva, da biogeografia e da primatologia, que oferecem explicações plausíveis para as múltiplas origens de longuíssima duração da empatia humana que poderia se converter em sensibilidade humanitária. No segundo capítulo, a hipótese da ultrassociabilidade amplia o debate para as questões relativas às ordens abstratas, culturais e éticas que conjugam um substrato normativo para a ação coletiva humana e que poderiam desencadear um imperativo humanitário. No terceiro capítulo, a hipótese da ultraterritorialidade elevou o jogo de poder a um novo patamar estratégico, que transformou as guerras ancestrais em guerras expansivas, que tanto poderiam operar em uma lógica geopolítica explícita quanto poderiam recorrer a argumentos humanitários para se intervir em nome de uma nobre causa.

A conjugação das ideias apresentadas nos capítulos da tese pretende oferecer um panorama abrangente, embora sabidamente incompleto, das teorias e das hipóteses de longuíssima duração que poderiam revelar as origens do imperativo humanitário no jogo de poder. Investigar o humanitarismo demanda cautelas ontológicas, metodológicas e epistemológicas. Cada momento ao longo da história, inclusive esse, apresenta uma encruzilhada histórica, na qual não se pode antever o caminho que Clio e Seshat<sup>5</sup> irão seguir.

---

<sup>4</sup> Etologia estuda os fundamentos biológicos de determinado comportamento animal.

<sup>5</sup> Clio e Seshat são, respectivamente, a musa e a deusa da história e do conhecimento na mitologia grega e na egípcia.

As escolhas de Clio e de Seshat não são feitas para o benefício humano, aliás o que seria benéfico para a humanidade? As diferentes culturas humanas apresentaram perspectivas distintas sobre o bem e o mal ao longo de suas trajetórias. Os vitoriosos atribuem ao seu conjunto de valores certa condição de prestígio, mas não se tem garantias de que valores ajuizados como positivos vão se disseminar, enquanto os negativos tendem a desaparecer.

Investigar as origens remotas do humanitarismo não se trata de apresentar a trajetória de ascensão progressiva de um valor maior que superou percalços até atingir o *status* em que se encontra atualmente, como se houvesse um único caminho a ser percorrido. Revolver os vestígios de longuíssima duração trata-se de buscar relações causais que expliquem a existência de certo fenômeno social em detrimento dos infinitos caminhos diferentes que a história poderia ter conduzido a humanidade, tendo sempre em mente que o que parece destino inescapável em retrospectiva nunca pareceu óbvio para quem vivia as angústias do presente. (BARRACLOUGH, 1964)

O dinamismo da evolução cultural – especialmente após a aceleração do tempo e a compressão do espaço em função do avanço tecnológico – tornou a análise política com base apenas no tempo factual, sem o apoio da conjuntura e da estrutura, uma análise traiçoeira. Defende-se, assim, a importância da dialética das durações históricas como metodologia para se investigar fenômenos sociais mais perenes, aqueles com raízes mais profundas, como o imperativo humanitário.

## SECULARIZAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E SECURITIZAÇÃO

O processo de secularização, o de sensibilização e o de securitização do ativismo humanitário revela a transversalidade do tema humanitário conjugado em diferentes estruturas de tempo. Essa perspectiva transversal do humanitarismo auxiliará a leitura dos capítulos subsequentes da tese.

A história do caminho percorrido pelo discurso humanitário no Ocidente aponta para a transição do milenarismo ao secularismo. Outras tradições e civilizações, como os gregos e os chineses, viam a guerra como um fenômeno ordinário das disputas políticas. A guerra não seria virtuosa ou viciosa pela sua natureza violenta e não seria mais ou menos justa em função das motivações das partes beligerantes. A guerra simplesmente seria a resolução de um litígio que precisou escalar o grau de hostilidade para resolver a contenda. A virtude se manifestaria na demonstração de bravura na luta pelo seu pleito, sem desrespeitar a honra do inimigo ou profanar a tradição cultural alheia.

A liberdade religiosa dentro do Império Romano, garantida pelo Édito de Milão, outorgado pelo imperador Constantino, no ano 313, permitiu a conversão gradual do Império Romano ao cristianismo. Por um lado, essa decisão fortaleceu a base de apoio popular ao imperador; por outro lado, como o cristianismo tem uma base doutrinária pacifista, muitos cristãos quando recrutados se recusavam a servir ao exército romano. Uma solução estratégica para esse dilema foi encontrada pelo teólogo Agostinho de Hipona (Santo Agostinho), com a ideia de guerra justa, na obra *Cidade de Deus (De Civitate Dei)*, escrita entre 416 e 427. (HEHIR, 2013)

Embora as guerras precisem contar com a mobilização psicológica coletiva para o esforço de guerra, a ideia de guerra justa conferia uma dimensão moral para as guerras travadas pelos reinos cristãos. Esse fundamento religioso para as guerras foi substituído por um conjunto de tratados internacionais que davam um caráter secular e positivo à doutrina de guerra justa a partir da Modernidade. A guerra passou a ter uma forte dimensão normativa manifesta no *jus ad bellum*, *jus in bello*, *just post bellum* e mesmo no *jus contra bellum*. (REZEK, 2011). Conhecer o processo de secularização do discurso humanitário e de conversão do argumento em base normativa para a ação internacional é importante para o argumento defendido na tese.

A partir do século XIX, as condições sociais e materiais para a sensibilização coletiva para os direitos dos demais indivíduos da espécie humana, especialmente, a sensibilização burguesa para os direitos humanos, começaram a florescer (HUNT, 2009). Se antes os espetáculos públicos de tortura e de execução eram ocasiões de regozijo e euforia popular; desde a paulatina ascendência dos espaços urbanos, com a difusão do processo civilizador das cortes para os burgueses (ELIAS, 1994), parcelas maiores da população passaram a condenar esses espetáculos em benefício de uma assepsia material e simbólica da vida social.

A difusão de notícias das condições de vida nas colônias e nos campos de batalha, por meio de jornais e de periódicos, auxiliados pelos telégrafos, chegaram às mãos das classes médias urbanas, particularmente, da Europa e dos Estados Unidos, e causaram enorme comoção. Esse choque de realidade motivou a articulação de redes de missionários e de agentes humanitários. Voluntários europeus e norte-americanos passaram a compor missões religiosas desdobradas especialmente na África e na Ásia. Além disso, uma série de organizações não governamentais de caráter humanitário foram criadas para lidar com a situação dos combatentes feridos e mortos, bem como de suas viúvas e órfãos, em solo europeu. (BARNETT, 2011; BARNETT, WEISS, 2008)

Esses servidores das causas humanitárias passaram a demandar provisão regular e cada vez maior de recursos. As agências humanitárias formaram uma aliança com o capital e o poder político para conseguir recursos para seus projetos. Logo, um novo ator político surge no cenário europeu e norte-americano: os trabalhadores humanitários, a fazer pressão por novas missões e novas oportunidades de emprego, articulando a indústria da assistência humanitária (POLMAN, 2010; HASKELL, 1985a, 1985b).

A agenda tradicional de segurança concentra-se nos temas de interesse estratégico para a sobrevivência do Estado no sistema internacional anárquico, como as questões relativas às disputas geopolíticas, à percepção do grau de segurança nacional e à elaboração da política de defesa. A segurança nacional é a *raison d'être* do Estado, mas os anos 1990 assistiram à ampliação dos temas securitizados (BUZAN, 1984, 1991). A novidade é a ênfase no individualismo liberal após o fim da Guerra Fria. A prioridade dos debates políticos na arena multilateral parecia concentrar-se na universalidade dos direitos humanos e na primazia da segurança humana. (BUZAN, HANSEN, 2012; BOOTH, 2005)

Para se compreender como o tema de proteção dos direitos humanos se tornou pauta da agenda de segurança internacional, é preciso ter uma perspectiva mais ampla de como um tema da vida cotidiana se torna objeto de interesse da esfera política institucionalizada, para, em seguida, perceber que alguns desses temas politizados podem ser considerados sensíveis para a segurança de indivíduos e de comunidades e que, portanto, podem receber um tratamento excepcional dos órgãos públicos. Nesse sentido, apresenta-se, a seguir, os conceitos de politização, de securitização e de militarização.

Politização é a transformação de um assunto da vida social em tema de disputa política por diferentes grupos de interesse, exigindo tanto decisão governamental quanto alocação de recursos; *e.g.*, políticas públicas para a educação, para a saúde, para o bem-estar social, para os transportes e para a infraestrutura. Securitização é a constatação de que determinado tema pode ameaçar cidadãos ou colocar em risco um setor da sociedade, o que suscita a coordenação de esforços de alto nível por diferentes atores, de diversas áreas de interesse, e que pode demandar o uso de medidas extraordinárias; *e.g.*, segurança energética, econômica, alimentar e sanitária (BUZAN, 1984, 1991). Militarização é a condução de tema político securitizado pelos setores militarizados da sociedade: forças armadas e polícias militares; *e.g.*, segurança nacional e segurança pública, parcialmente.

Para que um tema da agenda política possa ser securitizado é necessário o convencimento intersubjetivo de que determinado fato social coloca em perigo vidas humanas e a ordem social. Universidades gradualmente passam a estudar o assunto; *thinks tanks* passam a produzir dossiês; a mídia produz programas para o grande público; os políticos passam a evocar seus princípios; e a sociedade internacional passa a produzir normas sobre o tema. A alta prioridade dada a um tema legitima o uso de meios excepcionais para se repelir a ameaça. A proteção de indivíduos contra violações maciças de direitos humanos tornou-se um valor que relativizou a noção de soberania (BUZAN, HANSEN, 2012). Era necessário que as potências ordenadoras do sistema internacional organizassem uma nova ordem capaz de operacionalizar legitimamente as intervenções humanitárias.

Conhecidas as estruturas temporais e os temas transversais que serão conjugadas dialeticamente para se evidenciar as diferentes durações dos fenômenos do campo humanitário. Cabe, na seção a seguir, realizar uma explicação das diversas manifestações semânticas do termo humanitário, que foram exploradas ao longo da tese.

#### SEMÂNTICA HUMANITÁRIA

A tese refere-se ao termo humanitário como toda manifestação prática e discursiva elaborada em nome de valores humanos universais. Ao longo da pesquisa, usou-se as expressões imperativo humanitário, dispositivo humanitário, ativismo humanitário e humanitarismo, com sentidos próprios.

Os diferentes sentidos dessas expressões encontradas em contextos distintos fazem parte da natural disputa semiótica por atribuição de significados. A percepção da realidade social depende muito dos recursos linguísticos disponíveis para o processo de abstração do fenômeno sociológico observado, para, então, elaborar uma hipótese sobre o funcionamento, o uso costumeiro e os valores relativos ao fato social examinado. Como os significados não são atribuídos originalmente pelo analista, mas sim herdados da cultura em que se está inserido, cabe aqui o esforço de se estabelecer um quadro semântico fundamental para compreender as sutis diferenças de como o argumento humanitário pode se apresentar.

O fundamento humanitário manifesta-se como imperativo categórico<sup>6</sup> (KANT, 2004), ao reforçar o dever moral que respalda a conduta humana para com o próximo e o dever moral da comunidade internacional para com quem sofre violações sistemáticas dos seus direitos fundamentais. Razões humanitárias costumam compor o quadro de princípios deontológicos que normalmente são evocados como causas plausíveis para uma guerra justa. O título da tese faz menção ao imperativo humanitário por reconhecê-lo como uma espécie de mandamento capaz de promover a cooperação da comunidade, particularmente a cooperação coletiva para o esforço de guerra. Clausewitz apontou como característica permanente da guerra: a necessidade de mobilização psicológica da vontade coletiva para o combate (CLAUSEWITZ, 2005).

A palavra humanitário pode também referir-se ao conceito de dispositivo: um conjunto heterogêneo de discursos e práticas, de organizações e leis, de enunciados científicos e proposições morais que servem como mecanismos de dominação (FOUCAULT, 1999). A ideologia sustentada pelo dispositivo humanitário é o humanitarismo, mais um “-ismo” cuja força sedutora concentra-se em apelos quase irresistíveis aos mais nobres valores morais de respeito e de cuidado do próximo.

Além de atribuir os significados de imperativo humanitário, de dispositivo humanitário e de humanitarismo, é central para esta tese compreender as dimensões práticas do ativismo humanitário. O ativismo humanitário se manifesta, contemporaneamente, por meio de três práticas distintas: a ajuda humanitária, a intervenção humanitária e a guerra humanitária. É necessária a distinção desses três campos de ação, para se delimitar conceitualmente os objetos de pesquisa que serão explorados no decurso da tese.

A primeira forma de ativismo é a ajuda humanitária, um conjunto amplo de atividades de proteção humana durante calamidades naturais e desastres provocados pelo ser humano, principalmente os conflitos armados, amparado por tratados, princípios e costumes do direito internacional humanitário (DIH). A ajuda humanitária tem por objetivos salvar vidas, aliviar o sofrimento e manter a dignidade humana nesses cenários de catástrofes; e não se confunde com o engajamento político pelos direitos humanos *stricto sensu*, nem com a cooperação internacional para o desenvolvimento.

---

<sup>6</sup> Imperativo é o dever de agir racionalmente segundo princípios morais, cuja universalidade seria benéfica para o conjunto da sociedade. Imperativo categórico: “age somente, segundo uma máxima tal, que possas querer ao mesmo tempo que se torne lei universal” (KANT, 2007, p. 59). Imperativo universal: “age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, por tua vontade, lei universal da natureza” (KANT, 2007, p. 59). Imperativo prático: “age de tal modo que possas usar a humanidade, tanto em tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre como um fim ao mesmo tempo e nunca apenas como um meio”. (KANT, 2007, p. 69)

A ajuda humanitária é usualmente promovida por organizações não governamentais de alcance internacional (ONGIs), por alguns programas, fundos e agências de organizações internacionais (OIs) e por alguns atores internacionais com personalidade jurídica *sui generis* no direito internacional público (DIP). Destacam-se nesse cenário: o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV); a *Save the Children Fund* (SCF); a Oxfam (*Oxford Committee for Famine Relief*); a Care (*Cooperative for Assistance and Relief Everywhere*); os *Médecins Sans Frontières* (MSF); o *Office for Coordination of Humanitarian Assistance* (OCHA); o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); a Unicef (*United Nations Children's Fund*) e o *World Food Program* (WFP).

Além da ajuda promovida por esses atores internacionais não estatais, o sistema internacional testemunha muitas ingerências de um Estado sobre outro Estado, que acabam sendo perpetradas em nome de razões humanitárias. Para efeitos dessa tese, optou-se por definir duas modalidades de intercessão militar por alegação humanitária: a intervenção humanitária (multilateral e global) e a “guerra humanitária” (ilegal mas legítima)<sup>7</sup>, que são a segunda e a terceira formas de ativismo abordadas na tese.

A segunda forma de ativismo, portanto, é a intervenção humanitária sob os auspícios das operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente as operações multidimensionais, de segunda geração (de 1991 em diante), fundamentadas na responsabilidade de proteger as populações que estão sofrendo violações maciças dos seus direitos humanos.

Sobre as operações de paz da ONU, tanto as de primeira quanto as de segunda geração, é importante salientar que elas obedecem a três princípios basilares: o consentimento das partes, o uso limitado da força e a imparcialidade. Isso implica que, primeiro, a autorização de um mandato de operação de paz depende tanto de negociação multilateral no Conselho de Segurança quanto do consentimento das partes em conflito, em especial a aquiescência do Estado anfitrião. Segundo, o uso da força é limitado pelas regras de engajamento e deve almejar prioritariamente a autodefesa. Por fim, o pessoal civil e militar desdobrado no terreno em nome das Nações Unidas deve buscar a imparcialidade, ao restringir seu campo de ação ao que foi explicitamente definido no mandato outorgado e ao criar um espaço de negociação imparcial para resolução do conflito.

---

<sup>7</sup> A Comissão Internacional Independente para o Kosovo (*Independent International Commission on Kosovo*, IICK) chegou à conclusão de que a intervenção militar da OTAN na Yugoslávia foi “ilegal mas legítima” (IICK, 2000, p.4), ou seja, embora legalmente não seja guerra, a ação bélica foi revestida de legitimidade pela comunidade internacional, abrindo precedentes para uma nova forma de guerra: a guerra humanitária, ilegal mas legítima.

O que foi definido como intervenção humanitária, para efeitos dessa tese, não se refere às operações de paz tradicionais, de primeira geração (1947-1991), nas quais um conjunto de tropas de diferentes países compunham uma força multinacional, basicamente, para supervisionar a retirada de tropas beligerantes da faixa fronteiriça, para verificar o cessar fogo e para monitorar a desmobilização.

Intervenção humanitária, no contexto deste estudo, refere-se às operações de paz multidimensionais, de segunda geração, inauguradas após o fim da Guerra Fria. As intervenções humanitárias sob direção da ONU contam com componentes militares e civis, com objetivos de não somente pacificar a área conflagrada, mas também de implementar uma série de medidas políticas e econômicas para debelar os efeitos perversos resultante das novas guerras em Estados fragilizados.

As guerras tradicionais entre unidades políticas distintas, particularmente na Europa, no contexto do Renascimento, permitiram o surgimento não apenas de Estados, mas também de um sistema interestatal. As novas guerras, ao contrário, refletem o declínio de poder estatal; a perda da credibilidade de suas instituições; a diminuição da capacidade de prover bens públicos mínimos; a perda do monopólio da violência, com a ascensão de grupos privados e paramilitares, que participam de conflitos, majoritariamente, intraestatais. (KALDOR, 1999; MUNKLER, 2005; DUFFIELD, 2001; FLEMING, 2009)

Francis Fukuyama (1989), depois da queda do muro de Berlim, em 1989, publicou um artigo sobre o fim de uma história de conflitos violentos na humanidade, confiante na tese da paz democrática, após o triunfo do modelo de Estado liberal democrático e a derrocada dos projetos fascistas e comunistas ao longo do século XX. O artigo de Fukuyama teve repercussão e foi recebido como fundamento teórico político para a implantação da agenda econômica neoliberal. O entusiasmo com a narrativa do fim da história levou à adoção do Consenso de Washington na década de 1990 e, conseqüentemente, uma série de crises econômicas no mundo periférico.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, Fukuyama (2004) reconheceu que a desregulamentação das atividades de controle estatal ultrapassou o limite do razoável e gerou uma série de instabilidades em “Estados fracos”. Fukuyama estabeleceu um novo conceito teórico que refletia a situação dos Estados que não prosperaram com esse modelo neoliberal: Estados falidos. A expressão *failed states* foi imediatamente adotado em centros de pesquisa norte-americanos e em discursos políticos.

Como o termo falido carrega diversos problemas de significação, então, sem abordar o fundo do problema, mudando apenas a nomenclatura, preferiu-se adotar a expressão Estados frágeis (*fragile states*), a partir de 2004. A ONG *Fund for Peace* (FFP) lista anualmente, desde 2005, o índice de Estados frágeis (FSI, *fragile states index*), publicado na conservadora revista americana *Foreign Policy*, fundada, em 1970, por Samuel Huntington, e financiada pelo *Carnegie Endowment for International Peace*. Na tese, será usado tanto o termo Estados frágeis quanto Estados fragilizados, pois este último sugere mais uma condição do que a natureza do Estado propriamente dito. (BILGIN, MORTON, 2004)

A retirada de apoio de uma das superpotências e as consequências da adoção indiscriminada do receituário neoliberal afundaram alguns Estados fragilizados da periferia em um cenário político de caos interno e conflitos intraestatais, chamadas de novas guerras, suscetíveis de intervenção humanitária.

O terceiro mecanismo é a guerra humanitária: coalizão militar, liderada por poucas potências e seus aliados estratégicos, amparados por argumentos humanitários, para intervir em assuntos internos de outros Estados, sem autorização explícita de um mandato da ONU, que garantiria alguma legitimidade multilateral para a ação, com o objetivo não declarado de acomodar um regime no Estado invadido favorável aos interesses das potências invasoras.

Os artífices da guerra humanitária buscam revestir suas invasões com uma áurea de legitimidade ao distorcer o entendimento consensual do “espírito das leis”; ao manipular os fatos midiaticamente; e, também, ao não ser unilateral de fato, contando normalmente com um pequeno número de aliados ou mesmo atuando em nome de alguma organização regional, cujo alcance espacial e temático foi deliberadamente extrapolado em benefício dos interesses estratégicos da potência interventora.

Conquanto os argumentos que justifiquem uma invasão estrangeira em assuntos internos de outros Estados conformem uma colcha de diferentes retalhos de pretextos, decidiu-se por chamar de guerra humanitária aquela incursão militar estrangeira, cuja alegação principal é pôr fim às atrocidades cometidas por governos designados como tiranos, embora, muitas vezes, esses governos tivessem sido aliados da potência invasora em tempos recentes.

A guerra humanitária não se confunde nem com a guerra às drogas<sup>8</sup>, nem com a guerra ao terror<sup>9</sup>, seja o terrorismo de grupos políticos que desejam projetar suas bandeiras por meio de atos violentos, muitas vezes violência simbólica; seja o terrorismo de grupos que atuam em células transnacionais; seja o terrorismo de governos que desenvolvem pesquisas que possam resultar em armas de destruição em massa, exclusividade, tanto as armas quanto as pesquisas, das potências responsáveis pelo ordenamento do sistema interestatal.

Embora a ONU tenha proscrito tanto a guerra quanto a intervenção estrangeira em assuntos domésticos de outros Estados; as grandes potências, particularmente após o descongelamento da Guerra Fria, voltaram a evocar valores universais, com o apoio de narrativas emotivas, para promoverem uma guerra não declarada formalmente. Então, ainda que juridicamente, as guerras humanitárias não sejam guerras para o direito internacional; fica estabelecido, neste estudo, o uso do termo guerra humanitária sem o uso das aspas, por se reconhecer que trata-se de guerra de fato.

Ressalte-se, por fim, que a guerra humanitária não se confunde com as guerras tradicionais interestatais, nem com as novas guerras intraestatais, nem com as intervenções multilaterais coercitivas conduzidas pela ONU, com base no capítulo VII de sua carta constitutiva.

Cabe, ainda, uma última desambiguação. No decurso da positivação do humanitarismo, criaram-se três conjuntos de normas específicas para cada situação humanitária. Os direitos humanos tratam dos direitos básicos e naturais de todos os seres humanos. O direito internacional humanitário estabelece uma coleção de regras e de princípios de proteção das pessoas durante os conflitos armados. E a intervenção humanitária aborda a ingerência multilateral onusiana em um Estado incapaz de proteger seus cidadãos de violações maciças de direitos humanos. A intervenção não se confunde com a guerra humanitária, como explicado.

---

<sup>8</sup> A expressão *war on drugs* foi usada pela primeira vez em 1971 pelo presidente norte-americano Richard Nixon, quando considerou o uso de drogas entorpecentes o “o inimigo público número um” dos Estados Unidos. Embora fosse considerado o grande problema dos EUA, Nixon resolveu financiar a militarização do combate à produção das drogas nos países produtores na periferia do sistema internacional, promovendo o desvio de função das forças armadas desses países, sem desgastar o capital político internamente ao sufocar os usuários dentro das fronteiras estadunidenses.

<sup>9</sup> A expressão *war on terror* foi usada pela primeira vez em 2001 pelo presidente norte-americano George W. Bush, em resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001, instaurando uma estratégia global de “cruzada contra o terror” perpetrado pelo “eixo do mal”, cuja lista de países foi divulgada pela primeira vez em 2002 e sofre constantes atualizações. Essa estratégia global permitiu aos EUA aumentarem os gastos em defesa; promoverem ações unilaterais em nome da segurança nacional; e estabelecerem um regime de exceção para as populações indesejadas internamente.

As definições etimológicas elaboradas anteriormente tiveram por objetivo criar um dicionário comum que permitirá uma leitura coerente da tese; ao se estabelecer a delimitação conceitual da ajuda humanitária operacionalizada por OIs e ONGIs; da intervenção humanitária sob a direção das operações de paz multidimensionais da ONU; e da guerra humanitária, “ilegal mas legítima”, levada a cabo pelas grandes potências.

Ao se concentrar no conflito ético entre a narrativa humanitária presente no projeto de poder das grandes potências e a dedicação genuína dos agentes humanitários, a tese resgata a trajetória dos heróis trágicos como linha mestra a costurar o argumento desenvolvido nessa pesquisa.

## HERÓIS TRÁGICOS

William Shakespeare, um dos dramaturgos mais influentes da história, produziu peças com diferentes gêneros e temas. As tragédias romanas de Shakespeare, ao retratarem tramas políticas em um passado remoto, ofereciam o distanciamento espaço-temporal necessário para evitar a censura e para ter maior liberdade de elaborar uma análise política atemporal. Shakespeare escreveu e encenou a peça *Júlio César* pela primeira vez em 1599, sendo considerada uma das peças com maior contundência política da obra do autor. (HELIODORA, 2014)

A peça encena a mancomunação contra Júlio César, os dramas morais envolvidos nesse processo de traição e as consequências políticas de seu assassinato, em 44 aec<sup>10</sup>. Embora a peça se intitule originalmente *The Tragedie of Julius Caesar*, a tragédia principal retratada é a de Marcus Junius Brutus, filho de consideração de Júlio César, homem honrado e republicano convicto. Shakespeare, o tempo todo, realça a ambivalência das decisões morais na política e as consequências inesperadas de decisões racionais. (DW, 2018)

Caio Júlio César (100 aec - 44 aec), nascido em família patricia, tornou-se um comandante vitorioso, responsável pela expansão do Império Romano, tendo eternizado a frase: *veni vidi vici* (vim, vi e venci). Tendo vivido no período de apogeu de Roma (200 aec - 476 ec), capitalizou o sucesso militar para conquistar as posições políticas que almejava.

---

<sup>10</sup> Prefere-se a notação “antes da era comum” (aec) à “antes de Cristo” (aC) para se referir ao marco zero do calendário gregoriano usado internacionalmente. Prefere-se o termo “era comum” (ec) à “*anno Domini*” (AD) ou “depois de Cristo” (dC). A expressão “era comum” será usada eventualmente para marcar datas que possam gerar dúvidas se foi antes ou não ao marco zero. Se não houver notação na data mencionada no texto, essa data será considerada da “era comum”.

Encerradas as Guerras Gálicas (58 aec - 50 aec), o Senado exigiu que Júlio César desmobilizasse o exército e voltasse à Roma como um cidadão comum. Em 49 aec, contrariando uma norma que proibia que generais entrassem marchando em Roma, César atravessou o Rio Rubicão e decidiu arriscar tudo neste projeto de assunção do poder, quando, supostamente, teria proferido outra frase que ficou imortalizada: *alea jacta est* (a sorte está lançada). (DW, 2018; BARROSO, 2017)

Isso precipita uma guerra civil (49 - 45 aec) contra as forças da aristocracia conservadora do Senado. César, com apoio da plebe, vence as tropas leais a Pompeu, na Batalha de Munda (45 aec), e retorna a Roma triunfante. Marco Antônio, aliado de César, no caminho de volta para Roma, acompanhado das tropas exultantes e de populares que aderiram à marcha de regresso, oferece a coroa de Roma, por aclamação popular, três vezes para César, que nega todas as ofertas. (DW, 2018; BARROSO, 2017)

O Senado, mesmo com sua maioria conservadora e ainda com o orgulho ferido pela derrota na guerra civil, concede a César uma série de títulos e honrarias, sendo os principais o de cônsul vitalício e, posteriormente, o de ditador perpétuo<sup>11</sup>. Com tanto poder acumulado e desconfiado do perfil dos senadores, César desprezava a articulação política na edição de decretos. César estava convencido de que instituições republicanas não eram as mais adequadas para se administrar um império “mundial”. (DW, 2018; BARROSO, 2017)

A peça de Shakespeare começa nesse momento político de concentração de poderes em torno de César e de mágoa dos senadores que se sentiam peças figurativas. Um grupo de tribunos conspiradores, liderado por Caio Cassius, articula a queda de César e o retorno da hegemonia do Senado. Os conspiradores concordam que a adesão de Brutus é fundamental para legitimar a traição tramada por eles. Cassius convence Brutus de que César tem o projeto de abolir o sistema republicano e tornar-se um tirano, de que César era uma serpente pronta a sair do ovo, e de que somente um golpe preventivo poderia evitar esse desastre político. (SHAKESPEARE, 2018; HELIODORA, 2014)

---

<sup>11</sup> Ditador, em latim, é o magistrado romano com poderes absolutos de ditar regras e de fazê-las cumprir em períodos emergenciais. Ditador não se confunde com a noção de tirano que existe hodiernamente. O título de César foi considerado perpétuo porque ele recebeu uma renovação prévia de nove mandatos de ditador consecutivo, embora tenha sido assassinado no início do primeiro mandato.

Brutus se convenceu desse argumento, colocou a República Romana acima de sua relação pessoal com César e resolveu participar do assassinato de César no dia 15 de março de 44 aec. Como previsto por um vidente e alertado pelo sonho de mau agouro da esposa do imperador, “nos idos de março”, César, após desentendimento com os senadores por uma decisão banal, vê os tribunos traidores se aproximarem e o esfaquearem. Quando, por último, Brutus o apunhala, e César aturdido profere: *Et tu, Brute!* (Até tu, Brutus!)<sup>12</sup>. E para expressar a desistência de lutar pela vida e pelo Império diante de tamanha traição, Shakespeare acrescenta a fala ao imperador: “Morre, então, César!”.

Os conspiradores adotam a estratégia de não se envergonharem das mãos sujas de sangue; ao contrário, fazem da situação uma ocasião para promover um discurso que legitimasse o sangue contra o tirano. Os insidiosos senadores justificam o regicídio em nome de valores superiores: liberdade, independência, emancipação, paz e morte à tirania.

CÉSAR - Et tu, Brute? Então, que morra César. (Morre.)

CINA - Morreu a tirania! Liberdade! Proclamai pelas ruas: “Liberdade!”

CÁSSIO - Suba alguém às tribunas e proclame: “Independência, liberdade e ordem!”

BRUTO - Senadores e povo, ficai calmos; não precisais revelar medo; a dívida da ambição já foi paga. (SHAKESPEARE, 2018, Ato III, Cena I, p. 66, grifo nosso) [...]

CASCA - Quem vinte anos tira da vida encurta de igual tempo o medo de morrer.

BRUTO - Se isso aceitarmos, ficará sendo a morte um benefício. De César somos, desse modo, amigos, pois o medo da morte encurtamos. Inclinem-nos e mergulhem nossas mãos no sangue de César e com ele tinjamos as espadas. Depois disso, vamos à praça pública e, agitando os gládios ensanguentados, a uma voz gritemos: “Independência, paz e liberdade!”

CÁSSIO - Abaixai-vos, então, e as mãos tingem. Quantas vezes, nos séculos vindouros, há de ser posto em cena nosso feito sublime, em povos ainda a serem constituídos, em línguas ainda a serem descobertas!

BRUTO - Temo por quantas vezes sangrará o grande César por diversão. Agora jaz aos pés da estátua de Pompeu, tão miserável quanto o pó.

CÁSSIO -Todas as vezes que isso acontecer, de nós dir-se-á que fomos os libertadores da pátria. (SHAKESPEARE, 2018, Ato III, Cena I, p. 67, grifo nosso)

---

<sup>12</sup> Shakespeare usa algumas expressões latinas durante a peça para remeter o público ao tempo encenado. Na obra de Plutarco, a expressão usada foi “Até tu, filho”.

Brutus fica atônito ao perceber que, ao invés de serem recebidos como heróis libertadores, a notícia do assassinato causou pânico coletivo. Os traidores resolvem pronunciar-se publicamente, usando a respeitabilidade e a capacidade de oratória de Brutus para angariarem a simpatia popular. Brutus faz um discurso relativamente simples, com o desejo de ser compreendido pela maioria. Shakespeare usa o estilo de prosa na fala de Brutus para demonstrar seu compromisso com a simplicidade. Marco Antônio – que não fora morto porque Brutus firmou posição de que não seriam “açougueiros”, mas “realizadores de um sacrifício” – falou em seguida. Marco Antônio, sem entrar em detalhes políticos, faz um discurso emotivo sobre as glórias do povo com as conquistas de César e faz menção ao testamento de César que deixaria sua fortuna para os menos favorecidos. Shakespeare usa o gênero poético para marcar a cadência sonora de ritmo dos versos, para mostrar o caráter hipnótico e persuasivo do discurso de Marco Antônio. Shakespeare insinua que o jogo político com as massas não se trata de argumentação racional, mas de mobilização psicológica. (SHAKESPEARE, 2018; HELIODORA, 2014)

A população se revolta contra os conspiradores, que têm que fugir de Roma. Marco Antônio e Otávio César, outro filho de consideração de Júlio César, assumem o poder em Roma e iniciam uma caçada aos conspiradores, em nova guerra civil (44 - 42 aec). Os conspiradores, não tendo mais um objetivo comum após derrubar César, brigam entre si. Brutus fica chocado ao descobrir os interesses venais do grupo a que tinha se associado. A longa ausência de Brutus de Roma faz com que sua amada esposa, Pórcia, cometa suicídio. Na noite que antecede a Batalha de Filipos contra as tropas de Marco Antônio, o espírito de César se manifesta para Brutus anunciando a sua derrota: "Vais-me ver em Filipos". Com a derrota, em 42 aec, Brutus também se suicida. (HELIODORA, 2014)

Brutus foi o único conspirador que agiu em nome do interesse público de Roma; os demais agiram em benefício próprio, por mesquinhasias. A peça se encerra com uma homenagem sincera de Marco Antônio a Brutus, o mais honrado dos romanos (SHAKESPEARE, 2018, p. 210):

MARCO ANTÔNIO - Este foi o mais nobre dos romanos.  
 Todos que conspiraram, menos ele,  
 O fizeram de inveja ao Grande César.  
 Só ele, por honesto pensamento  
 E pelo bem comum, tornou-se um deles.  
 Foi bom em vida, e os elementos  
 Nele se uniram com tal equilíbrio,  
 Que a Natureza pôde, finalmente,  
 Proclamar ao mundo inteiro: “Eis um homem”.  
 (SHAKESPEARE, 2018, Ato V, Cena V, p. 139)

Brutus nutria genuíno respeito por César e era leal ao líder de Roma. Tomado por profunda angústia, Brutus decide participar do regicídio em nome do interesse coletivo do povo e acima de tudo em benefício das instituições republicanas. Brutus racionaliza sua decisão de apoiar o golpe por temer que a vaidade de César o tornasse um tirano. Embora tenha recusado a coroa de Roma três vezes, a arrogância de César evidenciava seu temperamento autoritário. Shakespeare confere um ingrediente a mais na ambivalência dessa decisão. Brutus só decide assassinar César após ter sua vaidade aguçada, ao receber uma série de cartas anônimas que ressaltavam a importância moral de Brutus para o bom destino da República Romana. (BARROSO, 2017; HELIODORA, 2014)

A dualidade meios e fins orienta a racionalidade política. A necessidade e a proporcionalidade dos meios escolhidos pelo Estado para alcançar seus objetivos políticos evidencia a importância da dimensão ética na sociedade.

O desequilíbrio entre meios e fins, o emprego de instrumentos ilegítimos ou imorais para atingir fins legítimos, morais e desejáveis constitui dilema ético que atravessa os séculos. [...] Transplantando o imperativo categórico de Kant do Iluminismo para a Antiguidade Clássica, se todos pudessem matar, trair e derrotar o amor [a lealdade pessoal] em nome de um ideal legítimo, o prêmio final viria sem mérito nem virtude. (BARROSO, 2017, p. 408)

Havia sim motivos para desconfiar de Júlio César, mas o golpe preventivo, referendado pela honra de Brutus, trouxe consequências não intencionais para essa decisão racional. Uma série de disputas internas pôs fim à República de Roma e deu-se início ao período histórico do Império<sup>13</sup>, com a ascensão ao poder de tiranos como Tibério, Calígula e Nero, que, por sua vez, passaram a se intitular césares (BARROSO, 2017).

O estudo do gênero teatral da tragédia associado aos fundamentos do mito do herói permite uma análise mais profunda das questões envolvidas na peça *Júlio César*. O herói trágico é, geralmente, oriundo de alguma casta aristocrática ou de origem semidivina, e enfrenta, a certa altura de sua trajetória de amadurecimento, um momento de decisão crucial, um chamado para sua jornada heroica. O herói trágico costuma ser alguém com projeção social, devido aos postos de poder que ocupa, bem como pela postura ética com que administra seu poder.

---

<sup>13</sup> A história de Roma é tradicionalmente dividida em três períodos: Monarquia (753 aec- 509 aec); República (509 aec- 27 aec); e Império (27 aec - 476).

A escolha decisiva na trajetória do herói trágico é eivada de contradições, de consequências imprevisíveis e de efeitos colaterais. Embora calcado em valores superiores – como verdade, justiça, liberdade – para tomar sua resolução, o herói trágico, normalmente, acaba tomando a decisão equivocada (*hamartia*<sup>14</sup>), em que seu orgulho inconscientemente sobrepesa na escolha. Em última instância, a *húbris* (*hybris*), a satisfação da vaidade, torna-se o fator mais determinante na decisão do herói, que acaba por escolher um caminho que confronta os destinos que os deuses e a natureza traçaram para ele. É essa força inconsciente de querer transgredir os destinos traçados previamente por forças superiores, de querer mais poder, que acaba sendo o motivo de derrocada do herói, que passará por um período de tormentas. (CAMPBELL, 1989<sup>15</sup>)

Em meio às enormes dificuldades, no momento mais baixo (*peripeteia*, peripécia) da roda da fortuna, o herói reconhece o seu equívoco, contempla um fluxo de acontecimentos acima de seu alcance e enxerga uma revelação maior sobre sua natureza e sobre o modo de funcionamento da realidade social (*anagnorisis*, *anagnórise*). A redenção final para o *herói épico* é sua consagração, como a chegada de Hércules ao Olimpo após seus doze trabalhos, mas a redenção final do *herói trágico* é, frequentemente, a sua morte, pelo menos, a morte dos desejos do ego do herói, o que acaba por deixar de caracterizá-lo como um herói e torna-o uma outra pessoa, com uma nova *persona* a se manifestar socialmente, provavelmente, longe daquele círculo em que se projetava, em um estrato social inferior, mas em um patamar superior de compreensão da condição humana. (CAMPBELL, 1989)

Ao se analisar a peça de Shakespeare com os instrumentos da narrativa mitológica do herói, percebe-se que Brutus, diante da escolha decisiva entre permanecer leal a César ou manter-se intransigente à defesa abstrata de valores republicanos, toma a decisão de associar-se aos conspiradores (*hamartia*), movido por cartas anônimas que massageavam seu ego (*hybris*), evocando sua moral superior em benefício de Roma. Brutus estava convencido de ter tomado a decisão correta ao ter participado do regicídio de César, no entanto, o discurso emotivo de Marco Antônio obriga Brutus a fugir, a viver exilado e em guerra, até receber a notícia do suicídio de sua esposa (*peripeteia*). Brutus percebe os interesses mesquinhos dos outros conspiradores e se dá conta que César, com seu desempenho militar e sua popularidade talvez fossem mais interessantes para os romanos do que os ideais abstratos da República.

---

<sup>14</sup> A *hamartia* revela uma falha de caráter do homem comum, o que permite a criação de uma relação de reconhecimento da trajetória do herói com o espectador.

<sup>15</sup> O primeiro trabalho a decifrar a estrutura da arte e da poesia, que influenciou todas as demais reflexões sobre o tema, foi *A poética*, de Aristóteles, registrada entre 335 aec - 323 aec.

Brutus não presenciou o desenrolar dos fatos, mas, em 27 aec, Roma já tinha se tornado um Império e os seus sucessivos governantes passaram a se autoproclamarem césares. Com ou sem César, parece que as moiras<sup>16</sup> já tinham tramado o tecido no qual se escreveria a história de Roma com os fios do império (*anagnorisis*). O fantasma de César vem se vingar da traição (*nemesis*) e avisá-lo da derrota do projeto do grupo político com o qual Brutus tinha se aliado. A redenção de Brutus vem com o sincero e o emotivo discurso de Marco Antônio em cerimônia fúnebre de chefe de Estado.

O arquétipo do herói oferece bastantes *insights* sobre o impulso humanitário em que nobres cidadãos preocupados altruisticamente com o bem-estar de populações bem distantes de sua realidade social se deixam envolver. A catarse principal da tragédia é a constatação da impossibilidade de triunfar uma realidade que de fato obedeça ao imediato desejo humano. A história parece seguir um fluxo “heracliteano”, cujo fatalismo não é acessível nem ao herói, muito menos ao homem comum.

Heráclito de Éfeso (535 aec - 475 aec), filósofo fundador da dialética, assumia o pressuposto de que a história é como um fluxo de um rio que não se pode barrar. Pode-se até rolar uma pedra para dentro do rio, mas o rio vai seguir o seu curso. Sua filosofia aforismática permite diversas interpretações, mas, em algumas passagens, Heráclito foi mais direto, como no juízo moral que faz da oração de Homero, ao pedir para terminar o conflito no mundo: “Homero errou em dizer: ‘Possa a discórdia se extinguir entre os deuses e os homens!’ Ele não via que suplicava pela destruição do universo; porque, se sua prece fosse atendida, todas as coisas pereceriam...” (apud VILLAMARÍN, 2002, p. 113).

Para o pai da dialética, o conflito é o motor da história. Diz mais: o conflito entre os contrários é apenas aparente. Quente e frio não são exatamente opostos; frio é o quente que não é mais quente. Em última instância, quente e frio são sensações do clima, são manifestações de uma realidade em fluxo. Só se sabe quente, porque se o conhece o frio; assim como guerra e paz são percepções (diferentes para os vencedores e para os vencidos) da política internacional em um fluxo de eterno devir da história. “A guerra [*polemos*, a luta dialética entre os contrários] é o pai de todas as coisas, rei de tudo” (apud MARCONDES, 2014, p. 16).

---

<sup>16</sup> Na mitologia grega, as moiras são as encarregadas por tecer, fiar, entrelaçar e cortar o fio da vida no tear conhecido como a roda da fortuna. À medida que a roda gira, o fio da vida passa sucessivamente por altos e baixos. As moiras fazem parte do panteão dos deuses originais, nem os demais deuses, muito menos os homens, podem interferir nos destinos individuais e coletivos tramados pelas moiras. Quem se atrevesse a interferir no fluxo da vida e da morte, conheceria a fúria das moiras, fossem deuses, fossem humanos. O destino entrelaçado pelas moiras está acima de todos e é responsável pela indecifrável harmonia cósmica.

Uma questão que fica é se, no atual cenário de recrudescimento da barbárie no campo social e de agitação entre as potências capazes de promover o holocausto nuclear, o curso da história seria capaz de permitir o ressurgimento de uma nova onda de avanço civilizacional como a humanidade já assistiu depois do triunfo da barbárie.

A Escola de Frankfurt (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, pp. 11-15), ao analisar o fenômeno do nazifascismo, chegou à constatação de que o avanço civilizacional carrega em si o germe da barbárie. As conquistas sociais geram uma série de ressentimentos que suscitam reações violentas, angariando adeptos inclusive entre as camadas empoderadas pelas mudanças sociais em curso, o que pode levar a um quadro de colapso virtual da sociedade. Houve diversos “feudalismos” na história humana, mas a humanidade conseguiu repensar as formas de organização da produção, de dar um sentido coletivo para a vida humana e de refundar a civilização. Apesar das turbulências perigosas do tempo presente; no longuíssimo prazo, é possível identificar um processo civilizacional (PINKER, 2013).

O prognóstico de uma nova guerra mundial assombra a humanidade, pois esse novo conflito poderia conduzir a humanidade a um estágio de desenvolvimento material muito diferente do atual, o que impediria vislumbrar uma retomada civilizacional. Isso se alguns humanos conseguissem sobreviver ao inverno nuclear.

Atuar em defesa do reforço das instituições multilaterais que constroem (ainda que limitadamente) o ímpeto expansivo das grandes potências e que criam um fórum global (com ênfase nos Estados, mas com a presença também de atores não estatais) de debate de uma agenda humanitária e de desenvolvimento humano seria contribuir para o fluxo de progresso da história ou seria uma tentativa inócua de desviar o curso da história para uma direção que se julga progressista?

Até a Revolução Científica, a maioria das culturas humanas não acreditava em progresso. Elas pensavam que a Era de Ouro estava no passado e que o mundo estava estagnado, se não ruindo. [...]

A história da Torre de Babel, a história de Ícaro, a história de Golem e incontáveis outros mitos ensinavam as pessoas que qualquer tentativa de ir além das limitações humanas inevitavelmente levaria à frustração e ao desastre [húbris]. [...]

À medida que a ciência começou a resolver um problema insolúvel atrás do outro, muitos se convenceram de que a humanidade poderia superar todo e cada um dos problemas que a aflige, adquirindo e aplicando novos conhecimentos. A pobreza, a doença, as guerras, a fome a velhice e a própria morte não eram o destino inevitável da humanidade. Eram simplesmente fruto de nossa ignorância. (HARARI, 2016, pp. 274-275)

A ideia de história como correnteza de um rio cujo fluxo seria irrefreável pelos indivíduos é reforçada pela observação do padecimento do herói como resposta da natureza para esse atrevimento “húbrico” de querer desviar o fluxo da história no sentido que julgou ser moralmente superior. As consequências desastrosas do ato heroico, contrário à trama tecida com o fio da vida pelas moiras para atender ao destino dos deuses, seria vingado por Nêmesis, para restabelecer o equilíbrio do cosmos. A húbris seria o fator responsável tanto pelo drama pessoal quanto pelo colapso de algumas civilizações e pela falência das sociedades atingidas pelo tento heroico. A vingança “nemética” seria a sinalização de que nada poderia ser feito e deveria se dar uma chance à guerra ou o esforço humanitário, ainda que com sucessos apenas incrementais, já seria o caminho traçado para se galgar gradualmente um novo patamar civilizacional?

Se houvesse uma guerra para terminar com todas as outras guerras, se fosse possível aplicar uma violência ilimitada para obter um bem social ilimitado, talvez a violência e a guerra fossem alternativas políticas interessantes. Contudo, assumindo que a história se repete e que a natureza não dá saltos, a tese assume a posição de que cabe o reforço e a reforma das instituições, oferecendo serviços públicos essenciais de qualidade, acreditando nos efeitos emancipadores da educação e garantindo o pleno emprego, enquanto cogitam-se progressos sociais incrementais, com naturais avanços e recuos.

Apesar da defesa do imperativo humanitário parecer ingênua diante do fluxo histórico de concentração de riqueza e de poder cada vez maior, a tese se posiciona favorável ao aprofundamento desses debates que, originalmente, não se restringia apenas aos direitos individuais, mas também estavam interessados na promoção do desenvolvimento econômico e no desenvolvimento humano, como metas globais para se diminuir a desigualdade entre os Estados e a pobreza nas sociedades.

Ponto central no argumento desenvolvido na tese é o conflito ético entre o projeto de poder associado ao humanitarismo e a atuação sincera dos agentes humanitários. Como os heróis trágicos, os agentes humanitários, que assumem como profissão de fé a militância não-hipócrita de um projeto de sociedade internacional mais humanizada, assumem também os riscos das contradições e dos resultados inesperados de qualquer decisão e ação humana, mas, ainda assim, não pactuam com o imobilismo cínico de simplesmente deixar que o resultado de conflitos violentos seja a única esperança de solução política relativamente duradoura. A tese é dedicada aos heróis trágicos do humanitarismo, particularmente no momento de epifania “anagnórica”, mesmo diante do quadro de “retorno” da geopolítica como pauta decisiva dos próximos e decisivos movimentos do jogo de poder.

## 1 CONTRIBUIÇÕES DA LONGUÍSSIMA DURAÇÃO

As comunidades humanas não se distinguiam muito de outros agrupamentos de primatas há 70 mil anos; na verdade, não se diferenciavam muito de outros bandos de animais sociais. A biologia evolutiva, ao se debruçar sobre aspectos da evolução que explicariam a sociabilidade complexa dos animais, apontou evidências de que a condição humana não poderia simplesmente eleger dois marcos: a revolução cognitiva, há 70 mil anos, e a revolução agrícola, há 10 mil anos, como as únicas chaves de mudança radical na sociabilidade humana; fazia-se necessário resgatar as contribuições da longuíssima duração.

A busca pelas origens do que atualmente se denomina ativismo humanitário revolveu vestígios longínquos, mas relevantes para a proposta de análise apresentada para a tese. Este primeiro capítulo examina desde as contribuições da biologia evolutiva, passando pela etologia humana em relação filogenética com os primatas, até a biogeografia, a fim de buscar algumas explicações remotas e heterodoxas da competição e da cooperação no comportamento humano, que ajudam a decifrar as origens da sensibilidade humanitária.

### 1.1 BIOLOGIA EVOLUTIVA E BIOGEOGRAFIA

Existe um profícuo debate científico sobre o momento de origem da vida. Estima-se que o *Big Bang* tenha ocorrido há 13,7 bilhões de anos<sup>1</sup>, tendo o sistema solar se formado há 9 bilhões de anos e a Terra há 4,5 bilhões de anos, com a vida se originando há 3,8 bilhões de anos. Essas datas, no entanto, não respondem à pergunta central: em que momento da evolução química planetária, os elementos biogênicos – o carbono, o hidrogênio, o oxigênio, o nitrogênio, o fósforo e o enxofre (abundantes no universo<sup>2</sup>) – encontraram condições de habitabilidade planetária essenciais à vida? Mesmo sem respostas definitivas, sabe-se que os organismos, desde as formas mais simples às mais complexas, são capazes tanto de se autorreplicar quanto de metabolizar. Mesmo as protocélulas surgidas há 3,8 bilhões de anos<sup>3</sup> conseguiam metabolizar, ou seja, logravam converter substâncias químicas em energia. Esse controle metabólico celular é operado pelos ácidos nucleicos<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> A datação dos eventos geológicos normalmente é registrada em um intervalo de tempo, em função da dificuldade de se precisar as datas. Para efeitos dessa tese, as datas serão apresentadas como se fossem mais precisas, preferindo a média usada na maioria das fontes consultadas, para dar fluidez à leitura dessa longa viagem no tempo. Os demais casos históricos apresentados ao longo da tese também foram apresentados de forma sintética, atenuando as ambiguidades historiográficas, mas ainda assim compondo o quadro de análise mais amplo para se identificar o imperativo humanitário no jogo de poder.

<sup>2</sup> A astrobiologia, como campo multidisciplinar, tem se debruçado sobre esse campo de pesquisa.

<sup>3</sup> Usa-se a notação Ba para se referir a bilhões de anos; Ma, para milhões de anos; e ma, para milhares de anos. Algumas vezes, usa-se um “a” adicional para designar “atrás”; e.g. 10 maa significa dez mil anos atrás.

<sup>4</sup> Há dois tipos de ácidos nucleicos: ácido ribonucleico (RNA) e o ácido desoxirribonucleico (DNA).

Os ácidos nucleicos estão presentes em todas as células vivas e são biomoléculas essenciais para o controle celular, pois não somente transmitem a informação genética, como também armazenam uma cópia das informações que permitem a sua replicação. O gene é uma sequência específica de ácidos nucleicos que constitui a unidade principal de hereditariedade e é essencial para a gênese da vida. A transmissão hereditária das características, no entanto, não é perfeita, os descendentes apresentam mutações genéticas aleatórias no decurso reprodutivo. Charles Darwin (2014, p. 26) chamou o processo evolutivo de “descendência com modificação”. (DAWKINS, 2007; MORRIS, 2015; HARVEY, 2016)

Durante os primeiros bilhões de anos de vida orgânica no planeta (3,8 Ba - 2 Baa), os organismos se replicavam por essa clonagem imperfeita, sem tanta variedade genética. Contudo, há 2 bilhões de anos, alguns organismos passaram a cooperar na replicação um do outro, ao compartilhar informações de seus DNAs, dando início à reprodução sexuada<sup>5</sup>, o que aumentou o *pool* de genes e acelerou o ritmo evolutivo com o surgimento de organismos multicelulares. Em uma fase quente da história geológica do planeta, o período cambriano, entre 542 e 488 milhões de anos atrás, a Terra experimentou uma explosão de vida<sup>6</sup>, cuja diversidade se assemelha à atual. (DAWKINS, 2007; MORRIS, 2015; HARVEY, 2016)

O supercontinente Pangeia, que existiu entre 540 e 200 milhões de anos, passou por um processo de deriva continental, ao sofrer a pressão contínua das forças tectônicas, separando-se inicialmente em dois continentes: Laurásia (América do Norte e Eurásia) e Gondwana (América do Sul, África, Austrália, Antártica e Índia), com a formação dos oceanos no interior das fraturas continentais. Há 65 milhões de anos, os continentes assumiram a forma tal qual se apresentam nos dias atuais, embora com diferentes níveis de exposição da plataforma continental, dependendo do período de glaciação que a Terra estivesse passando. A biogeografia investiga como plantas, animais e outros organismos passaram a ocupar os espaços que hoje habitam pela reconstrução de suas árvores filogenéticas. A coincidência da explosão de vida cambriana com a existência de Pangeia é uma das variáveis que explicam a distribuição e a variação genética das espécies nos diferentes continentes na atualidade, conforme evidencia a figura<sup>7</sup> 1.1. (STUART, 2016)

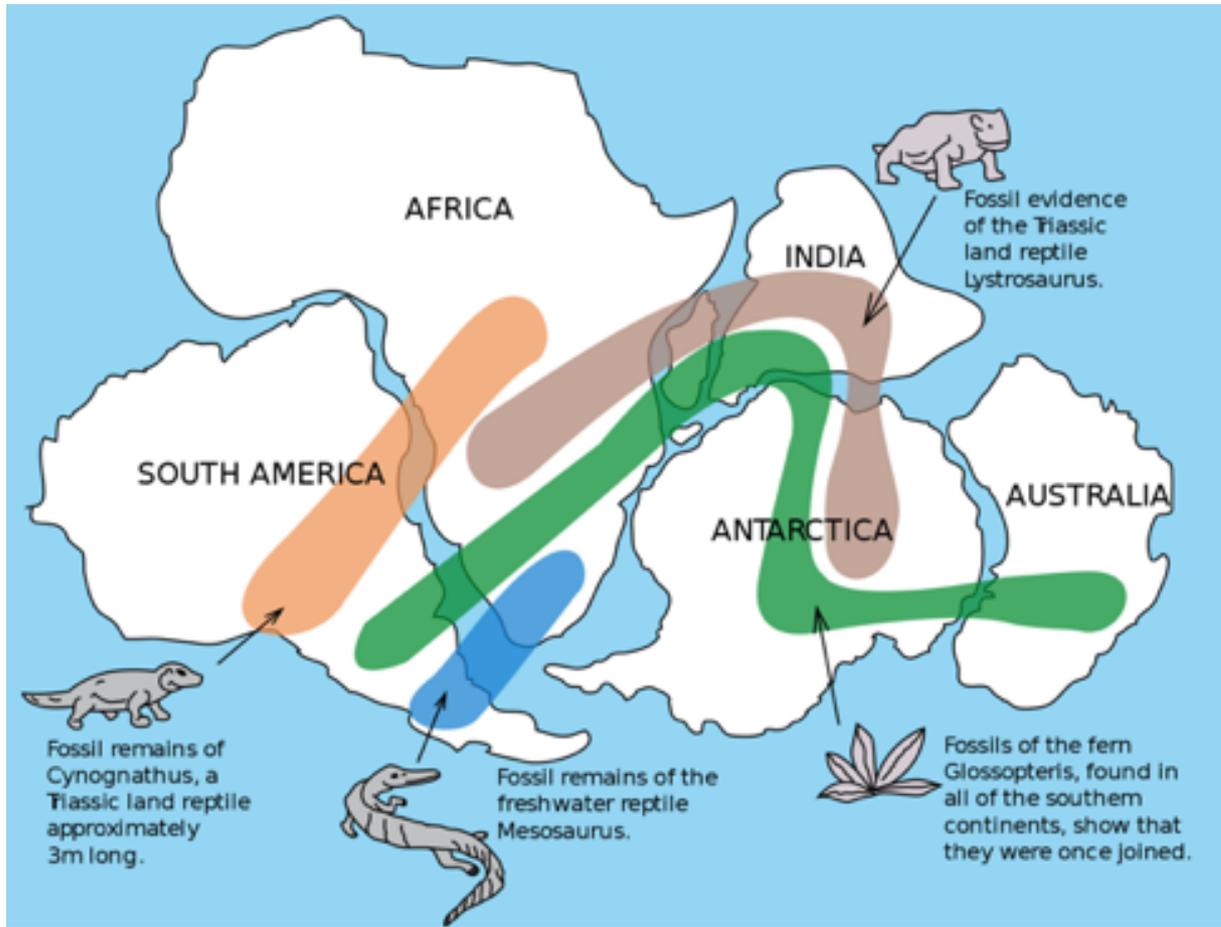
---

<sup>5</sup> A reprodução sexuada ocorre pela fusão de células que se especializaram em reprodução: os gametas. Durante a fase larval ou embrionária, os organismos podem desenvolver-se com simetria corporal ou não. Esponjas são assimétricas; estrelas-do-mar apresentam simetria radial; mas a maioria dos animais apresenta simetria bilateral. Essa noção de simetria é uma aproximação, uma vez que ela não é geometricamente perfeita e há muitos órgãos únicos sem bilateralidade, acomodando-se de forma irregular dentro do corpo.

<sup>6</sup> As evidências se sustentam por assinaturas químicas de rochas cambrianas e por registros fósseis incompletos.

<sup>7</sup> As imagens, quadros, tabelas e gráficos que forem incorporados à tese sem o processamento dos dados pelo autor serão apresentados como figuras.

**Figura 1.1 Distribuição biogeográfica dos fósseis em Gondwana**



Fonte: <https://www.nationalgeographic.org/encyclopedia/continental-drift/>

Ao se buscar a explicação para a exuberância das formas de vida e a origem das espécies, constatou-se que há três mecanismos principais de mudanças evolutivas: a deriva genética, o fluxo gênico e a seleção natural. Deriva genética refere-se ao processo de mudança aleatória da constituição genética de uma população. Antes da reprodução sexuada, a deriva genética era o principal mecanismo de mutação. A deriva continua predominante quando se analisa a evolução em espécies com populações muito pequenas. Fluxo gênico é a migração de genes de uma população para outra, resultando espécies híbridas. Dependendo de quanto as duas espécies divergiram de seu ancestral comum, o cruzamento pode produzir descendentes inférteis, como no cruzamento entre cavalos e burros, resultando mulas estéreis. Os efeitos dessas duas primeiras formas de evolução raramente atuam de modo independente; normalmente, elas atuam de forma combinada com a seleção natural. (DAWKINS, 2007; HARVEY, 2016)

Além desses três mecanismos de mudanças, é importante destacar que existem algumas imensas barreiras biológicas que somente puderam ser transpostas graças às grandes transições evolutivas<sup>8</sup>, que aconteceram fortuitamente, mas que permitiram uma nova etapa de organização da vida em maior escala.

De fato, os maiores marcos na diversificação da vida e na organização hierárquica dos seres vivos são consequências de uma série de transições evolutivas: de genes para redes de genes para a primeira célula; de células procarióticas para células eucarióticas; de células para organismos multicelulares; de seres com reprodução assexuada para populações sexuadas; e de organismos solitários para os organismos sociais. Tais transições exigem a reorganização das aptidões [biológicas fundamentais]; isso quer dizer, a transferência das aptidões do antigo nível individual de menor escala para um novo nível individual superior. É um desafio enorme compreender por que (pressões seletivas ambientais) e como (genética, estrutura populacional, fisiologia e desenvolvimento subjacente) as habilidades básicas de evolução individual (como a hereditariedade, a indivisibilidade e a evoluibilidade<sup>9</sup>) podem mudar a sua referência do nível antigo para o novo nível. (MICHOD, 2007, p. 8.613)

A transição evolutiva revela que grupos de identidades biológicas menores, em um dado momento não identificável e por razões indefiníveis, passam a funcionar como um indivíduo maior e autônomo. Esse novo indivíduo maior ao mesmo tempo em que exerce relativamente sua autonomia também é veículo dos genes das unidades menores que o compõem. Isso tem impacto tanto na seleção multinível biológica quanto na seleção multinível cultural. (TURCHIN, 2015)

Em síntese, a seleção natural é o processo pelo qual mutações genéticas que favoreçam a sobrevivência e a reprodução tornam-se dominantes em uma população, a partir de acúmulos graduais e geracionais de descendência com modificação. Características favoráveis que são hereditárias acabam sendo transmitidas geração a geração e podem resultar em adaptações para nichos ecológicos ou podem acarretar o surgimento de uma nova espécie. Designa-se como espécie o conjunto de indivíduos capazes de compartilhar material genético, gerando descendência fértil. (DAWKINS, 2007; HARVEY, 2016)

---

<sup>8</sup> Cf SMITH, John Maynard; SZATHMARY, Eörs. *The major transitions in evolution*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

<sup>9</sup> *evolvability*

A especiação ocorre quando uma parcela da população de uma espécie se isola geograficamente ou altera o seu comportamento de modo a não mais se reproduzir com o restante da população de sua espécie ancestral, formando, com o acúmulo de mutações intragrupal, uma nova espécie. Evidências genéticas sustentam fortemente a hipótese de origem única de todos os seres vivos conhecidos, a partir de uma divergência gradual<sup>10</sup>. (DAWKINS, 2007; HARVEY, 2016)

O problema com o termo evolução é que ele pode atribuir um valor de progresso, como se a seleção natural tivesse o objetivo de tornar os organismos mais simples em formas mais complexas de vida, como se fosse possível estabelecer uma *scala naturae* desde os estágios menos desenvolvidos de vida até os mais complexos, sendo o apogeu evolutivo normalmente representado pelos seres humanos. (DAWKINS, 2007; MORRIS, 2015; HARVEY, 2016)

O senso comum que percebe uma ampla variedade de espécies complexas de vida contemporaneamente é incapaz de constatar que a maior presença de espécies complexas tem relação com o aumento da quantidade total de organismos ao longo do tempo. Os microscópicos procariontes respondem por cerca da metade da biomassa no planeta. Os organismos mais simples continuam sendo a forma de vida dominante e compõem parcela expressiva da biodiversidade planetária. (DAWKINS, 2007; MORRIS, 2015; HARVEY, 2016)

Essa ideia equivocada de evolução linear, positivamente progressiva e etnocêntrica dominou a história da biologia e influenciou a política, que passou a sistematizar métodos de “melhoria” do *pool* genético humano com cruzamentos seletivos, controle de natalidade, esterilização compulsória e extermínio de indesejáveis. Essa proposta de “melhoria” do *stock* de pessoas, tidas como células, levaria ao progresso das sociedades, entendidas como organismos, cuja sobrevivência dependeria de sua melhor adaptação ao meio internacional, tido como um ambiente hostil e de competição por recursos escassos.

Denunciar a eugenia da antropologia evolucionista do darwinismo social não deveria impedir o resgate das contribuições da biologia evolutiva, da etologia e da biogeografia. Superar os fundamentos pseudocientíficos de políticas racistas e xenófobas de segregação do “outro” não significa ignorar a matriz de violência que existe na natureza.

---

<sup>10</sup> A partir desse *pool* de genes ancestral formaram-se três domínios de seres vivos: *Archaea*, *Bacteria* e *Eukarya*.

## 1.2 VIOLÊNCIA E CORRIDA ARMAMENTISTA EVOLUTIVA

A biologia evolutiva estuda a evolução não apenas por meio da observação dos indivíduos de uma determinada espécie, mas também por meio de outras escalas: células, genes, organismos multicelulares, animais e grupos sociais. Para se compor o quadro ontológico mais amplo para se encontrar as contribuições biológicas do comportamento social de orientação humanitária, é importante destacar as teorias que ofereçam um panorama abrangente sobre cooperação e violência, a partir de diferentes unidades de análise evolutiva.

No período cambriano (542 Ma - 488 Ma), algumas células que compartilhavam material genético passaram a se agrupar formando organismos multicelulares, promovendo uma explosão de variedades de vida orgânica. No longuíssimo processo evolutivo, algumas células passaram a se especializar em determinadas funções que melhoram o desempenho reprodutivo dos organismos multicelulares (DAWKINS, 2007; MORRIS, 2015). Sobre esse processo de cooperação celular para o sucesso de perpetuação dos genes, constata-se que:

As células de barbatanas ou pés não competiam com as de estômagos ou ossos; em vez disso, cooperaram para formar uma criatura capaz de competir de maneira mais bem-sucedida com os outros agrupamentos de células e conseguir a energia que todos esses animais precisavam. O resultado foi uma corrida armamentista evolucionista. Foram necessárias centenas de milhões de anos, mas algumas células se especializaram em ser sensíveis a luz, som, toque, gosto ou cheiro, e disso resultaram olhos, ouvidos, pele, línguas e narizes, que deram aos animais a informação sobre aonde ir e o que fazer. Os nervos carregaram essa informação até um ponto único, normalmente na parte frontal do animal, onde formaram nós e pequenos cérebros. [...]

Há cerca de 400 milhões de anos, das bocas de alguns peixes brotaram dentes cartilagosos, afiados o suficiente – e implantados em mandíbulas fortes o suficiente – para rasgar a carne de outros animais. Esses prototubarões haviam descoberto um atalho na competição por energia. Podiam roubar a energia presa no corpo de outros animais comendo-os, e, quando se deparavam com outros prototubarões competindo pela mesma comida ou pelo mesmo parceiro sexual, podiam lutar. Os dentes elevaram a competição a outro patamar, e os outros animais reagiram desenvolvendo escamas protetoras, maior velocidade de fuga e dentes próprios (ou ferrões, bolsas de veneno e – na terra – garras e presas) para revidar os ataques. A violência evoluía. (MORRIS, 2015, p. 341)

Em *Alice através do espelho*, de Lewis Carroll, a personagem Rainha Vermelha assevera: “É preciso correr ao máximo, para se permanecer no mesmo lugar” (CARROLL, 2010, p. 121). Tal assertiva levou à proposição da hipótese da Rainha Vermelha na seleção natural, na qual se sugere que a constante luta entre espécies competidoras levaria a uma corrida armamentista biológico-evolutiva. Estar preparado para o combate foi fundamental para o indivíduo não ser simplesmente destruído e a espécie extinta.

Entretanto, nem sempre a luta vale a pena. A chance de sucesso de sobrevivência depende de um processo inconsciente de se decidir se vale a pena lutar ou não, em uma estratégia instintiva chamada de *fight, fright, and flight*<sup>11</sup>. Essa não é uma decisão racional, o processo evolutivo especializou células que produzem reações químicas nos cérebros: os hormônios, para operacionalizar essas decisões. Cada animal<sup>12</sup> vai reagir de maneira diferente.

Os hormônios conferem diferentes personalidades para os animais, ainda que da mesma espécie. Os hormônios evoluíram para auxiliar os animais nas decisões imediatas em benefício da transmissão de seus genes. Na natureza, ainda predominam as espécies que se comportam majoritariamente agressivas, mas há um número considerável de espécies que adotam estratégias *fight, fright, and flight* e mesmo artifícios cooperativos para garantir o seu sucesso de perpetuação genética. (DAWKINS, 2007; MORRIS, 2015)

A violência é uma adaptação evolucionista e foi necessária para a sobrevivência dos ancestrais dos animais que compõem a fauna presente, mas o recurso à competição predominantemente violenta traz prejuízos para a perpetuação da espécie muito agressiva. Os indivíduos das espécies que desenvolveram algumas capacidades de cooperação ou de fuga conseguiam sobreviver por mais tempo e com menos ferimentos, que permitiram a esses indivíduos perpetuarem seus genes. No jogo de descendência com modificação, a estratégia evolucionariamente estável sugere que o controle da violência é uma importante forma de uma espécie prosperar na longuíssima duração. (DAWKINS, 2007; MORRIS, 2015)

A evolução dos mecanismos de violência dos organismos multicelulares poderia ter conduzido as espécies para uma armadilha de destruição mútua<sup>13</sup>, porém estratégias de não violência e de cooperação passaram a ter um caráter preponderante no caminho evolutivo de determinadas espécies<sup>14</sup>. Além dos organismos multicelulares e das espécies, os genes e os grupos de indivíduos oferecem outras perspectivas importantes para se compreender a dimensão egoísta e altruísta no comportamento de algumas espécies.

---

<sup>11</sup> “lutar, temer e fugir”.

<sup>12</sup> Os vegetais também participam da corrida armamentista biológico-evolutiva.

<sup>13</sup> De fato, muitas espécies se extinguíram assim.

<sup>14</sup> Ao se estabelecer hipóteses sobre relações de causalidade, é preciso muita cautela para não cair na armadilha do lamarckismo.

### 1.3 GENE IMORTAL E SELEÇÃO MULTINÍVEL

Na teoria clássica da evolução das espécies, proposta por Charles Darwin (2014), a unidade primordial de seleção é o organismo individual, competindo pelos recursos escassos com seus pares, presas e predadores em uma estrutura hierárquica de dominância em um dado ambiente. Quando se analisa pelo viés dos indivíduos, o comportamento egoísta e violento – ainda que matizado pela estratégia *fight, fright, flight* – parece ser o mais vantajoso, mas a seleção natural atuaria concomitantemente sobre indivíduos e grupos, mesmo que de forma contraditória muitas vezes.

Ao se assumir a perspectiva clássica de seleção de grupo, constata-se que animais sociais organizados em grupos cooperativos teriam maiores chances de prosperar. Quando um indivíduo de um grupo avistasse um predador, ele poderia emitir um som para sinalizar a presença do predador<sup>15</sup>, embora o ruído pudesse denunciar a sua posição imediatamente para o predador. Assim, em uma perspectiva teleológica, o indivíduo que alertou estaria atuando para o bem da espécie.

Darwin (2014) chegou a propor, ao adequar da ideia de seleção de grupo para a espécie humana, que grupos sociais organizados em valores como obediência e solidariedade teriam maiores chances de prosperar em disputas com grupos menos “virtuosos”. A pressão da seleção de grupo constrangeria os impulsos egoístas individuais. No grupo, também haveria um sistema de recompensas e de punições para os indivíduos não cooperativos. Indivíduos habilidosos que compartilhassem suas conquistas seriam recompensados pelo *status* e pela vantagem na seleção sexual. Recusar-se a dividir ofenderia a norma social e deixaria o indivíduo egoísta sujeito à humilhação pública.

Charles Darwin não viveu na era da genética e sua teoria de evolução das espécies a partir da seleção de indivíduos e de grupos arriscou-se a propor relações de causalidades ambiciosas. Richard Dawkins<sup>16</sup> (2007) propõe que a unidade básica da seleção natural deveria privilegiar os genes em detrimento das análises com ênfase nos indivíduos, nos grupos sociais ou nas espécies. Nessa perspectiva, corpos seriam máquinas de sobrevivência dispostas a replicarem o seu material genético. Os corpos morrem, mas o material genético permanece. Há genes de 10 milhões de anos<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> Plantas emitem toxinas.

<sup>16</sup> Na verdade, Richard Dawkins condensa as principais contribuições da biologia evolutiva disponíveis em 1976.

<sup>17</sup> Cf SAGAN, Carl. *Os dragões do Éden: especulações sobre a evolução da inteligência humana*. Lisboa: Gradiva, 1997.

Dawkins, no prefácio da edição comemorativa de trinta anos do livro *O gene egoísta* (originalmente de 1976), sugeriu que talvez o título mais adequado para seu livro seria *O gene imortal*, pois o comportamento dos organismos pode ser egoísta ou altruísta, dependendo da melhor estratégia para perpetuação dos genes. Dawkins faz uma distinção importante entre os “veículos” (organismos) e os “replicadores” (genes), no qual pode-se constatar que os “replicadores” são egoístas, mas os “veículos” podem ser tanto egoístas quanto altruístas, conforme fosse melhor para a replicação dos genes dos “veículos”. A análise da seleção natural deveria ser feita prioritariamente nesses dois níveis (veículo e replicador) dialeticamente. (DAWKINS, 2007)

A explicação de que indivíduos se sacrificariam em benefício da preservação da espécie seria uma atribuição de racionalidade teleológica. Quando um novo leão alfa assume um grupo de fêmeas, é comum que o novo alfa mate os filhotes dos outros machos, pois não está interessado na preservação da espécie, mas na perpetuação de sua valiosa genética. Uma das alternativas para se interpretar os comportamentos altruístas seria se concentrar na seleção de parentesco, para preservar parentes próximos que compartilhem bastante material genético com o indivíduo altruísta. O geneticista britânico John Haldane, quando perguntado se daria sua vida por um irmão seu, respondeu anedoticamente que não, mas que daria por dois irmãos ou oito primos. (DAWKINS, 2007)

A tese do gene egoísta apontava para a rejeição da ideia de seleção de grupo, na qual indivíduos altruístas poderiam se colocar em risco para maximizar a segurança e o bem-estar de todo o grupo, independentemente do grau de parentesco com os indivíduos ajudados pelo altruísta. A objeção à seleção de grupo se deu por parecer contrária a uma força evolucionária maior: a sobrevivência individual com a replicação de seus genes. A tese do gene egoísta conferia maior ênfase à seleção de parentesco. (DAWKINS, 2007)

A seleção de parentesco favoreceu os indivíduos capazes de ter empatia com os membros da sua família nuclear ou da sua família expandida, também chamada de clã. Um clã pode ser entendido como um grupo social com relações de parentesco ampliado. Quanto maior o grau de parentesco, maior o compartilhamento de material genético, logo maiores as chances de comportamentos altruístas entre indivíduos da mesma família ou clã, pois a proteção de um de seus membros, ainda que à custa do bem-estar do indivíduo altruísta, aumentaria as chances de sobrevivência e replicação do material genético presente tanto no indivíduo altruísta quanto nos parentes ajudados. (DAWKINS, 2007)

Dawkins faz questão de minimizar qualquer tentativa de reduzir sua tese a mero determinismo genético. Para Dawkins, os genes são amorais e buscam a sobrevivência pela replicação, mas os seres humanos são seres culturais e éticos; portanto, não se pode justificar atos imorais em função de pulsão biológica ou psíquica. Faz parte da natureza política humana se pensar em modos mais sofisticados e igualitários de vida que precisam da educação formal e informal para se tornar um substrato cultural forte a compor o inconsciente coletivo transmitido atavicamente. “Os nossos cérebros evoluíram até o ponto em que somos capazes de nos rebelar contra os nossos genes egoístas” (DAWKINS, 2007, p. 19).

Sincronicamente, a imagem econômica neoliberal do *Homo economicus*, o ator racional motivado pela maximização dos seus interesses egoístas, parece ter encaixado como uma luva com as teses evolucionárias preponderantes na década de 1970. Na psicologia social, as explicações sobre honestidade, cooperação e altruísmo partiam do axioma de que o ser humano é egoísta e maximizador de utilidade. Qualquer ato generoso e compassivo precisava ser enquadrado como um ato de egoísmo travestido de bondade. A tese do gene egoísta desdenha da seleção de grupo, mas não descarta a seleção de parentesco, que explicaria um altruísmo interessado na perpetuação de seus genes pelos parentes próximos. (APPEL, 2018)

Quando não se podia identificar nenhum interesse envolvido no ato benevolente, esses gestos eram categorizados como refugos de comportamento que foram anteriormente vantajosos na seleção de parentesco. “Não faz mal, dizem os cínicos: esses comportamentos são apenas *misfirings* de sistemas antigos projetados para a vida em pequenos grupos no Pleistoceno, onde a maior parte das pessoas eram aparentadas”. (APPEL, 2018, p. 55)

A seleção de parentesco, todavia, parece não ter sido tão preponderante para os humanos como antes se acreditava. Ao se analisar a relação de consanguinidade das redes de afeto de um indivíduo forrageador<sup>19</sup>, em pesquisa feita com 32 grupos de caçadores e coletores modernos, percebeu-se que somente 10% dos amigos próximos eram parentes. Nas relações sociais contemporâneas tipicamente urbanas e conectadas em tecnologias sociais, fica ainda mais evidente que as redes pessoais de afeto transcendem limites de consanguinidade, mas não negam uma predileção natural de ajuda espontânea a parentes próximos. (HILL, WALKER, BOZICEVIC, 2011; APPEL, 2018)

---

<sup>19</sup> Forrageamento é a busca por recursos alimentares importantes para a sobrevivência e perpetuação da espécie. A caça e a coleta são atividades de forrageio. A teoria do forrageamento ótimo defende que animais forrageadores buscam alimentos com maior disponibilidade de energia e de nutrientes com o menor custo de busca possível, inclusive evitando conflitos com espécies concorrentes e com predadores.

Na teoria de seleção multinível, o processo evolutivo, de modo autorregulado, poderia privilegiar certas unidades básicas de seleção – genes, células, organismos, indivíduos, grupos, espécies, biomas<sup>20</sup> – em detrimento de outras, de forma distinta para cada contexto. A seleção natural, aleatoriamente, designa qual força prevalecerá na evolução de uma dada espécie. A evolução humana parece ter contado com a colaboração decisiva da seleção de grupo, que acabou atuando de modo mais incisivo do que a seleção individual. (TURCHIN, 2015; APPEL, 2018)

Como argumentamos [...], é o equilíbrio entre seleção individual e a seleção de grupo que vai determinar se os genes altruístas vão se fixar num *pool* genético. Quando as pessoas realizam atos altruístas que são benéficos ao grupo, mas custosos ao sucesso reprodutivo individual, estes atos serão *por definição* favorecidos pela seleção de grupo e contrapostos pela seleção individual. [...]

Uma seleção de grupo extremamente forte pode sustentar os genes altruístas porque grupos com muitos altruístas serão mais bem-sucedidos do que grupos pouco altruístas. (APPEL, 2018, pp. 62-63)

A seleção de grupo teria se tornado preponderante em função do conflito intersocietário, traço filogenético comum entre humanos e chimpanzés, herdados há 6 milhões de anos. A guerra beneficiou a seleção de grupo ante a seleção individual na espécie humana. Mesmo os proto-humanos tendo vivido em ambientes inóspitos, nos quais eles poderiam ter sido extintos pela escassez de recursos mínimos para a sobrevivência, muitos deles acabaram sendo assassinados antes de morrerem por inanição ou por outras causas naturais. Os fósseis encontrados das diferentes espécies proto-humanas descortinam um cenário de conflitos intersocietários constantes, violentos, com alto coeficiente de letalidade. Quanto mais o grupo cooperasse, maiores seriam suas chances de sobrevivência. A cooperação intragrupo, com a presença de gestos altruístas, não exclui a violência extragrupo. (KEELEY, 2011; TURCHIN, 2015; DIAMOND, 2014; APPEL, 2018).

---

<sup>20</sup> Bioma é considerado uma unidade biológica, pois trata-se de uma grande organização biológica, composta por uma variedade de espécies de fauna e de flora adaptadas às condições ecológicas e geográficas, que sofrem pressões evolutivas e têm a sua sobrevivência ameaçada pelo desequilíbrio de seus ecossistemas.

Charles Darwin, ao refletir sobre a seleção de grupo nas sociedades humanas, emitiu o seguinte parecer:

Não se deve esquecer – mesmo que um alto padrão de moralidade individual pudesse conferir apenas uma sutil ou mesmo nenhuma vantagem a cada homem e a seus filhos sobre os outros homens da mesma tribo – que um aumento no efetivo de homens probos e que um avanço no padrão da moralidade [coletiva] certamente atribuíram uma imensa vantagem a uma tribo em detrimento da outra. Uma tribo cujos membros possuíssem um elevado grau de espírito de patriotismo, fidelidade, obediência, coragem e simpatia e que estivessem sempre dispostos a ajudarem-se mutuamente e a sacrificarem-se pelo bem comum, possivelmente, se sagraria vitoriosa contra a maioria das outras tribos; e isso seria [um fenômeno atribuído à] seleção natural. Em toda história do mundo inteiro, tribos suplantaram outras tribos; e, porque a moralidade é um elemento importante para o sucesso [na coesão intratribal e no conflito intertribal], o padrão de moralidade e o efetivo de homens probos tenderia a aumentar e a melhorar, em toda parte. (DARWIN, 1981, p. 76)

Darwin destaca, ainda, que várias espécies animais de sociabilidade complexa apresentam emoções e expressões faciais que facilitam o estabelecimento de grupos gregários. Os proto-humanos, no entanto, tiveram um desenvolvimento inesperado de certas expressões faciais que foram evolutivamente estratégicas para a ultrassociabilidade humana. Os humanos são os únicos animais que ruborizam de vergonha quando são flagrados em erro, que riem das situações cotidianas (as hienas ululam, elas não riem porque acham graça) e que possuem a esclera (a parte branca do globo ocular) bem destacada, o que permite perceber se o interlocutor está prestando atenção ou se é confiável, ao não desviar o olhar quando confrontado (DARWIN, 2005). Essas características biológicas, associadas à revolução cognitiva, permitiram conferir uma dimensão moral para a sociabilidade humana e que será importante para revelar o componente humanitário no jogo de poder internacional.

A teoria da seleção multinível revela que as pressões da seleção natural atuam de modo concomitante e muitas vezes de modo contraditório em diferentes níveis da hierarquia biológica: genes, células, organismos, indivíduos, grupos, espécies, biomas sendo o resultado final das diferentes pressões evolutivas algo casuístico e aleatório. Essa perspectiva multinível conta com ampla aceitação da comunidade epistêmica evolucionista e é interessante para a tese porque amplia as possibilidades de compreensão de comportamentos altruístas, cooperativos e humanitários, ainda que permeados de atos violentos e de intenções contraditórias. (TURCHIN, 2015)

#### 1.4 O SURGIMENTO DOS *SAPIENS*

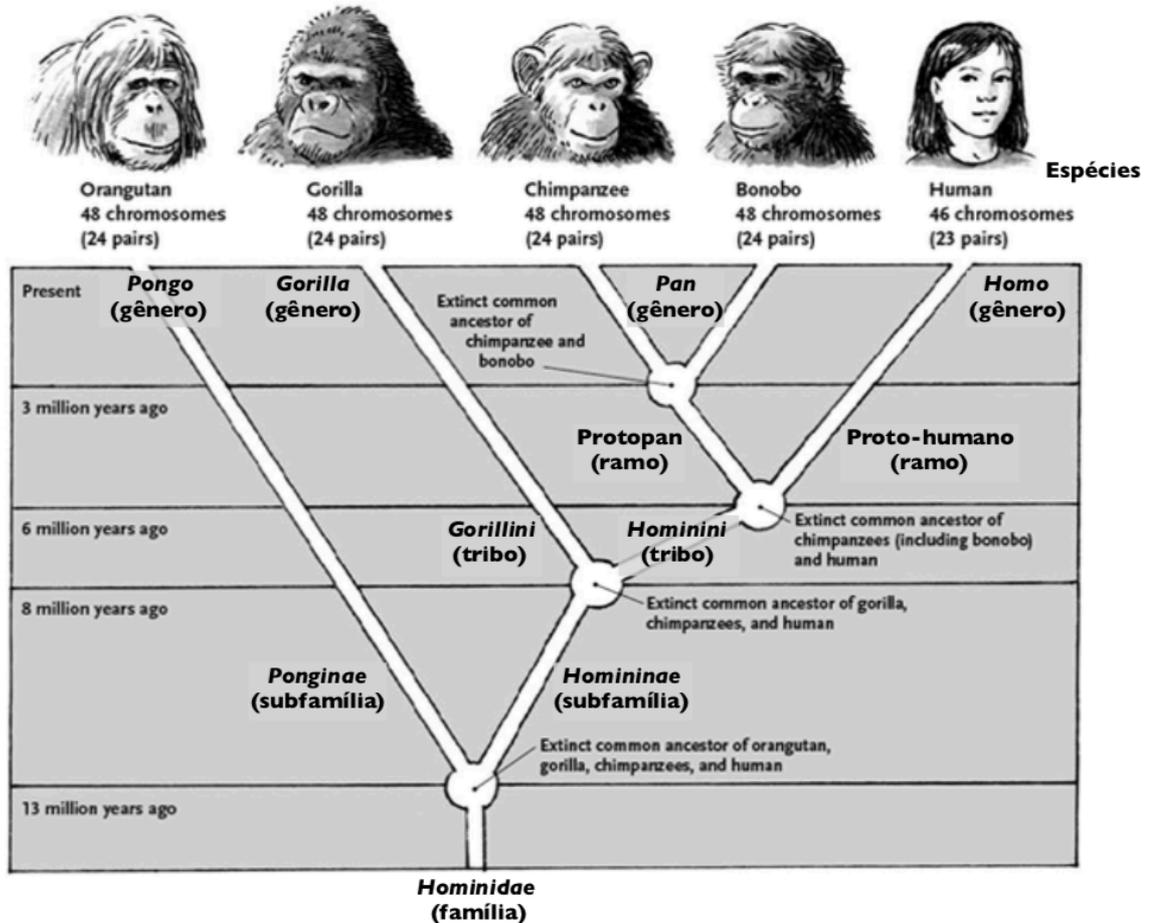
Durante os milhões de anos da corrida armamentista evolutiva, surgiram, há 233 milhões de anos, os dinossauros, cujo apogeu como espécie dominante no planeta se deu há 167 milhões de anos. A extinção do Cretáceo-Paleógeno<sup>21</sup> – ocorrida há 65,5 milhões de anos, em função da colisão de um enorme asteroide na atual região da cratera soterrada de Chicxulub, na Península de Yucatã, associada a uma chuva de meteoros –, promoveu um extermínio em massa, na qual 75% das espécies tanto as terrestres quanto as marinhas foram extintas. Somente as espécies emplumadas dos dinossauros sobreviveram: os ancestrais das aves. Apesar de dinossauro significar lagarto terrível, os dinossauros não eram répteis. 5 milhões de anos antes dessa grande extinção em massa, surgiram os primatas, a partir da especiação de um pequeno mamífero roedor capaz de fuçar embaixo da terra e de escalar pequenas árvores, o que lhes permitiram prosperar nesse cenário catastrófico.

A ordem dos primatas surgiu há 70 milhões de anos e se dividiu, há 35 milhões de anos, em duas superfamílias: a dos prossímios (lêmures, lorises, társios, macacos do velho e do novo mundo) e a dos antropóides (*Hominoidea* ou grandes símios). A superfamília dos antropóides, por sua vez, há 20 milhões de anos, se subdividiu em duas famílias: a dos hilobatídeos (*Hylobatidae*, que resultou na espécie dos gibões) e a dos homínídeos (*Hominidae*). A família dos homínídeos, 13 milhões de anos atrás, se decompôs em duas subfamílias: a dos pongíneos (*Ponginae*, que deu origem a três espécies de orangotangos) e a dos homíníneos (*Homininae*). A subfamília dos homíníneos, há aproximadamente 8 milhões de anos, se dissociou em duas tribos: a dos *Gorillini* (que gerou duas espécies de gorilas) e a dos *Hominini*. A tribo *Hominini*, há cerca de 6 milhões de anos, se partiu em dois gêneros: o *Pan* (que deu origem a duas espécies paninas: a dos chimpanzés e a dos bonobos) e o *Homo* (que teve uma grande quantidade de espécies proto-humanas, mas acabou sobrevivendo até a atualidade apenas uma: a dos *Homo sapiens*). A figura 1.2 sintetiza o caminho evolutivo percorrido e descrito nesse parágrafo. (WRAGG-SYKES, 2016; ROBERTS, 1993; MORRIS, 2015; HARARI, 2016)

---

<sup>21</sup> A extinção do Cretáceo-Paleógeno não foi o único nem o maior evento catastrófico a se abater sobre a Terra, registram-se também as extinções do Ordoviciano (450 Maa), do Denoviano (365 Maa), do Permiano-Triássico (250 Maa) e do Triássico-Jurássico (200 Maa).

Figura 1.2 Filogenia dos *Homo sapiens*



Fonte: Figura adaptada pelo autor a partir de imagem em <https://www.britannica.com/topic/Homo-sapiens/>

De modo geral, os primatas caracterizam-se pela morfologia pouco especializada, o que permite alto grau de plasticidade funcional no processo evolutivo, além de grande adaptabilidade a diferentes climas, principalmente em razão da dieta omnívora. Os hominídeos, a partir de 20 milhões de anos atrás, mesmo percorrendo caminhos evolutivos distintos, passaram a se caracterizar anatomicamente pela liberação gradativa dos braços da função locomotora; adaptação à postura bípede; nenhuma cauda; aumento da capacidade craniana e do tamanho dos cérebros; sistema mastigatório reduzido com dentes menores e caninos não especializados<sup>22</sup>; mãos com ganhos de motricidade fina e pés preênses, com polegares e hálux opositores<sup>23</sup>; conversão das garras em unhas; comportamento social cooperativo; organização de hierarquia social; revelação de sentimentos pela expressão facial; capacidade de enganar; e vocalização complexa<sup>24</sup>.

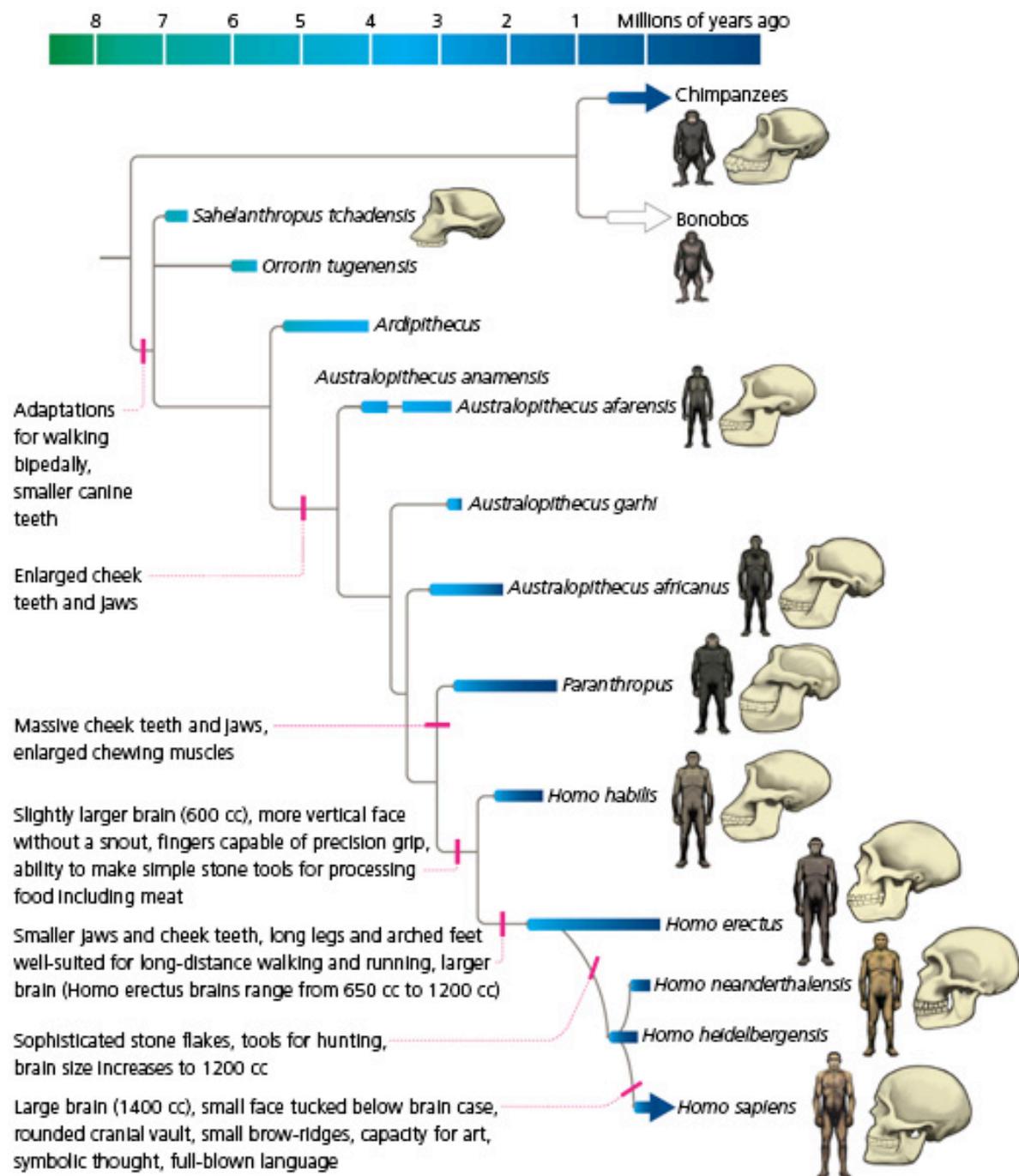
<sup>22</sup> Os dentes caninos não se encontram formando presas.

<sup>23</sup> O gênero *Homo* não têm hálux opositor.

<sup>24</sup> No caso da espécie *Homo sapiens*, houve a diminuição do maxilar e a descida da laringe, permitindo grunhir fonemas mais diversos.

As primeiras espécies proto-humanas registradas foram a *Sahelanthropus tchadensis* e a *Orrorin tugenensis*, que surgiram por volta de 6 milhões de anos atrás. Outros gêneros proto-humanos que surgiram foram o *Ardipithecus* (5,2 Maa - 3,8 Maa) e o *Australopithecus* (4 Maa - 2 Maa). Segundo registros fósseis, o *Australopithecus* parece ter sido o ancestral comum de outros dois gêneros: o *Paranthropus* (2,7 Maa - 1,2 Maa) e o *Homo* (2,4 Ma - hoje). A figura 1.3 apresenta essa árvore filogenética dos *Homo sapiens*.

### 1.3 Árvore filogenética dos *Hominini*



Fonte: [https://evolution.berkeley.edu/evolibrary/images/evograms/hominid\\_evo.jpg](https://evolution.berkeley.edu/evolibrary/images/evograms/hominid_evo.jpg)

A expressão proto-humano carrega um sentido equivocado de que os 6 milhões de anos de existência desse ramo da tribo *Hominini* fosse uma experiência de protótipos de corpos humanos imperfeitos até se chegar à anatomia moderna dos *Homo sapiens*. Há, ainda, taxonomias que enquadram os gêneros *Sahelanthropus*, *Orrorin*, *Ardipithecus*, *Australopithecus* e *Paranthropus* como pré-humanos. Outro termo carregado de valor comumente usado é humanos arcaicos, para distinguir as diferentes espécies *Homo* dos *Homo sapiens*. (WRAGG-SYKES, 2016; ROBERTS, 1993; MORRIS, 2015; HARARI, 2016)

Para efeitos dessa pesquisa, decidiu-se por priorizar o termo proto-humano para designar todos os gêneros resultante da divisão da tribo *Hominini* e usar o termo humano para designar os *Homo sapiens* após a revolução cognitiva, ocorrida há apenas 70 mil anos, quando a espécie vai apresentar não apenas uma configuração anatômica moderna, como também uma capacidade intelectual tão articulada quanto a dos humanos na contemporaneidade.

A existência das diferentes espécies de vida no planeta está diretamente relacionada com os fenômenos climáticos do período geológico que a Terra vive. Compreender as dinâmicas ecológicas que pressionavam os *Homo sapiens*, no seu contexto evolutivo, é importante para decifrar aspectos de sua sociabilidade e territorialidade, que ajudaram a conformar o substrato geopolítico contemporâneo.

## 1.5 PERÍODO GLACIAL E GRANDES MIGRAÇÕES

Estima-se que o planeta tenha presenciado cinco ou seis eras do gelo<sup>25</sup>, nos últimos 3 bilhões de anos. A presença de gelo permanente nas calotas polares, nos topos das montanhas geladas e em outras localidades evidencia que o planeta está em uma era do gelo; do contrário, a água estaria apenas em seu estado líquido e parcelas significativas de terra estariam encobertas, como acontece nas eras quentes do planeta, em que a temperatura média global é de 8° a 15° C acima da média atual. Nos períodos quentes, não há gelo permanente sobre a Terra. Nos períodos de glaciação, o gelo cobre aproximadamente 30% da superfície terrestre. No atual período interglacial, o gelo cobre cerca de 10% do planeta. (WRAGG-SYKES, 2016; LOPEZ, VAN DORP, HELLENTHAL, 2015; ROBERTS, 1993; HARARI, 2016)

---

<sup>25</sup> O tempo geológico é dividido em Éon, Era, Período e Época. O tempo presente é classificado como sendo do Éon Fanerozoico (iniciado há 540 Ma, caracterizado pela explosão de vida orgânica multicelular); da Era Cenozoica (iniciado há 65 Ma, quando os continentes assumiram seus contornos atuais, quando apareceram os mamíferos e quando se iniciou a mais recente era do gelo há 34 Ma); do Período Quaternário (iniciado há 2,5 Ma, sendo uma fase de resfriamento dessa era do gelo cenozoica, em que ocorreram 5 períodos de glaciações, a mais recente com início há 100 mil anos e término há 10 mil anos); da Época Holocena (iniciada há 12 ma, caracterizado por ser um período interglacial).

Durante uma era do gelo, há períodos de glaciações severas, entrecortados por períodos relativamente curtos, nos quais a temperatura global se eleva um pouco: os períodos interglaciais. A mais recente era do gelo começou há 34 milhões de anos, tendo presenciado uma intensificação do resfriamento há 2,5 milhões de anos, com 5 períodos de picos glaciais, tendo o último período de glaciação ocorrido entre 100 e 10 mil anos atrás. Desde então, o planeta experimenta um período interglacial de gradativo aquecimento global. O prêmio Nobel, Paul Crutzen, popularizou o termo Antropoceno para se referir a esse momento contemporâneo do Holoceno, no qual as atividades humanas têm acelerado a taxa de extinção das espécies e têm provocado mudanças climáticas severas pelo aquecimento global. (WRAGG-SYKES, 2016; LOPEZ, VAN DORP, HELLENTHAL, 2015; ROBERTS, 1993)

Essas mudanças do clima e das paisagens, a partir de 2,5 milhões de anos atrás, com o Período Quaternário, ensejaram uma resposta migratória das espécies na luta pela sobrevivência. Já nas primeiras gerações de espécies *Homo*<sup>26</sup> houve um grande movimento migratório. Os primeiros proto-humanos a migrarem para fora da África, cruzando o Levante, foram os descendentes dos *Homo habilis*: os *Homo erectus* e os *Homo ergaster*. Os *Homo ergaster* chegaram à Ásia, região atual da Geórgia, por volta de 1,8 milhão de anos atrás. Os *Homo erectus* iniciaram sua dupla migração, na mesma época, alcançando o Sudeste da Ásia – região da China (há 1,6 Ma) e de Java (há 1,1 Ma, onde especiou-se como *Homo floresiensis* ou, coloquialmente, *hobbits*) – e para a região mediterrânea da Europa, há 1,2 milhão de anos. Houve, também, movimentos migratórios de retorno para a África. Análises paleoantropológicas sugerem que o relativo isolamento desses grupos permitiu, no longo prazo, a especiação completa de outras espécies *Homo*, bem como o contato de muitos desses grupos permitiu o surgimento de espécies *Homo* híbridas. (WRAGG-SYKES, 2016; LOPEZ, VAN DORP, HELLENTHAL, 2015; ROBERTS, 1993)

A hipótese de origem única continua dominante, contudo amostras de DNA complexificaram a ideia original do postulado. Vestígios genéticos de diferentes espécies proto-humanas foram encontrados em diferentes grupos humanos dispersos geograficamente. Embora haja dominância do material genético dos *Homo sapiens*, a miscigenação desses com as variedades proto-humanas arcaicas resultantes da especiação regional, fizeram com que algumas populações humanas atuais contassem com um pequeno percentual de hibridização.

---

<sup>26</sup> Rol não exaustivo de algumas espécies *Homo*, com a indicação de seus respectivos períodos de existência: *Homo rudolfensis* (2,4 Ma - 1,9 Ma); *Homo habilis* (2,1 Ma - 1,5 Ma); *Homo erectus* (2,0 Ma - 30 ma); *Homo ergaster* (1,9 Ma - 1,4 Ma); *Homo antecessor* (1,2 Ma - 800 ma); *Homo heidelbergensis* (800 ma - 100 ma); *Homo rhodesiensis* (800 ma - 120 ma); *Homo (sapiens) neanderthalensis* (430 ma - 40 ma); *Homo (sapiens) sapiens* (200 ma - até hoje).

Aproximadamente há 900 mil anos, um segundo movimento migratório a partir da África dispersou-se sobre a Eurásia; dessa vez, promovida pelos descendentes anatomicamente modernos do *Homo erectus*: a espécie *Homo antecessor*, ancestral comum do *Homo sapiens* e de outras espécies *Homo* modernas. Primeiramente, os próprios *Homo antecessor* chegaram à Península Ibérica, há 900 mil anos. Depois, os seus descendentes africanos: os *Homo heidelbergensis*, surgidos há 800 mil anos, migraram para a parte oriental e Sul da África, há 600 mil anos, onde ficaram conhecidos como *Homo rhodesiensis* (ou *Homo heidelbergensis lato sensu*); e, depois, migraram para a Europa, onde especiaram-se como *Homo neanderthalis* (neandertais), há 400 mil anos. Os neandertais, por sua vez, ao migrarem, a partir da Europa, 90 mil anos atrás, para a região da Sibéria, hibridizaram-se com os *Hominis denisovans* que lá viviam há 125 mil anos. Mais tarde, há 40 mil anos, os *Homo sapiens*, com algum grau de hibridização com os denisovanos, migraram para a região atual da Indochina, da Indonésia e da Melanésia. (WRAGG-SYKES, 2016; LOPEZ, VAN DORP, HELLENTHAL, 2015; ROBERTS, 1993)

É possível identificar a existência dos primeiros indivíduos *Homo sapiens*, na região central da África Oriental, entre 300 e 200 mil anos atrás<sup>27</sup>; período no qual os *Homo sapiens* completaram sua especiação a partir do *Homo rhodesiensis*<sup>28</sup>. Durante o último período de glaciação, entre 100 e 10 mil anos atrás<sup>29</sup>, os *Homo sapiens* iniciaram o terceiro movimento migratório das espécies *Homo*. Durante muito tempo, a hipótese mais aceita sugeria que esse terceiro movimento tivesse apresentado um único grande fluxo migratório. Atualmente, a hipótese dominante sugere a existência de duas grandes rotas migratórias: uma ao norte e outra ao sul, que presenciaram duas grandes ondas de dispersão ao longo do tempo, com ondas de volta para a África também. (WRAGG-SYKES, 2016; LOPEZ, VAN DORP, HELLENTHAL, 2015; ROBERTS, 1993)

Houve, portanto, três grandes movimentos migratórios de proto-humanos para fora do continente africano: um primeiro movimento iniciado há 1,8 milhão de anos; um segundo movimento; há 900 mil anos; e um terceiro movimento, há 130 mil anos. (WRAGG-SYKES, 2016; LOPEZ, VAN DORP, HELLENTHAL, 2015)

---

<sup>27</sup> Em 2017, fósseis encontrados em Jebel Irhoud, no Marrocos, apontaram que a especiação *Homo sapiens* deve ter ocorrido entre 270 e 315 maa (CALLAWAY, 2017).

<sup>28</sup> O *Homo rhodesiensis* é também conhecido como *Homo heidelbergensis lato sensu* ou como *Homo sapiens arcaicus* ou como *Homo sapiens idaltu*.

<sup>29</sup> “Em termos técnicos, os paleoclimatologistas datam o fim da Era Glacial propriamente dita por volta de 12.700 a.C., mas costumam tratar a miniera glacial de 1.200 anos, conhecida como Dryas Recente (10.800 – 9.600 a.C.), como a fase final da Era Glacial” (MORRIS, 20115, p. 90)

Nesse terceiro movimento, houve duas ondas migratórias: uma primeira onda (entre 130 e 80 maa), que basicamente não ultrapassou a Península Arábica; e uma segunda onda (entre 70 e 12 maa), que atingiu todos os rincões do globo e cuja presença humana se faz marcante desde então<sup>30</sup>. (WRAGG-SYKES, 2016; LOPEZ, VAN DORP, HELLENTHAL, 2015; HARARI, 2016)

A primeira grande onda de migração de *sapiens* para fora da África ocorreu entre 130 e 80 mil anos atrás e se utilizou da Rota Norte, que consistia em cruzar a península do Sinai, chegar ao Levante e depois se espalhar pela Ásia e Europa, conforme revelam os fósseis de *sapiens* encontrados em Skhul e Qafzeh (no atual território palestino), que datam de 120 mil e 100 mil anos atrás respectivamente. Essa já era uma rota usada por outras espécies. Contudo, as populações de *sapiens* que migraram nessa primeira onda foram extintas por volta de 75 mil anos atrás, possivelmente no evento chamado de catástrofe de Toba<sup>31</sup>. (WRAGG-SYKES, 2016; LOPEZ, VAN DORP, HELLENTHAL, 2015; HARARI, 2016)

O último período glacial aconteceu entre 100 mil e 10 mil anos atrás. A pressão ecológica desse período intensificou o processo de seleção natural. O cenário era de grandes migrações climáticas para a fauna terrestre e não foi diferente para os *sapiens*. Há 70 mil anos, no auge da última glaciação, os *sapiens* iniciaram uma segunda onda migratória, dessa vez, a presença desses grupos migratórios nos diversos continentes seria definitiva (pelo menos até hoje), embora muitos bandos de *Homo sapiens* tivessem sido extintos nessa jornada. (WRAGG-SYKES, 2016; LOPEZ, VAN DORP, HELLENTHAL, 2015; HARARI, 2016)

Nessa segunda onda, os *sapiens* utilizaram a Rota Norte, alcançando a Ásia Central, por volta de 70 mil anos atrás, e a Europa, há 45 mil anos. Nesse espalhamento pelo norte, os *sapiens* se encontraram – e provavelmente tiveram um grau mínimo de miscigenação – com os neandertais na Europa e com os denisovanos na Ásia Central. No entanto, nessa segunda onda migratória, uma nova rota seria inaugurada pelos *sapiens*: a Rota Sul. A Rota Sul consistia em atravessar o estreito de Bab-el-Mandeb, no Mar Vermelho, e atravessar as linhas costeiras da Península Arábica e do sul da Ásia. Há registros de presença de *sapiens* na China, há 70 mil anos; na Índia e na Indonésia, há 60 mil anos; e na Austrália, há 40 mil anos. (WRAGG-SYKES, 2016; LOPEZ, VAN DORP, HELLENTHAL, 2015; HARARI, 2016)

---

<sup>30</sup> Uma onda migratória não significa um movimento único e contínuo de um mesmo conjunto populacional, mas sim um período de intensos fluxos e refluxos populacionais a partir de diferentes pontos.

<sup>31</sup> A supererupção vulcânica ocorrida em Toba, na Indonésia, há 75 mil anos, causou um inverno vulcânico global de 10 anos que levou a um período de mil anos de resfriamento da Terra, que já vivia um período de glaciação.

A jornada dos primeiros humanos à Austrália é um dos acontecimentos mais importantes da história, pelo menos tão importante quanto a viagem de Colombo à América ou a expedição de *Apollo 11* à Lua. Foi a primeira vez que um humano conseguiu deixar o sistema ecológico afro-asiático – na verdade, a primeira vez que um grande mamífero terrestre conseguiu ir desse continente à Austrália [desde o fim da Pangea]. (HARARI, 2016, p. 74)

Um grupo que ocupava a Sibéria começou uma grande marcha pelo Estreito de Behring, há 25 mil anos, se estabelecendo na América do Norte, há 16 mil anos, e na América do Sul, há 12 mil anos.<sup>32</sup> (LOPEZ, VAN DORP, HELLENTHAL)

À medida que suas roupas térmicas e suas técnicas de caça foram aprimoradas, os sapiens ousaram se embrenhar cada vez mais nas regiões glaciais. E, conforme, avançavam para o norte, suas roupas, estratégias de caça e outras técnicas de sobrevivência continuaram a se aperfeiçoar. Mas por que eles se deram ao trabalho? Por que se autoexilar na Sibéria? Talvez alguns bandos tenham sido impelidos para o norte em decorrência de guerras, pressões demográficas ou desastres naturais. Outros talvez tenham sido atraídos para as regiões setentrionais por razões mais prementes, como a proteína animal. As terras do Ártico estavam cheias de animais grandes e carnudos, como renas e mamutes. Cada mamute era fonte de uma vasta quantidade de carne (que, considerando-se as temperaturas glaciais, podia inclusive ser congelada para mais tarde), gordura saborosa, pele quente e marfim valioso. Como atestam as descobertas em Sungir, os caçadores de mamute não apenas sobreviveram no norte glacial – eles prosperaram. Com o passar do tempo, os bandos se espalharam, perseguindo mamutes, mastodontes, rinocerontes e renas. Por volta de 14.000 a.C., a perseguição levou alguns deles do nordeste da Sibéria para o Alasca. É claro que eles não sabiam que estavam descobrindo um novo mundo. Tanto para os mamutes como para os homens, o Alasca era uma mera extensão da Sibéria. (HARARI, 2016, p. 80)

Os *sapiens* conseguiram, ao longo dessa trajetória, encontrar alguns oásis ou lugares relativamente prósperos, onde estabeleceram assentamentos humanos. Embora esses grupos fossem nômades, havia uma espécie de rotação dentro da região assentada por muitos anos, até mesmo por gerações sucessivas. A decisão de uma parte do grupo de migrar para outra região não era rápida, como talvez se possa inadvertidamente inferir em uma primeira impressão sobre a condição nômade. Essas migrações também não eram orientadas por nenhum tipo de conhecimento prévio do terreno ou do clima, eram decisões arriscadas, com grandes chances de erro, que dependiam de alto grau de organização social, para que uma decisão coletiva pudesse ser tomada. (WRAGG-SYKES, 2016; HARARI, 2016)

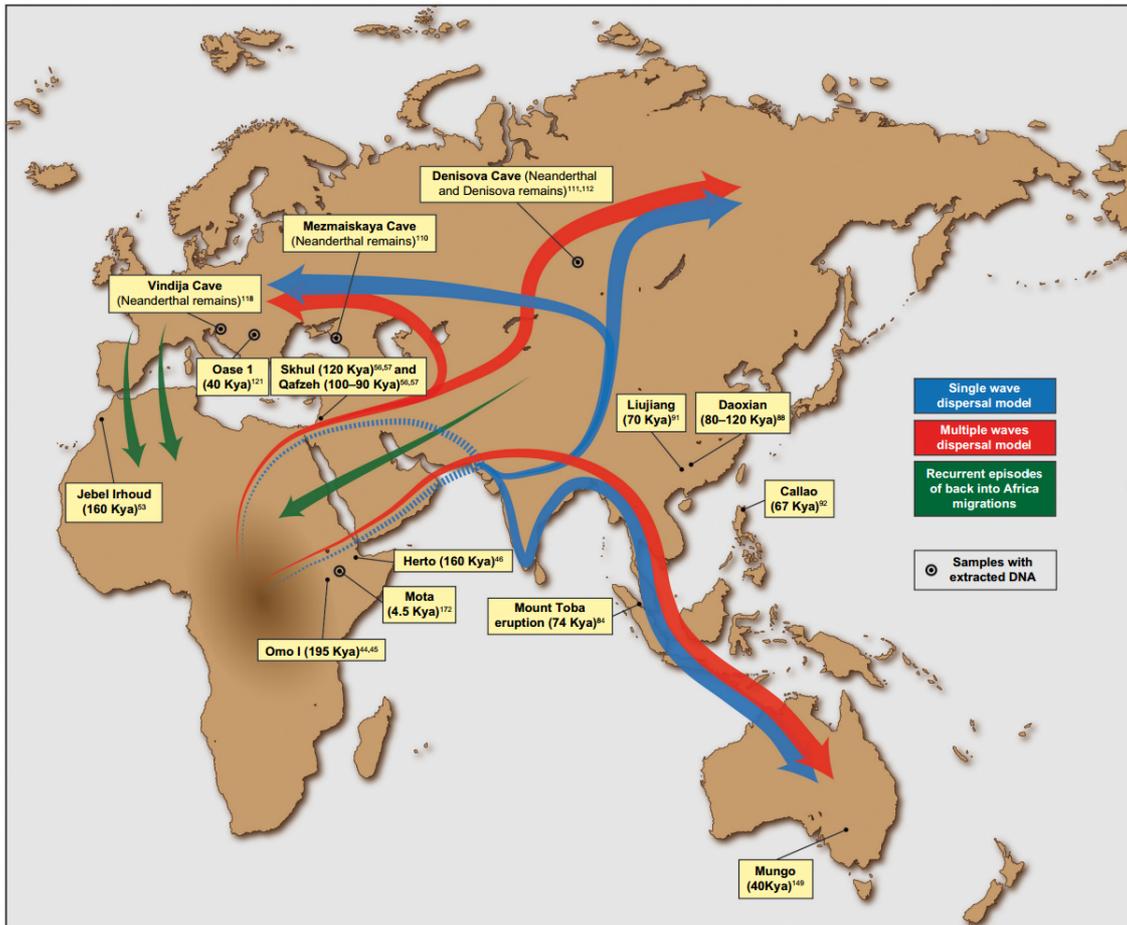
---

<sup>32</sup> Essa hipótese (*Clovis First*) de que toda ocupação humana das Américas deu-se pelo Alasca é questionada pela arqueóloga franco-brasileira Niède Guidon, em função das descobertas do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, que comprovou que houve fluxos humanos anteriores ao fluxo vindo da Sibéria, embora possam não ter deixado descendentes. O fóssil de Luzia, encontrado pelo biólogo brasileiro Walter Alves Neves na gruta da Lapa Vermelha, em Minas Gerais, também comprova a hipótese de fluxos anteriores.

Nesse processo decisório, provavelmente, houve dissensos, questionamentos sobre a autoridade do líder, tentativas violentas de assalto ao poder, fragmentação do grupo, mas, em última instância, a formação de um núcleo social que prosseguiria na longa marcha.

A figura 1.4 esboça os fluxos migratórios dessa segunda onda dispersiva de *sapiens*.

**Figura 1.4 Fluxos migratórios dos *Homo sapiens***



Fonte: LOPEZ, VAN DORP, HELLENTHAL, 2015, p. 59.

O avanço do gelo no hemisfério norte e a desertificação do hemisfério sul levaram à morte dos grandes mamíferos e à extinção de várias espécies vegetais. As espécies do gênero *Homo* que ainda habitavam o planeta nessa época também entraram em extinção por volta de 30 mil anos atrás, como os *Homo neanderthalis*, que habitavam a Europa há 400 mil anos, e os *Homo erectus*, que viviam na Ásia há 2 milhões de anos. A hipótese da grande extinção de Toba, há 75 mil anos, sugere que os proto-humanos estavam no limiar ecológico da extinção, as maiores probabilidades apontavam para que nenhuma espécie proto-humana sobreviveria até o fim do último período de glaciação há 10 mil anos. O mais surpreendente foi a espécie *Homo sapiens* ter sobrevivido. (WRAGG-SYKES, 2016)

Cerca de 15 mil indivíduos da espécie *Homo sapiens* partiram do continente africano, a partir de 70 mil anos atrás. Esse pequeno contingente de 15 mil indivíduos *sapiens* compôs a rarefeita diversidade genética<sup>33</sup> da espécie *Homo sapiens*, mas que deu origem aos mais de 7 bilhões de humanos do tempo presente. Os *sapiens* são parentes próximos.

Os agrupamentos humanos que partiram da África há 70 mil anos eram compostos por uma quantidade variável entre 10 e 30 indivíduos. À medida que as famílias aumentavam, novos grupos se formavam, mas muitos viviam em um espaço geográfico de diâmetro ampliado, onde ainda era possível manter algum contato com o grupo originário, formando uma rede de relações preferenciais entre os membros. Isso permitiu estabelecer um clã: uma ordem social de família expandida em espaço geográfico amplo, porém compartilhado, que poderia contar com uma população de 50 a 150 indivíduos. Alguns grupos humanos foram extintos; alguns assentamentos prosperaram; outros grupos abandonaram os assentamentos nômades originários e prosseguiram a marcha migratória. (TURCHIN, 2015; HARARI, 2016)

A maioria dos bandos *sapiens* vivia se deslocando, vagando de um lado para o outro em busca de alimento. Seus movimentos eram influenciados pela mudança das estações, pela migração anual de animais e pelo ciclo de crescimento das plantas. Eles costumavam viajar de um lado para o outro no mesmo território, uma área cuja extensão ficava entre várias dezenas e muitas centenas de quilômetros quadrados.

De vez em quando, bandos saíam de seu território e exploravam novas terras, fosse devido a calamidades climáticas, conflitos violentos, pressões demográficas, fosse por iniciativa de um líder carismático. Essas perambulações foram o motor da expansão humana pelo mundo. Se um bando de caçadores-coletores se dividisse uma vez a cada 40 anos e o novo grupo migrasse para um novo território cem quilômetros mais para o leste, a distância da África Oriental à China teria sido coberta em aproximadamente 10 mil anos. (HARARI, 2016, pp. 56-57)

A grande migração se deu entre 70 mil e 12 mil anos atrás. 58 mil anos de migração foi bastante tempo. Tempo suficiente para grandes deslocamentos e tempo para a natureza isolar esses grupos dispersos. Com o início do encerramento do último período glacial, o derretimento das calotas polares fez desaparecerem passagens terrestres congeladas do hemisfério norte; elevou o nível dos mares no hemisfério sul, fazendo desaparecerem istmos, ligações terrestres e insulares próximas; bem como possibilitou o ressurgimento de grandes florestas, a partir de refúgios ecológicos (AB'SABER, 1992), que acabaram por criar barreiras geográficas, onde antes havia caminhos possíveis. (WRAGG-SYKES, 2016)

---

<sup>33</sup> Tamanho efetivo da população é a medida utilizada para mensurar a quantidade de material genético de indivíduos diferentes que é necessária para remontar a diversidade genética da população atual. Para reconstituir a pluralidade genética da atual população de camundongos seria necessário recorrer ao material genético de mais de 700 mil camundongos primitivos.

Foi tempo suficiente também para que grupos humanos dispersos e isolados pudessem formar um conjunto de caracteres fenotípicos específicos. É relativamente rápida a formação de grupos étnicos, em um contexto de isolamento e de reprodução endogâmica. Bem como a exogamia ideal, para evitar problemas genéticos por cruzamento consanguíneo, exige pouca distância de parentesco: casamento entre primos não é tão inseguro, não à toa tenha sido prática tão comum (FERGUSON, 2015)<sup>34</sup>.

Etnia não se restringe somente à ideia de um grupo humano aproximado fenotipicamente, mas compreende outras noções que promovem um sentido de coletividade para aquele agrupamento, como língua, organização social, costumes, mitos e ritos (MUNANGA, 2010). Aos poucos, os bandos migrantes humanos passaram a ter características físicas e culturais muito próprias. Os bandos humanos, seja de família nuclear, seja de família expandida, passaram a constituir povos, etnias.

A grande migração exigiu um grande esforço de organização social. Muitos grupos acabaram por criar estruturas de poder para administrar os deslocamentos. Nesse processo, a linguagem foi se sofisticando, não apenas para alertar dos perigos, mas também para estabelecer laços de confiança entre os membros do grupo. O *Homo sapiens* é um animal lento e fraco, em comparação com outros mamíferos; sua capacidade de sobrevivência não poderia depender exclusivamente dos seus atributos físicos. (HARARI, 2016)

Essencial para a sobrevivência humana foi o desenvolvimento da capacidade de cooperar e de criar regras sociais que aumentassem a garantia de cooperação. Se um ser humano fosse colocado em uma disputa física contra outro primata, como o gorila ou o chimpanzé, muito provavelmente o humano perderia o combate. Se o humano enfrentasse outros animais selvagens de maior porte, a chance de derrota seria ainda maior. Contudo, se uma tribo humana com uma centena de indivíduos enfrentasse um grupo de uma centena de chimpanzés, as chances de vitória humana no conflito seriam enormes. Uma vez que os humanos desenvolveram a capacidade intelectual e linguística de coordenação social de grandes grupos, o que possibilitou suplantare as vulnerabilidades físicas individuais. Várias espécies apresentam laços de relação social e mesmo traços de linguagem, mas os *Homo sapiens* tornaram-se animais altamente sociais, ou melhor, ultrassociais. (HARARI, 2016)

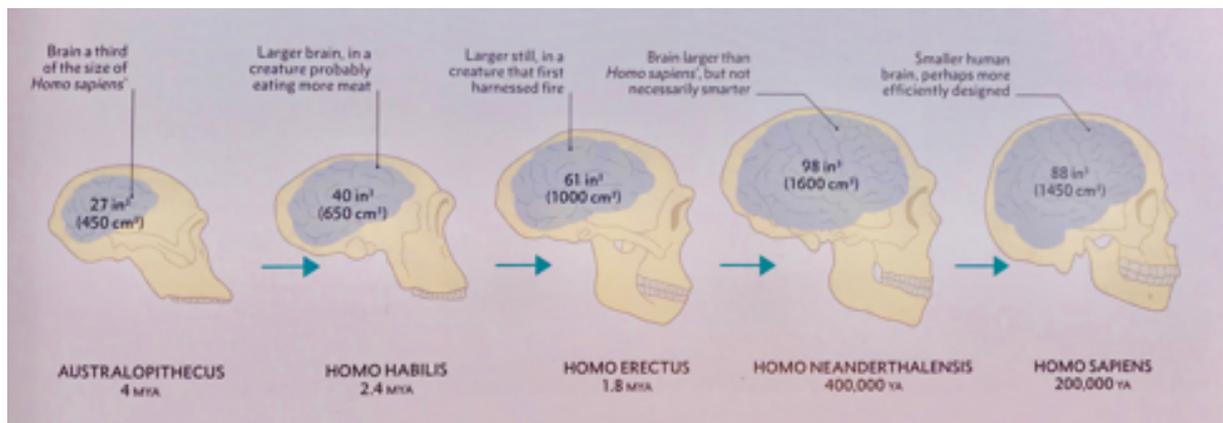
---

<sup>34</sup> Há ainda a hipótese de seleção sexual, detectada em outros animais, na qual os indivíduos tendem a se sentir atraídos por outros fenotipicamente semelhantes, intensificando o processo de identificação fenotípica de grupos relativamente isolados. A seleção sexual é considerada um subprocesso da seleção natural, embora o uso desses conceitos fora do contexto tenha provocado reducionismos etnocêntricos e racistas. (FERGUSON, 2015)

## 1.6 SAPIENS E SEUS CÉREBROS

O gênero *Homo* destaca-se pelos cérebros com mais de 620 cm<sup>3</sup> e pela produção de ferramentas de pedra lascada. Quanto ao tamanho dos cérebros, os *Australopithecus*, entre 4 e 2 milhões de anos atrás, apresentavam cérebros entre 360 cm<sup>3</sup> e 460 cm<sup>3</sup>. Os *Homo habilis*, primeira espécie do gênero *Homo*<sup>35</sup>, tinham um cérebro de 620 a 650 cm<sup>3</sup>, há 2,1 milhões de anos. Apenas 200 mil anos depois (há 1,9 Ma), os descendentes do *Homo habilis*: os *Homo erectus* e os *Homo ergaster* (*Homo erectus lato sensu*) possuíam um cérebro de 870 a 1000 cm<sup>3</sup>. Os *Homo neanderthalis*, há 400 mil anos, ostentavam um cérebro enorme de 1.500 a 1.600 cm<sup>3</sup>. Os *Homo sapiens* são dotados de cérebros de 1.450 cm<sup>3</sup>, em média, que pesam 1,5 Kg, o que equivale a 2% do peso do corpo de uma pessoa de 80 Kg, mas consomem 25% da energia corporal. Os cérebros dos chimpanzés pesam, aproximadamente, 500 g e consomem 8% da energia do corpo. A próxima figura ilustra essas diferenças de massas encefálicas. (WRAGG-SYKES, 2016; MORRIS, 2015)

**Figura 1.5 Tamanho dos cérebros das espécies *Hominini***



Fonte: WRAGG-SYKES, 2016, p. 189.

O cérebro é o resultado da especialização de algumas células dos primeiros organismos multicelulares em controlar um centro de comando nervoso. Surgido há 400 milhões de anos, o cérebro é o órgão mais complexo da estrutura biológica e está presente em todos os vertebrados e em vários invertebrados. Nos mamíferos, há um parâmetro de proporcionalidade entre o tamanho do corpo e o do cérebro. Mamíferos predadores costumam ter cérebros relativamente maiores. (WRAGG-SYKES, 2016; MORRIS, 2015)

<sup>35</sup> *Homo rudolfensis* ou *Australopithecus rudolfensis* é uma espécie, surgida há 2,4 milhões de anos, que não se pode distinguir morfológicamente o seu gênero.

O tamanho do cérebro não indica muita coisa, quando se menciona o tamanho do cérebro, o que normalmente está sendo destacado é a extensão da camada mais externa dos cérebros dos vertebrados: o córtex cerebral. Foi nessa camada mais externa que se desenvolveu o processamento neuronal. No decurso evolutivo do sistema nervoso dos mamíferos, o córtex foi ficando cada vez mais espesso e foi criando sulcos, que aumentaram a área de processamento dos neurônios. A derivação mais recente do cérebro mamífero foi o incremento de mais uma camada externa ao córtex cerebral: o neocórtex, que confere a capacidade de planejamento de ações e de pensamento abstrato. (MASHOUR, ALKIRE, 2013; WRAGG-SYKES, 2016)

Embora os cérebros dos mamíferos tenham se desenvolvido a partir de um ancestral comum aos vertebrados, a hipótese de que os cérebros seguem uma escala linear de complexidade – peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos – não é mais aceita. Os cérebros de cada classe animal evoluíram nos seus próprios termos, com anatomias e capacidades idiossincráticas<sup>35</sup>. Inclusive é possível observar comportamento social, demonstrações de afeto, formas de linguagem e ações resultantes de processos mentais antecipados em répteis, peixes e até invertebrados. A capacidade de pensar e de socializar não é exclusivamente humana. (MASHOUR, ALKIRE, 2013; WRAGG-SYKES, 2016)

A complexidade das camadas desenvolvidas no córtex cerebral oferece uma explicação melhor do que o tamanho do cérebro para explicar processos cognitivos mais desenvolvidos. A ordem dos primatas se destaca por apresentar cérebros 5 a 10 vezes maiores do que a proporção encontrada para a classe dos mamíferos como um todo. Todavia, nos proto-humanos, o neocórtex, que se desenvolveu há 1 milhão de anos (tempo curto na longuíssima duração evolutiva), passou a ser a camada dominante nos seus cérebros. Na espécie *Homo sapiens*, o neocórtex representa 95% da superfície cortical e 76% do volume cerebral. (MASHOUR, ALKIRE, 2013; WRAGG-SYKES, 2016)

Mutações que geram cérebros maiores somente conseguem se perpetuar geneticamente se esse acréscimo cerebral, de alto consumo energético, for compensado com fontes adicionais de nutrientes que sustentem essa demanda excessiva por energia. Como visto, os primatas desenvolveram cérebros proporcionalmente maiores e precisavam dar conta de encontrar soluções para a demanda energética. As três espécies da tribo *Homini* (chimpanzés, bonobos e proto-humanos) enfrentaram desafios diferentes.

---

<sup>35</sup> Alguns cefalópodes, como os polvos e outros moluscos, possuem estruturas semelhantes a neurônios nos tentáculos.

Os chimpanzés e os bonobos eram (e continuam sendo) habitantes da floresta tropical da África central; lá, encontravam fontes abundantes de alimentos: folhas, brotos, frutas, sementes e pequenos macacos. A floresta tropical africana é um bioma megadiverso; todavia, é comum que na faixa de fronteira de um bioma megadiverso se desenvolva outro bioma com recursos exíguos. As zonas de transição entre um bioma e outro costumam ser zonas áridas e inóspitas, embora esse rigor dependa de outras variáveis geoclimáticas. (MORRIS, 2015)

Os proto-humanos que habitavam as zonas secas das savanas e dos bosques que faziam fronteira com essa grande floresta sofriam bastante pressão ambiental e acabaram por desenvolver formas prodigiosas de obtenção de nutrientes; do contrário, poderiam entrar em rota de extinção. É nesse ambiente hostil, que os proto-humanos deveriam desenvolver habilidades excepcionais de obtenção de alimentos para suprir de energia seus cérebros, que por alguma mutação aleatória, continuavam a crescer. (MORRIS, 2015)

Os proto-humanos que viviam nesse cenário de escassez experimentavam grandes pressões ambientais, que, associadas ao relativo isolamento geográfico dos bandos proto-humanos nas bordas da floresta tropical, proporcionaram uma série de especiações incomuns. “Como a adversidade é a mãe da invenção evolucionária, floresceu todo tipo de mutação genética à medida que os símios se adaptavam. [...] Para o olho não treinado, os ossos proto-humanos parecem com o de qualquer outro símio, mas grandes mudanças estavam acontecendo.” (MORRIS, 2015, p. 353).

A pressão ecológica das savanas e dos bosques ao redor da floresta tropical africana estimulou uma profusão de espécies proto-humanas, mas somente os *Homo sapiens* sobreviveram ao último período glacial. Juntos com cérebros progressivamente maiores desses símios das zonas inóspitas, outras partes do corpo sofreram adaptações, algumas malsucedidas e descartadas evolutivamente, outras bem-sucedidas e perpetuadas geneticamente.

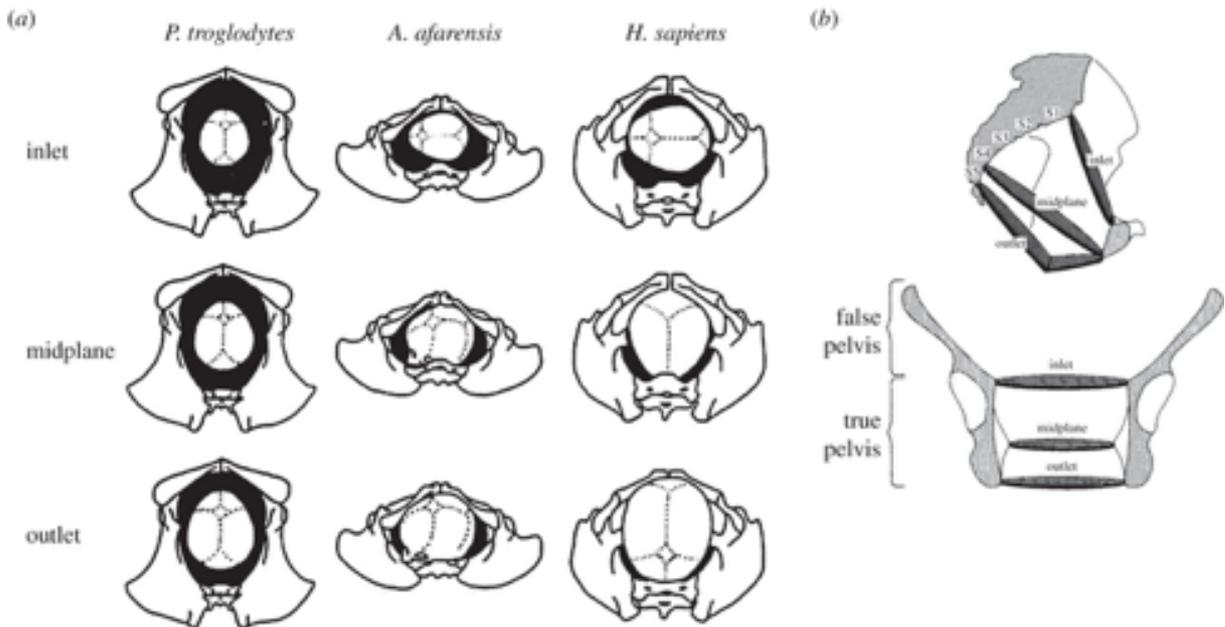
Os dentes molares passaram a ser mais largos e mais planos para triturar alimentos secos, mas ricos em carboidratos, como as raízes disponíveis nessa região. As patas passaram a ter uma agilidade maior para conseguir cavar e encontrar esses tubérculos e, assim, desenvolveram também uma motricidade mais fina que, mais tarde, foi útil para elaborar ferramentas. Além do cérebro grande e desenvolvido, o gênero *Homo* se caracteriza pelo domínio da técnica de produzir ferramentas. Os homínídeos, de modo geral, são capazes de usar pedras e tocos de madeira para caçar e para atacar uns aos outros, mas somente os *Homo* tinham aprendido a chocar uma pedra contra a outra para obter pedras com bordas cortantes. Isso inaugura a Era Paleolítica, a idade da pedra lascada, que durou entre 2,5 milhões de anos e 10 mil anos atrás, quando termina o último período de glaciação e dá-se a revolução neolítica da agricultura, quando os humanos não vão mais depender exclusivamente da caça e da coleta. (WRAGG-SYKES, 2016; MORRIS, 2015)

As primeiras experiências de bipedia datam de 4 milhões de anos, mas foram necessários 2 milhões de anos até que o gênero *Homo* se tornasse definitivamente bípede, o que lhe conferiu visão com maior profundidade, embora com diminuição da capacidade olfativa. Os *Homo erectus* se caracterizavam por terem os braços mais curtos e a pélvis mais baixa. Com essa anatomia, era energeticamente mais econômico andar de pé, o que acabou por liberar os braços para outras funções. O resto dos ossos não estavam adaptados e até hoje o ser humano sofre com a bipedia, particularmente em relação à gestação da prole. (WRAGG-SYKES, 2016; HARARI, 2016; MORRIS, 2015)

A caixa craniana avantajada de bebês proto-humanos – para comportar o seu cérebro desproporcionalmente grande – e o quadril reduzido das fêmeas bípedes forçaram uma mudança no período de gestação. Muitas fêmeas e bebês passaram a morrer devido a complicações no parto. As fêmeas que dessem à luz antes do tempo, quando o crânio do bebê ainda estivesse pequeno e maleável conseguiram sobreviver em maior número. Assim, fêmeas que gerassem fetos com crânios mais maleáveis conseguiram gerar descendentes com essa característica fenotípica que, muito posteriormente, tornou-se uma qualidade genotípica. Na biologia, designa-se heterocronia o lapso temporal entre a mudança de tamanho, de forma ou de função de um órgão ou membro do corpo e a completa adaptação do corpo a essa profunda mudança acontecida mais rapidamente. (WRAGG-SYKES, 2016; HARARI, 2016; MORRIS, 2015)

A figura 1.6 retrata essa desproporção entre o tamanho da caixa craniana do bebê e a dimensão da pélvis das fêmeas de suas espécies no momento de passagem pelo canal do parto.

**Figura 1.6 Dimensão do crânio de bebês *Homininis* proporcionalmente ao tamanho do canal do parto oferecido pela pélvis das fêmeas *Homininis***



Fonte: GRUSS, SCMITT, 2015, p. 3.

A gestação passou a ser mais curta em relação à necessidade de conformação das redes neurais essenciais à sobrevivência do bebê humano, que apresentam um altíssimo grau de dependência neonatal. Essa dependência exigia uma atenção muito maior da mãe proto-humana do que das mães mamíferas de outras espécies. A amamentação requer a presença da mãe, mas os filhotes de outras espécies estão com suas capacidades animais potencialmente prontas. As mães proto-humanas enfrentavam fortes dificuldades para obter alimentos sozinhas. Esse desafio favoreceu os bandos que fossem capazes de cooperar para acolher a mãe proto-humana, estimulando laços de família expandida. “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, diz um provérbio africano. O longo período de infância permite grande aprendizagem social e, no caso dos *sapiens*, aquisição de linguagem pela transmissão da cultura. (WRAGG-SYKES, 2016; HARARI, 2016; MORRIS, 2015)

O aumento do tamanho do cérebro e o incremento do córtex, que amplia a capacidade de processamento neural, geraram uma pressão evolutiva para que se conseguisse mais energia para esse órgão altamente dinâmico. O processo evolutivo compensou esse cérebro produtivo com a atrofia da musculatura dos bíceps e deltoides e com a redução de metros de tubos digestivos, necessários para digerir as plantas cruas e as carnes putrefatas. Ao mesmo tempo em que a musculatura dorsal e dos braços diminuía, os *sapiens* compensavam a perda de força com o desenvolvimento de ferramentas e armas de pedra lascada, que se tornou possível graças ao cérebro mais dinâmico. Ao mesmo tempo em que se reduzia o trato digestório, o domínio do fogo e a invenção da culinária pelo gênero *Homo* compensou a digestão mais curta e a demanda por energia desse cérebro energo-intensivo. Essas mudanças anatômicas poderiam não ter resultado em nenhum ganho expressivo de recursos essenciais à sobrevivência das espécies proto-humanas e poderiam ter ocasionado a sua extinção, como de fato aconteceu com todas as outras espécies do gênero *Homo*, exceto com os *Homo sapiens*; no entanto, nesse quadro de sucessivos desenvolvimentos aleatórios e compensatórios, essas mudanças anatômicas permitiram o desenvolvimento das técnicas de cozinha e de novas formas de sociabilidade. (DUNNINGHAM; ANDRADE, 2015; MORRIS, 2015; HARARI, 2016)

### 1.7 FOGO, COZINHA, PATRILINEARIDADE E FAMÍLIA

O processo cego e não direcionado de evolução que resultou em um aumento gradativo, mas expressivo do córtex cerebral há 2,4 milhões de anos promoveu mudanças no comportamento proto-humano. Uma grande conquista desse tecido cortical desenvolvido foi o domínio do fogo. Algumas espécies do gênero *Homo* conseguiam manejar o fogo entre 1,8 milhão de anos e 300 mil anos atrás. Esse manejo foi crucial para o desenvolvimento de hábitos que se tornaram fundamentais para a sobrevivência da espécie. (WRANGHAM, 2010; DUNNINGHAM; ANDRADE, 2015; MORRIS, 2015; HARARI, 2016)

O domínio do fogo ampliou as formas de obtenção de alimentos, facilitou a digestão dos alimentos e aumentou a disposição de nutrientes e de calorias aos proto-humanos e seus cérebros demandantes. Em primeiro lugar, porque o uso da técnica de queimada convertia bosques densos em campos abertos em que se poderia coletar animais mortos e tubérculos tostados. Em segundo lugar, porque o desenvolvimento da técnica da cozinha permitiu aos proto-humanos o consumo de alimentos que não se pode digerir em sua forma natural: raízes, tubérculos e cereais. Por fim, o cozimento matava os germes dos alimentos. “O fogo não só mudava a química dos alimentos; mudava também sua biologia” (HARARI, 2016, p. 20)

O domínio do fogo permitiu também o engenho de mecanismos de proteção, como tochas, que espantavam animais predadores à noite. As fogueiras protegiam os proto-humanos de predadores e do frio da noite. Para além do uso direto do fogo para cozinha e proteção, as fogueiras acesas dos antepassados humanos iluminaram a escuridão da noite. Isso criou uma nova dimensão do tempo e impulsionou novos costumes de sociabilização em torno da fogueira, enquanto cozinhavam, se protegiam de outros animais e se abrigavam do frio. Esses novos hábitos apontavam para o início de uma sociabilização mais sofisticada. (WRANGHAM, 2010; WIESSNER, 2014; WRAGG-SYKES, 2016; HARARI, 2016)

Etnografia<sup>37</sup> é o método antropológico de coleta de dados de grupos sociais, normalmente com o envolvimento intersubjetivo do pesquisador e a observação participante do objeto no trabalho de campo, a fim de compreender como se organizam os sistemas de significação cultural do “outro”. A pesquisa etnográfica de sociedades forrageadoras que ainda existem na atualidade não autoriza generalizações sobre essas sociedades em tempos remotos, porque diversos fatores geográficos, biológicos e sociológicos influenciaram de formas distintas os diferentes grupos de caçadores e coletores ao longo do tempo, sem mencionar que o processo de evolução cultural também está acontecendo nessas sociedades forrageadoras contemporâneas, embora não esteja seguindo a mesma linha etnocêntrica que os povos moldados e subordinados ao modo de produção capitalista. Essas considerações, entretanto, não impossibilitam a realização de algumas pontes que podem ser esclarecedoras para o processo de compreensão do processo de construção civilizacional humana. (WRANGHAM, 2010; WIESSNER, 2014)

Richard Wrangham, no livro *Pegando fogo* (2010), apresenta a hipótese de cozimento, em que o manejo do fogo e domínio da técnica de cozinha teriam permitido, gradativamente a partir de 1,8 milhão de anos atrás, aos proto-humanos, reduzir seu trato intestinal, antes muito longo para processar alimentos crus e carnes em estado de putrefação, viabilizando também a redução da pélvis e a assunção da postura definitivamente bípede, com consequências sociais maiores do que as meras mudanças anatômicas. Uma mutação aleatória já estava aumentando os cérebros proto-humanos desde 2,4 milhões de anos atrás, mas o desenvolvimento da cozinha, 600 mil anos depois, permitiu uma oferta maior de nutrientes e de energia que compensou essa demanda de energia desse cérebro proporcionalmente maior e, de algum modo, o excedente energético parece ter permitido um aumento em uma escala ainda maior desse cérebro. (WRANGHAM, 2010)

---

<sup>37</sup> Cf MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ubu: 2018.

Para além dessa mudança anatômica, o cozimento mudou profundamente a sociabilidade. Cozinhar demanda um tempo de preparo que não existe no consumo de alimentos *in natura*. Quando chimpanzés, bonobos e proto-humanos arcaicos conseguiam algum alimento – particularmente se fosse farto e saboroso, como uma fruta-pão ou um cérebro de macaco –, eles normalmente cercavam o indivíduo que primeiro encontrou o alimento e disputavam violentamente um pedaço do alimento para o consumo imediato. Os bandos de chimpanzés, de bonobos e de proto-humanos arcaicos adotaram técnicas individuais de caça e de coleta, em que prevaleceu a lógica de cada um por si. Para que o cozimento se tornasse uma prática viável, acredita-se que houve uma divisão sexual do trabalho entre os proto-humanos modernos, no qual o macho ficaria responsável pela caça e pela proteção do local de cozinha, enquanto a fêmea faria as tarefas de coleta e de cozinha. (WRANGHAM, 2010)

Os ganhos com o advento da técnica de cozinha pressionavam os *sapiens* a adaptarem sua forma de organização social para tirar maior proveito dessa conquista. Dessa forma, em algum momento incerto, a estratégia evolucionariamente estável seria adotar o modelo familiar de organização social ao invés de bandos patrilineares promíscuos. Nesse novo ambiente de intimidade humana, a melhor estratégia para o macho ganhar a disputa espermática na propagação de seus genes não seria exclusivamente maior força física na disputa da condição de alfa, nem seria a manutenção de testículos com maior armazenagem de sêmen, mas seria a disposição de demonstrar sua capacidade de cortejar e sua competência para prover. (WRANGHAM, 2010)

Família como núcleo da sociedade envolve outras relações de apoio mútuo e de compartilhamento de responsabilidades, como cuidado da prole, dos órfãos e dos idosos. A revolução cognitiva de 70 mil anos atrás alavancou essa nova organização social para um patamar ultrassocial, no qual, em função da linguagem sofisticada e da inteligência abstrata desenvolvida, foi possível ampliar os laços sociais da família nuclear para a família expandida: o clã; o que estimulou o processo de seleção de grupo e de parentesco, de modo simultâneo e muitas vezes contraditório. Nesse tipo de sociabilidade, onde as hierarquias de poder são mais intrincadas, o casamento tornou-se um elo precioso para a amálgama social. O casamento era a garantia de previdência na velhice para a base da pirâmide social e era o vínculo contratual na transmissão do poder pelas elites, particularmente depois da sedentarização do poder, com o fim do último período de glaciação há 10 mil anos. (WRANGHAM, 2010)

A transição para o modelo organizacional social familiar não foi abrupta, nem aconteceu em todos os bandos proto-humanos. Fundamental para essa transição foi a herança filogenética dos hominídeos de organização social patrilinear estável, o que difere da maioria dos mamíferos. Um modelo de organização social comum em várias espécies animais é o harém com a primazia de um macho alfa, apresentando dimorfismo sexual<sup>38</sup> acentuado. Essa dominância harênica demanda o relativo confinamento das fêmeas para evitar que outros machos tenham alguma oportunidade reprodutiva com as fêmeas do harém de um macho alfa. Em um contexto climático de escassez de recursos, a área de forrageamento expandia-se até o esgarçamento do que poderia se considerar área de controle dos membros de um grupo social. Com isso, era inviável uma estratégia evolucionariamente estável de domínio harênico por um macho isolado. (BARREIROS, 2018)

O comportamento etológico mais previsível talvez fosse a luta fratricida pela competição espermática a cada oportunidade reprodutiva. Entretanto, surpreendentemente, os hominídeos desenvolveram a estratégia evolucionária da patrilinearidade, na qual machos aparentados cooperam. Essa inesperada cooperação de parentesco masculina foi capaz de manter grupos sociais estáveis com oportunidades sexuais com base na poliginia. Contudo, a menor competição violenta entre machos em sociedades poliginândricas não implica o estabelecimento de um regime horizontal de relações sociais e sexuais. Embora sejam grupos promíscuos, machos hierarquicamente superiores têm prioridade reprodutiva. Há uma série de sinais emitidos dentro dos bandos de primatas para sinalizar o *status* dos membros do bando. (BARREIROS, 2018)

O reconhecimento da posição social dos indivíduos dentro de um grupo somente se tornou possível porque os grandes primatas com seus grandes cérebros não somente apresentavam uma inteligência geral maior, como também desenvolveram formas sofisticadas de cognição social. A partir de um determinado momento, um conjunto de competências sociais passaram a ser inatas<sup>39</sup> nos hominídeos, o que lhes permitiu administrar conflitos intragrupo e traçar estratégias na disputa pelo *status*. (BARREIROS, 2018)

---

<sup>38</sup> Dimorfismo sexual é a diferença física ostensiva entre machos e fêmeas da mesma espécie. A ornamentação é uma espécie de dimorfismo que favorece a competição reprodutiva.

<sup>39</sup> A teoria do inatismo de certas competências intelectuais é relevante também na área da linguística, que conta com adeptos como Noam Chomsky e Steven Pinker.

Se, por um lado, a patrilinearidade permitiu a redução da violência masculina e estimulou o gerenciamento de conflitos, favorecendo o estabelecimento de laços de empatia intragrupo; por outro lado, quando esse grupo patrilinear estável encontrava outro bando, o conflito intergrupar apresentava índices impressionantes de violência. A herança filogenética da patrilinearidade entre chimpanzés e humanos pode ser a raiz etológica da guerra. (BARREIROS, 2018)

É alto o grau de incerteza provocado pela expansão do tamanho populacional dos grupos sociais, pela ruptura da dominância harênica e pela preservação da patrilinearidade masculina – com possibilidade de disputa letal fratricida –, o que leva, entre os grandes primatas africanos, ao desenvolvimento de uma ética intuitiva. Ela, funcionando como verdadeiro freio etológico prossocial, determina as normas e procedimentos da disputa interna pelo poder, reduz o grau de violência interpessoal masculina letal (embora não a elimine) e estabelece quando e como a luta se dá por encerrada, até que o ciclo se reinicie. [...]

Com o comportamento agonístico<sup>40</sup> entre machos abrandado na dimensão intragrupo, o que inclui a violência interpessoal, com a redução dos níveis de dimorfismo sexual e com o surgimento de mecanismos etológicos complexos de gerenciamento de conflitos, abre-se o espaço igualmente raro para a projeção de violência e do poder para o nível extragrupo, configurando o fenômeno da violência coalizacional intersocietária. [...]

Já no que tange ao comportamento social modularizado, não há nada efetivamente que se possa ensinar a um chimpanzé, ou que devam ensinar uns aos outros: mesmo indivíduos nascidos em cativeiro desenvolvem intuitivamente, na idade certa, as competências sociais necessárias para o intenso ‘jogo maquiavélico’ das disputas de *status*, o que demonstra sua inatidade. [...] (BARREIROS, 2018, p. 39, p. 37, p. 35)

Essa cognição social inata para sistematizar hierarquias sociais e para resolver conflitos intragrupo, após a revolução cognitiva e a sedentarização do poder, tornou-se faculdade indispensável para a construção de matrizes civilizacionais e a expansão de impérios, inclusive os impérios que lançam mão do argumento humanitário.

A cozinha (e mais uma boa dose de aleatoriedade) foi convertendo os bandos de *sapiens* de grupos sociais patrilineares poliginândricos estáveis em famílias, com módulos de funcionamento tanto nuclear quanto expandida. A hipótese sobre a conversão da família em modelo social dominante sugere que a influência da cozinha foi mais determinante nos povos das latitudes afortunadas, onde se estabeleceram as principais potências expansivas, e que transmitiram seu modelo social para os povos dominados, do que nos povos em regiões geográficas menos afortunadas, que desenvolveram e mantiveram modelos sociais distintos, mais próximos das comunidades patrilineares.

---

<sup>40</sup> Competição violenta e intimidadora.

Alguns psicólogos evolutivos afirmam que bandos antigos de caçadores-coletores não eram compostos de famílias nucleares centradas em casais monogâmicos. Em vez disso, eles viviam em comunidades onde não havia propriedade privada, relações monogâmicas ou mesmo paternidade. Em um bando como esse, uma mulher podia ter relações sexuais e formar laços íntimos com vários homens (e mulheres) ao mesmo tempo, e todos os adultos do bando cooperavam para cuidar das crianças. Os homens mostravam igual preocupação com todas as crianças, uma vez que nenhum sabia ao certo quais eram definitivamente filhos seus.

Tal estrutura social não é uma utopia aquariana. É bem documentada entre animais, notadamente entre nossos parentes mais próximos, os chimpanzés e os bonobos. Há, inclusive, uma série de culturas humanas nos dias de hoje em que se pratica a paternidade coletiva, como, por exemplo, entre os índios barés. De acordo com as crenças de tais sociedades, uma criança não nasce do esperma de um único homem, mas da acumulação de esperma no útero de uma mulher. Uma boa mãe trata de ter relações sexuais com vários homens diferentes, sobretudo enquanto está grávida, para que seu filho receba as qualidades (e os cuidados paternos) não só do melhor caçador como também do melhor contador de histórias, do guerreiro mais forte e do amante mais atencioso. Se isso parece estúpido, tenha em mente que antes do desenvolvimento dos estudos embriológicos modernos as pessoas não tinham provas concretas de que os bebês invariavelmente são concebidos por um único pai, e não por vários. (HARARI, 2016, p. 50)

Mesmo contrariando certa condição etológica, a monogamia tornou-se dominante. A monogamia como condição necessária para garantir descendentes consanguíneos legítimos foi se tornando um instrumento de ganhos econômicos e de ampliação do poder nas sociedades humanas, especialmente nas sedentarizadas nas latitudes afortunadas.

O conceito de latitudes afortunadas foi desenvolvido por Jared Diamond (2014) para designar o espaço geográfico onde as condições climáticas desenvolveram biomas ricos em alimentos e em animais domesticáveis, diferentemente das demais partes do orbe terrestre, permitindo o surgimento dos principais impérios conhecidos. Nessas regiões geográficas propícias à produção de excedentes, houve a organização de tribos maiores, que aumentavam os instrumentos de defesa contra outros povos, tanto sedentários quanto nômades (DIAMOND, 2014).

No jogo de poder dos povos sedentarizados nas latitudes afortunadas, a coalizão de tribos – tanto para se protegerem de invasões quanto para ampliarem seus acessos aos excedentes de outras tribos – deu muita importância para o casamento entre os descendentes das famílias titulares do poder tribal para comporem uma aliança de sangue. A castração da pulsão por vida tornou-se central nessa biopolítica, que foi acompanhada pela criação de narrativas moralistas e opressoras da sexualidade humana.

As relações sociais mais íntimas proporcionadas tanto pela sofisticação linguística quanto pelas famílias nucleares e suas relações expandidas elevou o patamar da fofoca a instrumento eficiente de controle das dinâmicas sociais. A sobrevivência dos *sapiens* estava sob risco no último período glacial, como indica a extinção de todas as demais espécies proto-humanas nesse período. A revolução cognitiva forneceu capacidades decisivas para o incremento da sociabilidade humana. A cooperação social foi essencial para a sobrevivência humana. Nesse sentido, a linguagem, mais do que indicar a presença de predadores, deveria favorecer a obtenção de informações sobre quem era digno de confiança no grupo, permitindo estreitar laços sociais e robustecer a coesão do grupo. (HARARI, 2016).

Polly Wiessner, etnógrafa das tribos modernas de caçadores-coletores do Deserto do Kalahari, ao registrar as conversas dos membros das tribos por mais de 40 anos, constatou que o tema das conversas mudava do dia para a noite e esse padrão temático era recorrente entre as diferentes tribos dessa região estudada por ela. Ao iluminar as noites, as fogueiras alteraram o ritmo circadiano<sup>41</sup> humano e criaram um outro espaço-tempo de convívio social. A luz da chama controlada não estendeu apenas as horas do dia, criou uma outra dimensão de sociabilidade. (WIESSNER, 2014)

Pela manhã, as conversas concentram-se em temas sobre a atividade produtiva (31%) – avaliação de disponibilidade de recursos, estratégias de caça e técnicas de aprimoramento de ferramentas –; sobre as questões de uso da terra (9%); e sobre as atividades de crítica, reclamações e conflitos<sup>42</sup> (34%) – em que se usa a fofoca como constrangedor moral a restringir as pulsões alheias; a inveja como instrumento para impedir distorções em sociedades horizontalizadas; e a violência pessoal direta como meio de garantir a promoção do que se julga justo, embora normalmente a agressão fosse apartada por outros membros do clã. Uma parcela significativa das horas do dia (16%) é destinada para fatos engraçados e aventureiros, com piadas de cunho sexual, embora essas se restringissem a grupos da mesma idade e sexo. Havia tempo também para algumas histórias imaginárias (6%) e sobre outras etnias (4%). (WIESSNER, 2014)

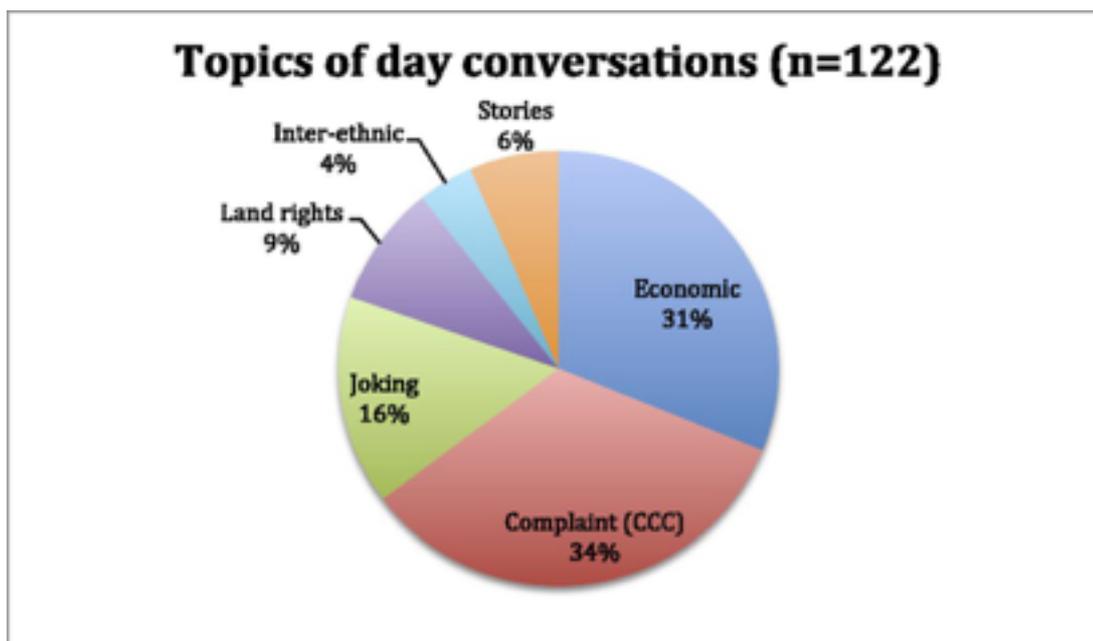
A figura 1.7 apresenta um gráfico síntese dos temas das conversas durante o dia pelas tribos pesquisadas por Wiessner (2010).

---

<sup>41</sup> Circadiano provém do latim *circa diem*, que significa “cerca de um dia”. O ritmo circadiano dos seres vivos refere-se aos ciclos biológicos – como estado de vigília, sono, digestão, renovação celular – presentes nas 24 horas de um dia e que são afetados pelo clima, particularmente a temperatura ambiente e a exposição luminosa.

<sup>42</sup> *Criticism, complaint, and conflict* (CCC)

**Figura 1.7** Tópicos de conversação durante o dia



Fonte: WIESSNER, 2014, p. 14.029

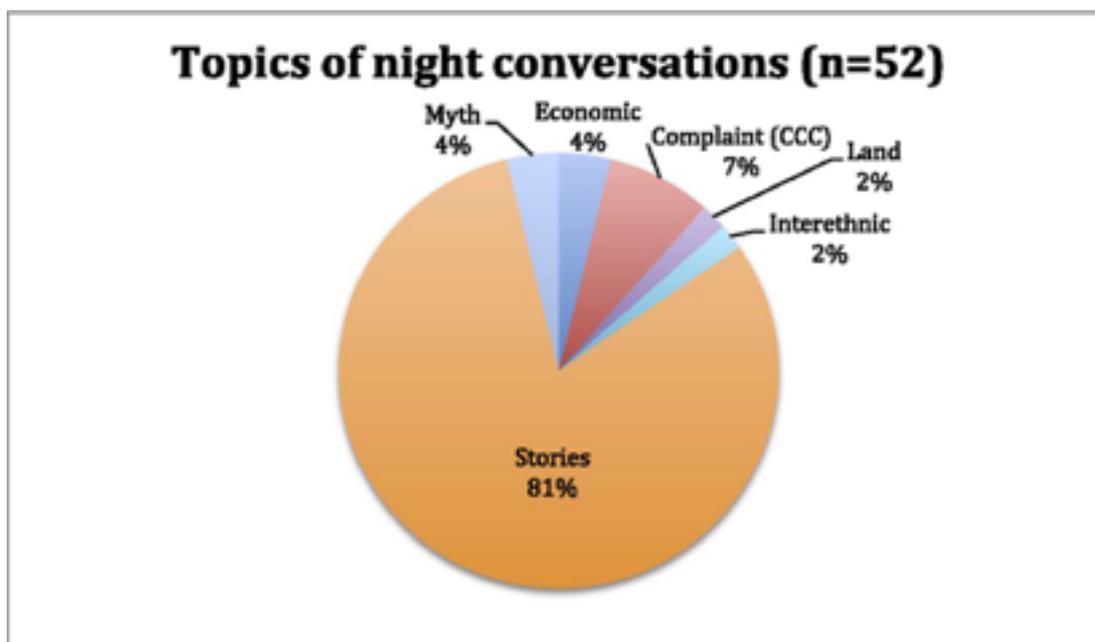
No final da tarde, as famílias se reuniam em torno de suas próprias fogueiras para preparar e consumir o jantar. Após o jantar e já tendo anoitecido, o humor ficava mais tranquilo e alegre e as pessoas passavam a se reunir em grupos menores na maioria das noites, mas, em algumas noites, havia encontros maiores, com rituais e cerimônias significativas. (WIESSNER, 2014)

A maior parte das conversas noturnas (81%) envolve a narração de histórias. Os contadores de história, normalmente, não usavam as suas narrativas para condenar alguém ou para se autopromover, como seria o tom de uma conversa diurna. Contar histórias é uma arte que envolve linguagem rítmica e simbólica para elaborar metáforas e aforismos que eram acompanhados pelos ouvintes com um sinal de concordância gestual ou verbal. Era comum a emoção dos ouvintes vir à tona com choros, risadas e olhares cúmplices. As histórias tinham um tom afetivo, costumavam lembrar eventos passados gloriosos e evocar a memória de antepassados, conectando às pessoas a uma dimensão espiritual que lhes antecede e que sucederá a existência deles. Essa conexão espiritual muitas vezes se dava por meio de manifestações artísticas e ritualísticas complexas de música e de dança. (WIESSNER, 2014)

Surpreendentemente, as histórias mitológicas, com a presença de deuses poderosos, oniscientes, onipresentes, vingativos e moralistas, correspondiam a apenas 4% das conversas noturnas. Seria a invenção desses deuses e forças astrais uma inovação da era axial?

Acontecia, também, de eventos mal resolvidos durante o dia, de vez em quando, emergirem à noite, porém em um tom mais brando. No meio da madrugada, por volta das 2:00 (período chamado de “*the little day*”), algumas pessoas ficavam responsáveis por reacender a fogueira em brasa e fazer uma ronda, momento em que conversavam mais um pouco. A figura 1.8 apresenta um gráfico síntese dos temas das conversas durante a noite. (WIESSNER, 2014)

**Figura 1.8 Tópicos de conversação durante a noite**



Fonte: WIESSNER, 2014, p. 14.029

Atualmente, a presença de luz artificial – ao invés de criar um espaço para intimidade, para refazimento dos laços sociais e para desanuviamento das questões do dia – apenas aumentou as horas úteis disponíveis e efetivamente usadas para o trabalho. A narrativa ficcional continua sendo uma dimensão importante da vida humana, mas a indústria do entretenimento reduziu todos os gêneros a praticamente uma única pauta: o consumo. Seria o consumismo o ponto culminante de uma trajetória cumulativa, ascensional e linear de progresso cognitivo? A revolução cognitiva proporcionou uma imaginação social muito mais sofisticada do que essa, com impactos decisivos no imperativo humanitário.

## 1.8 REVOLUÇÃO COGNITIVA E EVOLUÇÃO CULTURAL

Os proto-humanos do gênero *Homo* tinham cérebros grandes e prolíficos, eram bípedes, dominavam o fogo, produziam ferramentas, apresentavam dinâmicas sociais complexas e articulavam linguagens elaboradas. Os *sapiens*, particularmente, já existiam há 200 mil anos, todavia, a pressão ecológica promovida pela intensificação do frio do último período de glaciação, entre 100 mil e 10 mil anos atrás, forçou mecanismos adaptativos da seleção natural para evitar a extinção dos genes daquela espécie. (WRAGG-SYKES, 2016)

Há 70 mil anos, o aumento do tamanho do cérebro do *Homo sapiens* resultou fortuitamente no desenvolvimento exacerbado do neocórtex no já prodigioso lobo frontal dos indivíduos do gênero *Homo*. O neocórtex preponderante permitiu a sofisticação do pensamento abstrato, com capacidade de atenção seletiva e a otimização de respostas afetivas, com competência para julgamentos morais e sociais. (WRAGG-SYKES, 2016)

Outra mudança anatômica, ocorrida nesse período, foi o aperfeiçoamento do aparelho fonador, que permitiu a articulação de uma maior variedade de fonemas e, com as novas aptidões do neocórtex, a composição de uma linguagem mais complexa. (WRAGG-SYKES, 2016)

Essas mudanças anatômicas do neocórtex e do aparelho fonador poderiam não ter resultado em nenhum progresso particular, todavia, dentro do contexto da pressão ecológica desértico-glacial, elas acabaram resultando no que foi denominado revolução cognitiva. Os *Homo sapiens* conquistaram, nesse ínterim, linguagem, raciocínio abstrato e aptidão para introspecção e para resolução de problemas, ou seja, desenvolveram a capacidade de pensar sobre si mesmo, sobre o mundo a sua volta e sobre situações hipotéticas. (WRAGG-SYKES, 2016)

Essa revolução cognitiva, ocorrida há 70 mil anos, para efeitos dessa pesquisa, é o momento que permitiu designar os *Homo sapiens* como seres humanos, pois, a partir desse momento, além de os corpos serem anatomicamente modernos, a capacidade intelectual passou a se manifestar tal qual funciona atualmente.

Essas novas capacidades intelectivas ampliaram o panorama analítico dos *sapiens*, que fizeram de sua segunda onda migratória um movimento de ocupação de diversos continentes, cuja presença se faz marcante até os dias atuais. Essa segunda onda migratória, embora não planejada como as demais, se caracterizou pela ocupação global, diferentemente de qualquer outra marcha anterior. Cada passo adiante incentivava caminhos mais distantes, movimento que ficou conhecido como a grande migração que povoou o planeta entre 70 mil e 12 mil anos atrás. (WRAGG-SYKES, 2016; HARARI, 2016; MORRIS, 2015)

Armados de cérebros suficientemente poderosos para a evolução cultural, os humanos modernos conquistaram o mundo. Alguns *Homo sapiens* saíram da África, pouco antes de 100 mil anos atrás, quando a cultura era ainda uma flor frágil, e, talvez, por causa disso, esses primeiros emigrantes só chegaram até o que chamamos hoje de Israel e Arábia. [...]

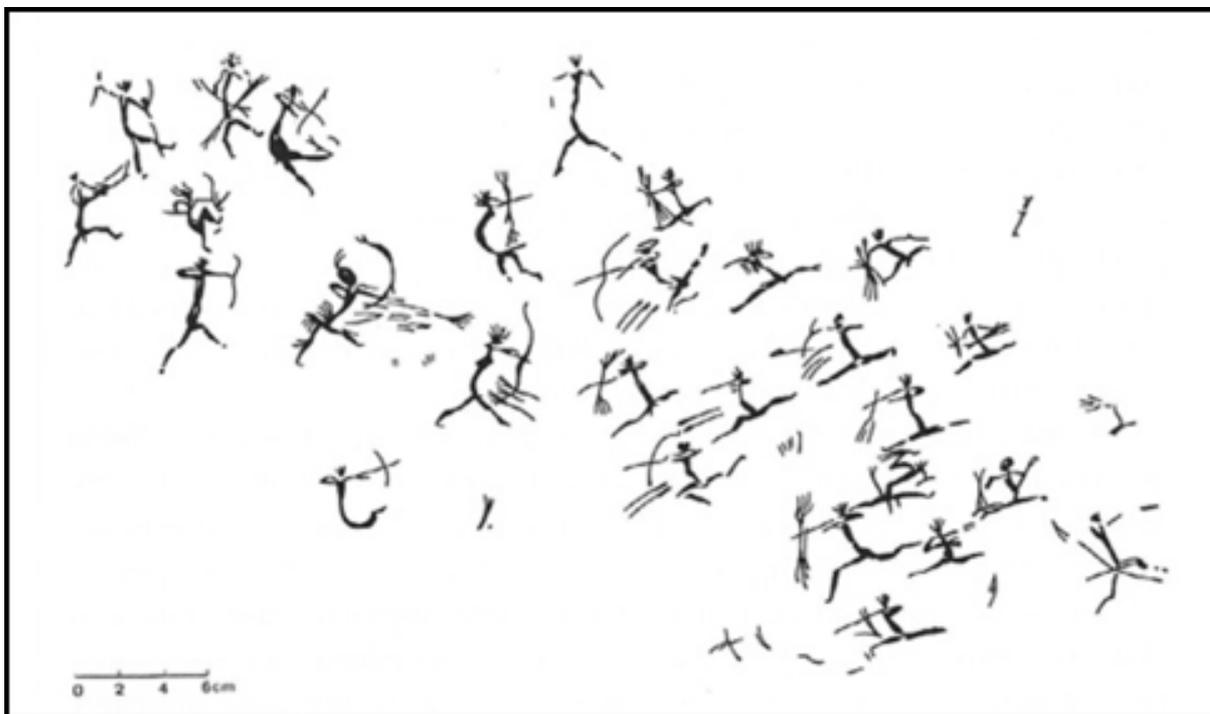
Mas uma segunda leva, que saiu da África, há cerca de 70 mil anos, levou o pacote inteiro de comportamento humano moderno junto com ela e se espalhou pelo planeta 50 vezes mais rápido do que os proto-humanos que haviam saído da África quase 1,6 milhão de anos antes. [...]

Nos sítios arqueológicos do período entre 100 mil e 70 mil anos atrás, coisas estranhas começaram a aparecer. As pessoas passaram a se enfeitar, algo que proto-humanos de épocas anteriores não faziam. Elas catavam cascas de ovo [ou pequenas conchas] e passavam horas fazendo com elas pequenos discos com suas lascas. Usando apenas um osso pontudo, abriam um buraco no meio de cada disco e juntavam centenas delas em um fio para fazer um colar. Trocavam esses ornamentos entre elas e, às vezes, também com outras pessoas, distantes centenas de quilômetros. (MORRIS, 2015, p. 364; p. 361)

Além de colar de contas, que serviam tanto para ornar quanto para estabelecer relações de trocas sociais, os *sapiens* estavam esculpindo ossos para fins práticos. Esses novos utensílios esculpidos por ferramentas de pedra (lâminas, raspadores, martelos, cinzéis, perfuradores, agulhas) serviam tanto para a caça quanto para o conflito intersocietário. Para a caça, uma outra mudança anatômica favoreceu os *sapiens*: as articulações de ombros e de cotovelos permitiram o movimento de arremesso muito mais distante e preciso, aumentando o poder de abate de animais terrestres, aquáticos e aéreos. Para o conflito, houve o desenvolvimento de armas líticas (arcos, flechas, dardos, lanças, arpões, anzóis, adagas) eficientes para assassinar os “estrangeiros” (membros de sua espécie mas de outra tribo). (WRAGG-SYKES, 2016; MORRIS, 2015)

O conflito intersocietário com prática posterior de antropofagia era costumeiro em várias regiões. Isso se evidencia por sítios arqueológicos onde se encontram ossadas raspadas para se obter a carne, ossos quebrados para se extrair o tutano e crânios que foram afundados por martelos para degustar a parte mais saborosa: o cérebro humano. Além de evidências esqueléticas, as gravuras das cavernas de Blombo, de 75 mil anos, na África do Sul; das cavernas de Lascaux, de 15 mil anos, na França; e na caverna de Altamira, de 12 mil anos, na Espanha, forneceram novas evidências para a hipótese da longuíssima duração dos conflitos intersocietários, ao exibirem cenas de representação artística de caça e de raides, com uso de armas para realizar os ataques. “São coisas de rara beleza. ‘Nenhum de nós seria capaz de pintar assim’, teria comentado Picasso ao vê-las pela primeira vez. ‘Depois de Altamira, é tudo decadência’.” (MORRIS, 2015, p. 361)

**Figura 1.9 Pintura em pedra no abrigo de Los Dogues, na Espanha, entre 10 mil e 5 mil anos atrás, da qual pode depreender uma luta caótica com gritos de socorro**



Fonte: MORRIS, 2015, p. 106

Os proto-humanos estavam agindo de uma maneira cada vez menos proto e cada vez mais humana. Coletavam ocre, uma espécie de minério de ferro, e o usavam para desenhar linhas vermelhas sólidas em paredes de caverna e, talvez, nos corpos uns dos outros. Na caverna Blombos, na África do Sul, alguém chegou até a riscar padrões geométricos simples sobre um pequeno toco de ocre há 75 mil anos – produzindo não só a obra de arte mais antiga que se conhece, mas também uma obra de arte para fazer outras.

Da Cidade do Cabo ao Cairo, sítios pré-50.000 a.C. parecem todos muito iguais, com os mesmos tipos de achados, usados da mesma maneira. No entanto, sítios pós-50.000 a.C. variam de modo impressionante. Por volta de 30.000 a.C., só o vale do Nilo abrigava uma dúzia de estilos regionais diferentes de ferramentas de pedra. Os humanos haviam inventado a **cultura**, usando seus cérebros grandes e rápidos para tecer redes de símbolos que não apenas comunicavam ideias complexas, [...] mas também preservavam essas ideias ao longo do tempo [...] todas elas se acumulando no decorrer de gerações. (MORRIS, 2015, pp. 361-362)

Essas respostas não somente passaram a apresentar diferenças regionais, em função das diferentes pressões ecológicas em diferentes lugares; mas também passaram a manifestar um alto grau de convergência cultural, quando, em uma dada região, com diferentes grupos sociais, um determinado grupo alcançava um desenvolvimento material ou social capaz de desequilibrar a balança de poder favoravelmente para o seu lado. (MORRIS, 2015; HARARI, 2016)

Existe tanta variedade cultural ao redor do mundo (leves variações nas condições locais, combinadas com a produção aleatória de ideias suficientemente boas, resultaram em incontáveis e diferentes estratégias evolucionariamente estáveis) [... quanto] existe muita similaridade (culturas que competem tendem a convergir em algumas poucas estratégias vencedoras). E, além de ser a melhor ferramenta da humanidade para se adaptar a novos ambientes, a cultura foi a principal força para a transformação desses ambientes. [...]

A **cultura** é um produto da evolução biológica de nossos cérebros grandes e rápidos, mas a própria cultura também evolui. A evolução biológica é guiada por mutações genéticas, e as mutações que funcionam melhor vão substituindo aquelas que não funcionam, ao longo de milhares ou mesmo de milhões de anos. A evolução cultural, no entanto, se move bem mais rápido, pois, ao contrário da versão biológica, é dirigida. As pessoas enfrentam problemas, então, as pequenas células cinza passam a trabalhar e surgem ideias. A maior parte das ideias, como a maioria das mutações genéticas, acaba fazendo pouca diferença para o mundo, e algumas são francamente prejudiciais, mas, com o tempo, as ideias que funcionam bem superam na competição aquelas que não [funcionam]. (MORRIS, 2015, pp. 364-365; p. 362; inserções e grifos nossos)

Em outras palavras, enquanto os padrões de comportamento dos humanos arcaicos permaneceram inalterados por dezenas de milhares de anos, os sapiens conseguem transformar suas estruturas sociais, a natureza de suas relações interpessoais, suas atividades econômicas e uma série de outros comportamentos no intervalo de uma ou duas décadas. Considere uma habitante de Berlim nascida em 1900 e vivendo longevos cem anos. Ela passou a infância no Império Hohenzollern de Guilherme II; seus anos adultos na República de Weimar, no Terceiro Reich Nazista e na Alemanha Oriental comunista; e morreu cidadã de uma Alemanha democrática reunificada. Conseguiu ser parte de cinco sistemas sociopolíticos muito diferentes, embora seu DNA tenha permanecido exatamente o mesmo. (HARARI, 2016, p. 43)

A evolução cultural elevou a condição humana a outro patamar. A sobrevivência humana não dependeria mais de mutações genéticas aleatórias exclusivamente, a sobrevivência passaria a receber contribuições de adaptações culturais em razão de pressões do ambiente, encontrando respostas extraordinariamente ousadas. A evolução cultural catapultou a experiência humana.

## 1.9 CONTRIBUIÇÕES DA LONGUÍSSIMA DURAÇÃO

Ao longo do primeiro capítulo, foram apresentados alguns argumentos que evidenciam contribuições da longuíssima duração para compreender as origens remotas do que veio a ser chamado de humanitarismo. Enumeram-se, a seguir, as principais ideias exploradas:

- A cooperação entre unidades biológicas – genes, células, organismos, indivíduos, grupos, espécies, biomas – é comportamento comum na natureza. Aliás, as grandes transições evolutivas tratam exatamente do aumento extraordinário de cooperação entre unidades biológicas menores que passam a atuar como unidades maiores.
- A evolução nem sempre ocorre pela competição violenta. A estratégia *fight, fright, flight*, às vezes, torna-se a estratégia evolucionariamente estável.
- Uma série de mutações genéticas aleatórias promoveram o aumento do cérebro dos primatas, em relação aos outros mamíferos, o que provocou fortuitamente capacidades mentais complexas e comportamentos sociais intrincados. No caso dos *sapiens*, houve o incremento expressivo do neocórtex e a modificação do aparelho fonador.
- A pressão ecológica do período quaternário, iniciado há 2,5 milhões de anos, produziu um cenário de poucos recursos dispersos geograficamente, particularmente na África, onde estavam os membros da tribo *Hominini*. Essa situação promoveu, surpreendentemente, entre os chimpanzés e os proto-humanos, o comportamento etológico de grupos patrilineares estáveis, graças ao desenvolvimento de um dispositivo mental de cognição social inato, que permitiu, a essas duas espécies, a formação de sociedades com cooperação complexa entre os membros do seu grupo.
- O domínio do fogo e o desenvolvimento da cozinha, entre 1,8 milhão de anos e 300 mil anos atrás, desempenhou papel fundamental no desenvolvimento biológico e social dos proto-humanos, que deixaram de se comportar como bandos promíscuos e passaram a adotar um comportamento de proteção familiar.
- A pressão ecológica do último período glacial ensejou respostas migratórias que exigiram aperfeiçoamento dos mecanismos de coordenação societária, como liderança; além de capacidade sofisticada de análise, julgamento e tomada de decisão; e linguagem com enriquecimento do léxico e da semântica.

- Características evolutivas específicas, seleção multinível, herança filogenética, mudanças anatômicas, pressão ecológica e domínio do fogo deram ferramentas que proporcionaram uma revolução cognitiva, com desenvolvimento da linguagem e do pensamento abstrato.
- A revolução cognitiva proporcionou a evolução cultural, que fez com que a evolução humana não dependesse exclusivamente das mutações genéticas.

O próximo capítulo explora como os *sapiens*, com suas habilidades cognitivas, conquistadas na longuíssima duração, conseguiram gerenciar o aumento de indivíduos em seus grupos sociais, dando uma dimensão ultrasocial para a condição humana. A ultrasociabilidade é o resultado de ordens abstratas de coesão social, que será um dos fundamentos também do imperativo humanitário.

## 2 ULTRASSOCIABILIDADE, ORDEM ABSTRATA E IMPERATIVO HUMANITÁRIO

O raciocínio abstrato e a complexificação da linguagem, há 70 mil anos, permitiram aos humanos ampliarem suas redes de cooperação social de bandos de 30 indivíduos para grupos com 150 pessoas, estabelecendo vínculos de confiança e adotando comportamento altruísta dentro do seu grupo. Há 10 mil anos, após a última glaciação, o processo de sedentarização do poder mudou gradualmente o predomínio de práticas de caça, coleta e pilhagem para dinâmicas de conquistas com incorporação da produção alheia ao estoque de recursos da sede do poder expansivo.

60 mil anos de evolução cultural, em ritmo muito mais acelerado do que a evolução natural, proporcionaram aos seres humanos a capacidade de elaboração de ordens abstratas sofisticadas, com enredos imanentes e transcendentais, que viabilizaram a improvável cooperação entre completos estranhos, aumentando a base populacional e material do poder. Esse caráter ultrassocial associado à dimensão ultraterritorial da vida humana acionaram o estopim da expansividade ilimitada do poder, particularmente para os povos cujas matrizes civilizacionais foram forjadas pela premência da guerra no *continuum* geoclimático das latitudes afortunadas eurásianas.

O segundo capítulo analisa como a evolução cultural dos *Homo sapiens* colocou a cooperação e a empatia em um patamar decisivo para a organização das sociedades humanas, que passaram a ser caracterizadas pela ultrassociabilidade. Ao final do capítulo, investiga-se o primeiro uso sistemático do argumento humanitário como fundamentado ideológico de uma ordem ultrassocial internacional, a partir da tentativa de universalização dos valores europeus.

### 2.1 ULTRASSOCIABILIDADE

Peter Turchin, em *Ultrasociety* (2015), lança a tese do excepcionalismo da ultrassociabilidade humana com base em dois parâmetros da evolução cultural: a seleção cultural multinível e a guerra. Assim como a seleção biológica multinível demonstra que a evolução natural sofre diversas pressões evolutivas de diferentes unidades básicas de seleção – genes, células, organismos, indivíduos, grupos, espécies, biomas –, designando aleatoriamente qual nível de análise será preponderante em cada caso; assim também se daria a seleção cultural multinível, na qual a evolução cultural humana sofreria não apenas as pressões egoístas da seleção individual, mas também as pressões colaborativas da seleção de grupo. (TURCHIN, 2015).

Turchin (2015) utiliza o exemplo da cooperação intragrupo de uma equipe desportiva para ilustrar os movimentos contraditórios em ação na seleção de grupo. Primeiro, para selecionar os membros da equipe, o processo seletivo acaba por excluir os candidatos mais fracos e menos técnicos, escolhendo os candidatos mais competitivos disponíveis no processo seletivo. No decorrer da formação da equipe, esses indivíduos altamente competitivos podem optar por táticas egoístas de sabotagem contra membros de sua própria equipe, para que seus dotes individuais possam se sobressair. Outra tática egoísta possível é a adoção de uma postura de carona (*freerider*), em que o indivíduo faz um esforço menor, aumentando o fardo coletivo para os demais membros do time. (TURCHIN, 2015)

Como visto, a formação de uma equipe tende a valorizar indivíduos competitivos e egoístas. Uma vez a equipe formada, o espaço de sociabilidade cooperativa do grupo tende a favorecer o surgimento de oportunistas caroneiros. Então, como teria sido possível a consolidação de uma organização social colaborativa em um meio composto por indivíduos competitivos, traiçoeiros e oportunistas?

Turchin (2015) faz, de novo, paralelo com a biologia para explicar a evolução cultural, particularmente a seleção de grupo. Assim como organismos multicelulares complexos podem ser vistos como veículos para os genes, as sociedades também funcionariam como veículos para os indivíduos. Engana-se, porém, quem acreditou que essa composição mais orgânica dos grupos sociais tenha significado o início de uma era de paz. (TURCHIN, 2015)

Assim como houve uma extraordinária transição evolutiva para que organismos unicelulares pudessem evoluir e, assim, surgirem organismos multicelulares complexos, algo parecido aconteceu na evolução cultural humana. Houve uma força propulsora que fez com que grupos humanos passassem a funcionar mais organicamente, com uma coesão social intrinsecamente maior. A força motriz que marcou a transição evolutiva na cultura humana foi a guerra. (TURCHIN, 2015)

A evolução cultural multinível revelou que essa transição evolutiva permitiu aos humanos ampliarem a cooperação sistematicamente dentro do seu grupo social para melhorar seus recursos de violência, para serem aplicados fora do seu grupo social. De algum modo, foi a eleição de uma ameaça externa que reforçou a sociabilidade intragrupal: “Guerra é paz”, um dos lemas do *Big Brother*, em 1984, de George Orwell.

A guerra complexificou as relações sociais, as hierarquias de poder e as instituições políticas. Como Heráclito (apud MARCONDES, 2014, p. 16) afirmou: “A guerra (*polemos*) é o pai de todas as coisas, rei de tudo; de uns fez deuses, de outros, homens; de uns, escravos, de outros, homens livres”.

De volta ao exemplo da equipe desportiva, Turchin (2015) explica que é a ameaça de uma equipe rival que enseja a colaboração dentro do time em questão. O “outro” rival é o gatilho que dispara mecanismos etológicos cooperativos nos ainda pequenos agrupamentos humanos. A conclusão é que a recorrência dos conflitos violentos intersocietários durante a maior parte da existência humana reforçou o caráter ultrassocial humano. Os mecanismos da seleção cultural multinível poderiam ter suscitado diferentes respostas aos desafios humanos, mas acabou permitindo aos indivíduos a superação (limitada) de suas pulsões egoístas em benefício da coesão do grupo, mas somente porque existe uma ameaça maior para a sua sobrevivência. (TURCHIN, 2006; TURCHIN, 2015)

A intensificação das guerras demanda melhor divisão social do trabalho e melhor arrecadação, o que requer melhores instituições e enseja o desenvolvimento de tecnologias sociais, como escrita e moeda. As instituições sociais prosperam, mesmo sendo custosas para os indivíduos, porque as sociedades que as adotam tendem a superar as rivais que não promovem sua organização política. A iminência da guerra é a força motriz que rompeu os limites sociais do igualitarismo primitivo. (TURCHIN, 2006; TURCHIN, 2015)

Embora a cooperação traga benefícios, ela tem um custo social alto. A teoria funcionalista das instituições e dos regimes<sup>43</sup> enfatiza aspectos da decisão política que envolvem escolhas racionais em uma lógica em que todos os envolvidos percebem os ganhos absolutos da cooperação, como em um jogo de ganha-ganha, mas minimizam o fato de os ganhos serem muito assimétricos e de as regras serem “impostas” pelos mais poderosos.

A cooperação entre indivíduos dentro de um projeto social maior depende do cumprimento das funções coletivas atribuídas a cada um. A relação entre dois ou mais indivíduos acaba sendo uma relação de atribuição mútua de um papel social identitário, na qual a negociação para adesão ou negação da identidade mutuamente atribuída depende de um jogo de poder entre os membros de um grupo social maior. O papel social que o indivíduo pretende assumir depende de corroboração intersubjetiva; isso implica que toda relação social acaba sendo uma relação de poder. Mais do que um animal social (como vários outros), o ser humano é um animal político: *zoon politikon*. Na concepção aristotélica, a essência da existência humana revela-se no contexto sociopolítico da *polis*, onde se vive e onde se desempenha o papel social que foi “negociado”.

---

<sup>43</sup> Cf KEOHANE, Robert. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. New Jersey: Princeton University Press, 1984; KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. *International Organization*, 1982, v. 36, n. 2, pp. 185-205; MITRANY, David. The Funcionalist Alternative. In WILLIAMS, P.; GOLDSTEIN, D. M.; SHAFRITZ, J. M. (eds.) *Classic readings of international relations*. New York: Hartcourt Brace College Publishers, 1994.

Para além da crença em um sistema de valores comuns que orientam a vida política do grupo, a organização da *polis* dependeria de um conjunto de instituições que policiassem as condutas. Os custos individuais da cooperação dentro do grupo são altos, mas essa sociabilidade complexa não apenas aumentou a segurança intragrupo, como também ampliou os benefícios de bem-estar individual e coletivo, com estabilidade política; integração social; desenvolvimento econômico; e poder militar. (TURCHIN, 2006; TURCHIN, 2015)

Os custos seriam obedecer às leis e às autoridades; pagar tributos diretos e indiretos; prestar serviço militar; estar mobilizável para as calamidades públicas; manter corpo burocrático permanente e qualificado; estabelecer sistema de justiça, vigilância e punição; não receber vantagens indevidas (*freerider*); limitar o poder das autoridades com divisão de poderes e sistema de pesos e contrapesos (*checks and balances*); estabelecer sistema educacional; e instituir religião ou outra ideologia integradora. (TURCHIN, 2006; TURCHIN, 2015)

A revolução cognitiva permitiu um grande salto social, ao ter viabilizado a dilatação dos grupos *sapiens* de poucas dezenas para uma centena aproximadamente. Contudo, essa sociabilidade dilatada tinha como base a confiança, seja pela reciprocidade direta, seja pela reciprocidade indireta, que depende do histórico de reputação do indivíduo em ser um cooperador confiável. Uma sociedade estruturada apenas nas relações pessoais somente pode ser estabelecida em uma rede social limitada a uma quantidade de 100 a 150 pessoas, porque “em um bando de 50 indivíduos, há 1.225 relações de um para um, e incontáveis combinações sociais complexas” (HARARI, 2016, p. 31). A pressão exercida pela ameaça de conflito intersocietário favoreceu o predomínio da seleção de grupo na evolução humana; a criação de ordens abstratas; e o advento de instituições ultrassociais, que permitiram o aumento de pessoas com pertencimento a um grupo social. (TURCHIN, 2006; TURCHIN, 2015)

Comportamento altruísta com completos estranhos, com outras culturas, é uma conduta social nova conquistada pela evolução cultural no sentido da ultrassociabilidade. O benefício imediato trazido pela ultrassociabilidade foi ampliar a base material e populacional do poder, ao promover a cooperação entre diferentes grupos sociais. Os custos para superar os limites etológicos da cooperação restrita a grupos coétnicos é a disposição de assumir os custos individuais (que já tinha se assumido para essa cooperação coétnica) para o benefício de grupos maiores, quiçá multiétnicos. Os benefícios acabariam sendo desproporcionalmente dirigidos para a sede expansiva do poder, o que sinalizaria ganhos ainda mais difusos na perspectiva de um indivíduo na periferia dessa ordem. (TURCHIN, 2006; TURCHIN, 2015)

A vontade individual de se sacrificar em benefício da coletividade não costuma ser tão espontânea, mas o desenvolvimento de ordens abstratas ofereceu narrativas convincentes (pelo menos para parcela significativa do grupo) de que valeria a pena cooperar em nome desse projeto maior. As ordens abstratas conferiram uma aura de legitimidade às instituições ultrassociais. Na verdade, é um processo de co-constituição onde a ordem abstrata promove a amálgama social em grupos cada vez maiores e grupos maiores ensinam narrativas ficcionais que legitimem a implantação de instituições ultrassociais.

A partir da sofisticação da linguagem e da crescente sociabilidade, os humanos passaram a criar costumes e normas sociais, promoveram divisão do trabalho e estabeleceram critérios de decisão política. Com a evolução das instituições ultrassociais, houve a ascensão de sociedades em grande escala. No entanto, o surgimento das primeiras sociedades de larga escala não foi um caminho único, houve experiências diversas.

Os *sapiens* – entre o seu surgimento, há cerca de 200 mil anos, e o fim da última era glacial, há 10 mil anos – viveram 95% do tempo de sua existência como bandos nômades forrageadores de poucas dezenas de indivíduos. A disponibilidade de solo fértil e o clima ameno, em algumas regiões do planeta, permitiram, a partir de 10 mil anos atrás, o aparecimento das primeiras aldeias bastante igualitárias, que podiam atingir a marca de duas centenas de pessoas. (TURCHIN, 2006; TURCHIN, 2015)

Os humanos conseguiram superar o limite de 150 pessoas por grupo, porque deixaram de fundar suas sociedades com base somente nos laços de confiança e de expectativa de reciprocidade entre os membros do grupo. Para os agrupamentos humanos alcançarem a dimensão ultrassocial, foi necessário criar ordens abstratas que conferissem uma coesão social, independentemente se as pessoas se conhecessem ou se confiavam umas nas outras. De algum modo, a ideia de um contrato social original talvez não esteja completamente no campo da ficção político-jurídica.

Para o argumento da tese, interessam menos as “cláusulas” que estavam nesse contrato social inaugural, mas o fundamento normativo maior que amparava esse “contrato”. Interessam as narrativas consolidadoras da ordem abstrata imaginada<sup>44</sup> coletivamente pelos *sapiens*, que lhes conferiram a ultrassociabilidade.

---

<sup>44</sup> A ideia de nação e de nacionalismo são criações muito recentes na história humana, mas são demonstrações contemporâneas da força que essas ordens abstratas são capazes de exercer sobre a coletividade humana. Cf ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cias das Letras, 2008.

## 2.2 ORDEM ABSTRATA

Formigas, abelhas e cupins são capazes de cooperar em larga escala, em contrapartida, sua cooperação tem escopo limitado e somente acontece entre parentes da mesma colônia. Chimpanzés e lobos são também espécies bastante cooperativas e a sociabilidade resultante dessa cooperação é bem versátil; entretanto, essa cooperação apenas ocorre em bandos pequenos, cujos membros conhecem bem o *status* social de cada um. Os *sapiens* são a única espécie capaz de cooperar em larga escala, com estranhos e de diversas maneiras. Essa extraordinária capacidade de cooperação ultrassocial se deu graças à revolução cognitiva e ao surgimento das ordens abstratas. (HARARI, 2016)

Com a revolução cognitiva, surgem o pensamento abstrato e a autoconsciência. Mitos, lendas, religiões, ideologias, arte começam a aparecer a partir de 70 mil anos atrás. A imaginação permitiu criar narrativas ficcionais que tanto davam sentido para as questões existenciais iniciais quanto conferiam um sentido maior para a existência humana coletivamente. O pensamento abstrato permitiu imaginar mitos fundadores capazes de agrupar grande quantidade de pessoas estranhas que acreditavam nos mesmos mitos. Esses mitos compartilhados existem apenas na imaginação coletiva das pessoas. Muitas vezes, o que faz sentido para um grupo, pode parecer burlesco para outro. A criação de uma ordem abstrata foi fundamental para o fenômeno da ultrassociabilidade que caracteriza a existência humana. (HARARI, 2016)

Ao contrário da mentira, uma realidade imaginada é algo em que todo mundo acredita e, enquanto essa crença partilhada persiste, a realidade imaginada exerce influência no mundo. [...]

Desde a Revolução Cognitiva, os *sapiens* vivem, portanto, em uma realidade dual. Por um lado, a realidade objetiva de rios, das árvores e dos leões; por outro, a realidade imaginada de deuses, nações e corporações. Com o passar do tempo, a realidade imaginada se tornou ainda mais poderosa, de modo que hoje a própria sobrevivência de rios, árvores e leões depende da graça de entidades imaginadas, tais como deuses, nações e corporações. (HARARI, 2016, pp. 40-41)

Sem as ordens abstratas, a vida humana se resumiria, basicamente, à apropriação sensorial do mundo material. Apesar das infinitas possibilidades de concepções de vida social, os *sapiens* ainda não conseguiram construir ordens que promovessem efetivamente valores como liberdade, igualdade e fraternidade. As poucas experiências políticas nesse sentido converteram-se em projetos autoritários rapidamente. Apesar das frustrantes ordens concebidas até hoje, não se pode abandonar o ideal emancipatório que essa realidade imaginada confere à existência humana. (ZIZEK, 2011)

“Não devemos alimentar ilusões otimistas sobre ‘redes de cooperação em massa’ [...]. ‘Cooperação’ soa muito altruísta, mas nem sempre é voluntária e raramente é igualitária. A maior parte das redes de cooperação humana foi concebida para a opressão e a exploração” (HARARI, 2016, p. 113). Nunca houve uma era de ouro de neutralidade e de justiça nas ordens abstratas; elas sempre estabeleceram hierarquias sociais, também sustentadas por narrativas ficcionais. As hierarquias cristalizam a configuração de forças políticas e econômicas que os grupos sociais dispõem dentro de um contexto específico. As elites favorecidas tendem a querer justificar seus privilégios como sendo ou naturais ou de origem divina ou amparados por leis. Para garantir a perpetuação da ordem em um contexto de tensão social, monta-se um aparelho coercitivo capaz de manter tal ordem. Apesar da injustiça patente, a ficção da hierarquia parece determinante para manter sociedades complexas. “As hierarquias têm uma função importante. Elas permitem que estranhos saibam como tratar uns aos outros sem desperdiçar o tempo e a energia necessários para se tornarem pessoalmente familiarizados” (HARARI, 2016, p. 144)

Os defensores da igualdade e dos direitos humanos talvez fiquem escandalizados com essa linha de raciocínio. Sua reação provavelmente será: “Nós sabemos que as pessoas não são iguais biologicamente! Mas se acreditarmos que somos todos iguais em essência, isso nos permitirá criar uma sociedade estável e próspera”. Eu não tenho nenhum argumento contra isso. É exatamente o que quero dizer com “ordem imaginada”. Acreditamos em uma ordem particular não porque seja objetivamente verdadeira, mas porque acreditar nela nos permite cooperar de maneira eficaz e construir uma sociedade melhor. Ordens imaginadas não são conspirações malignas ou miragens inúteis. Ao contrário, são a única forma pela qual grande número de seres humanos podem cooperar efetivamente. Lembre-se, no entanto, que Hamurabi pode ter defendido seu princípio de hierarquia usando a mesma lógica: “Eu sei que homens superiores, comuns e escravos não são tipos de pessoas inerentemente diferentes. Mas se acreditarmos que são, isso nos permitirá criar uma sociedade estável e próspera”. [...] Voltaire afirmou, a respeito de Deus: “Deus não existe, mas não conte isso ao meu servo, para que ele não me mate durante a noite”. [...]

Para salvaguardar uma ordem imaginada, são necessários esforços árduos e contínuos. Alguns desses esforços assumem a forma de violência e coerção. Exércitos, forças policiais, tribunais e prisões estão o tempo todo em ação, forçando as pessoas a agirem de acordo com a ordem imaginada. [...]

Por que soldados, carcereiros, juizes e policiais manteriam uma ordem imaginada em que não acreditassem? De todas as atividades humanas coletivas, a mais difícil de se organizar é a violência. Dizer que uma ordem social é mantida por força militar imediatamente levanta a pergunta: o que mantém a ordem militar? É impossível organizar um exército unicamente por meio da coerção. Pelo menos alguns dos comandantes e soldados precisam acreditar realmente em alguma coisa, seja Deus, honra, pátria, coragem ou dinheiro. [...] O cristianismo não teria durado 2 mil anos se a maioria dos bispos e padres não acreditasse em Cristo”. (HARARI, 2016, pp. 118-120).

Em última instância, a espécie humana está sempre enxergando o mundo por uma metanarrativa construída socialmente. Quando se descontrói uma, faz-se isso com base em outra metanarrativa que oferece uma outra cosmovisão. Ou seja, nunca se está fora desses moldes mentais. (HARARI, 2016)

Essas ordens imaginadas são intersubjetivas, de modo que para mudá-las precisamos mudar simultaneamente a consciência de bilhões de pessoas, o que não é fácil. Uma mudança de tal magnitude só pode ser alcançada com a ajuda de uma organização complexa, como um partido político, um movimento ideológico ou um culto religioso. No entanto, para construir tais organizações complexas, é necessário convencer muitos estranhos a cooperarem uns com os outros. E isso só acontecerá se esses estranhos acreditarem em alguns mitos partilhados. Daí decorre que para mudar uma ordem imaginada existente precisamos primeiro acreditar em uma ordem imaginada alternativamente. [...]

Não há como escapar à ordem imaginada. Quando derrubamos os muros da nossa prisão e corremos para a liberdade, estamos, na verdade, correndo para o pátio mais espaçoso de uma prisão maior. (HARARI, 2016, p. 126)

As ordens abstratas não são meramente abstrações irrelevantes, elas conferem sentido para a existência humana. O mesmo pensamento abstrato que deu aos *sapiens* a habilidade de análise racional do mundo material deu também a capacidade de especulação transcendental sobre a finitude da individualidade no mundo. Razão e fé surgem ao mesmo tempo com a revolução cognitiva. As representações artístico-religiosas são os principais registros que marcam o início da revolução cognitiva, logo da racionalidade. Razão e fé não são contraditórios em si, mas pares dicotômicos: o sentido de um se dá pelo outro, assim como corpo e mente; yin e yang; guerra e paz.

Se os humanos são capazes de cooperar em grupos enormes de estranhos, isso se deve às ordens abstratas, que conferem uma amálgama para esses grupos tão heterogêneos. Muitas dessas ordens abstratas apresentavam uma dimensão divina e uma dimensão material político-econômica. O instrumento que permitia fazer a ponte entre uma dimensão e outra foi a guerra.

A guerra ao mesmo tempo em que garantiria os interesses materiais também seria sancionada por entidades divinas ou reis-deuses. A guerra não somente ligaria o plano espiritual ao plano material, como também conectaria a vida das elites à vida do povo em um projeto político comum. O sacrifício na guerra em benefício de sua coletividade revelaria a honra individual e daria um sentido maior para a vida: o de pertencer a algo maior que seus interesses mesquinhos imediatos, de pertencer a uma entidade coletiva que lhe precedeu e que lhe sucederá, se for bem-sucedido em “combater o bom combate”. A guerra escancara a finitude da vida e confere a possibilidade da “bela morte”.

A guerra, em uma perspectiva clássica, não seria boa ou ruim *a priori*; a guerra seria o *locus* de exercício das virtudes indispensáveis à cidadania plena: coragem, justiça e temperança. A paz seria o momento oportuno para exacerbação dos vícios.

Aristóteles, ao discutir o caso de Esparta, destaca que sua constituição tentou transformar a guerra no único catalisador das virtudes, e a vitória militar no único bem público, o que resultou em sua própria ruína moral. Ele nos conta que os lacedemônios se preocupavam apenas com a virtude “guerreira”. O caso dos espartanos é emblemático para destacar que, embora a guerra possa criar oportunidades para o desenvolvimento das três virtudes, sua relação íntima com a coragem acaba por prejudicar a formação das outras duas [justiça e temperança]. [...]

Alguns afirmam que Aristóteles está apenas defendendo os preconceitos de seu tempo, organizando um discurso filosófico em torno da cultura grega do heroísmo, que exalta a morte em batalha como uma morte digna, nobre. Ademais, também se argumenta que há um traço distintamente aristocrata nesta visão de coragem, porque a glória em batalha é exaltada, enquanto atividades de cunho pacífico, por mais que perigosas, como a navegação comercial, são depreciadas. (MÁXIMO, 2018, p. 108; p. 110)

A crítica contemporânea a essa ordem abstrata fundada na honra durante a guerra revela certo voluntarismo, certa presunção de que se poderia mudar repentinamente estruturas mentais enraizadas no inconsciente individual e coletivo, somente porque essas narrativas imaginadas ofendem o atual estilo de vida permeado pelas sensibilidades individualistas burguesas. A despeito do contragosto gerado por essa matriz cultural, a narrativa de vitória militar tornou-se ponto cardeal das ordens abstratas que organizam a vida social. Canções militares ainda são hinos de orgulho nacional, cujos ecos ainda podem ser ouvidos com clareza: “*Allons enfants de la Patrie, le jour de gloire est arrivé...*”

Vencer a guerra tornou-se o mito fundador da grandeza moral (de origem divina ou de competência político-militar, no caso confuciano) da matriz civilizacional dominante. A nobreza e o seu sistema de valores aristocráticos se fundamentam na honra e na glória da guerra. A guerra fundou uma cultura marcial que legitimou a vontade egóica de honra, de poder e de *status* (bem como legitimou a pulsão por morte) que se fez presente ao longo da história, desde as narrativas heroicas de Homero até os monumentos de bronze de heróis militares espalhados pelas praças nas cidades ao redor do mundo inteiro.

A partir de 2000 aec, surgiram os primeiros códigos que formalizaram essas ordens abstratas e, assim, inaugurou-se o dicionário da guerra como linguagem fundamental na interlocução entre os povos.

O Código de Hamurabi (1772 aec) definiu o rei como fonte de autoridade; dividiu a sociedade em estratos superiores, inferiores livres e escravos; e estabeleceu um rigoroso código penal evocado até os dias de hoje.

O Tratado de Kadesh, que selou a paz egípcio-hitita, em 1259 aec, estabeleceu uma ordem internacional baseada na lógica da guerra, nos quais os períodos de paz seriam sustentados com base na dissuasão, tal qual a ordem contemporânea.

Iliada e Odisseia narram o fim da Guerra de Troia (1194 aec - 1184 aec) e o retorno do herói Odisseu. As histórias foram organizadas sob a forma de um poema épico, por Homero, no século VIII aec. As duas epopeias marcam o nascimento da literatura e apontam a guerra como elemento estruturante da civilização ocidental.

Os fundadores da História: Heródoto e Tucídides, ao analisarem a Guerra Greco-Persa (499 - 449 aec) e a Guerra do Peloponeso (431 - 404 aec), respectivamente, fundaram um campo do saber para compreender as sociedades humanas no tempo e partiram da guerra como variável definidora da ética que engendra essas complexas relações de poder.

A mitologia, a tragédia e a religião – desde as disputas no Olimpo, passando pelas narrativas de Homero, até o senhor dos exércitos hebreus – se fundam na moralidade da guerra. A guerra fez o elo entre a dimensão material e a ideacional das ordens abstratas.

No universo infundável de ligas culturais imaginadas, as narrativas criadas durante a era axial tiveram e têm papel preponderante. A era axial<sup>45</sup> refere-se ao período entre 800 aec e 200 aec, quando as principais matrizes religiosas, filosóficas e civilizacionais, que têm marcante influência até os dias atuais, surgiram. Essas ideias nasceram nas latitudes afortunadas da Eurásia e foram fundamentais tanto por aglutinarem o povo internamente quanto por justificarem a expansão dos seus interesses. Na China, surgiram o confucionismo e o taoísmo; na Índia, o hinduísmo-bramanismo e o budismo; no Oriente Médio, o zoroastrismo e o judaísmo; e, na Grécia, a mitologia, a tragédia e a filosofia. Durante a era axial, o pensamento ocidental e oriental elaboraram sincronicamente matrizes filosóficas consistentes que persistem até hoje. (ARMSTRONG, 2008)

As matrizes civilizacionais da era axial variaram quanto ao seu fundamento cultural. A filosofia grega buscava ir além de um conhecimento vulgar sobre o mundo (*doxa*) e buscava a fonte do conhecimento verdadeiro (*epitesme*), iniciando a empreitada da ciência.

A tragédia grega manifestava, através da arte, a condição humana, apostando na capacidade pedagógica das emoções para sensibilizar as pessoas para reflexões existenciais.

---

<sup>45</sup> O termo era axial foi cunhado por originalmente por Karl Jaspers. Cf JASPERS, Karl. *Os mestres da humanidade: Sócrates, Buda, Confúcio, Jesus*. Lisboa: Edições 70, 2018.

O confucionismo apresentava uma matriz civilizacional predominantemente laica, embora a noção de sujeição ao Império do Meio seja bastante metafísica.

As demais matrizes civilizacionais que compõem a dimensão simbólica do jogo de poder contemporâneo apresentam um componente religioso bem destacado.

Hoje a religião é, muitas vezes, considerada uma fonte de discriminação, desavença e desunião. Mas, na verdade, a religião foi o terceiro maior unificador da humanidade, junto com o dinheiro e os impérios. Uma vez que todas as hierarquias e ordens sociais são imaginadas, elas são todas frágeis, e, quanto maior a sociedade, mais frágil ela é. O papel histórico crucial da religião foi dar legitimidade sobre-humana a essas estruturas frágeis. As religiões afirmam que nossas leis não são resultado do capricho humano, e sim determinadas por uma autoridade suprema e absoluta. Isso ajuda a tornar inquestionáveis pelo menos algumas leis fundamentais, garantindo, desse modo, a estabilidade social.

A religião pode ser definida, portanto, como um sistema de normas e valores humanos que se baseia na crença em uma ordem sobre-humana. Isso envolve dois critérios:

(1) A religião postula a existência de uma ordem sobre-humana, que não é produto de caprichos ou acordos humanos. [...]

(2) Com base nessa ordem sobre-humana, a religião estabelece normas e valores que considera obrigatórios. [...]

As religiões mais conhecidas da história, como o islamismo e o budismo, são universais e missionárias. Em consequência, as pessoas tendem a acreditar que todas as religiões são como elas. Na verdade, a maioria das religiões antigas eram locais e exclusivas. Seus seguidores acreditavam em espíritos e deidades locais e não tinham interesse algum em converter toda a raça humana. Até onde sabemos, as religiões universais e missionárias só começaram a aparecer no primeiro milênio a.C. [com a era axial]. Seu surgimento foi uma das revoluções mais importantes da história e fez uma contribuição vital à unificação da humanidade, assim como o surgimento dos impérios universais e do dinheiro universal. (HARARI, 2016, pp. 218-219)

Como a revolução cognitiva confere razão e fé simultaneamente aos *sapiens*, a realidade passou a se revelar de modo dual: imanente e transcendente. A cognição humana não costuma estranhar a coexistência de duas realidades: uma material e sensível e outra imaterial e suprassensível.

Pouco se sabe sobre o sentido das primeiras narrativas a respeito desse mundo transcendente que compunha com a realidade imanente os dois lados da realidade dual dos *sapiens*. A próxima figura é um desses primeiros registros históricos, sua nota traz uma tentativa de interpretação dos símbolos ali representados. O pássaro sempre foi um símbolo instigante. Em várias culturas desde a Antiguidade, há representações de pássaros sugerindo conteúdo simbólico. No Egito, por exemplo, algumas divindades eram representadas com cabeças de pássaros; e a ave fênix simbolizava o renascimento depois da morte. No cristianismo, a pomba representa o espírito santo e os anjos têm asas.

**Figura 2.1 Pintura em pedra na caverna de Lascaux, na França, entre 20 mil e 15 mil anos atrás, da qual pode-se depreender o momento da morte de uma pessoa durante uma caçada a um bisão**



Fonte: HARARI, 2016, p. 65. “Uma pintura da caverna de Lascaux, c. 15 mil-20 mil anos atrás. O que vemos exatamente, e qual é o significado dessa pintura? Alguns afirmam que vemos um homem com a cabeça de um pássaro e um pênis ereto sendo morto por um bisão. Sob o homem há outro pássaro que possivelmente simboliza a alma, libertada do corpo no momento da morte. Se for assim, a pintura retrata não um prosaico acidente de caçada, mas a passagem deste mundo para o seguinte. Mas não temos como saber se essas especulações são corretas. É como um teste de Rorschach: revela muito sobre as ideias preconcebidas dos acadêmicos modernos e pouco sobre as crenças dos antigos caçadores-coletores.”

Capacidade intelectual de abstração; competência para compreender as dinâmicas do mundo material; autoconsciência; predisposição para imaginar uma realidade transcendente; e habilidade de criar ordens abstratas foram consequências da revolução cognitiva há 70 mil anos. Dois fatores influenciaram o ganho de magnitude dessas competências: a linguagem cada vez mais sofisticada e simbólica; e a conversão dessas ordens abstratas locais em matrizes civilizacionais.

### 2.3 LINGUAGEM, CULTURA, CIVILIZAÇÃO E PODER

Desde a Revolução Cognitiva, os humanos sofisticaram sua competência linguística e de pensamento abstrato, dando espaço, inclusive, para o advento da linguagem simbólica. Linguagem é o sistema complexo de signos acumulados ao longo da história e convencionados por uma comunidade como meio de aquisição e de expressão de ideias e de sentimentos. (MARCONDES, 2013; ORLANDI, 2009)

Cultura é o conjunto de manifestações da inteligência humana que organizam a vida social de modo cumulativo, adaptativo e dinâmico. Cultura é cumulativa porque conserva as soluções encontradas por uma dada comunidade, geração a geração. É adaptativa porque confere mecanismos de adequação que prescindem a evolução biológica. Por exemplo, mesmo não tendo vultosa pelagem e grosso tecido adiposo, o ser humano adaptou-se ao clima frio ao dominar o fogo, ao cobrir-se com roupas rudimentares e ao abrigar-se em refúgios adaptados. Por fim, a cultura é dinâmica porque está sempre sujeita a questionamentos, adaptações, variações e revoluções a cada geração. Os elementos que compõem uma cultura estão em maior ou menor grau ligados, constituindo o modo de vida de um grupo social. Planos radicais de mudanças podem causar uma ruptura no modo de vida que dá sentido à existência dos indivíduos que compõem aquele grupo e, por isso, normalmente, são recebidos com muita resistência, mesmo que seja uma proposta que busque beneficiar uma coletividade maior. (SANTOS, 2000; LARAIA, 1986)

A cultura, por ser um ato de criação da inteligência humana, distingue-se de engenhos criados por outros animais, por impulsos biológicos. Por exemplo, a teia produzida por aranhas da mesma espécie obedece ao mesmo padrão de desenho, não sendo possível inovar ou difundir intelectualmente esse conhecimento, cuja transmissão se dá por vias exclusivamente biológicas. O mesmo raciocínio pode ser aplicado às dinâmicas de interação em colmeias de abelhas e formigueiros, que obedecem a imperativos biológicos, sem mecanismos de aprendizagem intelectual, embora sejam arranjos sociais complexos. É possível identificar animais que também desenvolveram linguagem para comunicar tanto dados concretos, como alertar sobre perigos, quanto informações abstratas, como expressar amplo espectro de sentimentos. Alguns primatas dominam técnicas de produção de ferramentas, que são transmitidas para as gerações seguintes (WHITEN; SCHICK; TOTH, 2009).

É inegável que muitas espécies animais desenvolveram sociabilidade complexa, mas elas só conseguem cooperar em grupos de parentes muito próximos. Formigas, abelhas e cupins são conhecidos pela enorme dimensão populacional dos seus ninhos sociais e pela eficiente divisão do trabalho, mas todos os seus ovos e larvas foram gestados por uma mesma rainha-mãe. Essas colônias de formigas, abelhas e cupins conformam um tipo de sociabilidade específica: a eussociabilidade, porque é como se todos os indivíduos dessas colônias formassem um organismo social único. Não se pode confundir a eussociabilidade com a ultrasociabilidade. Somente os humanos conseguem ser ultrasociais com estranhos.

Como manifestação da inteligência humana, a cultura se manifesta tanto como produção quanto como reprodução de atos criativos. A produção refere-se à capacidade criativa e inventiva humana. A reprodução alude à competência humana de sistematizar e de transmitir o conhecimento que organiza o modo de vida. A preservação da cultura e a reprodução do modo de vida exigem socialização crescente, tornando os indivíduos funcionais para uma determinada organização social. A cultura pressupõe tanto ser criação humana quanto ser criador do que se considera humano. Entoando Paulo Freire: a cultura humaniza o homem.

Pode-se citar como variedades de manifestações culturais o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da culinária; bem como, do artesanato, da manufatura e da indústria. Ainda, a organização social, a forma de governo e o modo de produção; bem como, os instrumentos que disciplinam essas práticas: a escrita e a moeda. Na dimensão simbólica, cita-se os mitos, as religiões, os rituais, as celebrações e as artes. Uma definição possível para arte é a manifestação da subjetividade humana de ordem estética e ética que desperta a percepção individual e coletiva de ideias e de emoções, com o uso combinado de diversas linguagens. (COLI, 2017)

Todos os povos que habitaram o planeta apresentavam uma cultura, um conjunto de referências intelectuais que organizam o mundo a sua volta; no entanto, alguns povos desenvolveram sistemas que extrapolaram os limites territoriais originais de suas tribos.

Civilização é o estágio sofisticado de organização da vida social desenvolvido por uma comunidade, que, em função do acúmulo de recursos de poder, foi capaz de conferir ao seu conjunto particular de modo de vida político, econômico, social, filosófico, moral, religioso, intelectual e artístico um *status* dominante em uma dada região e época. O processo civilizador se dá na longa duração sem uma direção definida, mas de modo contínuo, apresentando avanços e recuos.

Houve povos relativamente isolados e pequenos que desenvolveram culturas matriarcais, poliândricas e menos conflitivas; porém, quanto maior fosse seu ímpeto expansivo maior seria sua duração e sua extensão. As matrizes civilizacionais que conformam o atual tabuleiro de disputa geopolítica interestatal revelam o grande apetite por dominação dos povos. Características comuns a essas matrizes civilizacionais expansivas eram que elas se pautavam em uma cultura patriarcal, marcial e com marcante estratificação social. (ELIAS, 1993; TOYNBEE, 1987, 1963; CHRISP, 2016)

Ainda hoje, alguns povos nativos e relativamente isolados apresentam organizações bem diferentes das matrizes civilizacionais que conseguiram expandir seus domínios sobre a maior parte do planeta. Alguns desses povos nativos contemporâneos ainda vivem em culturas matriarcais e menos conflitivas. Jared Diamond (2014) sugere que se esses povos estivessem na rota dos povos vencedores das latitudes afortunadas, eles já teriam sido enquadrados ao padrão dominante. Há, atualmente, cerca de 5 mil tribos de povos originários, que acolhem 370 milhões de pessoas, em mais de 70 países, e que ainda conseguem perpetuar suas tradições culturais, embora uma parcela considerável dessa população já tenha sido integrada parcialmente e precariamente ao modo de vida dominante. Os membros dos povos originários representam cerca de 15% da população mais pobre do planeta. (UNDESA-UNDP, 2015).

O avanço dos povos conquistadores das latitudes afortunadas, detentoras de matrizes civilizacionais que enquadraram uma série de povos ao seu redor, expandiu o espaço territorial e a dimensão populacional das relações sociais orbitando em torno de um centro de poder. Nesse novo cenário de relações humanas cada vez mais intensas tanto dentro do seu grupo de origem quanto em relação aos agrupamentos exógenos, o aspecto moral e ético das relações sociais assumiu uma dimensão crucial na existência humana.

## 2.4 MORAL E ÉTICA

A origem etimológica de moral vem do latim *moralis*, aquilo que é relativo aos costumes, especialmente o que um determinado grupo social julga como bons costumes. A moral, portanto, refere-se às normas de conduta social estabelecidas culturalmente por um grupo, em um dado momento histórico. A moralidade varia entre culturas, entre regiões, entre períodos históricos e tende a sofrer mudanças em função das práticas costumeiras reais. Essas mudanças no repertório moral ocorrem a despeito da pressão moralista e da condenação social dos membros cujos comportamentos violem os valores norteadores da conduta social dentro do grupo a que se pertence. (MARCONDES, 2014)

A moral teria uma dimensão subjetiva e outra objetiva. Na moral subjetiva, o indivíduo, pelo ato de vontade, buscaria estabelecer suas relações sociais fundamentado nos valores morais ajuizados como bons, como uma forma de cumprimento do dever. Na moral objetiva, o conjunto de leis, normas e costumes construídos socialmente estipularia o comportamento que se julga superior e fundamental para a vida gregária. (MARCONDES, 2014<sup>46</sup>)

Haveria uma relação de co-constituição entre a moral subjetiva e a objetiva. Por um lado, a moral objetiva seria o resultado das múltiplas interações morais subjetivas; por outro lado, a moral subjetiva seria permanentemente pressionada pela objetiva. A moral subjetiva seria insuficiente para se estabelecerem relações sociais estáveis, se não houvesse uma pressão da moral objetiva; nessa dialética se funda a ética.

Os costumes morais coletivos exercem grande força castradora dos impulsos individuais, sendo uma dimensão importante do jogo de poder.

Ética tanto é o ramo da filosofia que estuda os diferentes sistemas morais (origem etimológica em *éthos*, com épsilon) quanto é o método filosófico de avaliação crítica dos usos e dos costumes (origem em *êthos*, com eta). A ética, como campo de estudo, concentra-se em debater os valores e os interesses que possam estar por trás dos costumes e das tradições que sustentam uma ordem moral. (SPINELLI, 2009)

A filosofia ética não tem um caráter prescritivo, como se a filosofia fosse uma nova fonte de emanção excelsa de conhecimento moralmente superior. No entanto, a denúncia dos interesses relacionados a certas tradições morais, de algum modo, enseja o debate em torno dos comportamentos que deveriam ser evitados ou mesmo abandonados. Nesse momento, em que determinada reflexão ética instiga o abandono de certas atitudes consideradas viciadas, eivadas de interesses mesquinhos, a pergunta que imediatamente surge é: que atitudes, comportamentos e costumes deveriam ser valorizados para se construir uma organização social ética e uma vida virtuosa? (SPINELLI, 2009)

Foi justo por esse ponto de vista que o *êthos* angariou para si a força do ajuizamento crítico, e que passou a qualificar, em referência aos conceitos de bem e de mal, de justo e injusto, de belo e feio, a conduta humana. O seu fracasso, todavia, já se mostrou bem cedo, no momento em que os gregos (dos quais, nesse caso, os acusadores de Sócrates vieram a ser os ícones) requisitaram da Filosofia austeridade educadora: que o filósofo prescrevesse, por seu ofício, o bem viver cívico, e que, em definitivo, desse a todos saber o que é certo e o que é errado. (SPINELLI, 2009, p. 42)

---

<sup>46</sup> Cf HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1996.

A filosofia ética, ao analisar o conjunto de valores morais de determinada sociedade (*éthos*), muitas vezes, assumiu a iniciativa de ajuizar esses valores (*éthos*), criando parâmetros para definir quais conjuntos de valores trariam uma melhor convivência social. A crença no progresso social pelo advento da ciência fez do Iluminismo período fértil para a filosofia ética assumir uma feição prescritiva. As duas correntes principais surgidas durante o Iluminismo e influentes até hoje foram a ética utilitarista e a ética deontológica. As duas diferem quanto ao fundamento moral da ação humana.

A ética utilitarista concentra-se no resultado das ações humanas. Nessa perspectiva, o ato de vontade deve ter como objetivo: maximizar o bem-estar coletivo e aliviar o sofrimento humano. A vertente utilitarista tende a negligenciar o debate moral sobre os meios para se aumentar o bem-estar. Isso poderia levar a conflitos sobre as intenções de fundo que orientam uma ação utilitarista com um objetivo supostamente moral. O utilitarismo empenhou-se menos em inferir valores essenciais e mais em infundir objetivos idealmente superiores em um projeto racional e utilitário de sociedade. (ALBERONI, VECA, 1990)

A teoria política e a filosofia moral dos séculos XVII e XVIII, na Europa, pensaram as formas de organização social como consequência da deliberação racional de indivíduos, podendo ser alvo de um contrato social com base em um cálculo utilitário. A sociologia, a filosofia e a psicologia trouxeram, a partir do século XIX, reflexões importantes sobre a fonte da moral, da empatia e da cooperação. Essas contribuições dos séculos XIX e XX resgataram uma noção de forças profundas da história. (ALBERONI, VECA, 1990)

Hegel, talvez o mais influente filósofo continental do século passado [do século XIX], elabora sistematicamente uma crítica do utilitarismo, ao qual chama de grosseiro eudemonismo de mercadores ingleses. Do outro lado, levanta-se, ainda mais visceralmente, contra a grande proposta de Kant. Hegel critica Kant acusando-o de abstração ou de mau formalismo da ética. A ética kantiana, afirma, é uma caixa vazia. Nós não podemos compreender a ética se imaginarmos um mundo feito exclusivamente de indivíduos isolados como átomos. Indivíduos assim não existem. Só existem os grandes conjuntos coletivos no tempo, na história. Poderíamos falar de moralidade individual, mas se quisermos falar em ética teremos de chegar aos *sitten*, quer dizer, aos costumes, e costumes são a sedimentação dos grandes processos históricos culturais. Hegel faz [...] um elogio das durações longas, é um elogio da tradição e do sentido da história. (ALBERONI, VECA, 1990, pp. 60-61)

“Hegel faz uma análise que nega o individualismo metodológico caro às correntes iluministas e volta às concepções aristotélicas da vida humana ser social sob o Estado. De sua análise, a paz perpétua liberal é só uma ilusão” (FERRARI, 2018, p. 153).

Para Hegel, a moralidade (ou qualquer projeto de paz ou de humanitarismo) somente poderia ser abstraída a partir da relação dialética dos indivíduos com as forças históricas profundas de longa duração, como as identidades coletivas. (ALBERONI, VECA, 1990)

Karl Marx, aluno de Hegel, concebeu a uma dessas identidades coletivas, a classe, um papel preponderante na formação da moralidade. Para Marx<sup>47</sup>, a moralidade seria uma falsa consciência; a moralidade seria apenas uma ideologia que transforma relações de poder entre as classes em ato digno e moral. (ALBERONI, VECA, 1990)

Segundo Marx, quando um burguês financia uma creche ou subsidia uma caixa de pensão ou patrocina colégios para os filhos dos operários; o dono dos meios de produção, ainda que inconscientemente, está enfraquecendo a consciência de classe dos trabalhadores, diminuindo seu ânimo reivindicatório.

A mesma relação perversa se dá para o proletariado, ainda que seja dessa classe a iniciativa de proposição de reformas. Quando os trabalhadores se limitam aos interesses mais imediatos, como aumento dos salários ou melhorias nas condições laborais, eles perdem de perspectiva a ordem econômica mais ampla, perpetuando as relações de exploração. “Marx afirmava que o mais desinteressado dos impulsos morais nasce, na realidade, de interesses coletivos, não sendo portanto verdadeiro altruísmo, mas sim uma espécie de egoísmo disfarçado” (ALBERONI, VECA, 1990, p. 65).

Era preciso, portanto, desmistificar essa narrativa moral que atendia quase que exclusivamente aos interesses das classes dominantes. A vida moral, contudo, não está restrita às relações sociais entre burguesia e proletariado, a moralidade abrange um conjunto de relações muito mais amplas.

Friedrich Nietzsche<sup>48</sup> resgatou uma força social poderosa: o ressentimento, para tentar dar conta da genealogia da moral. Nietzsche não acreditava na concepção de amor *ágape* da teologia cristã, na qual o deus cristão amaria o miserável e o pecador e condenaria os poderosos e os lascivos. Para Nietzsche, o amor não deveria ser determinado metafisicamente, mas experimentado nas relações cotidianas. Particularmente interessante seriam as relações que estimulassem o espírito livre e a vontade de potência e que conduzissem as pessoas a uma vida sobre-humana (*übermensch*). Essa experiência superior resgata o amor *eros* dos gregos, o amor que se dirige ao belo e ao épico. A compaixão não poderia ser convertida em negação da vida. (ALBERONI, VECA, 1990)

---

<sup>47</sup> Cf MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

<sup>48</sup> Cf NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

O cristianismo dogmático eclesiástico valoriza a miséria e condena a vida na expectativa de salvação no *post mortem*. A submissão à autoridade do representante divino na Terra e a resignação diante de condições miseráveis seriam a fórmula divina para a salvação. A igreja oferece a vingança divina àqueles que se recusam a negar a vida. A crença nessa vingança divina revelaria o ressentimento daqueles que inibem suas pulsões em benefício da salvação espiritual. A fé de que sua submissão e sua resignação são as condições necessárias para que sejam colocados ao lado do deus todo poderoso, como os seus eleitos, por toda eternidade, revelaria que esses “pobres de espíritos” querem tanto poder, quanto aqueles que hoje ostentam essa situação, tendo apenas transferido o gozo de seus benefícios para a vida póstuma que se promete. (ALBERONI, VECA, 1990)

Nietzsche quis desmascarar a hipocrisia e a mesquinha da narrativa moral da religião tradicional. Embora o ressentimento seja um substrato inconsciente poderoso, seria possível enquadrar todo ato de generosidade e de solidariedade a essa matriz moralista hipócrita e ressentida?

A moral não poderia ser resumida à moral eclesiástica. Há uma dimensão inconsciente da moral que precisava vir à tona para sinalizar novos caminhos na compreensão do comportamento moral.

A opressão promovida pelos costumes morais sobre as pessoas tende a ser perpetuada, seja pela educação familiar e escolar, seja por alguma espécie de atavismo comportamental. Essa opressão acaba por se converter em culpa, a fonte principal das neuroses. A psicanálise poderia, resumidamente, ser definida como o “método para que nos possamos livrar dos sentimentos de culpa opressivos e patológicos” (ALBERONI, VECA, 1990, p. 68).

Sigmund Freud<sup>49</sup> entendia que a estrutura psíquica se revela em três dimensões: *ego*, *superego* e *id*. Na perspectiva freudiana, o ser humano seria uma estrutura desejanter, movido por pulsões (guiadas pelo *id*). A satisfação dessas pulsões atenderia ao princípio do prazer. O imediatismo pulsional seria contido pela análise (parcialmente consciente) das consequências de se concretizar a todo instante e irrefletidamente a satisfação do prazer, principalmente, a constatação de que tal atitude poderia comprometer sua reputação social (importante dimensão do *ego*), fazendo com que o indivíduo adiasse a satisfação do desejo. (ALBERONI, VECA, 1990).

---

<sup>49</sup> Cf FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos* (1920-1922), volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Há, contudo, outra fonte de proibições morais. Muito mais antiga, muito mais primordial, completamente irracional. São as proibições às quais a criança está sujeita na primeiríssima infância, desde poucos meses até dois, três anos de idade. Ordens que caem sobre ela de forma categórica, às vezes acompanhadas de ameaças e gritos. Proibições que trazem consigo o medo e que ficam arraigadas no incôscio para reaparecerem nos sonhos e nas neuroses. Tomadas em conjunto, formam o *superego*. É justamente contra essas proibições arcaicas e aterradoras que a psicanálise leva adiante a sua luta libertadora.

Como todos os movimentos, a psicanálise rompe barreiras, destrói medos, produz confiança e alegria. [...] Mas é igualmente verdade que, como teoria, ela destrói o fundamento teórico de qualquer moral racional. O próprio Freud deu-se conta disso, horrorizado com os massacres da Primeira Guerra Mundial, [...] procurou corrigir, então a sua teoria e, em lugar, de um só impulso, a *libido*, isto é, o desejo, colocou dois. Um é o instinto de vida, o *eros*, o amor; o outro é o instinto de morte, a agressividade [*tanatos*]. O que junta os seres humanos, o que gera solidariedade, é o *eros*. (ALBERONI, VECA, 1990, pp. 68-69).

Ao contrário da posição utilitarista que advogava a construção de uma ordem moral com base na racionalidade e no voluntarismo; Marx, Nietzsche e Freud revelaram como um comportamento socialmente ajuizado como bom encobre uma série de sentimentos menos nobres como culpa, vergonha, medo de humilhação pública, ressentimento ou interesse de classe. O altruísmo e a compaixão ocultariam interesses sórdidos nessa moral orientada pela ética utilitária? A busca utilitarista de aumentar o bem-estar coletivo e diminuir o sofrimento humano deveria ser abandonada por essa suposta ocultação de interesses mesquinhos na ação humana altruísta? Não se tem resposta. A solução utilitarista não é melhor nem pior que a proposta deontológica.

A ética deontológica concentra-se não somente na consequência das ações, mas também e principalmente na questão se o fundamento moral da ação obedece a um valor moral considerado superior. Há uma ênfase no dever como motivação central para a ação humana. O critério para saber se esse dever é moralmente superior é indagar se esse dever pode ser projetado universalmente.

Um dos desdobramentos dos estudos da ética deontológica é conseguir estabelecer que valores seriam particulares de uma determinada cultura e que valores poderiam ser universais, comuns a toda humanidade. Nesse debate se haveria deveres morais extensíveis a toda humanidade surgem duas correntes: o cosmopolitismo e o comunitarismo.

O cosmopolitismo considera que “o indivíduo, mais do que qualquer comunidade política particular, é a principal fonte de valor moral” (HEYWOOD, 2011, p. 80). A doutrina dos direitos humanos reforça que todas as pessoas são detentoras de um conjunto mínimo de direitos que não podem ser negados por tradições religiosas ou por posicionamento político dos Estados. A humanidade seria uma só comunidade ética. (HEYWOOD, 2011)

Em um mundo cada vez mais conectado, o fluxo global de informação estaria diminuindo a sensação de estranheza com os “outros”, os “estrangeiros”. As imagens de tragédias humanitárias têm excitado a sensibilidade dos espectadores ao redor do mundo, que se sentem motivados a patrocinar iniciativas de alívio humanitário. (HEYWOOD, 2011)

Na avaliação dos cosmopolitas, uma certa cidadania global estaria emergindo. As pessoas estariam progressivamente tornando-se conscientes de que suas decisões têm impactos globais. O apoio a iniciativas humanitárias, a programas de proteção ambiental e a adoção de práticas de consumo consciente revelariam a ascensão de uma ética deontológica universal de respeito aos direitos humanos e de promoção da justiça global. (HEYWOOD, 2011)

Se, por um lado, a mídia explora imagens de conflitos armados e crises humanitárias para prender a atenção do público, manter a audiência e lucrar com a propaganda; por outro lado, a classe média (e mesmo as classes populares), ao se informar pelos telejornais, tem a sua sensibilidade humanitária despertada, sentindo-se culpada e ansiando por um meio legítimo de comprar de volta sua paz de espírito, ao saber que dá sua contribuição para aliviar o sofrimento dos menos favorecidos. Nesse contexto, no intervalo entre um bloco e outro do telejornal, alguma celebridade vem dar o seu testemunho e pedir seu dízimo para a secular igreja humanitária, que já conta com seus cânones e televangelistas. (KAPOOR, 2012; CHOULIARAKI, 2013)

O comunitarismo, por sua vez, questiona a possibilidade de se criar um critério moral universal para se estabelecer uma ética internacional amplamente difundida. A consolidação dessas normas morais universais dependeria de mecanismos jurídicos e coercitivos para se julgar e eventualmente punir comportamentos individuais e coletivos moralmente reprováveis. A moral subjetiva precisaria ser submetida a instrumentos coercitivos da moral objetiva que constrangessem de modo eficiente subjetividades tão diversas quanto dispersas globalmente. (HEYWOOD, 2011)

Os comunitaristas resgatam, sem ir à biologia evolutiva, uma perspectiva que concilia as noções de seleção de parentesco e de grupo. Para eles, as pessoas, em qualquer lugar e em todos os tempos, privilegiam suas famílias, amigos próximos e membros da sua comunidade.

As religiões e as ideologias nacionais também teriam obtido sucesso na formalização de um substrato ético que conferiu amálgama para um grupo muito maior, mas não seriam capazes de substituir a predileção individual pelos entes próximos. Os comunitaristas são céticos quanto ao encantamento cosmopolita. (HEYWOOD, 2011)

O comunitarismo destaca o problema de agência. “A ideia de direitos universais somente faz sentido se for possível identificar quem é obrigado a fazer o quê em relação aos titulares dos direitos” (HEYWOOD, 2011, p. 80).

Se são as pessoas individualmente os titulares dos direitos humanos e os portadores das obrigações morais de levar socorro humanitário (i.e., em guerras civis ou em catástrofes ambientais), então percebe-se que os indivíduos, como agência, podem fazer muito pouco. Os indivíduos atomizados não teriam poder de agência para levar a cabo políticas humanitárias sustentadas por valores cosmopolitas. (HEYWOOD, 2011)

Se os portadores de obrigações morais forem os Estados, então é preciso reconhecer que Estados com poucos recursos não seriam plenamente capazes de prover um conjunto mínimo de garantias fundamentais para todos os seus cidadãos, quando não são os próprios Estados os violadores deliberados dos direitos dos grupos sociais marginalizados pelo poder central. A constatação desse desnível gritante das capacidades de resolução de crises humanitárias entre os Estados poderia sugerir a criação de duas categorias de Estados: os Estados provedores de direitos humanitários e os Estados falidos, incapazes de terem poder de agência humanitária. Aliás, essa sugestão de criação de uma categoria de Estado falido já foi conceituada e instrumentalizada politicamente, a partir de trabalhos como os de Francis Fukuyama. (HEYWOOD, 2011)

Como a atribuição de poder de agência humanitária a poucos Estados provedores de valores humanos com fundamentação supostamente universal poderia acarretar no uso manifestamente equivocado desses valores em benefício dos interesses estratégicos desses Estados poderosos e com poder de agência humanitária, então os cosmopolitas entenderam que o poder de agência humanitária deveria ser atribuído à comunidade internacional. Sobre a ideia de comunidade internacional, Michel-Rolph Trouillot fez o seguinte comentário: “Penso na comunidade internacional como um tipo de coro grego da política contemporânea. Ninguém jamais viu, mas canta no fundo do palco e todos atuam de acordo com ela”. (TROUILLOT apud WALLERSTEIN, 2007, pp. 52 - 53)

Se os portadores de obrigações for a comunidade internacional, corre-se o sério risco de se transferir a soberania para uma organização internacional com critérios alienígenas à realidade da comunidade fragilizada. (HEYWOOD, 2011)

Os comunitaristas ressaltam as virtudes da lógica da autoajuda:

Doutrinas de direitos e de obrigações universais estão, invariavelmente, acostumadas a sustentarem que as partes ricas e bem-sucedidas do mundo deveriam, de alguma forma, ajudar as partes pobres e menos afortunadas do mundo. Contudo, tal interferência é frequentemente contraprodutiva, pois ela promove dependência e enfraquece a autoconfiança. Talvez, a principal obrigação que se deve ter com os outros povos e as outras sociedades é deixá-los sozinhos. Isso pode resultar no curto prazo *custos morais*, porém, no longo prazo, traz *benefícios éticos*, na forma de sociedades mais aptas a proteger seus cidadãos do sofrimento e das privações. A soberania estatal pode, portanto, ter um bom sentido tanto moral quanto político. (HEYWOOD, 2011, p. 80)

Esse paradigma comunitarista está ciente dos custos morais de curto prazo e destaca os supostos benefícios de dar uma oportunidade às lutas intestinas como promotoras da real justiça interna nesses Estados conflagrados pelos conflitos intraestatais. Essa posição compactua com a lógica do *give war a chance* (LUTTWAK, 1999), mas negligencia que “a longo prazo, todos estaremos mortos” (KEYNES, 2013, p. 65).

Nesse sentido, a sorte das vidas humanas em territórios conflagrados pela violência dependeria do acaso da guerra, ainda que a comunidade internacional tenha desenvolvido instituições capazes de dispor recursos materiais e humanos para impedir a escalada do conflito e proteger os grupos vulneráveis.

É importante destacar que a sensibilidade humanitária cosmopolita parece de fato estar ampliando sua capacidade de pautar comportamentos e definir uma moralidade global, principalmente nos setores médios das sociedades ligadas culturalmente pelo consumo das mesmas notícias do oligopólio midiático internacional e pelo consumo dos mesmos bens culturais de massa da indústria de entretenimento do cinema, da TV a cabo e do *streaming de videos on demand*. Isso indica que o complexo industrial de entretenimento e mídia, na atual sociedade da informação, está dando passos largos no sentido de formar um substrato ético humanitário de dimensões cada vez mais globais. Cabe a filosofia ética, mais uma vez, escrutinar os interesses por trás desses supostos valores cosmopolitas.

Não se pode perder de vista que a ordem internacional é caracterizada pela pluralidade de centros de poder, com distribuição desigual dos recursos e com adoção de estratégias internacionais distintas, a depender da maior ou menor autonomia que detêm no jogo de poder.

A ênfase nesse voluntarismo cosmopolita de se definir uma moral global parece negligenciar a realidade objetiva da política como conflitiva por natureza. Resgatando Heráclito (FIORI, 2018a, p. 75): “É necessário saber que a guerra é comum a todos e a justiça se faz no conflito, e que todas as coisas nascem e morrem do conflito”.

Mesmo diante da impossibilidade de se obter uma resposta definitiva para o dilema ético de intervir ou não, a tese se posiciona eticamente na defesa do multilateralismo, ciente de todas as contradições envolvidas nesse posicionamento. Trata-se da defesa do multilateralismo não como expressão do idealismo cosmopolita, mas como fórum global de debate entre os representantes dos Estados. Mesmo que a ênfase no poder de agência dos Estados evidencie capacidades materiais desiguais e revele múltiplos interesses nacionais, muitas vezes incompatíveis entre si; ainda assim defende-se o reforço das instituições multilaterais.

É preciso destacar que foi nesse ambiente multilateral – que não se confunde de modo algum com um sistema supranacional – que foi possível prosperar uma série de regimes de governança global; mesmo que esses regimes tenham se mostrado imperfeitos, seletivos, hipócritas e ineficientes em muitas ocasiões. A internalização pelos Estados de diversos tratados internacionais que regulam os regimes de governança global promoveu uma série de mudanças nas instituições dos Estados, com naturais avanços e recuos.

A ordem criada no pós-II Guerra Mundial tentou conferir às Nações Unidas uma institucionalidade não apenas de fórum de discussão mundial com a Assembleia Geral, inspirada na Liga das Nações –, mas também de colegiado das grandes potências – com o Conselho de Segurança, influenciado pelo Congresso de Viena –, para operacionalizar questões urgentes de segurança internacional.

Mesmo o Conselho de Segurança sendo o *locus* privilegiado de debate das questões de paz e segurança internacionais, com capacidade de emissão de resoluções mandatórias, operacionalizadas por tropas dos Estados-parte da ONU; a Assembleia Geral e as demais agências, programas e fundos da ONU continuam promovendo discussões relevantes em temas da agenda global e institucionalizando regimes de governança.

As Nações Unidas como fórum de negociação global – ainda que essa discussão seja limitada pelo próprio desbalanceamento das capacidades de representação diplomática dos Estados envolvidos – atribui certa legitimidade internacional para as ações concertadas multilateralmente.

A postura ética de defender o multilateralismo de modo realista, inclusive e principalmente para as questões de segurança internacional, está longe de ser a posição dominante, que oscila entre o idealismo liberal cosmopolita e o realismo descrente da possibilidade de valores poderem ou deverem interferir no jogo de poder.

Apesar de Cícero (106 aec - 43 aec) ter levantado ideias sobre o que seria uma guerra justa, ainda que não tivesse usado essa expressão, em *De Re Publica* e *De Officiis*, ele era cético quanto ao que acontece nas guerras, como em *Pro Milone* (52 aec): “Leis jazem silentes em tempos de guerra” (*silent enim lēgēs inter arma*). O conflito ético entre esforçar-se, por um lado, para criar normas sobre a guerra e, por outro lado, constatar a realidade bruta das guerras parece ser um conflito insolúvel.

Ainda assim, para que os homens convocados para a guerra se envolvessem com a causa defendida, a narrativa justificadora precisava estar revestida de alguma noção de legitimidade, afinal, os militares não são simplesmente assassinos (nem se consideram assim), eles são operadores estatais da violência legítima, por definição. Apesar da pulsão humana por morte, a maioria das pessoas não quer exercer a violência direta, muito menos quer se achar representante do mal. A construção de uma ordem abstrata que justifique o início das hostilidades, que estabeleça limites para a violência durante o conflito e que seja minimamente razoável com a parte derrotada após o conflito tornaram-se debates cada vez mais presentes no substrato ético do jogo de poder das relações internacionais.

A consolidação de uma ordem multilateral, com base no direito internacional humanitário, criou um padrão normativo para a ação militar dos Estados nas intervenções coercitivas autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. A cristalização dessa ordem abstrata como arcabouço ético internacional não é irrelevante, pois ela corrobora narrativas que orientam e constroem o uso da força. Essa ordem abstrata humanitária é regulada multilateralmente e estabelece mecanismos oficiais de controle da violência estatal, embora a eficácia do controle seja limitada, como bem se sabe.

A seletividade de quando e como a comunidade internacional vai atuar revela o jogo de poder das potências com maior capacidade decisória nesse sistema. Mesmo assim, essa ação multilateral limitada e controversa parece melhor do que aceitar uma ação imperial *stricto sensu* ou do que pactuar com o cinismo imobilizador diante de um quadro de grave crise humanitária.

Quando a perspectiva de uma próxima guerra mundial sinaliza para um cenário de hecatombe nuclear; então parece importante não se descartar os esforços de manutenção e de

reforço das negociações diplomáticas nas instituições multilaterais. O multilateralismo parece a opção viável em um sistema onde a mudança da ordem só pode vir pela guerra.

As Nações Unidas, entretanto, não foram a primeira organização a reivindicar a titularidade da fundamentação moral da ética internacional. A igreja católica parece ter sido a pioneira nessa empreitada.

## 2.5 GUERRA SANTA, GUERRA JUSTA, GUERRA HUMANITÁRIA

Na miríade de religiões politeístas surgidas a partir de 70 mil anos atrás, alguns deuses do panteão acabaram recebendo um culto próprio por alguns povos. Em 1350 aec, registrou-se a primeira religião monoteísta, ou melhor, henoteísta, quando se cultua um deus sem negar as outras deidades. O faraó Aquenáton transformou um divindade menor: Aton, em poder supremo do universo e transfigurou a imagem divina com a imagem do rei, atribuindo ao rei poderes divinos. Deus não apenas teria predileção por certos povos, como também encarnaria como governante supremo e incontestado. (HARARI, 2016)

Essa narrativa divina-real estava circunscrita à esfera de poder territorial do reino em questão. “O judaísmo, por exemplo, afirmava que o poder supremo do universo tem interesses e inclinações, mas seu principal interesse é na minúscula nação judaica e na obscura terra de Israel. [...] Esse estágio pode ser chamado de estágio do ‘monoteísmo local’.” (HARARI, 2016, p. 225)

O grande avanço veio com o cristianismo. Essa fé começou como uma seita judaica esotérica que procurava convencer os judeus de que Jesus de Nazaré era seu tão esperado messias. [...]

Em uma das guinadas mais estranhas da história, essa seita judaica esotérica controlou o poderoso Império Romano.

O sucesso dos cristãos serviu de modelo para outra religião monoteísta que apareceu na Península Arábica no século VII: o islamismo<sup>50</sup>. Como o cristianismo, o islamismo também começou como uma pequena seita em um canto remoto do mundo, mas em uma surpresa histórica ainda mais estranha e mais rápida, conseguiu escapar dos desertos da Arábia e conquistar um império imenso que ia do oceano Atlântico à Índia. Daí em diante, a ideia monoteísta exerceu um papel central na história mundial.

Os monoteístas são no geral muito mais fanáticos e missionários que os politeístas. [...]

Qual o sentido de cultuar poderes parciais? Quem ia querer conversar com um burocrata inferior quando o gabinete do presidente está à disposição? A teologia monoteísta tende a negar a existência de todos os deuses exceto o Deus supremo e a condenar ao fogo do inferno qualquer um que ouse cultuá-los. (HARARI, 2016, pp. 225-227)

---

<sup>50</sup> A *jihad* Islâmica – com sua grande expansão territorial e acumulação de riqueza e de poder – se enquadra na lógica expansiva do poder estudada na tese, mas não é pauta dessa pesquisa, porque essa se concentra no humanitarismo ocidental, argumento constante evocado no jogo de poder contemporâneo.

A questão trazida por essa perspectiva de monoteísmo como inerentemente agressivo é que o cristianismo primitivo era pacifista. Jesus foi um líder carismático, pacifista e antissistema: “Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mateus 22:21)<sup>51</sup>.

Jesus era popular entre o povo carente da Judeia, periferia pobre do Império Romano. A elite romana era adepta, de forma geral, de um politeísmo resultante da fusão de contribuições etruscas, orientais e principalmente grega. (HEHIR, 2013)

Parte da elite intelectual romana era adepta do estoicismo. Iniciado por Zenão de Cício (335-264 aec), o estoicismo prega o arrefecer das paixões e a resignação diante do infortúnio. Saulo de Tarso (5-67 aec) – membro da elite romana e conhecido de Sêneca (4 aec - 65 ec), filósofo estoico e figura eminente em Roma – ao conhecer a história de Jesus, no caminho de Jerusalém para Damasco, teria se convertido à fé em Jesus como messias e mudado seu nome para Paulo. Há epístolas apócrifas entre Paulo e Sêneca que revelam a influência do estoicismo na nascente ética cristã. Paulo criou o cristianismo ao elevar o pensamento de Jesus de Nazaré à condição de Jesus, o cristo (o salvador, o ungido, o iluminado), juntando com a filosofia estoica da elite romana.

O cristianismo primitivo era pacifista, antissistema e seguido basicamente por pessoas pobres. A religião sofreu perseguição por um período, mas depois distendeu-se a repressão. O imperador Constantino garantiu a liberdade religiosa com o Édito de Milão, em 313; e o imperador Teodósio I definiu o cristianismo niceno (cuja doutrina foi definida no Primeiro Concílio de Niceia, em 325) como a religião do Império, em 380, com o Édito de Tessalônica. Em um contexto de perda de poder pelo Império Romano, essas medidas ampliaram a base de apoio popular do Império, mas ainda faltava converter os primeiros cristãos em entusiastas defensores do Império. (HEHIR, 2013)

As fronteiras centro-europeias do Império Romano já vinham sofrendo sucessivas invasões pelos chamados povos “bárbaros” desde o início do século IV. Em 395, com a morte do imperador Teodósio I, o Império Romano foi dividido em uma parte ocidental e outra oriental. A coincidência do período histórico da crise imperial com a conversão de Roma ao cristianismo levou parte da elite romana a atribuir a decadência do Império à sua aproximação com as classes populares e o cristianismo.

---

<sup>51</sup> Essa passagem está presente nos evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas.

O teólogo Agostinho de Hipona (Santo Agostinho, 354 - 430), na obra *Cidade de Deus* (*De Civitate Dei*, 427), tentou refutar a crítica da elite romana ao sustentar que não foi o cristianismo o responsável pela decadência do Império Romano; pelo contrário, a decadência da “cidade dos homens” se devia à não obediência dos valores da “Cidade de Deus”. (HEHIR, 2013)

O Império Romano, como toda sede de poder imperial, organiza sua *pax* com o uso intensivo da guerra. O cristianismo como a religião oficial do Império precisava encontrar uma saída para essa disjunção doutrinária. A solução encontrada por Santo Agostinho foi a formalização da tese da guerra justa. Cícero (106 aec - 43 aec), embora não tenha mencionado o termo “guerra justa”, em *De Officiis* (44 aec), elencou critérios que tornariam justa uma guerra. (HEHIR, 2013)

Santo Agostinho, após 400 anos aproximadamente, prossegue o debate sobre a legitimidade da guerra, ao resgatar os critérios ciceroneanos. Ao incluir a obediência aos mandamentos divinos como fonte de legitimidade da guerra, Agostinho concebeu a ideia de “guerra santa”, embora o termo cunhado por ele seja “guerra justa”. O pacifismo de Jesus condenava a violência, mas Santo Agostinho vai relativizar esse ensinamento com a defesa da tese de que o pecado da violência residiria nas intenções que motivaram a agressão. O cristão deveria manter um estilo de vida pacífico, mas não poderia ficar passivo diante de um quadro de injustiça. A violência para garantir a autodefesa e a defesa do mais fraco seria legítima. (FIORI, 2018a; HEHIR, 2013)

Agostinho defende que a guerra seria justa quando buscasse a paz de longo prazo e fosse comandada pela autoridade correta. Se o reino cristão (“cidade dos homens”) estivesse sintonizado com a vontade divina, refletindo a “Cidade de Deus”, então a ordem do governante estaria imanada de legitimidade divina. A tese da devida obediência legal redimiria os soldados de todas as mortes cometidas. Um império cristão, em última instância, seria um instrumento de deus para aplicar sua vontade sobre os homens. Se o reino não estivesse em sintonia com a “Cidade de Deus”, então quem responderia pelas mortes nos campos de batalha seriam os governantes apenas. Dessa forma, estivesse a “cidade dos homens” afinada com a “Cidade de Deus” ou não, os soldados cristãos estariam absolvidos das mortes provocadas em guerra, embora permanecessem culpados pelas crueldades cometidas nos campos de batalha. (HEHIR, 2013)

As ameaças das tribos germânicas e de maior divisão interna levaram Santo Agostinho a realizar uma manobra interpretativa da doutrina cristã para contemplar o anseio por legitimidade do uso da violência pelo Império Romano, convertido ao cristianismo e com autoridades cristãs, criando a noção de “guerra santa”, como resposta ao cerco “bárbaro” e à pressão fragmentária interna.

Mais de 800 anos depois de Agostinho, nos anos finais das Cruzadas (1096-1272) – guerras santas conduzidas pelos reinos fragmentários do Império Carolíngio contra a ameaça do cerco islâmico –, São Tomás de Aquino (1225-1274), em *Summa Theologiae* (1273), fundou a lei canônica da guerra justa ao estabelecer três condições objetivas: autoridade legítima; causa justa; e intenção correta. (HEHIR, 2013)

Além disso, sofisticou o argumento com o debate sobre a doutrina do efeito duplo, ao abordar a questão das consequências não intencionais de atos racionais. Segundo Tomás de Aquino,

Consequências negativas não intencionais seriam escusáveis se quatro condições fossem satisfeitas:

1. Se o fim desejado fosse intrinsecamente o bem comum.
2. Se somente as boas consequências fossem pretendidas.
3. Se as boas consequências não fossem produzidas por meios escusos.
4. Se o benefício das boas consequências superasse o malefício das consequências negativas (princípio da proporcionalidade). (BELLAMY, 2006, p. 124)

O bem comum a que Tomás de Aquino se refere como objetivo da guerra justa é o bem comum de um reino cristão que estivesse a serviço da “Cidade de Deus”, não se refere ao bem comum de todos os povos. (HEHIR, 2013)

O Grande Cisma do Ocidente, em 1378, dividiu a esfera de influência da igreja católica em três regiões distintas – Roma, Avignon e Pisa –, comandadas por três papas distintos. Nova cruzada emerge, dessa vez contra confrades cristãos, revelando a subjetividade do que seria uma guerra sancionada pela vontade divina. (HEHIR, 2013)

Com o esgotamento do argumento divino, houve uma guinada epistemológica na justiça da guerra. Dentro desse cenário de centralização monárquica e formação dos Estados europeus, o argumento da origem divina dos monarcas ainda se sustentava, mas a regulação da guerra entre reinos cristãos europeus precisava abandonar a justificação divina e deveria buscar por fundamentos naturais. O direito natural procura por valores universais e imutáveis que regulam tanto a natureza física quanto a natureza humana e social. O direito natural revelaria valores morais superiores e poderia ser estabelecido pela razão humana, sem revelação divina. (HEHIR, 2013)

Francisco de Vitória (1492-1546), em *De Jure belli Hispanorum in barbaros* (1532), ao lidar com a expansão ibérica nas Américas, levantou questões de como os espanhóis deveriam se relacionar com os indígenas. Os relatos de prática de canibalismo feriram as sensibilidades da corte espanhola, acostumadas com outras práticas cruéis da Inquisição. O canibalismo seria contrário ao direito natural, seria uma violação aos direitos básicos universais, e, por isso, seria justificável uma missão civilizatória de conversão dos “selvagens”. Esse entendimento jurídico gerou uma querela litúrgica conhecida como Controvérsia de Valladolid, protagonizada por Bartolomé de las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda. Esse debate revela pistas importantes de como os debates sobre intervenção humanitária se articulam até hoje.

O debate sobre os critérios para se considerar justa uma guerra justa oscilou entre ciclos seculares e ciclos religiosos. O quadro a seguir reúne os principais ciclos de debates sobre os fundamentos da guerra:

**Quadro 2.1 Ciclos seculares e religiosos sobre os fundamentos da guerra justa**

<b>Ciclo</b>	<b>Personalidade - Marco - Local</b>	<b>Período</b>
Antiguidade Secular	Código de Hamurabi (Mesopotâmia)	1772 aec
Antiguidade Secular	Cilindro de Ciro (Babilônia)	539 aec
Antiguidade Religiosa	Livros sagrados Era Axial (latitudes afortunadas)	800 - 200 aec
Antiguidade Secular	Sun Tzu (China)	545 - 470 aec
Antiguidade Secular	Tucídides (Grécia)	460 - 395 aec
Antiguidade Secular	Cícero (Roma)	106 - 43 aec
Medievo Religioso	Agostinho de Hipona (Argélia, Império Romano)	354- 430
Medievo Religioso	Tomás de Aquino (Itália)	1225-1274
Medievo Religioso	Bartolomé de las Casas (Espanha)	1474-1566
Medievo Religioso	Juan Ginés de Sepúlveda (Espanha)	1489-1573
Medievo Religioso	Francisco de Vitoria (Espanha)	1492–1546
Modernidade Secular	Hugo Grotius (Holanda)	1583–1645
Modernidade Secular	Samuel von Pufendorf (Alemanha)	1632-1694
Modernidade Secular	Emmerich de Vattel (Suíça)	1714-1767
Modernidade Secular	Immanuel Kant (Alemanha)	1724-1804
Modernidade Secular	Carl von Clausewitz (Alemanha)	1780-1831

Fonte: elaboração própria

O resultado de todos esses debates sobre o direito na guerra foi condensado em quatro ramos do direito internacional contemporâneo: *jus ad bellum*, *jus in bello*, *jus post bellum* e *jus contra bellum*. A positivação do direito dos conflitos armados se remete às tentativas de regulação do sistema de Estados criado pela Paz de Westfália, em 1648. Embora o direito internacional recorra à terminologia latina, boa parte do debate é relativamente recente.

O *jus ad bellum* sistematiza todo um debate sobre os critérios de legitimidade para se recorrer ao uso da força e, assim, se reestabelecer a justiça na ordem mundial. Com a criação da ONU, todavia, a guerra foi proscrita, o que fundou o *jus contra bellum*, para se prevenir o eclodir da guerra. De acordo com a Carta de São Francisco, os Estados devem abster-se de ameaçar ou usar a força contra outro Estado, exceto no caso de legítima autodefesa e no caso de intervenção multilateral coercitiva, conforme resolução do Conselho de Segurança, amparada no capítulo VII da Carta.

O debate sobre o *jus in bello* aborda as controvérsias sobre os limites da conduta militar durante a guerra em relação tanto aos combatentes quanto aos civis. Os relatos sobre os sofrimentos nos campos de batalha de Solferino, em 1859, durante a segunda guerra de independência italiana, foram fundamentais para a consolidação desse ramo do direito. Esse debate assumiu uma dimensão importante na opinião pública da nascente burguesia ilustrada europeia na segunda metade do século XIX, tendo suscitado a fundação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, em 1863, em Genebra, onde também aconteceu uma grande convenção internacional sobre os direitos e os deveres das pessoas em tempos de guerra. O *jus in bello* está atualmente regulado em torno das convenções e protocolos de Genebra e de Haia, compilados, respectivamente, nos quadros 2.2 e 2.3:

### Quadro 2.2 Convenções e Protocolos de Genebra

Documento	Ano	Fundamento
Convenção 1	1863	Trata da situação dos feridos e doentes dos exércitos em campanha
Convenção 2	1906	Estende as obrigações para as forças navais e inclui a situação dos náufragos
Convenção 3	1929	Relativo ao tratamento dos prisioneiros de guerra
Convenção 4	1949	Sobre a proteção dos civis em tempos de guerra
Protocolo 1	1977	Sobre a proteção das vítimas dos conflitos internacionais, particularmente, contra a dominação colonial, a ocupação estrangeira ou os regimes racistas
Protocolo 2	1977	Sobre a proteção das vítimas dos conflitos não internacionais, intraestatais

Fonte: Compilação própria

**Quadro 2.3 Convenções de Haia**

<b>Ano</b>	<b>Fundamento</b>
1899	1. Proibição de lançamento de projéteis e explosivos dos balões
1899	2. Proibição do emprego de projéteis com gases asfixiantes ou deletérios
1899	3. Proibição do emprego de balas que se dilatam dentro do corpo humano (balas dum-dum)
1907	1. Convenção para a solução pacífica de conflitos internacionais
1907	2. Convenção relativa à limitação da força para a cobrança de dívidas contratuais
1907	3. Convenção relativa ao início das hostilidades
1907	4. Convenção relativa às leis e usos de guerra terrestre
1907	5. Convenção concernente aos direitos das potências neutras em caso de guerra terrestre
1907	6. Convenção relativa ao regime dos navios mercantes inimigos no início das hostilidades
1907	7. Convenção relativa à transformação dos navios mercantes em navios de guerra
1907	8. Convenção relativa à colocação de minas submarinas automáticas (de contato)
1907	9. Convenção relativa ao bombardeio por forças navais em tempo de guerra
1907	10. Convenção para a adaptação à guerra marítima dos princípios da Convenção de Genebra
1907	11. Convenção relativa a certas restrições ao direito de captura na guerra marítima
1907	12. Convenção relativa ao estabelecimento de um Tribunal Internacional de presas
1907	13. Convenção concernente aos direitos das potências neutras em caso de guerra marítima
1954	1. Prevenção da exploração do patrimônio cultural e restituição de objetos exportados

Fonte: Compilação própria

O *jus post bellum* concentra-se em questões de justiça após o término de um conflito armado: tratados de paz, acordos de reparação e de compensação, e julgamento dos crimes de guerra. Normalmente, a paz é a cristalização de ordem definida pela potência vencedora. A paz como ordem é a imposição hierárquica de normas e de instituições que são sustentadas pela dissuasão do Estado vitorioso. A paz é definida nos termos da guerra, em sua relação semiótica dicotômica. A paz do vencedor costuma ser uma paz imperial, exigindo o silenciamento e a submissão do derrotado. A paz acaba tornando-se o germe para uma nova guerra. A paz só poderia ser alcançada se todos os súditos decidissem obedecer absolutamente, se não houvesse mais conflitos na política, ou seja, essa ideia de paz somente poderia prosperar se fosse a paz dos cemitérios.

Com a intenção de evitar que a paz resultante do término de uma guerra se configurasse em um quadro de violência estrutural assimétrica, houve um esforço internacional de construir um aparato de regras e de instituições para se estabelecer a justiça após os conflitos armados. Dois avanços merecem atenção: o Tribunal Penal Internacional (TPI, 2002) e a Comissão para Construção da Paz das Nações Unidas (*Peacebuilding Commission*, 2005).

Desde os tribunais de Nuremberg e de Tóquio, criados para julgar os crimes de guerra de alemães e de japoneses durante a II Guerra Mundial, não se instituíam tribunais internacionais para julgar esses tipos de crimes. Contudo, os conflitos humanitários na Jugoslávia e em Ruanda, nos anos 1990, levaram as Nações Unidas a criarem dois tribunais *ad hoc* para julgar os crimes perpetrados nessas guerras civis. Em 1998, em Roma, a ONU aprovou a criação de uma corte permanente para julgar crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade. O Estatuto de Roma, de 1998, passou a vigorar em 2002<sup>52</sup>, com o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional, em Haia.

A Comissão para Construção da Paz das Nações Unidas, fundada em 2005 pelas resoluções A/RES/60/180 e S/RES/1645, tem como mandato reunir atores internacionais que promovam a adoção das boas práticas da agenda para a paz em um conjunto de estratégias chamadas de *post-conflict peacebuilding and recovery*, que incluem desmilitarização da sociedade (DDR, *disarmament, demobilization, and reintegration*), reforma do setor de segurança (SSR, *security sector reform*); restauro do sistema judiciário; reforço do Estado de direito; adequação da economia aos valores liberais; reconstrução da infraestrutura física, particularmente de saneamento básico; projetos de impacto rápido (QIP, *quick impact project*) e criação de agências e órgãos reguladores com a participação de lideranças locais. A grande crítica a essa iniciativa é que, além de criar grande expectativa sobre a paz vindoura, trata-se de uma construção de Estado orientada para o mercado (*statebuilding market oriented*).

As ações de *peacebuilding* exemplificam muito bem o que se definiu como intervenção humanitária nessa tese: ações internacionais promovidas por atores estatais e não estatais, seguindo a agenda para a paz global da ONU, autorizadas e fiscalizadas multilateralmente. As intervenções humanitárias não se confundem com as guerras humanitárias: coalizão militar de uma grande potência com seus aliados estratégicos para intervir em outros Estados, buscando um respaldo humanitário hipócrita, sem um mandato explícito do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

---

<sup>52</sup> Estados Unidos, Rússia e China assinaram o Estatuto de Roma em 1998. Rússia e China ainda não ratificaram. Os Estados Unidos retiraram a assinatura. O Brasil é membro do TPI desde 2002.

Com o fim da bipolaridade da Guerra Fria, houve a ascensão de um discurso hegemônico de vitória das teses da paz liberal, em que a paz viria da boa vontade dos membros da sociedade internacional em acatar e implementar as medidas formuladas pelas instituições liberais de governança global.

Nessa conjuntura de unipolaridade militar estadunidense, uma nova agenda de segurança se estabelece. Para além das ameaças tradicionais de guerra de um Estado contra outro, observa-se a emergência de uma agenda preocupada com a proteção do ser humano dentro das fronteiras dos Estados. Essa agenda de segurança humana ganha destaque nas pautas diplomáticas, acadêmicas e midiáticas.

A securitização do humanitarismo, além dos debates legítimos em torno das violências diretas e estruturais às quais os indivíduos são submetidos cotidianamente, oferece, também, argumentos para a comunidade internacional reivindicar a responsabilidade de proteger a segurança humana no interior dos Estados incapazes de preservar seus cidadãos de sofrerem violações maciças de direitos humanos, quando não esses mesmos Estados, chamados muitas vezes de falidos, os perpetradores dessa violência.

Para operacionalizar as respostas advindas das ameaças à segurança humana, a comunidade internacional, por meio de sua organização multilateral de alcance global: as Nações Unidas, promoveu constantes debates e criou novas estruturas que permitiram a ampliação dos seus mecanismos de ação interventiva e militar no mundo. As novas gerações das operações de paz, instrumento não originário da Carta de São Francisco, conhecido como capítulo VI ½, receberam novas atribuições e ganharam um caráter mais robusto, coercitivo e multidimensional.

Países centrais financiam essas novas operações, contudo as regras licitatórias e os padrões de equipamentos estabelecidos pela ONU fazem com que as verbas destinadas a essas operações retornem para os países contribuidores por meio de compras públicas internacionais, seja de empresas de bens (*Government Procurement Agreement – GPA / Trade and Investment Partnership - TTIP*), seja de empresas de serviços (*contractors - Trade in Service Agreement - TISA*).

Países em Desenvolvimento (PEDs), durante a formulação da doutrina das operações de paz de primeira geração, viram nisso um instrumento de relativização da soberania e ameaça de intervenção aos assuntos internos de seus Estados. Na Conferência de Bandung, em 1955, os países em desenvolvimento, ali representados, defenderam a soberania absoluta e o respeito ao princípio de não intervenção em assuntos internos de outros Estados.

Essa postura reativa mudou após o fim da Guerra Fria. Os países em desenvolvimento passaram a enxergar nas operações de paz a chance de reequiparem suas forças armadas; de darem uma destinação às suas tropas, com emprego em atividade real; ao mesmo tempo em que garantiram algum espaço de projeção diplomática para dar visibilidade a pleitos no sistema internacional.

O Brasil assumiu a dianteira de algumas missões de paz de segunda geração; ao mesmo tempo em que barganhava um assento permanente no Conselho de Segurança. A chancelaria brasileira propôs novos conceitos de política internacional que conformariam o dicionário de negociação das intervenções humanitárias com os conceitos de responsabilidade ao proteger (*responsibility while protecting*, RWP) e o princípio da não indiferença. Nesse mesmo ambiente de política externa, o Brasil tentou garantir reserva de mercado para suas campeãs nacionais de bens (alimentícios, roupas-sapatos e remédios) e serviços (Embrapa: setor agroexportador e biocombustível: álcool e biodiesel, e conseqüentemente a tecnologia dos motores flex; Fiocruz: fábrica de vacinas e remédios genéricos; e as empresas de engenharia de reconstrução da infraestrutura desses Estados falidos).

Para os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), a manutenção de uma ordem com base na dicotomia anarquia internacional-soberania nacional é interessante, porque legitima o grupo no poder a manter sua condição de elite, ainda que haja algum mecanismo democrático de alternância, e também porque possibilita ao seu Estado acesso a projetos e recursos que as organizações internacionais destinam ao desenvolvimento desses países, em uma lógica de realismo periférico de enquadramento subordinado.

Por outro lado, às grandes potências interessa manter essa ordem, porque a suposta anarquia internacional é regulada por tratados, normas, costumes, regimes e organizações que refletem os seus interesses, conquanto haja algum espaço multilateral de negociação diplomática. As regras dessa sociedade internacional criam uma linguagem comum para o funcionamento do jogo de poder internacional, no caso: a linguagem do capitalismo interestatal.

A existência de autoridades soberanas em modestos poderes territoriais facilita interferir na gestão das instituições que organizam o sistema produtivo local e, assim, negociar a espoliação dos recursos com base no comércio internacional, no investimento externo e na criação de um sistema de dívidas, ao invés de se recorrer sistematicamente às guerras.

Nesse sentido, há um grande esforço retórico de apresentar as intervenções humanitárias não como um rompimento das regras do jogo anarquia-soberania, mas um reforço dessa ordem ao criar mecanismos multilaterais coercitivos eficientes e capazes de fazer valer as regras dessa ordem, por mais que se reconheça a seletividade hipócrita dessas intervenções.

O humanitarismo conseguiu conquistar essa força narrativa de suscitar a vontade de submissão aos valores e aos modos de vida considerados etnocentricamente superiores. A cooperação voluntária da periferia com a ordem humanitária tornou-se uma dimensão importante da estratégia dos países centrais para contemplar seus interesses egoístas.

Historicamente, o discurso humanitário é instrumentalizado pelas grandes potências da mesma forma que já usaram o argumento da missão civilizatória e salvacionista.

Seria possível imaginar Cuba liderando uma intervenção humanitária contra os Estados Unidos, em razão da violação sistemática dos direitos humanos na base ilegal de Guantánamo?

Em última instância, a ameaça de intervenção humanitária depende da assimetria de poder, como qualquer relação política.

As definições de guerra justa se interessam bastante em denunciar causas que justificariam guerras, mas se concentram pouco em evidenciar qual a natureza do interventor. A invasão norte-americana ao Iraque, em 2003, durou apenas 21 dias, mas as tropas americanas ocuparam o país até dezembro de 2011, sob alegação de garantir que armas de destruição em massa não fossem disseminadas e de pacificar o país. Atualmente, os Estados Unidos contam com uma base militar permanente no Iraque; no entanto, mais de 90% do efetivo desdobrado são de agentes terceirizados ligados às companhias militares privadas, que não respondem ao direito internacional público e que representam importante vetor de acumulação de riqueza da elite estadunidense.

Quando os interesses estratégicos das grandes potências coincidem com os valores liberais da ONU, então a intervenção ocorrerá sob o guarda-chuva do direito internacional; caso contrário, as grandes potências evocarão valores universais (do universalismo europeu), com o apoio das narrativas emotivas da grande mídia, com respaldo intelectual dos *think tanks*, garantindo verbas para o complexo industrial militar, para a indústria humanitária e para as companhias militares privadas.

A estratégia de tentar tornar o conceito de intervenção humanitária uma *norma* com corroboração intersubjetiva pela comunidade internacional sofreu uma adaptação. A nova estratégia é valorizar o *princípio* da responsabilidade de proteger (*responsibility to protect*, R2P), que confere menos ênfase no termo “intervenção” em favor da “responsabilidade moral” da “comunidade internacional” de proteger os direitos e as liberdades dos cidadãos.

A combinação do paradigma da segurança nacional com o da segurança humana permite uma flexibilidade argumentativa maior para justificar o uso da força pelas grandes potências. R2P não muda a base legal do princípio da não-intervenção sustentado pelo direito internacional, mas é um catalizador eficiente da “mobilização psicológica coletiva” essencial para o esforço estatal de conseguir legitimar internamente o envio de seus cidadãos para o teatro de operações. Para a ação militar internacional do Estado, a legitimidade parece ser mais importante do que a legalidade; embora os Estados não orientem sua política externa e de defesa pelos clamores da opinião pública ou publicada.

Intervenção teria mais poder para desestabilizar a ordem do que a manutenção do princípio de não-intervenção e da proscrição do uso da força?

Embora não haja uma resposta aplicável universalmente para todas as situações, a tese defende que a avaliação multilateral *ad hoc* pode sim evitar a eclosão ou o agravamento de crises humanitárias, embora tenha poucos recursos para empreitada tão ambiciosa de restaurar a paz em regiões conflagradas. Sem mencionar que os remédios humanitários receitados podem estar equivocados, uma vez que impõem uma dose cavalgar de neoliberalismo, em países morrendo de inanição capitalista. As chancelarias dos Estados reunidos em Nova York estão atentas quanto ao silenciamento da periferia rebelde e o seu enquadramento ao sistema interestatal capitalista pelo *peacebuilding market oriented*, que produz novos espaços para a velha acumulação exorbitante de riqueza e de poder. Dag Hammarskjöld (1954), segundo secretário-geral da ONU, sobre as imperfeições do sistema multilateral disse: “A ONU não foi criada para levar a humanidade para o céu, mas para salvá-la do inferno”.

Abandonar todo esforço de institucionalização multilateral em função de seus vícios, de suas contradições e de suas limitações, parece interessar às grandes potências com pretensões imperiais, e não às pequenas e médias potências que lutam por reformas e que têm palanque para os seus pleitos. Na Assembleia Geral das Nações Unidas, os Estados periféricos, embora representados pelas elites diplomáticas de seus países, têm vez e voz.

Os quadros 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 resumem os critérios de avaliação se uma guerra seria justa ou não, de acordo, respectivamente, com os princípios do *jus ad bellum*, *jus in bello*, *jus post bellum* e *just contra bellum*.

**Quadro 2.4 *jus ad bellum* (critérios para justificar o recurso à guerra antes da ONU)**

<b>Critério</b>	<b>Fundamento</b>
Intenção correta	Aqueles que usam a força devem ser motivados a fazê-lo pela justiça, não por intenções oportunas
Causa justa	A força deve ser usada apenas para remediar ou prevenir uma grave injustiça
Consequências proporcionais	Os benefícios previstos pelo uso da força devem ser maiores do que a injustiça a qual está se opondo
Último recurso	A força deve ser utilizada apenas depois de todos os meios pacíficos se esgotarem ou, de fato, não serem viáveis
Probabilidade de sucesso	A força deve ser utilizada apenas se houver uma forte probabilidade de vitória militar
Autoridade correta	Apenas autoridades públicas reconhecidas possuem o direito de autorizar o uso da força
Declaração apropriada	O recurso à força deve ser publicamente declarado e publicamente justificado

Fonte: HEHIR, 2013, p. 29

**Quadro 2.5 *jus in bello* (limites ao uso da força durante os conflitos armados)**

<b>Critério</b>	<b>Fundamento</b>
Diferenciação	A força somente deve ser direcionada contra agressores, nunca contra civis ou não combatentes
Proporcionalidade	A força aplicada deve ser a mínima necessária para atingir a vitória e proporcional à agressão original
Conduta Justa	Todas as leis nacionais e internacionais que regem o uso da força devem ser acatadas no curso da ação militar

Fonte: HEHIR, 2013, p. 29

**Quadro 2.6 *jus post bellum* (questões de justiça na elaboração dos termos da paz)**

<b>Critério</b>	<b>Fundamento</b>
Paz Justa	O acordo final deve ser publicamente declarado, razoável e justo
Proporcionalidade	O objetivo do acordo deve restabelecer os direitos inicialmente violados
Diferenciação	O acordo deve identificar as pessoas responsáveis pela violência dentro dos grupos das lideranças políticas, dos militares e dos civis
Responsabilidade	Os agressores, de ambos os lados, devem ser penalizados de forma justa e ponderada
Compensação	As vítimas inocentes, de todos os lados, devem ser compensadas por suas perdas

Fonte: HEHIR, 2013, p. 29

**Quadro 2.7 *jus contra bellum* (critérios da excepcionalidade da ação militar previstos na Carta Constitutiva das Nações Unidas)**

Artigo	Texto
art. 1.1 cap. I	[Os propósitos das Nações Unidas são] manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar coletivamente medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz.
art. 2.4 cap. I	Todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas.
art. 2.7 cap. I	Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação de medidas coercitivas constantes no Capítulo VII.
art. 24. 1 cap. V	A fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais, e concordam em que, no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade, o Conselho de Segurança aja em nome deles.
art. 39 cap. VII	O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os artigos 41 e 42, a fim de manter ou reestabelecer a paz e a segurança internacionais.
art. 41 cap. VII	O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de qualquer outra espécie, e o rompimento das relações diplomáticas.
art. 42 cap. VII	No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no art. 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas.

Fonte: Compilação própria

Embora no emergente direito internacional, surgido no sistema de Westfália, predominasse a perspectiva de um direito positivo com base no direito natural, a colonização europeia assumiu um caráter missionário religioso cristão. Se o direito divino não seria mais evocado para as guerras entre reinos cristãos europeus, a expansão civilizatória da fé continuava a ser recurso fundamental na sustentação das guerras coloniais.

Civilização, religião, Estado reforçaram a identidade coletiva do grupo a que se pertencia, mas também negaram a humanidade do “outro”. Entender as origens históricas e as adaptações narrativas que converteram o fundamento mobilizador do conflito da negação da alteridade para a adesão da alteridade, uma alteridade cada vez mais ampla até tornar-se toda a humanidade, é um dos propósitos desta tese. Para isso, será analisado o primeiro projeto de universalização com base no imperativo humanitário.

## 2.6 A CONTROVÉRSIA DE VALLADOLID

As ordens abstratas foram fundamentais para conferir o traço de ultrassociabilidade característico dos seres humanos. Parcela considerável dessas narrativas reforçava valores de identidade de grupo a partir do discurso de negação da validade da identidade do “outro”. A necessária mobilização psicológica da coletividade para o esforço de guerra – fator preponderante e permanente para o sucesso da guerra, segundo Clausewitz – fundava-se justamente nesse jogo entre adesão a uma identidade coletiva e a negação de outra identidade. A novidade trazida pelas religiões monoteístas abraâmicas<sup>53</sup> foi a transformação da vontade coletiva de negação da alteridade para um projeto de conversão e salvação do “outro”, com a universalização de sua fé.

Esse esforço missionário ganhou contornos globais, quando os reinos católicos de Portugal e de Espanha lançaram-se na expansão ultramarina. O espírito cruzadístico<sup>54</sup> virou política de Estado no século XVI. A fé cristã forneceu o substrato de validação moral para a colonização das Américas e, depois, para o imperialismo na África e na Ásia. Pode-se atribuir à fé papel de relevo na consolidação de uma ordem abstrata que legitimou e sustentou a implantação e a estruturação do sistema interestatal capitalista, desde o pacto colonial; passando pelos regimes *encomenderos* e escravocratas; pelos tratados desiguais; pela diplomacia das canhoneiras; pela divisão internacional do trabalho; até a formação do mercado mundial.

---

<sup>53</sup> A *jihad* não é abordada na tese, como explicado antes, porque a tese se concentra no humanitarismo ocidental, que converte-se nas intervenções humanitárias globais contemporâneas.

<sup>54</sup> Cf BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

A história do sistema-mundo moderno tem sido, em grande parte, a história da expansão dos povos e dos Estados europeus pelo resto do mundo. Essa é a parte essencial da construção da economia-mundo capitalista. Na maioria das regiões do mundo, essa expansão envolveu conquista militar, exploração econômica e injustiças em massa. Os que lideraram e mais lucraram com ela justificaram-na a seus olhos e aos olhos do mundo com base no bem maior que representou para todos os povos. O argumento mais comum é que tal expansão disseminou algo invariavelmente chamado de civilização, crescimento e desenvolvimento econômico ou progresso.

Todas essas palavras foram interpretadas como expressão de valores universais, incrustados no que se costuma chamar de lei natural. Por isso, afirmou-se que essa expansão não só foi benéfica para a humanidade como também historicamente inevitável. A linguagem utilizada para descrever essa atividade ora foi teológica, ora derivou de uma perspectiva filosófica secular.

É claro que a realidade social do que ocorreu foi menos gloriosa do que o quadro a nós apresentado pelas justificativas intelectuais. A discrepância entre a realidade e as justificativas foi duramente sentida e expressa de várias maneiras pelos que pagaram o preço na vida pessoal e coletiva. Mas ela também foi notada por diversos intelectuais oriundos dos estratos dominantes. Assim, a história do sistema-mundo moderno envolveu igualmente um constante debate intelectual sobre a moralidade do próprio sistema. Um dos primeiros e mais interessantes debates ocorreu muito cedo, no século XVI, dentro do contexto da conquista espanhola de boa parte das Américas. (WALLERSTEIN, 2007, pp. 29-30)

Logo no início da colonização espanhola das Américas, houve um enorme debate sobre a moralidade do regime de *encomiendas* que se implantava desde 1503. Os *encomenderos* ofereciam proteção militar em troca da apropriação das rendas do trabalho servil dos indígenas. As *encomiendas* tinham um caráter mais feudal do que escravocrata. Apesar da repugnância dos dois modos de produção, a escolha espanhola revela um outro projeto para suas colônias americanas, que envolvia a transferência de instituições metropolitanas<sup>55</sup> e alguma preocupação com o respaldo moral do projeto colonial.

A corte espanhola estava suscetível aos argumentos de injustiças provocadas pelas *encomiendas*. O principal denunciador das iniquidades espanholas nas Américas foi o bispo Bartolomé de las Casas. O papa Paulo III, em 1533, resolveu que os nativos somente poderiam ser evangelizados pacificamente, a partir da bula *Sublimis Deus*. O rei da Espanha, Carlos V, em 1543, decretou as *Leyes Nuevas*, que impuseram limites ao regime de exploração colonial. (WALLERSTEIN, 2007)

---

<sup>55</sup> Essa diferença entre os projetos coloniais de espanhóis, chamados de ladrilhadores, e de portugueses, chamados de semeadores, pode ser vista em HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

Os *encomenderos* não estavam sozinhos na defesa de seu *modus operandi* colonial; na verdade, eles contavam com o apoio de ampla maioria da corte, cujos interesses se espalhavam da Espanha a além-mar. O paladino da causa colonial era o filósofo-teólogo Juan Ginés de Sepúlveda. A fim de resolver a controvérsia ética, o rei Carlos V convocou o Conselho das Índias, em 1550, para colocar frente a frente Sepúlveda e Las Casas e resolver definitivamente o que seria o mandamento divino, ou melhor, a lei natural que deveria ser aplicada em nome de Deus e da Coroa. O episódio ficou conhecido como a Controvérsia de Valladolid, cujo veredito se espera até hoje. (WALLERSTEIN, 2007)

Juan Ginés de Sepúlveda sustenta quatro teses de apoio às *encomiendas* em um livro preparado para esse debate chamado *Demócrates Segundo: de las justas causas de la guerra contra los indios*, com data provável de publicação em 1545. A contra-argumentação de Bartolomé de las Casas apresentada no Conselho foi posteriormente consolidada na obra *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias*, de 1552, cujas denúncias contundentes, com fartas descrições sustentadas numericamente (algumas exageradas), escandalizaram a opinião pública da corte espanhola. (WALLERSTEIN, 2007)

Em primeiro lugar, Juan Sepúlveda sustentou que os indígenas seriam simplórios e cruéis, portanto, bárbaros. Como bárbaros, os ameríndios estariam destinados à servidão natural (como na doutrina aristotélica), devendo subordinar-se aos interventores espanhóis, portadores de superioridade moral e de projeto civilizacional. (WALLERSTEIN, 2007)

Bartolomé de las Casas contesta tal assertiva ao destacar que o significante “bárbaro” pode ter vários significados. Se por bárbaro, Sepúlveda entendesse que a língua nativa não tinha formalização escrita, bastava que se fizesse uma gramática, para encontrar estruturas sintáticas tão elaboradas quanto as línguas neolatinas. Se por bárbaro, quisesse se ressaltar as pessoas com comportamentos delinquentes, não precisaria fazer muito esforço para encontrar tais atitudes em toda parte do mundo em todos os momentos históricos, sendo normalmente um comportamento atípico e minoritário em qualquer modelo de sociedade. Desse modo, classificar um grupo social todo como bárbaro não faria sentido. (WALLERSTEIN, 2007)

Atualmente, ao invés de se usar o argumento de intervenção contra a barbárie e em favor da civilização, usam-se termos como a defesa dos direitos humanos, do livre mercado e da democracia. A dificuldade de se atribuir significados objetivamente demarcáveis para esses conceitos abstratos, mas constantemente evocados para conferir legitimidade às intervenções, continua a encontrar as mesmas resistências defendidas por Las Casas. (WALLERSTEIN, 2007)

Como visto, uma língua é um conjunto de signos compartilhados por um grupo social. Esses signos são representados por significantes e por significados. O significante condensa um conjunto de símbolos, de fonemas ou de gestos que se remetem à imagem sonora da palavra concreta ou abstrata a que se referem. Por exemplo, o significante de cadeira afigura-se pelas letras que o conformam, pelos fonemas que a compõem e pelos gestos que o representam.

O significado de cadeira incorpora sucessivos sentidos designados para aquela palavra desde tempos imemoriais e acumula camadas distintas de informação sobre a sua forma e o seu conteúdo ideais. Por exemplo, cadeira pode evocar a ideia de um objeto com um assento, um encosto, quatro pés e dois braços; ainda que cadeiras reais possam se apresentar com desenhos diferentes, essa acepção costuma ser a forma ideal registrada mentalmente. O significado pode ser simplesmente um objeto para se sentar ou pode ter um significado simbólico mais profundo de representar o lugar em que a autoridade se senta dentro de um cenário de poder.

Se a palavra concreta cadeira permite um amplo debate sobre a sua manifestação ideal e um jogo de força ainda maior para se decidir sobre os significados relevantes associados a ela, que dirá a disputa semiótica por atribuição de sentidos para noções abstratas como barbárie, civilização, liberdade, igualdade, paz e justiça?

Democracia, por exemplo: como essa ideia se manifesta poderia algum dia ter uma convicção geral sobre os seus fundamentos? Será que o bipartidarismo conservador-ultraconservador norte-americano é uma manifestação mais representativa de democracia do que o sistema de consultas populares contínuas na Venezuela? Para além da forma ideal, qual seria o conteúdo ideal de uma democracia?

Ainda que não seja possível obter a forma e o conteúdo ideal de um conceito que manifesta um princípio político, bem como decidir se trata-se de um imperativo moral superior, o desenvolvimento da linguagem permitiu a produção de conhecimento em diversos campos de modo contínuo. Apesar das querelas filosóficas e semióticas de atribuição de sentidos, os poderosos costumam arrogar o direito de definir os significados que melhor lhes aprouvessem.

Em *Alice através do espelho* (CARROLL, 2010), Alice indaga sobre o significado de algumas palavras usadas naquele universo fantástico, o personagem Humpty Dumpty, o cabeça de ovo, no alto de um muro, simbolizando um lugar de destaque e intransponível, fazendo menção à sua autoridade de filólogo, revela: “Quando eu uso uma palavra, ela significa o que eu quiser que ela signifique... nem mais nem menos”.

Uma das manifestações do poder é a capacidade de impor a verdade e a disposição de impor os valores morais; mas o poder só se manifesta enquanto está sendo exercido, logo poder é a aptidão de coagir e de punir quem contesta a verdade e os valores morais. Acontece que onde há poder, há contrapoder. Nunca é o fim da história. (CASTELLS, 2014) Então, objetivos pretensamente universais como eliminar a barbárie ou levar a democracia sempre serão questionados.

Em segundo lugar, Sepúlveda asseverou que os indígenas cometiam crimes contra a lei natural, ao praticarem a idolatria e ao realizarem sacrifícios humanos. Logo, caberia ao reino espanhol assumir a responsabilidade civilizatória de fazer valer os valores universais do direito natural. (WALLERSTEIN, 2007)

Bartolomé de las Casas levantou a questão sobre a jurisdição espanhola para punir crimes contra as leis naturais. Las Casas lembrou o júri que judeus e mulçumanos viviam em terras espanholas e as práticas religiosas desses povos eram autorizadas pelo governo espanhol, desde que se submetessem ao jugo de Madrid. Logo, “a idolatria poderia ser julgada por Deus, mas não estava sujeita à jurisdição de um grupo humano externo ao grupo que a praticava” (WALLERSTEIN, 2007, p. 37).

Além disso, Las Casas deixa algumas perguntas no ar: “Quem definiu como crimes e estavam assim definidos na época em que foram cometidos? Quem tem jurisdição para punir? Há alguém mais adequado do que nós para impor a punição, caso seja merecida?” (WALLERSTEIN, 2007, p. 53). Hodiernamente, a comunidade internacional (e não a coroa espanhola) se arroga o direito de combater os crimes contra a humanidade (ao invés dos crimes contra a lei natural). *Mutatis mutandis*, as perguntas feitas anteriormente permanecem válidas.

Sobre a autoridade moral autoproclamada dos espanhóis, Las Casas não confundia o padrão de desenvolvimento material com o nível de adiantamento moral. “Las Casas propunha o argumento de equivalência moral média de todos os sistemas sociais conhecidos, de modo que não havia hierarquia natural entre eles que justificasse o domínio colonial.” (WALLERSTEIN, 2007, p. 36)

Em terceiro lugar, Sepúlveda suscita a obrigação moral pela lei divina e pela lei natural de evitar o sacrifício futuro de inocentes nos rituais antropofágicos, principalmente de crianças, devendo a coroa espanhola atuar preventivamente.

Las Casas fez questão de ressaltar que não estava indiferente aos dramas dos inocentes sacrificados, mas salientou que essas práticas eram pontuais e exigiam sacrifícios esporádicos. Las Casas lançou mão, pela primeira vez, do argumento do princípio do mal menor, no qual ele enfatizou “É pecado que merece a danação eterna ferir e matar inocentes para punir os culpados, pois isso é contrário à justiça”. (LAS CASAS apud WALLERSTEIN, 2007, p. 38)

Hoje, o princípio do mal menor, defendido por Las Casas, foi novamente abandonado para se enfatizar a doutrina do dano colateral, em que se assumem os riscos de atingir acidentalmente alvos não combatentes ou instalações civis, desde que o objetivo principal seja “claramente” combater um mal maior, respeitando os princípios da necessidade militar, da diferenciação entre alvos civis e militares, e da proporcionalidade, conforme previsto nas convenções do direito internacional humanitário. Para minimizar os danos colaterais, além de se reforçar o mito da precisão cirúrgica das bombas, adiciona-se o componente de inteligência artificial às bombas e às armas guiadas remotamente, que calculam os danos colaterais antes de as armas “decidirem” se autodetonar. O nome do *software* que calcula os danos colaterais chama-se, ironicamente, *bugsplat* (inseto esmagado).

O princípio do mal menor de Las Casas defendia justamente o contrário: ao invés de se arrogar o dever de levar a civilização a qualquer preço, as grandes potências deveriam reconhecer que seu projeto civilizador trazia mais custos do que benefícios para a sociedade que sofria a intervenção; e que a guerra não seria a melhor maneira de se convocar determinado povo a aderir a certo projeto civilizador.

Em quarto e último lugar, Sepúlveda realça que o domínio espanhol sobre os nativos permitiria a propagação do cristianismo, sem maiores riscos para os missionários cristãos, e facilitaria a evangelização.

Las Casas questiona o propósito de Sepúlveda de expandir a fé católica a qualquer custo e indaga-lhe se seu projeto estava de acordo com a doutrina do livre arbítrio. Las Casas (apud WALLERSTEIN, 2007, p. 40) assevera que “a guerra engendra ódio, e não o amor, à nossa religião. [...] Os índios devem ser trazidos à fé com doçura, com caridade, com a vida santa e a palavra de Deus”. Evangelização não se impõe pela força, assim como a consolidação da democracia é um processo que depende de condições autóctones para florescer e amadurecer. Sem mencionar o debate sobre se considerar o evangelho ou a democracia valores superiores, imperativos morais que devessem orientar a ação interestatal.

Las Casas ainda questiona se a ida de uma missão militar para prover segurança para a missão religiosa não revelaria que os missionários julgam suas vidas superiores às vidas dos povos subjugados.

Atualmente, uma das principais críticas às operações de paz multidimensionais, criadas após o fim da Guerra Fria, aquelas compostas por uma dimensão militar e por uma dimensão civil, é que as regras de engajamento autorizadas pelo mandato expedido pelo Conselho de Segurança estão cada vez mais robustas, principalmente para garantir a segurança do componente civil desdobrado no teatro de operações. A presença dos voluntariosos agentes humanitários é garantida por um aparato militar com ampla autorização prévia para o exercício legítimo da violência pelas forças militares convocadas para a missão.

A pergunta “quem tem o direito de intervir?” vai direto ao cerne da estrutura moral e política do sistema-mundo moderno. Na prática, a intervenção é um direito apropriado pelos fortes. Mas é um direito difícil de legitimar e, portanto, está sempre sujeito a questionamentos políticos e morais. Os interventores, quando questionados, sempre recorrem à justificativa moral: a lei natural e o cristianismo, no século XVI, a missão civilizadora no século XIX e os direitos humanos e a democracia no final do século XX e início do século XXI. [...]

Não é que não possa haver valores universais globais. A questão é que ainda estamos longe de saber quais são esses valores. Os valores universais globais não estão dados; eles são criados por nós. A criação de tais valores é o maior empreendimento moral da humanidade. Mas só poderá concretizar-se quando formos capazes de ir além do ponto de vista ideológico dos fortes e de chegar a uma verdadeira apreciação conjunta (e, portanto, mais próxima de ser global) do bem. No entanto, a apreciação global exige uma base concreta diferente, uma estrutura muito mais igualitária do que todas as que construímos até hoje. (WALLERSTEIN, 2007, pp. 59-60)

Seguindo o raciocínio de Immanuel Wallerstein, de denúncia do “universalismo” europeu, mas de busca por um universalismo universal, destaca-se a importância de um fórum global como a Assembleia Geral das Nações Unidas, que conta com os representantes dos Estados e, em algumas reuniões especiais, conta também com a presença de atores não estatais, para discutir valores e regimes que tratem coletivamente de temas de interesse comum dos Estados.

Os regimes criam regras a serem obedecidas e preveem sanção para os atores que violarem algum acordo, reduzindo as incertezas e o medo de ser explorado pelo ator mais forte e mitigando o caráter de autoajuda nas relações internacionais. Os regimes construídos multilateralmente estão longe da forma e do conteúdo ideais, eles revelam o senso comum que foi possível obter em meio a negociações assimétricas, com ofertas espúrias para se aceitarem determinadas tratativas. É justamente por não negligenciar a assimetria de poder que os regimes puderam ser estabelecidos, constringendo desproporcionalmente os Estados-parte. Wallerstein insta a necessidade de se construir “uma estrutura muito mais igualitária do que todas as que construímos até hoje”. (WALLERSTEIN, 2007, p. 60)

Wallerstein (2007) chegou a considerar que o processo de descolonização afro-asiática tivesse aberto um novo caminho de debates na ONU em direção à construção de uma ordem internacional mais justa. O surgimento de movimentos como o Terceiro Mundismo, o Movimento dos Não Alinhados e o Desenvolvimentismo gerou otimismo no campo progressista internacional.

Por um longo período, mais ou menos do século XVI até a primeira metade do século XX, predominou a doutrina Sepúlveda – a legitimidade da violência contra os bárbaros e o dever moral de evangelizar – e as objeções de Las Casas constituíam uma posição claramente minoritária. A partir daí, com as grandes revoluções anticoloniais de meados do século XX e em especial no período de 1945 a 1970, o direito moral dos povos oprimidos de recusar a supervisão paternalista dos povos que se diziam civilizados passou a ter legitimidade ainda maior nas estruturas políticas mundiais. [...] Parecia finalmente que Las Casas teria suas opiniões adotadas pela comunidade mundial.

Em essência, a campanha pelos direitos humanos restaurou a ênfase de Sepúlveda no dever dos civilizados de suprimir a barbárie. (WALLERSTEIN, 2007, pp. 46-47)

A formação de coalizões estratégicas de geometria variável entre os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, como o tradicional G77 e o novo BRICS, em torno da ideia de Sul Global, podem trazer para a mesa de debates: temas que busquem reduzir a desigualdade, combater a pobreza e promover a justiça global. Para isso, a estrutura onusiana precisaria ser profundamente mais igualitária, como sugerido por Wallerstein.

Ainda que a prática do multilateralismo revele o tradicional jogo de forças da política internacional, a existência de um espaço como a Assembleia Geral – bem como da Corte Internacional de Justiça e do Conselho Econômico Social, com suas agências, programas e fundos – é uma conquista da sociedade internacional que não se pode prescindir por suas contradições e ineficiências.

Os debates intelectuais em busca de um universalismo universal também são cheios de ambivalências, de ingenuidades e de reforço do *status quo*; mesmo assim, a academia é outro espaço privilegiado de reflexão, que, em alguma medida, às vezes, consegue circular o conhecimento para fora da “torre de marfim”, chegando aos “mármorees palacianos”. As “portas giratórias” entre a academia e o governo normalmente funcionam quando o intelectual reforça o projeto de poder do Estado. De todo modo, a produção acadêmica deve buscar continuamente sua independência e sua descolonização intelectual.

## 2.7 HERÓI TRÁGICO DO IMPERATIVO HUMANITÁRIO

Bartolomé de las Casas (1474-1566) nasceu em Sevilha e estudou Humanidades na Universidade de Salamanca. Em 1502, participou da quarta expedição de Cristóvão Colombo e assentou-se na Ilha Hispaniola, onde hoje situam-se o Haiti e a República Dominicana. Lá, fundou uma *encomienda* como qualquer outra: com aprisionamento dos nativos, escravização indígena e sistema monocultor de *plantation*. Tendo conquistado riquezas, Las Casas voltou para a Europa, em 1506, e concluiu os estudos em Roma, tornando-se padre, em 1507. Em 1510, Las Casas foi nomeado capelão militar da armada espanhola que invadiria Cuba e escravizaria sua população indígena. Depois da invasão à Cuba, Las Casas volta à Ilha Hispaniola com nova *encomienda*, dessa vez no ramo da mineração de ouro, sob o mesmo regime atroz que vigorava nas outras mineradoras.

Em 1511, Las Casas conheceu o trabalho dos frades dominicanos de denúncia dos massacres contra os ameríndios e passou por uma conversão espiritual. A partir de então, Las Casas libertou seus cativos, renunciou a suas *encomiendas* e passou a pregar contra o regime brutal e servil dos *encomenderos*. Voltando à Espanha, em 1512, Las Casas conseguiu audiência com o rei Fernão de Aragão, que se sensibilizou com os relatos e outorgou-lhe o título de “protetor dos índios”, em 1516, pelo conjunto da obra. Las Casas defendia que a população nativa deveria apenas ser abordada para a catequese voluntária, cabendo à Coroa Espanhola escravizar povos africanos para assegurar mão-de-obra necessária para a empreitada colonial da Espanha.

Com a morte do rei Fernão, o rei Carlos V, em 1520, designou a colônia de Cumaná, situada hoje na Venezuela, para Las Casas colocar em prática todas as suas teorias humanitárias em favor dos indígenas. Em 1522, sua colônia era um retumbante fracasso: não tinha conseguido desenvolver nenhuma atividade produtiva e, durante uma viagem de Las Casas, os nativos assassinaram os colonos espanhóis da missão.

Nesse mesmo ano, Las Casas abandonou a colônia de Cumaná, converteu-se definitivamente à ordem dominicana e fez um longo e perigoso périplo pelas colônias espanholas nas Américas, denunciando as atrocidades da escravização indígena. Nessa empreitada de quase duas décadas, Las Casas pôde estabelecer-se em diversas províncias; em algumas, obteve algum sucesso em convencer os *encomenderos* a mudarem a forma como tratavam os indígenas; porém, de modo geral, foi muito mal recebido, sendo ameaçado e agredido.

Em 1540, regressou à corte, onde foi bem recebido pelo rei Carlos V e pelo papa Paulo III. Em 1543, foi nomeado bispo de Cuzco, no Peru, mas recusou o posto, provavelmente porque antevia a hostilidade com que seria recebido; mas, em 1544, aceitou o bispado de Chiapas, no México, onde ficou por três anos, até ser “expulso” pelos *encomenderos*, que consideravam Las Casas o responsável pelas *Leyes Nuevas*, que entraram em vigor a partir de 1542.

Em 1547, Las Casas voltou para Espanha, recolhendo-se no Convento de São Gregório, na região de Valladolid, onde, entre 1550 e 1551, ocorreria o júri da Companhia das Índias Ocidentais sobre o fundamento moral da colonização espanhola das Américas. Em 1552, seus argumentos seriam consolidados no livro *Brevísima relación de la destrucción de las Indias Occidentales*, cujo título informal ficou *O Paraíso destruído*. Nesse mesmo ano, sua obra foi censurada e Las Casas foi removido para o Convento de Nossa Senhora de Atocha, em Madrid, onde continuou a redigir denúncias não lidas e onde permaneceu até morrer aos 92 anos, em 1566.

Las Casas atravessou o Oceano Atlântico quatorze vezes para tentar convencer a Coroa Espanhola a aplicar os princípios humanitários em seu projeto colonial. Las Casas até venceu algumas batalhas, mas perdeu sua guerra.

Ao se analisar a vida e a obra de Las Casas pela ótica do herói trágico, percebe-se que tudo indicava que sua trajetória pessoal seria a de uma típica vida de um colono bem sucedido. Dono de *encomiendas* de *plantation* e de mineração e capelão militar a referendar as conquistas da Coroa Espanhola (*hamartia*), a reputação de Las Casas (*hybris*) poderia ter conduzido ele para altos postos tanto na Corte Espanhola quanto em Roma. Contudo, ao se sentir tocado pelas denúncias dominicanas, Las Casas decidiu dedicar sua vida à causa indígena. Em um primeiro momento, o prestígio conquistado como *encomendero* e capelão fizeram-no ser ouvido por reis e papas. O fracasso de seu projeto colonial, a hostilidade recebida pelos *encomenderos* em seu périplo e o novo fracasso em seu bispado, obrigaram-no a recolher-se a um convento (*peripeteia*). O júri de Valladolid não decretou formalmente a vitória de Sepúlveda, mas a Coroa e a Igreja já tinham eleito o seu projeto colonial favorito e nada mudaria o fluxo da história (*anagnorisis*). A censura de sua obra e sua reclusão em Madrid até sua morte (*nemesis*) revela a vingança do destino a quem tenta se interpor às tramas da história já traçadas pelas moiras na roda da fortuna.

Os Las Casas deste mundo foram condenados por ingenuidade, por facilitar o mal, por ineficiência. Mas ainda assim têm algo a nos ensinar: certa humildade em nossa correção moral, apoio concreto aos oprimidos e perseguidos, busca constante de um universalismo global que seja verdadeiramente coletivo e, portanto, verdadeiramente global. (WALLERSTEIN, 2007, p. 61)

Embora, o júri de Valladolid não tenha chegado a um veredito, Sepúlveda venceu... continua a vencer... mas não precisa continuar vencendo.

### 3 ULTRATERRITORIALIDADE E GUERRA EXPANSIVA

As condições ecológicas encontradas nos territórios inóspitos onde habitaram os primeiros proto-humanos geraram pressões evolutivas cujas respostas influenciam a etologia humana até os dias atuais. Com a sedentarização do poder e as guerras expansivas, a ultraterritorialidade tornou-se fator decisivo nas formas de organização social. Dentro desse cenário de agrupamentos humanos sedentarizados cada vez maiores, algumas tecnologias sociais, fruto da evolução cultural, foram fundamentais para se estabelecerem controles políticos eficientes: a escrita, a moeda e a disciplina militar.

Este capítulo, ao pesquisar as contribuições de longuíssima duração da ultraterritorialidade, pretende analisar a elevação da guerra a patamar definidor da estrutura política, particularmente a guerra expansiva na formação do sistema interestatal capitalista. Este capítulo pretende, ainda, examinar a relação entre guerra e paz, trazendo um debate ético sobre a paz humanitária levada coercitivamente.

#### 3.1 SOCIABILIDADE, INTELIGÊNCIA E TERRITÓRIO

Foram necessários mais de 3 bilhões de anos de evolução orgânica até surgirem as primeiras espécies multicelulares há 600 milhões de anos. Ainda precisou-se de mais 500 milhões de anos até que alguns desses organismos multicelulares tivessem se convertido em animais sociais há apenas 100 milhões de anos. A sociabilidade não é exclusiva de poucas classes de animais. A dependência neonatal dos filhotes de pássaros e de mamíferos em geral faz com que esses animais sejam minimamente sociais, mas há insetos sociais também, como as formigas, as abelhas e os cupins. (DAWKINS, 2007)

A cooperação desses insetos em suas colônias, embora cheguem a congregar milhões de membros, funciona como se os insetos fossem individualmente células e coletivamente formassem um superorganismo, como um animal gigante (e descontínuo), que formam uma sociedade orgânica por instinto. Essa cooperação eussocial envolve uma divisão de tarefas baseada na morfologia. As rainhas apresentam corpo maior e possuem capacidade reprodutiva, em função de uma nutrição larval diferenciada; as operárias são fêmeas estéreis pequenas, que cuidam da prole e da organização interna do ninho; e as soldados podem ser fêmeas estéreis maiores ou machos, que cuidam do forrageamento e da defesa da colônia. (DAWKINS, 2007)

A sociabilidade profundamente arraigada das formigas não foi resultado de escolhas racionais, mas um processo de cooperação estritamente biológica. A sociabilidade animal não tem por fundamento a inteligência, como pode-se observar pela etologia dos insetos eussociais que formam colônias com milhões de indivíduos, mas possuem apenas gânglios de terminações nervosas muito elementares em suas cabeças, que nem podem ser efetivamente considerados cérebros. O comportamento das formigas é meramente esquemático.

O tamanho do cérebro também não é representativo de inteligência, pois outros animais de grande porte têm cérebros maiores do que o dos humanos e não desenvolveram uma cultura que transcendesse uma estrutura neural de conhecimento vital para a sobrevivência de sua espécie. Esse conhecimento vital é transmitido para seus descendentes pelo órgão neurológico e não pela transmissão cultural. Animais com cérebros grandes ou pequenos desenvolveram grupos sociais com formações tanto simples quanto complexas. (MORRIS, 2015)

A sociabilidade animal não é fruto da inteligência, bem como o comportamento cooperativo ou conflitivo de determinado grupo social também não seria resultado de deliberação mental. O predomínio ou não de características violentas pode ser mera resposta biológica aos imperativos de sobrevivência da seleção natural, assim como a fuga da violência pode ser a estratégia evolucionária mais vantajosa. (MORRIS, 2015)

A sociabilidade e a inteligência são causas insuficientes para explicar um comportamento cooperativo ou conflitivo da espécie. O fator preponderante na conformação etológica cooperativa ou conflitiva seria o território. (MORRIS, 2015)

Embora a sociabilidade seja essencial para a formação de “gânglios” – grupos de indivíduos que cooperam violentamente com o propósito letal de aniquilar o rival –, o conflito entre grupos de animais sociais seria explicado pela disputa por recursos necessários para sua sobrevivência e reprodução. Nos territórios onde há abundância de recursos e escassez de competidores, os animais tendem a adotar comportamentos preponderantemente pacíficos.

Deduz-se que a sociabilidade e a inteligência eram explicações insuficientes para o comportamento competitivo ou cooperativo, o fator central da motivação para grupos de animais sociais competirem violentamente com outros grupos deveria ser o território. A conquista de territórios valiosos, repletos de recursos fundamentais para o sucesso da perpetuação genética, tornou-se a recompensa que tornou a agressão letal a estratégia evolucionariamente estável. É o território, com seus recursos de forrageamento, que também seria o fator fundamental para explicar as especiações de chimpanzés, bonobos e proto-humanos. (MORRIS, 2015)

### 3.2 TERRITÓRIO E COMPORTAMENTO

Em um período glacial anterior ao atual, entre 2 milhões e 1,5 milhão de anos atrás, a Terra estava passando por oscilações climáticas intensas, o que provocou o transbordamento de um enorme lago interior da África, vindo a formar o imponente rio Congo. O rio Congo é o sétimo maior rio do mundo, com 4.700 Km de extensão latitudinal e 1.600 Km de alcance longitudinal; e o segundo maior em volume de água, que desagua no Oceano Atlântico. Suas dimensões extravagantes tornaram-se obstáculo intransponível aos símios que habitavam essa região. A formação do rio Congo isolou geograficamente as espécies proto-pan, que, há 1,3 milhão de anos, passaram por um processo de especiação alopátrica (especiação geográfica): ao norte do rio, os chimpanzés (*Pan troglodytes* ou, vulgarmente, chimpanzés comuns); ao sul, bonobos (*Pan paniscus* ou chimpanzés pigmeus). (MORRIS, 2015)

Na parte norte do rio Congo, os chimpanzés conviviam com os gorilas, três vezes maiores que os chimpanzés e com hábitos alimentares semelhantes: folhas, brotos, frutas, sementes e pequenos mamíferos. Os gorilas, muito mais fortes, competiam com os chimpanzés pelos mesmos alimentos. À primeira vista, uma floresta tropical parece ser repleta de frutos, mas isso não é verdade. Uma floresta tropical dispõe de uma flora exuberante, mas árvores frutíferas são mais raras e dependem de sazonalidade para oferecer frutos, portanto obter frutas com bastante polpa não era uma tarefa fácil para chimpanzés e gorilas. As técnicas de caça (galho ou pedra) dos chimpanzés e dos gorilas são pouco eficientes para obter carne. Fazer da carne parte fundamental da dieta não era estratégico. (MORRIS, 2015)

A pressão por saciedade da fome e perpetuação das espécies privilegiou os indivíduos que deixassem descendentes que tivessem uma digestão capaz de processar uma dieta mais variada. As folhas e os brotos não eram os alimentos preferidos dos chimpanzés e dos gorilas, mas esses alimentos foram fundamentais para essas espécies habitantes da floresta ombrófila tropical do Congo. Para nutrir seus corpanzís, os gorilas precisam recorrer a 6 horas de mastigação diária de folhas e de brotos. (MORRIS, 2015)

Dadas essas questões ambientais e dada a presença desse competidor dominante, os chimpanzés tiveram que se organizar em grupos pequenos e egoístas. A menor quantidade de indivíduos nos bandos de chimpanzés, entre 2 e 12 membros, com predomínio de machos, foi a estratégia evolucionariamente estável de organização social, pois quando encontravam áreas com recursos, esses estoques não contemplariam um bando muito grande de chimpanzés para alimentar. Apesar de viverem em bandos pequenos, os chimpanzés caçam e coletam de forma egoísta. Quando algum chimpanzé encontra comida, os demais membros do bando avançam sobre aquele que conseguiu primeiro acessar o alimento. (MORRIS, 2015)

A reprodução dos chimpanzés reflete esse estado de natureza. As poucas fêmeas do bando se relacionam sexualmente com diferentes machos ao longo do dia. Existe a hipótese de que para garantir a vitória espermática, os chimpanzés desenvolveram testículos desproporcionalmente maiores do que os dos demais símios para assegurar maior quantidade de sêmen, embora isso não assegure a descendência<sup>1</sup>. (MORRIS, 2015)

Além desse comportamento intrabando mais egoísta, os chimpanzés costumam guerrear por territórios abundantes de recursos, usando sofisticadas táticas de *guerrilla* (guerra em pequena escala), como incursão e emboscada. Os chimpanzés também patrulham as fronteiras de seus territórios em busca de potenciais invasores ou de oportunidades de conquista territorial. O resultado dos conflitos letais entre os bandos de chimpanzés, muitas vezes, é o extermínio total do outro bando. (MORRIS, 2015)

As notícias sobre a Guerra Gombe abalaram o mundo da primatologia. As implicações, à primeira vista, eram imensas. Nós, humanos, compartilhamos mais de 98% do nosso DNA com os chimpanzés. Quando duas espécies intimamente relacionadas se comportam do mesmo modo, sempre há uma boa probabilidade de que tenham herdado esse traço de uma espécie ancestral comum. Como só precisamos recuar 7,5 milhões de anos (o que não é muito tempo para um biólogo evolucionário) para encontrar o último ancestral comum de chimpanzés e humanos, a conclusão óbvia parecia ser que os humanos são projetados para a violência. [...]

Dada as similaridades entre as maneiras de os chimpanzés e de os modernos humanos lutarem, podemos fazer algumas especulações razoavelmente seguras. Em ambas as populações, a violência é prerrogativa esmagadora dos machos jovens, que geralmente são maiores, mais fortes e mais raivosos do que as fêmeas e os machos velhos. [...] Machos jovens (humanos e chimpanzés) irão brigar por quase qualquer coisa, sendo o sexo e o prestígio os principais motivos, com os bens materiais vindo em terceiro, bem atrás, e eles têm maior probabilidade de se tornarem homicidas quando se juntam em gangues que superem em número os inimigos.

Os evolucionistas não podem provar neste momento que os humanos e os chimpanzés herdaram a prática da violência letal de gangue masculina do proto-pan [em comum, há 7,5 milhões de anos], mas com certeza essa é a conclusão mais econômica. Se ela estiver correta, devemos provavelmente concluir também que, a partir de cerca de 1,8 milhão de anos atrás, o vínculo de casal tornou a luta menos útil do que cortejar, como estratégia de acasalamento entre os *Homo ergaster*, mas não reduziu seu valor como maneira de lidar com comunidades rivais de proto-humanos. Bonobos, ao contrário, começaram a evoluir em uma direção completamente diferente há 1,3 milhão de anos, já que a solidariedade das fêmeas reduziu as recompensas da violência dos machos em todos os níveis (o vínculo de casal [proto-humano] pode, na realidade, ter reduzido a abrangência da solidariedade de grupo do tipo [das fêmeas de] bonobo entre as protomulheres). (MORRIS, 2015, p. 335; p. 358)

---

<sup>1</sup> Essa hipótese flerta perigosamente com uma causalidade lamarckista, contudo compreender o dimorfismo dos primatas é uma importante seara de pesquisa que precisa ser mais explorada e questionada.

Na parte sul do rio Congo, a espécie de chimpanzé que lá vivia isolada dos seus parentes do norte passou por um processo de especiação alopátrica há 1,3 milhão de anos. Além de separados geograficamente, essa nova espécie *Pan*, os bonobos, não disputavam recursos com os gorilas, pois esses ficaram exclusivamente na parte norte do rio. A comparação fisiológica entre os chimpanzés e os bonobos modernos revela que os bonobos adaptaram uma digestão capaz de se saciarem com folhas e brotos, além de procurarem frutas e carne com mais liberdade do que os chimpanzés. Por não terem que competir tanto no território que ficaram e por terem adaptado sua digestão, os bonobos entre as refeições principais (frutas, sementes ou carne de macacos menores) se saciam com folhas e brotos abundantes em uma floresta. (MORRIS, 2015)

A abundância de recursos, a escassez de competidores diretos (o que não diminui a quantidade de predadores), a digestão adaptada a folhas e brotos e a relativa saciedade da fome permitiram aos bonobos formarem grupos maiores (entre 12 e 20 membros), mais estáveis e com maior equilíbrio na quantidade de indivíduos de ambos os sexos. Normalmente, quando um bonobo macho corteja agressivamente uma fêmea do bando, as demais fêmeas cooperam para agredi-lo e mesmo expulsá-lo do bando. Bonobos machos precisam cortejar as fêmeas para conseguir ter sucesso reprodutivo. (MORRIS, 2015)

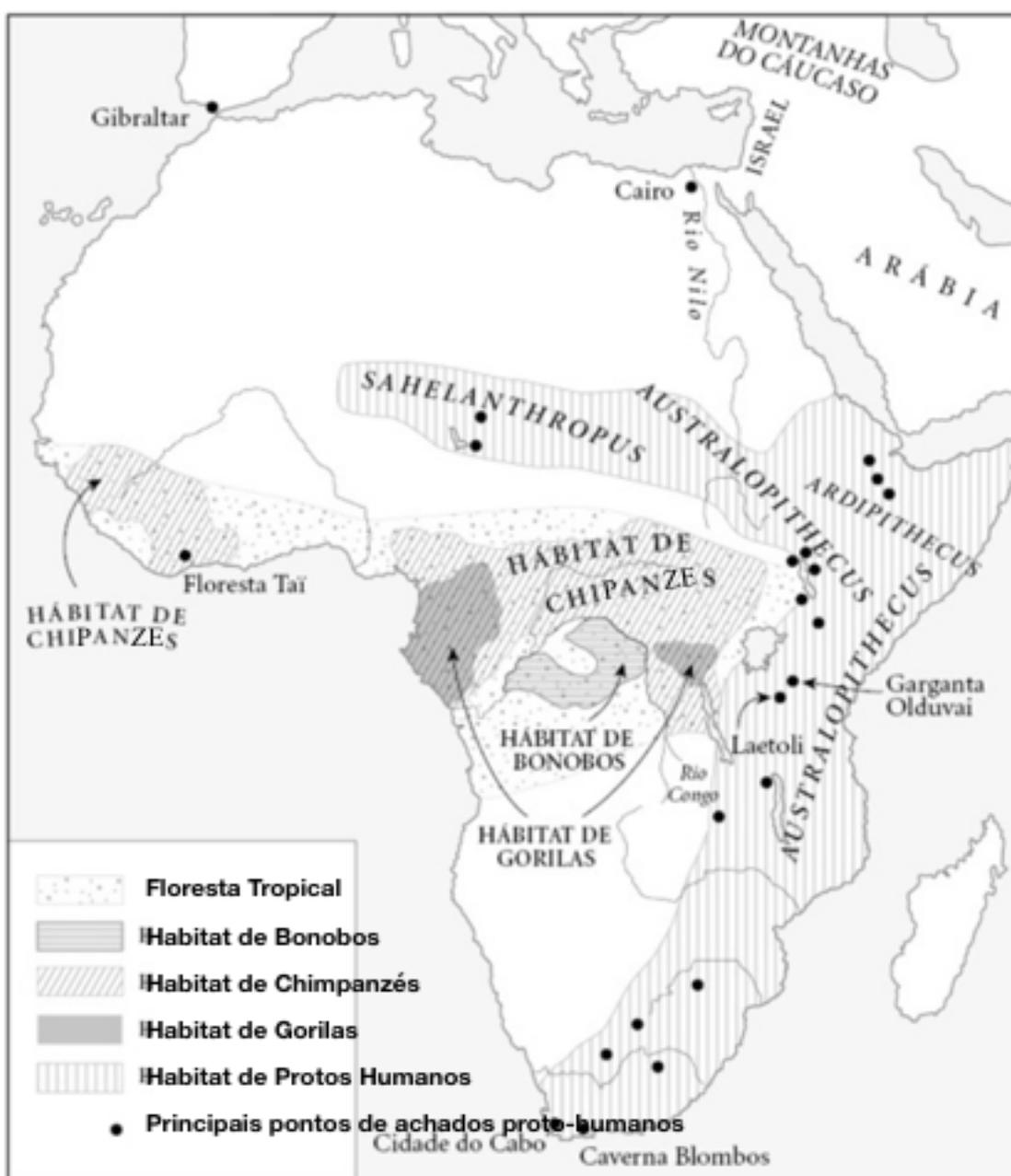
A sororidade entre as fêmeas bonobos é intensa. É comum as mães de machos jovens conseguirem parceiras para os seus filhos pela rede de amizade feminina. Outra curiosidade sobre a sexualidade dos bonobos é a constatação de que, quando ocorre o encontro entre dois bandos de bonobos, habitualmente, há relações sexuais de múltiplas modalidades. “Quase todos os símios partilhavam comida, cuidavam dos pelos uns dos outros [*grooming*] ou faziam sexo – macho com fêmea, fêmea com fêmea, macho com macho, jovens com velhos, com mãos, bocas e genitais, misturando-se indiscriminadamente. Estavam fazendo amor e não guerra”. (MORRIS, 2015, p. 337)

As características geográficas do território ao norte e ao sul do rio Congo parecem ter contribuído decisivamente para que os bonobos (chimpanzés pigmeus) evoluíssem com corpos menores e com modos mais gentis do que os chimpanzés (comuns), que ficaram confinados ao norte do rio Congo competindo com os enormes gorilas. (MORRIS, 2015)

Não foi mencionado até aqui, mas os primeiros proto-humanos, há 6 milhões de anos, ocuparam as bordas inóspitas da grande floresta tropical do Congo. As duras condições geográficas desse bioma periférico gerou uma pressão adaptativa que poderia ter levado à extinção dos primeiros grupos proto-humanos, contudo essa pressão ecológica promoveu uma série de mudanças morfológicas, que caracterizam os seres humanos até hoje.

A figura 3.1 apresenta a distribuição geográfica de chimpanzés e de bonobos, pelas margens dos afluentes do rio Congo; de proto-humanos arcaicos, com fósseis de 6 milhões de anos, nos biomas de savanas e de bosques mistos nas fronteiras da grande floresta tropical úmida; e de proto-humanos modernos, com fósseis de 1,8 milhão de anos, na parte sul do continente africano. Os proto-humanos passaram por uma série de adaptações e de mutações, antes que suas versões anatômicas modernas pudessem encontrar latitudes mais favoráveis ao desenvolvimento de laços sociais mais sofisticados. (MORRIS, 2015)

**Figura 3.1 Distribuição geográfica de chimpanzés, bonobos e proto-humanos**



Fonte: MORRIS, 2015, p. 349 (com adaptação da legenda pelo autor)

Os principais fatores envolvidos na especiação do ramo proto-humano também foram o clima, a geografia e a comida, assim como para os chimpanzés e os bonobos e mesmo para outras espécies animais.

Na longuíssima duração da corrida armamentista evolucionista, foi possível identificar quatro padrões de respostas etológicas comuns nas interações entre as muitas espécies: estratégia *fight, fright, and flight* contra predadores; violência letal contra a caça; violência interpessoal contra indivíduos da mesma espécie; violência coalizacional entre “gangues” da mesma espécie.

Primeiro, a estratégia *fight, fright, and flight* contra predadores é uma reação defensiva instintiva ao constatar a situação de dominância de outra espécie na cadeia alimentar; i.e., um bando de zebras ao avistar um leão prefere fugir a enfrentar o seu predador.

Segundo, a *violência letal* contra a caça é uma reação ofensiva ao reconhecer instintivamente a condição hierarquicamente subalterna de outra espécie na cadeia alimentar; i.e., chimpanzés caçam, usando tocos de madeira, pequenos mamíferos.

Terceiro, a *violência interpessoal* contra outros indivíduos da mesma espécie faz parte da estratégia de competição por energia e por oportunidades reprodutivas entre organismos em coevolução em um dado ambiente ecológico; i.e., leões machos disputando a condição de alfa e o domínio sobre um harém.

Quarto, animais sociais formam “gangues”, coalizões de indivíduos da mesma espécie, que ampliam as vantagens da violência interpessoal e promovem a *violência coalizacional intersocietária* contra “outros” da mesma espécie porém de grupos diferentes (os “estrangeiros”); i.e, bandos de chimpanzés quando avistam outro grupo de chimpanzés tendem a agredir-se mutuamente até a vitória de uma gangue sobre a outra, com a possível aniquilação da gangue rival.

Além dessas respostas comuns de interação social entre animais em disputa coevolutiva, é preciso destacar algumas respostas etológicas específicas de cada espécie da tribo *Homini* nas suas relações com os membros da mesma espécie.

Por herança filogenética, chimpanzés, bonobos e proto-humanos, desenvolveram mecanismos sofisticados de gerenciamento de conflitos sociais intragrupo, contendo a violência individual dentro do seu grupo social e fortalecendo mecanismos cooperativos entre os membros desse grupo; embora, os chimpanzés, pela pressão ambiental por acesso a comida, sejam muito agressivos mesmo dentro dos seus grupos; e os bonobos, pelos mesmos motivos, sejam mais gentis dentro do grupo social a que pertencem. (MORRIS, 2015)

Apesar das diferenças apontadas, é possível notar um comportamento comum de gerenciamento de conflitos sociais intragrupo entre chimpanzés, bonobos e proto-humanos.

É importante enfatizar, também, uma diferença fundamental entre a tribo *Homini* no trato com o “outro semelhante mas de outra comunidade”, o “estrangeiro”. Enquanto os bonobos mantêm relações amistosas com outros grupos de bonobos, ao se encontrarem fortuitamente; chimpanzés e proto-humanos parecem ter seguido um caminho diferente. (MORRIS, 2015)

Chimpanzés e proto-humanos parecem ter desenvolvido um mecanismo de negação de alteridade do “outro semelhante”. O “outro semelhante mas de outra comunidade” é da mesma espécie, não é predador, não é caça, não é membro rebelde do clã a ser enquadrado; o “outro semelhante mas de outra comunidade”, por razões desconhecidas, foge do repertório de respostas etológicas específicas para cada tipo de ocasião de encontro social. O “estrangeiro” recebe o mesmo tratamento que a caça inclusive, os dois tipos sociais acionam o mesmo mecanismo de resposta neurológica de violência letal. Estranhamente, não há um processo de partilhamento de identidade com o “estrangeiro”; pelo contrário, há uma resposta etológica de negação da alteridade do “estrangeiro”, uma pulsão por destruição do “inimigo”.

O reenquadramento da condição de estrangeiro funciona como o artifício etológico voltado para deflagrar respostas do sistema nervoso simpático associadas ao exercício da violência letal, como na caça, e isso não está relacionado, de forma alguma, a qualquer reação defensiva. Chimpanzés são capazes de ignorar a presença de outros primatas potencialmente perigosos, como babuínos, com os quais ocasionalmente disputam alimentos. Esses primatas não pressionam os gatilhos etológicos ligados à violência coalizacional intersocietária, embora sejam uma ameaça em potencial. O babuíno não é o inimigo, mas um chimpanzé pertencente a outra macrounidade social.

Consideremos, assim, a possibilidade desses mecanismos cognitivos de contenção e gerenciamento de conflitos sociais intragrupo (que, na interação entre a consciência transdominial, o inconsciente pessoal e o vasto universo etológico do inconsciente coletivo, chamaríamos de “pensamento ético social humano”) serem uma simpliomorfia [característica compartilhada entre duas espécies em função de um ancestral comum] entre humanos e chimpanzés, sujeitos, é claro, a disrupções de natureza patológica. Da mesma forma, a capacidade do exercício da violência coalizacional intersocietária (com garras, dentes, espadas ou armas nucleares) parece manifestar-se como condição simpliomórfica nas espécies dessas duas linhagens.

O que emerge dessa reflexão como fruto de algo substancialmente apomórfico [característica inovadora de determinada espécie diferente de sua ancestralidade] é a capacidade de *H. sapiens* de dispor de uma ética da guerra, do poder de formular normas abstratas que determinem os limites e os parâmetros do exercício da violência intersocietária e que, em última instância, possam eventualmente culminar na sua negação. (BARREIROS, 2018, p. 44; p.45; explicações a partir das notas de rodapé do texto original)

Chimpanzés, proto-humanos e bonobos desenvolveram comportamento intragrupal semelhante. As três espécies não contavam com um macho alfa, tendo desenvolvido grupos sociais patrilineares com cooperação masculina, cuja estabilidade veio acompanhada do desenvolvimento de mecanismos cerebrais inatos de cognição social, para gerenciar os conflitos internos e para gerir a hierarquia social intrabando.

Todavia, os bonobos criaram estratégias distintas dos chimpanzés e dos proto-humanos na hora de se relacionarem com os outros indivíduos da mesma espécie, porém de um grupo diferente. Enquanto, os bonobos recebiam os “estrangeiros” com cordialidade; os chimpanzés e os proto-humanos criaram a categoria social do inimigo e inventaram o fenômeno sociológico da guerra.

A métrica de diferenciação percentual alélica do DNA das espécies não é a melhor maneira de se explicar diferenças especimais, porque a variação genética precisa se manifestar em mudanças que acarretem transformações fundamentais. Desse modo, o fato de os humanos estarem equidistantes geneticamente de chimpanzés e de bonobos, com uma diferença de aproximadamente 2,0%<sup>2</sup>, poderia não significar muita coisa. Entretanto, esses 2,0% concentraram-se na extensão do tecido do neocórtex e na anatomia do aparelho fonador, que parecem ter sido condições necessárias, embora não suficientes, para acontecer a revolução cognitiva, cujo advento ainda precisou contar com as contribuições do domínio do fogo; do desenvolvimento da cozinha; da adoção de uma nova forma de organização do bando: a família; da pressão ecológica da última era glacial; e da aleatoriedade fundante da evolução biológica. (WAAL, 2007)

Essa equidistância filogenética permitiu diversas aproximações etológicas entre humanos e chimpanzés, mas negligenciaram-se as possíveis afinidades entre humanos e bonobos. O comportamento gentil e simpático dos bonobos com os “estrangeiros”, que não são considerados inimigos *a priori*, talvez se deva à manifestação de algum gene, que já estivesse latente no ancestral comum ao ramo proto-pan, mas que só veio a se manifestar a partir do momento da especiação alopátrica dos bonobos, em um território abundante de recursos e escasso de competidores diretos. A ideia de que o comportamento altruísta extragrupo tenha uma fundamentação pré-cultural e filogenética ainda está no campo especulativo, não havendo evidências suficientes que sustentem essa ideia como uma hipótese científica, o que não impede o exercício intelectual. (WAAL, 2007)

---

<sup>2</sup> Chimpanzés e bonobos distam 1,5% aproximadamente entre si.

O desenvolvimento de uma dimensão ética nas relações sociais com o “outro semelhante”, seja ele “patrício”, seja ele “estrangeiro”, é característica peculiar da espécie humana, em razão de sua idiossincrasia extraordinária: a evolução cultural. (WAAL, 2007) Embora a ética seja uma manifestação da dimensão cultural, não seria equivocado imaginar que a ética pudesse ter sua origem em uma dimensão pré-cultural: inconsciente, arquetípica, mitológica, quiçá filogenética.

Talvez essa capacidade humana de estabelecer relações sociais fundadas na ética seja uma herança filogenética do ancestral comum ao ramo proto-pan e proto-humano. Essa capacidade de ter empatia se manifestou expressamente na gentileza dos bonobos, mas também pode ser identificada, de modo emocional e racional, no aparato normativo de direitos humanos e humanitários, resultado dos esforços racionais iluministas e do longo processo civilizador, possíveis pela evolução cultural humana.

Na impossibilidade de se evidenciar o fundamento humanitário, seja como dimensão pré-cultural, seja como herança filogenética, a tese volta a se concentrar no fundamento material territorial do ímpeto expansionista dos *sapiens*, no qual a sede do poder expansivo levava consigo sua matriz civilizacional, organização social e valores morais, mais tarde convertidos em vontade de universalização humanitária.

### 3.3 REVOLUÇÃO AGRÍCOLA E ULTRATERRITORIALIDADE

Os bandos de caçadores e coletores desenvolveram hábitos distintos dependendo da região em que viviam e dos efeitos sazonais das estações do ano. Apesar de suas idiossincrasias, é possível inferir que os caçadores e coletores desenvolveram hábitos de vida mais satisfatórios do que a rotina dos primeiros agricultores e pastores. Foi preciso muito tempo para que a vida sedentária trouxesse um mínimo de garantia de provisão de recursos. Atualmente, a sociedade é considerada afluyente, no entanto, a abundância produzida não circula equilibradamente, pelo menos 80% da população humana contemporânea vivem como remediados, pobres ou miseráveis.

Os grupos de caçadores e coletores trabalhavam menos horas, tinham uma dieta mais variada e tinham uma sensação de pertencimento social muito maior do que o padrão médio dos cidadãos comuns sem renda fixa e sem perspectiva de herança vultosa. O estilo de vida forrageador foi o comportamento humano típico por 95% do tempo de sua existência, desde o surgimento dos *sapiens* há 200 mil anos. O corpo humano é plenamente adaptado à atividade física forrageadora, embora, hoje, os *sapiens* urbanóides sedentários achem impensável tal nível de intensidade física. (HARARI, 2016)

Os *sapiens* ainda são aptos às longas caminhadas para o deslocamento sazonal; às longas corridas que matavam a caça de exaustão; à dieta omnívora variada; à vida em bandos organizados tanto por hierarquias sociais quanto por núcleos familiares; à vida social plena; a um nível de saúde sem o contágio de tantas doenças, em função da convivência com rebanhos confinados perto das residências e dos assentamentos permanentes com péssimas condições de higiene. (HARARI, 2016)

Enquanto as pessoas nas sociedades afluentes de hoje trabalham, em média, de 40 a 45 horas por semana, e as pessoas nos países em desenvolvimento trabalham 60 ou mesmo 80 horas por semana, os caçadores-coletores que hoje vivem nos habitats mais inóspitos – como o deserto do Kalahari – trabalham, em média, apenas 35-45 horas por semana. Eles caçam apenas uma vez a cada três dias, e a coleta leva não mais do que de três a seis horas diárias. Em épocas normais, isso é suficiente para alimentar o bando. É bem possível que os antigos caçadores-coletores vivendo em zonas mais férteis do que o Kalahari gastassem ainda menos tempo obtendo alimento e matérias-primas. Além disso, eles tinham uma carga mais leve de tarefas domésticas. [...]

A dieta completa e variada, a semana de trabalho relativamente curta e a raridade de doenças infecciosas levaram muitos especialistas a definir as sociedades caçadoras-coletoras como “as sociedades afluentes originais”. (HARARI, 2016, p. 59; p. 61)

Se o estilo de vida forrageador era satisfatório e já era um padrão mental consolidado há centenas de milhares de anos, quiçá milhões de anos se for considerada a experiência proto-humana, por que os humanos tornaram-se gradativamente agricultores e pastores? O clima, o território e a biologia podem ajudar a explicar essa conversão gradual que revolucionou o modo de vida humano: a revolução agrícola. (HARARI, 2016)

O fim do último período de glaciação, há 10 mil anos, fez retrair a espessa camada de gelo que cobria o hemisfério norte e permitiu o refluxo de umidade para o hemisfério sul, revelando solos férteis, pelo menos nas latitudes afortunadas do planeta. Nessas mesmas latitudes, o aquecimento global não apenas fez com que os animais de grande porte entrassem em extinção, como permitiu também que animais de médio porte proliferassem. Alguns desses animais médios foram domesticados pelos humanos, a fim de contribuir nas atividades diárias. (HARARI, 2016)

O aquecimento planetário aumentou a temporada de chuvas e propiciou um clima ideal à proliferação de gramíneas e leguminosas forrageiras nos solos férteis das latitudes afortunadas. Todavia, o consumo desses grãos silvestres não se dava de maneira imediata; a ingestão desses grãos exigia colheita, seleção, moagem, estocagem e cozimento. (HARARI, 2016)

A disponibilidade em abundância de cereais, tubérculos e legumes incentivou os *sapiens* a implementarem novas rotinas em suas vidas forrageadoras estabelecidas, com o desenvolvimento de novas ferramentas e com o estabelecimento de assentamentos temporários para processar os grãos. Ao se deslocar os grãos dos campos para os celeiros improvisados, muitos grãos se desprendiam dos balaios e novas áreas cultivadas surgiram em torno dos acampamentos, aumentando substancialmente a oferta desses alimentos, que precisavam ser processados antes do consumo. Aos poucos, os *sapiens*, em diferentes partes das latitudes afortunadas, passaram a trabalhar nos campos, para semear, cultivar, coletar e processar esses grãos. (HARARI, 2016)

Apesar desse cenário de pretensa abundância, a verdade é que os *sapiens* conseguiram domesticar poucos gêneros agrícolas e raras espécies animais, em pequenas faixas territoriais, chamadas de latitudes afortunadas. (DIAMOND, 2014)

Das milhares de espécies que nossos ancestrais caçaram e coletaram, apenas algumas eram candidatas adequadas para a agricultura e o pastoreio. Essas poucas espécies se situavam em lugares específicos, e esses são os lugares onde as revoluções agrícolas ocorreram. [...]

Mesmo hoje, com toda a nossa tecnologia avançada, mais de 90% das calorias que alimentam a humanidade vêm do punhado de plantas que nossos ancestrais domesticaram entre 9500 e 3500 a.C. – trigo, arroz, milho, batata, painço e cevada. Nenhuma planta ou animal importante foi domesticado nos últimos 2 mil anos. Se nossa mente é a dos caçadores-coletores, nossa culinária é a dos antigos agricultores. [...]

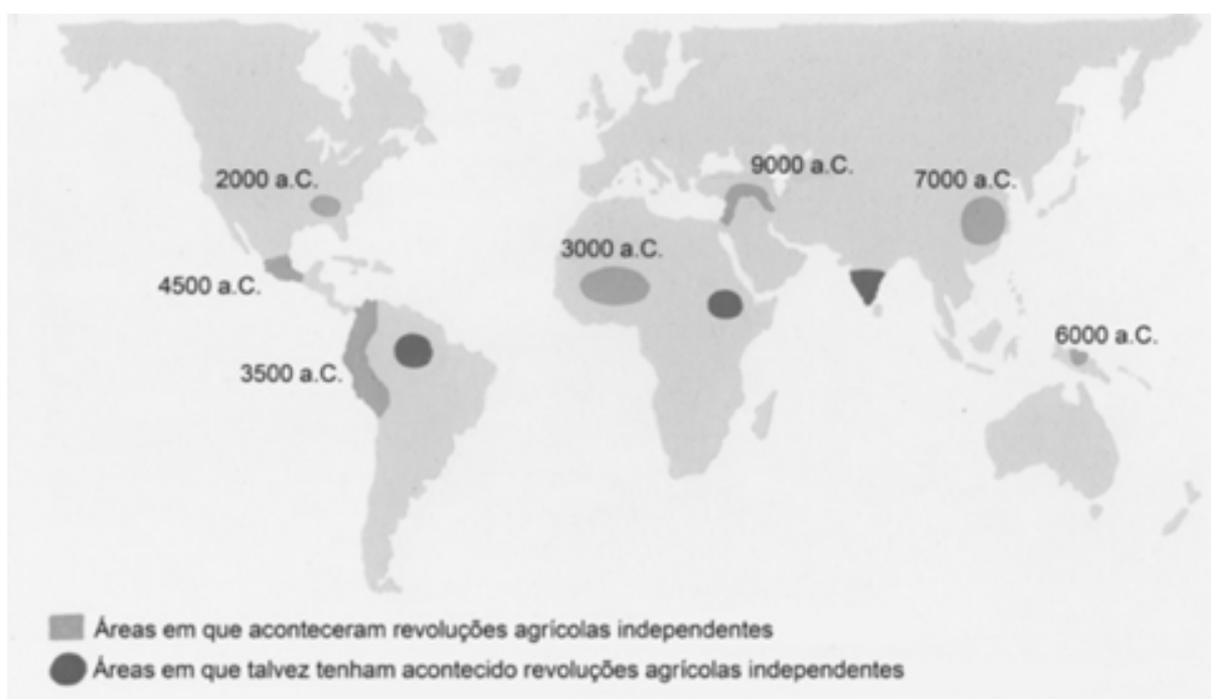
Em vez de pronunciar uma nova era de vida tranquila, a Revolução Agrícola proporcionou aos agricultores uma vida em geral mais difícil e menos gratificante que a dos caçadores-coletores. Estes passavam o tempo com atividades mais variadas e estimulantes e estavam menos expostos à ameaça de fome e doença. A Revolução Agrícola certamente aumentou o total de alimentos à disposição da humanidade, mas os alimentos extras não se traduziram em uma dieta melhor ou em mais lazer. Em vez disso, se traduziram em explosões populacionais e elites favorecidas. Em média, um agricultor trabalhava mais que um caçador-coletor e obtinha em troca uma dieta pior. A Revolução Agrícola foi a maior fraude da história.

Quem foi o responsável? Nem reis, nem padres, nem mercadores. Os culpados foram um punhado de espécies vegetais, entre as quais o trigo, o arroz e a batata. As plantas domesticaram o *Homo sapiens*, e não o contrário. O trigo fez isso manipulando o *Homo sapiens* a seu bel-prazer. Esse primata vivia uma vida confortável como caçador-coletor até por volta de 10 mil anos atrás, quando começou a dedicar cada vez mais esforços ao cultivo do trigo. Em poucos milênios, os humanos em muitas partes do mundo estavam fazendo não muito mais do que cuidar de plantas de trigo do amanhecer ao entardecer. [...] Além disso, as novas tarefas agrícolas demandavam tanto tempo que as pessoas eram forçadas a se instalar permanentemente ao lado de seus campos de trigo. Isso mudou por completo seu estilo de vida. Nós não domesticamos o trigo; o trigo nos domesticou. A palavra “domesticar” vem do latim *domus*, que significa “casa”. Quem é que estava vivendo em uma casa? Não o trigo. Os *sapiens*. (HARARI, 2016, pp. 87-91)

Essas regiões privilegiadas, por concentrarem as condições climáticas e os biomas propícios ao desenvolvimento da agricultura e do pastoreio, incentivaram a sedentarização do poder, a produção de excedentes para garantir alimentos para a população crescente e a incorporação da produção agropastoril da aldeia vizinha. (HARARI, 2016)

A figura 3.2 aponta onde e quando essas regiões passaram por revoluções agrícolas. A área demarcada passa a falsa impressão de que se tratava de uma região com algum comando centralizado ordenando a sedentarização do poder e a produção agropastoril. Na verdade, a conversão dos agrupamentos humanos de caçadores-coletores em agricultores-pastores se deu de modo espontâneo e sincrônico, em determinadas partes do mundo, em uma dada época. (HARARI, 2016)

**Figura 3.2 Locais e datas das distintas revoluções agrícolas**



Fonte: HARARI, 2016, p. 89

A revolução agrícola não foi planejada. No início da sedentarização, os benefícios poderiam se destacar, como proteção contra animais, abrigo contra o frio e aumento da produtividade. O crescente domínio das técnicas agrícolas armou uma cilada em que os *sapiens* passaram a aceitar a trabalhar um pouco mais em benefício de uma pretensa segurança resultante da estocagem de grãos para o consumo no inverno.

Se trabalhassem mais, teriam uma vida melhor. Esse era o plano. A primeira parte do plano correu bem. As pessoas de fato trabalharam mais. Mas não previram que o número de crianças aumentaria, o que significava que o trigo extra teria de ser partilhado entre mais filhos. Os primeiros agricultores também não perceberam que alimentar crianças com mais mingau e menos leite materno debilitaria seu sistema imunológico e que os assentamentos permanentes seriam incubadoras para doenças infecciosas. Eles não previram que, ao se tornar mais dependentes de uma única fonte de alimento, estavam, na verdade, expondo-se ainda mais às desolações da seca. Os agricultores também não previram que, em anos bons, seus celeiros abarrotados atraíam ladrões e inimigos, o que os levaria a construir muros e a ficar de guarda.

Então por que os humanos não abandonaram a agricultura quando o plano saiu pela culatra? Em parte, porque demorou gerações até que pequenas mudanças se acumulassem e transformassem a sociedade, e, a essa altura, ninguém se lembrava de que algum dia vivera de modo diferente. E, em parte, porque o crescimento populacional não deixou outras alternativas aos humanos. [...] Não havia volta. A armadilha estava acionada.

A busca de uma vida mais fácil resultou em muitas dificuldades, e não pela última vez. Acontece conosco hoje. Quantos jovens universitários recém-formados aceitam empregos exigentes em empresas importantes, prometendo que darão duro para ganhar dinheiro que lhes permitirá se aposentarem aos 35? Mas, quando chegam a essa idade, eles têm grandes hipotecas para quitar, filhos para educar, casas em zonas residenciais que necessitam pelo menos dois carros por família e uma sensação de que a vida não vale a pena sem um bom vinho e férias caras no exterior. O que se espera que façam, voltem a arrancar raízes? Não, eles redobram seus esforços e continuam se escravizando.

Uma das poucas leis férreas da história é que os luxos tendem a se tornar necessidades e a gerar novas obrigações. Uma vez que as pessoas se acostumam a certo luxo, elas o dão por garantido. Passam a contar com ele. [E aqui acrescento: quase ninguém está disposto a abrir mão de seus privilégios] (HARARI, 2016, pp. 96-97)

Até o início da Idade Moderna, em 1453, a maior parte da população mundial ocupava apenas 2% da superfície terrestre. Essa diminuta porção territorial tivera sua paisagem alterada pela ação técnica humana: campos cultivados, canais d'água para abastecimento e irrigação, celeiros, currais, pocilgas, galinheiros, vilas, cidades muradas... A maior parte do que se sabe sobre a história aconteceu nesse minúsculo espaço geográfico. (HARARI, 2016)

Apesar dos ideais românticos da vida bucólica no campo, a rotina dos camponeses era intensa de atividades e cheia de ansiedade quanto à suficiência dos estoques de alimentos para o inverno. Mesmo com o labor pesado, os camponeses não conseguiam garantir sua segurança alimentar. As elites que surgiam para gerir os sistemas políticos de larga escala confiscavam o excedente agrícola, deixando os camponeses, muitas vezes, apenas com o mínimo necessário para sobreviverem. Ao fim da Modernidade, em 1789, 90% da população era camponesa. “A história é o que algumas poucas pessoas fizeram enquanto todas as outras estavam arando campos e carregando baldes de água”. (HARARI, 2016, p. 111)

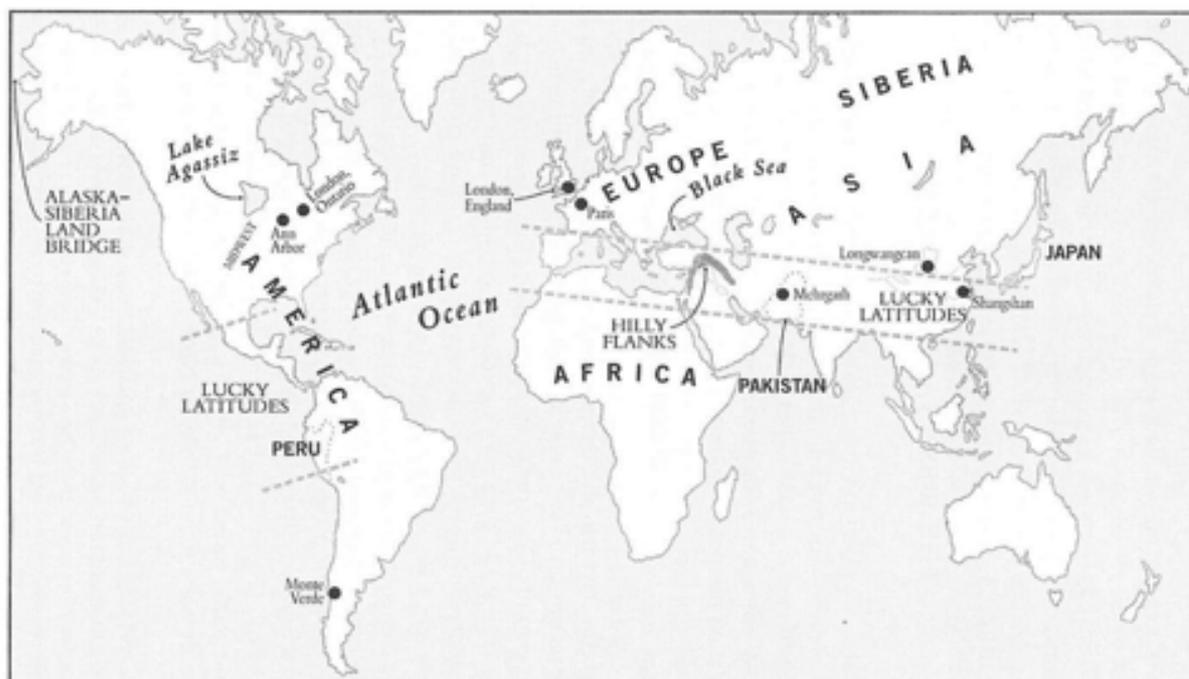
Peter Turchin (2015) cunhou o termo ultrassociedade para designar o fenômeno de aumento da escala populacional e territorial das sociedades humanas. Para efeitos dessa tese, preferiu-se usar o termo ultrassociabilidade para analisar somente os fenômenos da revolução cognitiva, como a sofisticação da linguagem e o surgimento do pensamento abstrato, das narrativas simbólicas e das ordens imaginadas. Essas conquistas cognitivas conferiram o substrato mental que deu aos agrupamentos humanos a condição de ultrassociabilidade.

A tese criou outra chave analítica para examinar o ganho de escala espacial da ação humana: a ultraterritorialidade. Nas latitudes afortunadas, surgiram plantas com sementes que poderiam ser replantadas pela ação humana e apareceram animais de médio porte, mas grandes o suficiente tanto para fornecerem carne, leite, lã e peles quanto para servirem em atividades do campo, quando domesticados. A domesticação implica um processo de seleção artificial do homem a partir da escolha das sementes das plantas que geraram frutos mais suculentos e da seleção dos indivíduos mais dóceis do rebanho, que facilitariam o controle pastoril e a reprodução.

O mundo, observa Diamond, tem cerca de 200 mil espécies de plantas, mas os humanos só conseguem comer 2 mil delas, e apenas umas 200 têm suficiente potencial genético de domesticação. Das 56 plantas com sementes comestíveis pesando no mínimo 10 miligramas, 50 cresceram originalmente nas latitudes afortunadas, e apenas 6 em todo o resto do planeta. Das 14 espécies de mamíferos pesando mais de 45 quilos que os humanos domesticaram antes que a ciência do século XX entrasse em cena, 9 eram nativas das latitudes afortunadas. (MORRIS, 2015, pp. 90-91)

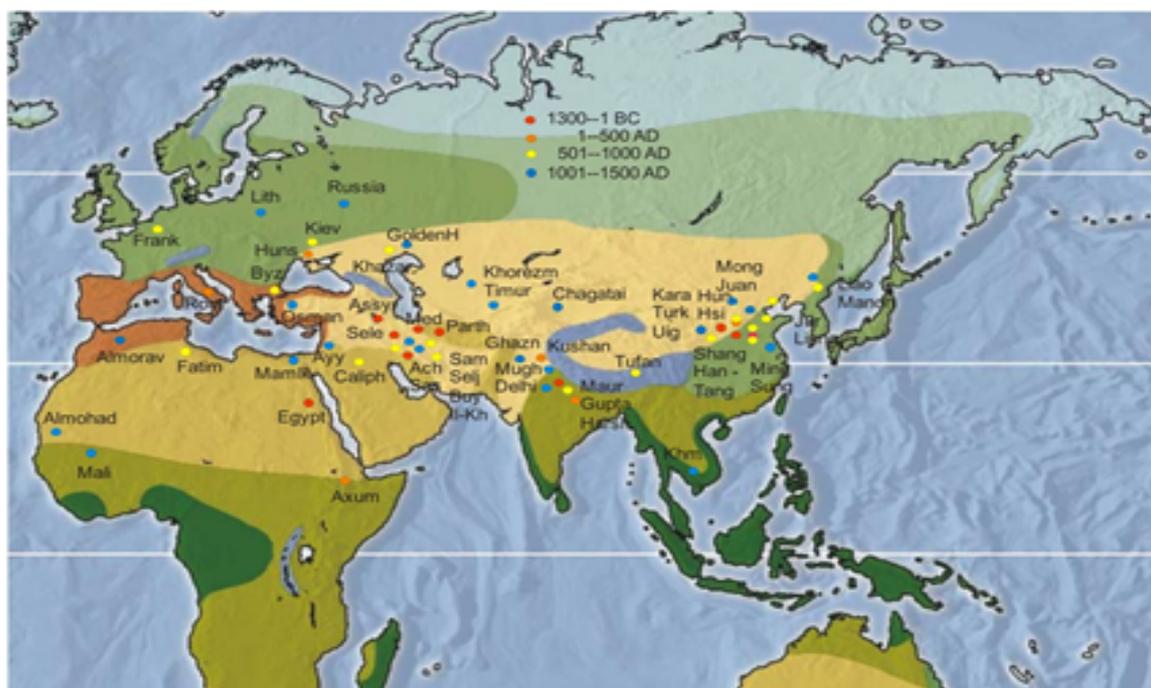
Além das latitudes, deve-se observar o eixo de extensão continental. Os continentes americano e africano têm seu eixo principal de extensão no sentido norte-sul, enquanto a Eurásia, no sentido leste-oeste. “As direções dos eixos afetaram o ritmo da expansão da agricultura e da pecuária, e, possivelmente, também da disseminação da escrita, da roda e de outras invenções” (DIAMOND, 2014, p. 177). Isso se deu porque a semelhança climática dos biomas das pradarias eurásianas ofereceu poucos obstáculos para as migrações e para a replicação das mesmas técnicas agropastoris nas novas áreas ocupadas da Eurásia. O mesmo não pode ser dito dos continentes americano e africano em que, ao longo de seu eixo principal de extensão, há acidentes geográficos quase intransponíveis e mudanças extremas de clima, dificultando o intercâmbio de técnicas e a rápida disseminação de culturas (DIAMOND, 2014). A figura 3.3 apresenta as latitudes afortunadas e a figura 3.4 indica a posição geográfica e o período histórico em que surgiram os primeiros impérios. Ao comparar as duas figuras, percebe-se a gênese de impérios sucessivos ao longo das latitudes afortunadas, particularmente na Eurásia.

**Figura 3.3** Latitudes afortunadas: agricultores, pastores e guerreiros



Fonte: MORRIS, 2015, p. 89

**Figura 3.4** Distribuição espaço-temporal dos megaimpérios na Afroeurásia



Fonte: TURCHIN, 2011, p. 25. As cores de fundo do mapa indicam os grandes biomas mundiais (ocre suave = estepe). Círculos indicam a localização aproximada onde cada império originou-se. [As cores dos círculos indicam o período histórico do aparecimento dos sucessivos megaimpérios entre 1500 aec - 1500 ec].

Peter Turchin (2011) traz a questão da fronteira e da heterogeneidade cultural como elementos importantes para explicar a elevação do patamar de sociabilidade de uma chefatura simples para uma complexa, por exemplo. Da mesma maneira que se tenta compreender as transições evolutivas, ou seja, o aumento do nível de cooperação entre unidades biológicas individuais menores a ponto de formar uma nova unidade maior; também há pesquisas que tentam entender essas transições sociais de unidades menores para unidades com organicidade política efetivamente maior.

Turchin (2011) aponta que os conflitos entre tribos rivais mas que compartilham uma matriz cultural comum podem até gerar metacomunidades, seja pela incorporação dos membros submissos da tribo derrotada, seja pela ascensão de um líder carismático capaz de gerar uma união voluntária entre as tribos. Contudo, em algum momento, esse grupo culturalmente homogêneo aumentado tenderia a se dissolver novamente em grupos menores. Essas metacomunidades não indicariam uma transição ultrassocial.

A interação agonística entre povos fronteiriços, que vivem em regiões culturalmente heterogêneas, tende a acionar gatilhos importantes para a transição ultrassocial. Peter Turchin (2011) está particularmente interessado no resultado do contato entre os povos sedentários nas bordas das pradarias eurásianas e as tribos nômades das zonas áridas que circundam essas estepes. Nessas regiões, as guerras terminavam em saque das colheitas armazenadas, em pilhagem dos bens auferidos, em morticínio generalizado, em estupro das mulheres e em escravidão dos sobreviventes ou sua venda em mercados de escravos. Essas ameaças acionaram gatilhos fundamentais para o aumento definitivo de um patamar de sociabilidade para outro mais ultrassocial. Os conflitos entre grupos culturalmente diferentes têm mais impacto na produção da solidariedade interna do que os conflitos entre grupos culturalmente homogêneos. (TURCHIN, 2011)

E, de fato, Turchin (2009, 2011) estimou que 90% dos megaimpérios – Estados territoriais que chegaram a controlar uma área superior a um milhão de quilômetros quadrados – que se formaram entre 1500 a.C. e 1500 d.C. começaram próximos do (ou no) cinturão árido que percorre a Afro-Eurásia, do Saara até o Gobi. As exceções incluem um Império no Sudeste Asiático (Khmer), um no Leste Asiático (Ming), um na América do Sul (Inca), e três na Europa: o Romano, o Carolíngio, e a Polônia-Lituânia. Assim, há uma forte associação estatística entre a proximidade com as estepes e o nascimento dos megaimpérios. [...]

Uma investigação final de duas regiões mundiais – China e Egito – confirma a correlação entre imperiogênese e estepes (Turchin e Gavrillets, 2009: 183). A China foi unificada 14 vezes entre a Dinastia Shang (séculos XVI-XI a.C.) e o presente (algumas unificações foram parciais). Todas estas uniões – com exceção da dinastia Ming – se originaram no Norte.

Em outras palavras, salvo uma exceção, todas as grandes dinastias da China surgiram na fronteira com a Ásia Interior. O outro lado da fronteira viu surgir uma sucessão de gigantescas confederações de povos nômades como os Hunos, os Turcos e os Mongóis.

Já o Egito Antigo foi unificado por dinastias nativas em quatro ocasiões: Período Arcaico (*circa* de 3100 a.C.), Reino Antigo (2700 a.C.), Reino Médio (2040 a.C.), e Reino Novo (1570 a.C.). Em todos os quatro casos, as dinastias surgiram no Sul do Egito (Hieracômpolis ou Tebas), uma área que há 5000 anos não estava cercada por um deserto sem vida, mas sim por estepes habitadas por povos pastoris como os Núbios e os Medjais. As estepes só se transformaram em deserto perto do final do primeiro milênio a.C., e a partir de então o Egito nunca mais foi unificado por uma dinastia nativa, mas sim por uma sucessão de governantes estrangeiros. Deste modo, novamente vemos uma correlação espacial e temporal entre as estepes e a formação imperial.

Por mais que os Impérios da Europa Ocidental tenham sido exceções ao padrão de associação entre estepes e formação imperial, eles de modo algum fugiram à regra de que “grandes e poderosos Estados surgem nas fronteiras metaétnicas”. Em meados do primeiro milênio a.C., uma fronteira metaétnica se formou no Mediterrâneo, separando os povos da “civilização mediterrânea” (Gregos, Cartagineses, Etruscos e Latinos) dos Celtas “bárbaros”. [...]

Já a próxima rodada de Estados surgiu nas próprias fronteiras do Império Romano. Como vimos no início deste capítulo, no início da Era Comum os povos que viviam para além da fronteira do Reno estavam organizados na forma de tribos de pequena escala como os Queruscas, Catos, Brúceteros e Sicambros. A influência transformadora da fronteira romana fez com que estes povos se amalgamassem em grandes confederações tribais como os Alamanos, os Francos e os Burgúndios. Finalmente, um destes povos, os Francos, conquistou os demais e criou uma confederação imperial. Mais tarde, no século VIII, a dinastia mais bem sucedida dos Francos, a Carolíngia, unificou a maior parte da Europa Ocidental.

Por fim, a última sequência de Estados surgiu nas fronteiras do próprio Império Carolíngio (Turchin, 2006). Quando o Império se enfraqueceu e eventualmente desmoronou, nos séculos IX e X, ele foi invadido pelos Sarracenos no Sudoeste, pelos Vikings no Noroeste, pelos Eslavos no Nordeste e pelos Magiares no Sudeste. Os Estados que se originaram nestas fronteiras, Castela, França, Brandemburgo-Prússia e Áustria, respectivamente, viraram todos Grandes Poderes da Europa. (APPEL, 2017, p. 125; pp. 128-130)

O último império nômade que conseguiu derrotar um império sedentário foi o Império Timúrida, liderado por Tamerlão (1336-1405). Desde então, o acúmulo excepcional de recursos dos povos sedentarizados, especialmente depois do aperfeiçoamento da capacidade tributária, fez com que os reinos sedentarizados se convertessem nas grandes máquinas de guerra dos atuais Estados-nação. Surpreendentemente não foram os megaimpérios sedentarizados que assumiram a vanguarda dessa nova fase de acumulação de poder e de riqueza, mas os pouco expressivos reinos europeus da península ibérica e do noroeste gelado da península europeia. Enquanto os impérios nômades destacavam-se pela impetuosidade, os impérios sedentarizados conseguiram a proeza de disciplinar as tropas. (DARWIN, 2016)

Fator decisivo para os sucessivos aumentos das transições ultrassociais foi o advento da disciplina militar. A disciplina foi a maior revolução em assuntos militares. O aumento da disciplina propiciou uma série de outras revoluções em assuntos militares, como as fortificações; como as táticas de infantaria, de cavalaria e de artilharia; como as técnicas metalúrgicas em ferro, bronze e aço; e como o comando e o controle logístico.

As guerras ancestrais utilizavam técnicas de patrulhamento e de guerrilhas sofisticadas. As emboscadas eram feitas por guerreiros bravos, mas sem disciplina. Disciplina exige crença na hierarquia e os povos antigos eram, normalmente, muito igualitários. As incursões ancestrais poderiam rapidamente ser dissipadas se algum membro do bando invasor avistasse uma ameaça que estragasse o fator surpresa.

Essas incursões de surpresa adequavam-se bem às sociedades da Idade da Pedra. Seu modo de vida relativamente igualitário significava que ninguém podia impor-lhes o tipo de disciplina rígida que mantinha os soldados espartanos em pé, parados, enquanto os persas atiravam-lhes flechas, pois nessas incursões de surpresa ninguém tinha que se expor a tais perigos. Até o último minuto, os agressores [ancestrais] podiam fugir correndo, se descobertos. Quase não havia risco, exceto quanto à quase certeza de que a vila atacada iria contra-atacar – a não ser, é claro, que os invasores matassem todo mundo.

Incursões de represália e contraincursões foram largamente responsáveis pelos impressionantes índices de morte por violência nas modernas sociedades da Idade da Pedra. [...] As incursões chegaram a tal ponto que trechos de terras de quilômetros de largura foram mantidos como zonas de segurança, perigosas demais para morar nelas. [...]

A estratégia de criar zonas de segurança funcionou claramente, mas era um desperdício, e as pessoas devem ter visto que havia uma alternativa. Em vez de abandonar uma terra boa, podiam construir um muro grande o suficiente para manter os invasores fora de suas aldeias. Mas o problema nesse caso é que fortificação requer disciplina e logística, justamente aquilo em que as sociedades da Idade da Pedra são mais fracas. Pior ainda, se a aldeia A consegue se organizar bem o suficiente para construir um bom muro, as chances são que a aldeia B irá simultaneamente adquirir a disciplina e a logística para montar um bom cerco [na lógica da corrida armamentista gerada pela pressão do cerco]. [...]

É muito impressionante, mas as evidências de assentamentos que foram destruídos apesar dos muros que seus residentes ergueram sugerem que a organização necessária para tomar de assalto essas defesas evoluiu tão rápido quanto a organização necessária para erguê-las. [...]

As guerras já não eram mais ataques de surpresa retaliatórios. Os vencedores engoliam os perdedores, criando sociedades maiores. [...]

[Essas sociedades maiores] estavam desenvolvendo estruturas internas mais complexas. Tinha cidades genuínas, com populações que alcançavam dezenas de milhares de habitantes e reis que clamavam descender dos deuses. Com o tempo, bandidos estabelecidos elaboraram códigos de leis, comandaram burocracias, que mantinham registros escritos, cobraram impostos e, como gostavam de dizer, agiram como pastores de seu povo. (MORRIS, 2015, pp. 98-102)

As aldeias ancestrais eram sociedades marcadas pela igualdade material e pela proximidade pessoal com as lideranças, o que estimulava uma disputa interna pelo comando desses grupos. Povos que se mantiveram igualitários podiam evoluir para formas societárias mais complexas, mas as chances de recrudescer para sociedades arcaicas eram enormes. Surpreendentemente, a construção de regimes desiguais, com a ascensão de reis-deuses, comandados de modo despótico, sem piedade com os traidores, possibilitou a conversão de pequenos grupos em sociedades mais complexas. Paradoxalmente, a vida estruturada pela violência assimétrica dentro das organizações sociais maiores era menos caótica do que nas sociedades mais igualitárias. Mesmo na periferia dessas macro-organizações, uma submissão incontestada garantia uma vida mais estável. Mais surpreendente ainda é a preocupação dessas macro-organizações com a aplicação da justiça internamente e mesmo na periferia obediente. (TURCHIN, 2006; 2011; 2015)

A noção de que a força é essencial para conquistar o poder parece coerente, principalmente quando o objetivo for somente saquear e pilhar. Entretanto, para se instituir um governo, a ordem estabelecida deveria equilibrar coerção com aceitação. Faz sentido erigir um sistema de justiça para diminuir a violência dentro do grupo e impedir o caos interno. Faz sentido cobrar impostos dentro do limite do razoável: “os miseráveis da terra quase sempre se revoltam antes que se atinja o ponto no qual já se tenha roubado tudo deles” (MORRIS, 2015, p. 54). Faz sentido o poder central investir em infraestrutura e mesmo bem-estar, dentro da lógica da aritmética do poder<sup>3</sup>, embora “os antigos imperadores não fossem economistas keynesianos, ou seja, não ficavam calculando se um sestércio gasto agora em manter a paz iria render dois sestércios em impostos mais adiante” (MORRIS, 2015, p. 55). No final das contas,

A grande diferença entre o Leviatã e o tipo de bandido que estupra e saqueia é que os governantes são bandidos estabelecidos. [...]  
O autointeresse teve o efeito bem-vindo de tornar os súditos do império mais seguros e ricos. O paradoxo da guerra funcionava a todo vapor. Homens que dominavam a violência construíram reinos, mas, para governá-los, tiveram que virar administradores. (MORRIS, 2015, pp. 54-55).

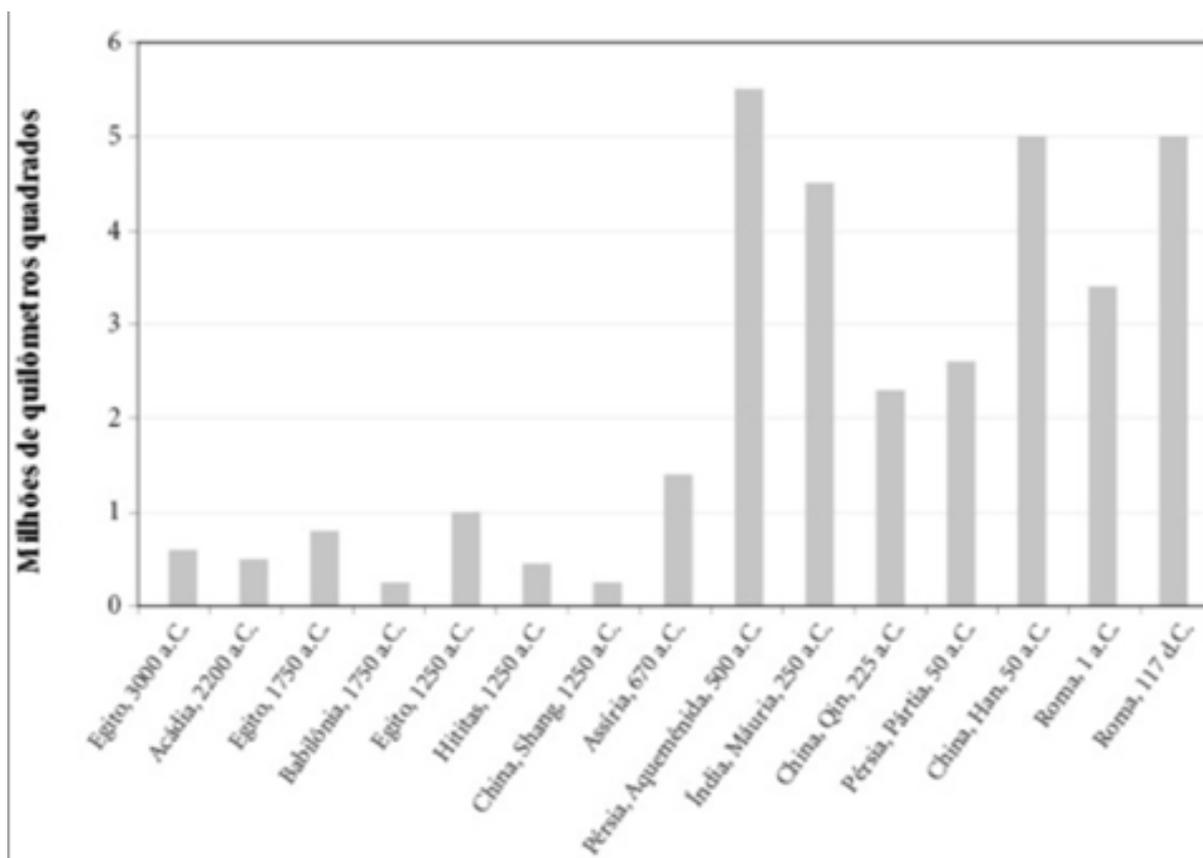
As ameaças de conflitos internos ou de guerras externas contra outros poderes sedentarizados ou mesmo nômades ensejaram a construção de sociedades mais protegidas: a fundação da *polis* surge como uma estratégia de defesa. Com a dimensão ultraterritorial da vida humana nas latitudes afortunadas, a derrota na guerra poderia significar ou aniquilamento ou incorporação submissa e violenta à sede do poder expansivo.

<sup>3</sup> Cf PETTY, William. *Essays on mankind and political arithmetic*. Washington: Franklin Classics, 2018.



Outra constatação de uma possível sincronicidade na longuíssima duração é perceber que a partir do aparecimento das importantes ordens abstratas da era axial, a partir de 800 aec, os agrupamentos humanos alcançaram proporção imperial. As dimensões ultrassocial e ultraterritorial se co-constituem o tempo todo.

**Figura 3.6 A Era Axial e a co-constituição ultrassociabilidade-ultraterritorialidade**



Fonte: MORRIS, 2015, p. 121.

Há 7.500 anos, ou 5500 aec, registraram-se, na Mesopotâmia, as primeiras chefaturas simples, que se caracterizavam por serem sociedades hierarquizadas e com transmissão hereditária do poder, com pouco mais de mil habitantes. Quinhentos anos depois, em 5000 aec, surgem as chefaturas complexas que se diferenciam das simples por apresentarem uma organização administrativa escalonada, impedindo o acesso imediato ao comando central, formando um jogo de alianças por casamento dos herdeiros sucessores dos clãs, podendo abrigar poucos milhares de súditos sob o poder central. (TURCHIN, 2015)

5.000 anos atrás, ou 3000 aec, surgem as primeiras cidades-Estado e Estados arcaicos, com instituições políticas legais, divisão social em classes e organização da produção, com o advento da escrita e da moeda, podendo contar com uma população de centenas de milhares

de pessoas. Pouco tempo depois, macroestados aparecem e atingem a escala de mais de 1 milhão de habitantes, como o Egito Antigo, que produziu, nessa época, as grandes pirâmides de Gizé. (TURCHIN, 2015)

Antes de 1500 aec, as primeiras civilizações fluviais apresentavam, para os critérios globais atuais, alcance geográfico e duração relativamente curtos. Entre 1500 aec e 1500 ec, surgiram os primeiros grandes impérios ultraterritoriais, com um aumento exponencial da dimensão espacial e temporal dos impérios. O Império Han na China, o Império Persa e o Império Romano simbolizam o surgimento dos primeiros megaimpérios, que, mais do que impérios, representavam civilizações, cuja matrizes surgiram durante a era axial, permitindo a coordenação de dezenas de milhões de indivíduos. (TURCHIN, 2015)

A tabela a seguir reúne os dados apresentados anteriormente.

**Tabela 3.1 Ultrassociabilidade em escala**

<b>Escala Social</b>	<b>Tipos de Unidades Políticas</b>	<b>Tempo (maa)</b>
10s	Bandos forrageadores	200
100s	Aldeias agrícolas	10
1.000s	Chefaturas simples	7,5
10.000s	Chefaturas complexas	7
100.000s	Estados arcaicos	5
1.000.000s	Macroestados	4,5
10.000.000s	Megaimpérios	2,5
100.000.000s	Grandes Estados-nação	0,2

Fonte: TURCHIN, 2015, p. 26. Os dados sobre a quantidade de pessoas são aproximados e representam uma escala, e.g., 100s (centenas) significa algo entre 100 e 1.000 pessoas. O tempo é expresso em milhares de anos atrás (maa) e indica quando se registrou pela primeira vez aquele tipo de unidade política.

Há apenas 200 anos<sup>4</sup>, a humanidade tem migrado do campo para as cidades e se organizado em Estados-nação, sob a égide do sistema interestatal capitalista. Esse sistema de Estados conviveu com outros impérios; apenas após o fim da I Guerra Mundial, em 1919, os grandes impérios remanescentes foram desintegrados. Os Estados centrais desse sistema assumiam uma feição meio Estado e meio império. A fachada de igualdade formal entre os Estados somente veio a se materializar depois da descolonização afro-asiática, entre as décadas de 1950 e 1970, quando constituiu-se a atual malha de 200 Estados-nação.

<sup>4</sup> Ou desde 1648, caso se assuma o mito fundador da Paz de Westfália.

O processo de globalização do sistema capitalista só atingiu escala realmente mundial após o fim da Guerra Fria, com a entrada da China, da Rússia e de seus satélites no sistema comercial e financeiro estruturado pelos Estados Unidos. A ideia de um sistema composto por Estados-nação é experiência bem recente e com evidentes casos de fracasso e de permanência de enquadramento centro-periferia de certos Estados “independentes” a centros de poder independentes. Teria a humanidade superado o modelo político imperial?

Construir e manter um império normalmente exigia o massacre cruel de grandes populações e a opressão brutal de todos os que sobravam. O kit padrão de ferramentas imperiais incluía guerras, escravidão, deportação e genocídio. [...] Isso não significa, entretanto, que os impérios não deixam nada de valor em seu rastro. Pintar todos os impérios de preto e condenar todos os legados imperiais é rejeitar a maior parte da cultura humana. As elites imperiais usaram os lucros da conquista para financiar não só exércitos e fortificações como também filosofia, arte, justiça e caridade. Uma proporção significativa das grandes realizações culturais da humanidade deve sua existência à exploração das populações conquistadas. Os ganhos e a prosperidade trazidos pelo imperialismo romano propiciaram a Cícero, Sêneca e Santo Agostinho o tempo livre e os recursos necessários para pensar e escrever [...].

Mesmo se olharmos além da cultura da elite e das artes superiores e focarmos apenas o mundo das pessoas comuns, encontraremos legados imperiais na maioria das culturas modernas. Hoje, a maioria de nós fala, pensa e sonha em línguas imperiais que foram impostas a nossos ancestrais pela espada. A maior parte dos habitantes do leste asiático fala e sonha na língua do Império Han. Independentemente de suas origens, quase todos os habitantes dos dois continentes americanos, da Península de Barrow, no Alasca, ao Estreito de Magalhães, se comunicam em uma das quatro línguas imperiais: espanhol, português, francês ou inglês. Os egípcios da atualidade falam árabe, concebem a si mesmos como árabes e se identificam totalmente com o Império Árabe que conquistou o Egito no século VII e reprimiu com punho de ferro as repetidas revoltas que irromperam contra seu domínio. Cerca de 10 milhões de zulus na África do Sul remetem à era de glória do século XIX, embora a maior parte deles descenda de tribos que lutaram *contra* o Império Zulu e tenha sido incorporada a ele por meio de campanhas militares sangrentas. (HARARI, 2016, pp. 201-202)

Mesmo se fôssemos condenar completamente o legado de um império brutal na esperança de reconstruir e salvaguardar as culturas “autênticas” que o precederam, com toda a probabilidade o que estaríamos defendendo não seria nada além do legado de um império mais antigo e não menos brutal. Aqueles que se ressentem da mutilação da cultura indiana pela Índia Britânica santificam inadvertidamente os legados do Império Mogol e do Sultanato de Délhi. E quem quer que tente resgatar a “cultura indiana autêntica” das influências estrangeiras desses impérios muçulmanos está santificando os legados do Império Gupta, do Império Kushana e do Império Máuria. Se um nacionalista extremo hindu fosse destruir todas as construções deixadas pelos conquistadores britânicos, como a principal estação de trem de Mumbai, o que faria com as estruturas deixadas pelos conquistadores muçulmanos, como o Taj Mahal? (HARARI, 2016, pp. 213-214)

A forma dominante de organização política, desde o fim da última glaciação, foi a crescente centralização imperial, com naturais idas e vindas. As recentes movimentações geopolíticas evidenciam que as placas tectônicas da geopolítica planetária estão se movimentando perigosamente. Durante todo esse processo de aumento de dimensão das organizações sociais houve diversos momentos de intensa fragmentação e reconcentração posterior em maior escala por novo centro de poder.

Será que a experiência nacional está com seus dias contados?

A história é rica de exemplos de sociedades que colapsaram. Embora houvesse fatores externos como catástrofes naturais ou invasões estrangeiras, a maior fonte de crises que colapsam as sociedades são causas intrínsecas: civilizações não são assassinadas, elas se suicidam (TOYNBEE, 1987).

Enquanto houver tempo, faz-se mister o avanço dos debates de ordens abstratas que constroem a ação temerária das grandes potências, principalmente em um *zeitgeist* de recrudescimento da barbárie. Afinal, com o advento das armas de destruição em massa, uma nova guerra expansiva poderia fazer a humanidade retornar para o estágio das guerras ancestrais.

### 3.4 GUERRA ANCESTRAL E GUERRA EXPANSIVA

Há um enorme debate sobre em que momento o uso sistemático da violência pode ser chamado de guerra. A violência interpessoal *per se* não é guerra, é um comportamento natural de muitas espécies para garantir a replicação dos seus genes. (DAWKINS, 2007; BARREIROS, 2018)

O conflito intersocietário violento, comum entre chimpanzés e humanos forrageadores, foi o resultado de uma sociabilidade, etologicamente surpreendente, de formação de bandos patrilineares estáveis com cooperação masculina. Esses bandos patrilineares desenvolveram mecanismos de cooperação e de solução pacífica (pelo menos sem violência letal) de conflitos intragrupo. Nesse grupo patrilinear, sem a presença de um macho alfa destacado, prosperou uma intrincada hierarquia social, tendo surgido diversas formas rituais de reconhecimento do *status* alheio e diversos modos de conter as pulsões biológicas e psíquicas, em benefício da estabilidade dentro do grupo, florescendo uma ética primordial. (BARREIROS, 2018)

O mesmo conjunto de princípios que gerou uma liga coalizacional intragrupo, paradoxalmente, orientou um comportamento social muito violento e letal contra os “estrangeiros”, membros da mesma espécie, mas pertencentes a outros grupos: “similares demais para se ignorar, mas diferentes demais para se tolerar” (HARARI, 2016, p. 27).

A taxa de letalidade e de crueldade<sup>5</sup> dos conflitos intersocietários, característicos de chimpanzés e de humanos forrageadores, era enorme. Por serem um comportamento etológico exclusivo de humanos, proto-humanos e primatas aparentados e por apresentarem extrema violência e letalidade, os conflitos intersocietários podem ser considerados guerra. (KEELEY, 2011; BARREIROS, 2018)

Para efeitos dessa pesquisa, os conflitos intersocietários violentos entre bandos de chimpanzés e de proto-humanos serão categorizados (consciente de todas as implicações da escolha do termo) de guerras ancestrais, que deixaram como legado a criação do tipo social: inimigo; a invenção do fenômeno político: guerra; e a dimensão do controle da violência: ética primordial.

A manifestação mais moderna da guerra aparecerá nos conflitos entre grupos ultraterritoriais (sedentários ou nômades) com recurso à disciplina militar.

Enquanto a guerra ancestral pode aniquilar um bando inimigo para poder ter acesso aos recursos do território ocupado pelo bando oponente, o tamanho limitado do grupo vitorioso impede a incorporação de sucessivos territórios, o que ampliaria sua malha dominial. Já o conceito de guerra expansiva enfatiza a ideia de que, mais interessante do que aniquilar todo o bando inimigo, a melhor solução de um conflito seria incorporar a capacidade de trabalho e a produção agropecuária dos grupos derrotados ao plantel de recursos do grupo vencedor.

Ian Morris (2015) chama isso de “guerra produtiva”, no entanto, a posição sustentada aqui na tese defende que a nomenclatura “guerra expansiva” seja mais coerente com a noção de guerra associada à ultraterritorialidade.

Ao invés da aniquilação, ao longo do tempo, a melhor estratégia para o vencedor se tornou a expansão dos domínios territoriais, materiais e populacionais. Para o perdedor, caberia, em uma dada situação de constatação da derrota, ou assumir uma postura autodestrutiva ou assumir um modo de vida que interessa à potência vitoriosa.

---

<sup>5</sup> Embora crueldade seja um valor subjetivo, parece haver uma base moral comum de entendimento sobre a violência como fim letal para garantir a sobrevivência e a violência para gerar dor ou para produzir elementos simbólicos capazes de aumentar o *status*.

Essa transição do extermínio para o domínio vai ao encontro da definição de guerra por Clausewitz (2005, p. 75): “A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade.”

Após o fim da mais recente Era Glacial, por volta de 9600 a.C., as plantas se multiplicaram loucamente e os animais – incluindo os humanos – se alimentaram delas e se multiplicaram também loucamente. Para todos os animais exceto os humanos, esses bons tempos duraram apenas umas poucas gerações, até que seu próprio número superou o suprimento alimentar aumentado e a fome voltou. Os humanos das latitudes afortunadas, porém, foram capazes de reagir evoluindo culturalmente e domesticando plantas e animais para aumentar seu suprimento de comida. [...]

Os novos cenários concentrados da agricultura tornavam mais difícil que os perdedores do jogo da morte fugissem. Isso transformou a territorialidade em enjaulamento, mas, enquanto o território deu às formigas e aos símios razões para lutar até a morte, o enjaulamento teve efeitos mais complicados em nós. Na verdade, criou uma nova estratégia evolucionariamente estável que tenho chamado de “guerra produtiva”. Essa estratégia recompensou pessoas que aceitavam os sinais de submissão de seus inimigos derrotados em vez de sacrificá-los. A evolução cultural transformou assassinos em conquistadores, que comandaram sociedades maiores, mais seguras e mais ricas. [...]

Não há cidades símias ou império de formigas, porque as comunidades que ficam grandes demais se dividem, mais ou menos como faziam as bolhas de carbono nos oceanos primordiais da Terra. [...] Os humanos, ao contrário, podem se organizar para viver em grupos maiores e mais complexos sem ter que evoluir biologicamente e tornar-se uma espécie animal inteiramente nova.

No mundo enjaulado cada vez mais competitivo, pós-era glacial, das latitudes afortunadas, comunidades maiores geralmente conseguiram ganhar a competição das menores, mas manter grupos grandes juntos exigiu líderes que fomentassem a cooperação interna de modo que o grupo pudesse competir melhor contra gente de fora. Portanto, os Leviatãs tornaram-se parte da estratégia humana evolucionariamente estável.

Uma vez mais podemos ver uma pálida sombra de comportamento humano entre os chimpanzés, que lutam com menor frequência quando vivem em comunidades com um macho-alfa estabelecido do que em bandos onde a hierarquia não está consolidada. E, como fazem os líderes humanos que se tornam bandidos estabelecidos ao buscarem o interesse próprio, os machos-alfa assentados de fato podem ser surpreendentemente imparciais e até altruístas em relação aos fracos. [...]

Construímos sociedades maiores que de tempos em tempos revolucionam seus assuntos militares. Fortificações, armas e armaduras de metal, disciplina, carros de guerra, infantaria equipada com aparatos de ferro, cavalaria, canhões, navios de guerra, tanques, aviões, armas nucleares – a lista segue adiante –, com cada avanço permitindo travar guerras cada vez mais violentas, mas, para competir nesses conflitos, nossas sociedades maiores também tiveram que encontrar maneiras de fazer seus membros cooperarem melhor, o que as levou rumo a bandidos estabelecidos, paz interna e prosperidade. Dessa maneira peculiar e paradoxal, a guerra tornou o mundo mais seguro e mais rico. (MORRIS, 2015, pp. 365-367)

A noção de guerra expansiva tenta dar conta das profundas mudanças trazidas pelos conflitos bélicos que expandem o alcance de poder; que expandem o território (físico ou tributário-monetário); que expandem o sistema legislativo (com a normatização da relação de subalternidade); criando em torno da potência belicosa expansiva uma economia-mundo.

Ao propor o conceito de economia-mundo, Fernand Braudel<sup>6</sup> foi precursor da disciplina economia política internacional. A ideia de economia-mundo relaciona-se aos processos de organização da vida material que se espraiam de uma sociedade para outra, ainda que de forma desigual, e criam uma estrutura comum de trocas materiais e permutas culturais que conformam uma ampla civilização material, como a criada em torno das dinâmicas materiais e sociais dos povos lindeiros ao Mar Mediterrâneo. Esse sistema mediterrâneo, em particular, foi o epicentro do lento processo de formação do sistema interestatal capitalista.

Por um lado, a revolução agrícola e a sedentarização do poder permitiram a produção de excedentes; por outro lado, a fixação dos grupos sociais a uma base territorial tornou a derrota em combate altamente arriscada, em função do alto custo organizacional de implantar uma outra sociedade agrária em outra região próspera, que ainda não estivesse ocupada. O objetivo político de ampliação da base material e populacional da riqueza de um determinado grupo fez da guerra talvez o instrumento político mais valioso para fazer valer os interesses de determinado grupo social, principalmente depois desse relativamente rápido período de ocupação das latitudes afortunadas.

Se antes os grupos sociais estavam limitados pelos laços de confiança pessoal, que comportavam grupos de no máximo 150 indivíduos; após a criação de ordens abstratas, os grupos sociais foram paulatinamente se expandindo numericamente, com base nessa cooperação imaginada, gerando organizações humanas ultrassociais.

A principal conquista das ordens abstratas foi conseguir fazer com que os indivíduos do grupo acreditassem que valeria a pena morrer por uma causa maior. Em nome dessa causa maior, que preexiste a sua existência e continuará existindo mesmo depois da sua morte, valeria a pena se submeter a um regime de disciplina militar, que pode obrigar as pessoas a irem, em benefício dessa causa maior, ordenadamente para o sacrifício.

---

<sup>6</sup> Cf BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: Edusp, 2016.

Se a revolução agrícola e a sedentarização do poder permitiram a produção de excedentes e o vínculo populacional a uma base territorial; após o advento da guerra expansiva, na qual o extermínio não era mais o objetivo principal *a priori*, a potência bélica expansiva conferiu uma dimensão ultraterritorial para o sistema político e para o modo de produção que essa potência estava irradiando a partir do seu centro de poder.

As ordens abstratas conferiram uma magnitude ultrassocial aos agrupamentos humanos, tanto quanto as guerras expansivas atribuíram uma grandeza ultraterritorial para as sociedades particularmente, as sedentarizadas nas latitudes afortunadas. Parte essencial das dimensões ultrassociais e ultraterritoriais da vida humana foi o desenvolvimento da escrita e da moeda.

### 3.5 ESCRITA E MOEDA

A empatia, a cooperação e a moralidade serviram tanto para reforçar a identidade coletiva do grupo a que se pertencia quanto para negar a humanidade do “outro”. Em algum ponto, outros desenvolvimentos humanos ampliaram a coesão interna para além da tribo original a que se pertencia, alcançando uma dimensão territorial e populacional inédita para os primatas. A sofisticação da linguagem, o incremento de tecnologias como a escrita e a moeda, o desenvolvimento da civilização, com suas religiões, criaram mecanismos aglutinadores extraordinários para o sucesso de determinadas sociedades.

As grandes sociedades encontradas em algumas outras espécies, como formigas e abelhas, são estáveis e resilientes, porque a maior parte das informações de que necessitam para se sustentar está codificada no genoma. A larva de uma abelha melífera pode, por exemplo, crescer para se tornar rainha ou operária, dependendo de com que é alimentada. Seu DNA programa os comportamentos necessários para qualquer papel que ela possa vir a desempenhar na vida. As colmeias podem ser estruturas sociais muito complexas, contendo muitos tipos diferentes de abelhas-operárias – tais como campeiras, nutrizas e faxineiras. Mas, até agora, os pesquisadores não conseguiram identificar abelhas advogadas. As abelhas não precisam de advogados, porque não existe o risco de elas esquecerem ou tentarem violar a constituição da colmeia. As rainhas não roubam das abelhas-faxineiras seu alimento e nunca entram em greve exigindo melhores salários.

Mas os humanos fazem coisas desse tipo o tempo todo. Uma vez que a ordem social dos sapiens é imaginada, os humanos não conseguem preservar as informações cruciais para administrá-la simplesmente fazendo cópias de seu DNA e transmitindo estas a seus descendentes. É preciso fazer um esforço consciente para sustentar leis, costumes, procedimentos e maneiras, do contrário, a ordem social rapidamente entraria em colapso. (HARARI, 2016, pp. 127-128)

As atividades rotineiras de caçadores e coletores não lidavam com um volume expressivo de informações quantitativas. A ultrasociabilidade e, especialmente, a ultraterritorialidade exigiram dos governantes o levantamento de dados sobre a base populacional e sobre a produção, para definir as estratégias para seu grupo. (HARARI, 2016)

Entre os anos 3500 e 3000 a.C., alguns gênios sumérios desconhecidos inventaram um sistema para armazenar e processar informações fora do cérebro concebido especialmente para lidar com grandes quantidades de dados matemáticos. Com isso, os sumérios libertaram sua ordem social das limitações do cérebro humano, abrindo caminho para o surgimento das cidades, reinos e impérios. O sistema de processamento de dados inventado pelos sumérios é chamado “escrita”. [...]

Os habitantes da Mesopotâmia passaram a querer registrar coisas que não apenas os monótonos dados matemáticos. Entre 3000 e 2500 a.C., mais e mais símbolos foram acrescentados ao sistema sumério, transformando-o progressivamente em um sistema de escrita completo que hoje chamamos de cuneiforme. Em 2500 a.C., reis usavam a escrita cuneiforme para emitir decretos, sacerdotes a usavam para registrar oráculos e cidadãos menos elevados a usavam para escrever cartas pessoais. Aproximadamente na mesma época, os egípcios desenvolveram um sistema completo chamado escrita hieroglífica. Outros sistemas de escrita completos foram desenvolvidos na China por volta de 1200 a.C. e na América Central por volta de 1000 – 500 a.C. [...]

A Bíblia hebraica, a Ilíada grega, o Mahabharata hindu e o Tipitaka budista, todos começaram como obras orais. [...]

Os antigos escribas aprendiam não só a ler e escrever como também a usar catálogos, dicionários, calendários, formulários e tabelas. [...]

No cérebro, todos os dados são associados livremente. [...]

Para funcionar, as pessoas que operam tal sistema de gavetas devem ser reprogramadas para parar de pensar como humanos e começar a pensar como escriturários e contadores. [...]

A livre associação e o pensamento holístico deram lugar à compartimentalização e à burocracia. (HARARI, 2016, p. 130, pp. 134-135, pp. 137-138)

O desenvolvimento da escrita permitiu expandir o controle efetivo da organização política tanto quanto a criação da moeda possibilitou a expansão das atividades econômicas. Assim como a escrita, a moeda também surgiu na Suméria, há 3 mil anos. No entanto, o dinheiro sumério era a sila de cevada, que funcionava como unidade de conta, mas tinha algum valor intrínseco, tinha pouca circulação e não se prestava à tributação. Nessa mesma época, na Mesopotâmia, houve um progresso extraordinário para a história da moeda: a arbitragem do siclo de prata (8,33 gramas de prata) como moeda de referência proclamada pela autoridade política. A primeira moeda cunhada somente vai surgir em 640 aec, na Lídia, mas revelou um padrão imitado até hoje: cara e coroa. Em um lado, o valor de face da moeda; do outro lado, a silhueta do rosto da autoridade soberana.

A tradição metalista apresenta o surgimento da moeda como um bem público capaz de funcionar como meio de troca para facilitar as transações comerciais, para viabilizar o desejo humano de adquirir os bens que não possui, devendo a autoridade política apenas garantir a circulação da moeda dentro do território estatal; a padronização da moeda, por meio da cunhagem por ourives certificados; e a eficácia do papel moeda, como substituto provisório das moedas metálicas, nas transações que envolvessem grandes somas. Essa tradição tende a enfatizar um caráter evolutivo da moeda como meio de troca, ao destacar, inicialmente, a superação do escambo pela eleição consensual de uma moeda-mercadoria capaz de funcionar como moeda de troca; e, depois, a escolha técnica dos metais preciosos como essa moeda de troca, em razão de seus atributos naturais, o que vai gerar o padrão metálico das moedas, neutro e acessível a todos os agentes econômicos. (METRI, 2014)

É necessário desconstruir certas premissas da tradição metalista, que enfatiza a função de meio de troca da moeda, e apresentar os argumentos da tradição cartalista, que destaca o caráter de unidade de conta da moeda proclamada pela autoridade política competente.

A ideia de escambo, de trocas materiais diretas, pressupõe que o produtor do bem A necessita de certa quantidade do bem B, enquanto que o produtor do bem B também necessita de certa quantidade do bem A. Quando ocorresse essa situação de desejos coincidentes, então a transação comercial seria efetivada; caso contrário, se o produtor de A não tivesse interesse em B ou produtor de B não tivesse interesse em A, então a transação não seria possível. Como dificilmente haveria esses desejos coincidentes, os produtores sentiram a necessidade de obter algum meio de troca comum aos outros produtores que viabilizasse as transações comerciais.

A hipótese de que o escambo foi a opção comercial realmente efetiva para um contingente populacional expressivo em algum momento parece refutável pela constatação de que esses desejos coincidentes dificilmente aconteceram em qualquer tempo histórico. É possível imaginar mecanismos de coletivização da produção em pequenas comunidades, mas uma lógica mercantil com base no escambo parece infundada. Nesse sentido, a existência da moeda no meio social não seria a evolução de uma prática primária de escambo, mas um instrumento econômico presente na vida social desde as primeiras civilizações, pois há evidências da presença da moeda na vida cotidiana das pessoas há milhares de anos e não porque a moeda fosse um facilitador das trocas, mas por imposição do poder político central (METRI, 2014).

Seguindo a linha argumentativa da tradição metalista, o produtor do bem A não mais tentaria trocar seu bem diretamente com o produtor do bem que ele deseja, mas buscaria trocar seu bem pela mercadoria eleita como forma de moeda. Essa moeda-mercadoria, *exchange-commodity*, poderia ser qualquer mercadoria, poderia ser frango, por exemplo. É de se imaginar que todos os produtores gostariam que seus produtos virassem a mercadoria de referência para todas as demais trocas comerciais, pois suas mercadorias teriam valor não apenas em razão de sua necessidade de consumo, mas também, e principalmente, por ser o meio de troca que toda a sociedade buscava para operar economicamente. (METRI, 2014)

A escolha dessa mercadoria não define apenas o meio de troca comum a todas as transações comerciais, mas define também o equivalente geral de preços, a expressão do valor de todas as outras mercadorias. Quando se imagina um mercado simples com apenas 100 bens sendo transacionados, seria possível estabelecer 4.950 taxas de trocas bilaterais com base em preferências subjetivas (METRI, 2014).

A teoria cartalista da moeda sustenta, considerando a maior complexidade dos mercados reais, que seria pouco provável imaginar o surgimento espontâneo de uma unidade de conta, a partir da harmonização dos interesses dos diversos agentes econômicos na busca desinteressada pela definição de um bem público capaz de funcionar como meio de troca e unidade de conta para todas as atividades econômicas. É mais crível imaginar que um agente político, detentor de um aparato coercitivo, tenha imposto uma unidade de conta, em função da qual os produtores precificariam suas mercadorias.

Outra inferência cartalista possível é a de que a moeda só é capaz de funcionar como meio de troca, como meio capaz de liquidar uma transação, porque essa transação foi precificada pela unidade de conta previamente definida pela autoridade competente. Há evidências históricas da antecedência ontológica da moeda como unidade de conta em comparação com sua função como meio de troca. (METRI, 2014)

Os metalistas explicam a eleição dos metais preciosos como meio de troca privilegiado em função de suas qualidades intrínsecas de raridade, durabilidade, divisibilidade e portabilidade, tendo seu valor definido em razão da pureza e do peso metálico. Os metalistas defendem uma aplicação rigorosa do padrão-ouro, com a cunhagem de moedas plenas de ouro ou com papel-moeda totalmente lastreado em moedas plenas de ouro. Para os metalistas, a necessidade de expansão dos gastos públicos não poderia justificar a emissão de moedas aviltadas, ou seja, a diminuição do conteúdo metálico do corpo da moeda, a fim de produzir mais moedas sem aumentar a quantidade de ouro em estoque. (METRI, 2014)

É possível imaginar que a autoridade política tenha sustentado, por algum tempo, uma moeda lastreada em metal precioso. No entanto, em algum momento, em virtude da necessidade de expansão dos gastos públicos, a autoridade política deve ter decidido expandir o seu estoque de metal precioso, incorporando um novo metal a esse estoque. Assim, as unidades de conta que antes eram estabelecidas, por exemplo, em *pounds* de cobre deveriam ser liquidadas com onças de prata, de acordo com uma taxa de conversão estabelecida pela autoridade política, que tem o poder para reescrever as dívidas que antes eram reais, mas que tornam-se meramente nominais, a partir dessa decisão política de expansão de seu estoque metálico com a imposição de uma taxa de conversão, assim, o valor nominal da moeda não decorreria do seu conteúdo metálico (METRI, 2014).

Como a organização da vida material da sociedade requer a produção de excedentes para os grupos sociais que assumem funções burocráticas, militares ou técnicas, ou seja, para os grupos não diretamente associados à esfera da reprodução da vida material; a autoridade política soberana, por meio dos instrumentos de coerção, estabelece um sistema tributário para forçar a produção de excedentes e para captar esses recursos não apenas para reprodução da vida material da sociedade, mas também para atender a demandas de sobrevivência daquela sociedade, diante da ameaça de seu povo se tornar parte submissa de uma outra organização política interessada na sua capacidade produtiva.

A fim de garantir a segurança de seu povo e a soberania do seu governo, a autoridade política central precisa construir um aparato de defesa, o que exige a coordenação das capacidades internas em torno desse objetivo comum: a sobrevivência. Os recursos exigidos para tal empreitada deveriam vir de um esforço coletivo para a produção de excedentes, que seriam extraídos da população através dos tributos. Em nome da segurança e do bem-estar, a autoridade política exerce seu poder para impor a condição de devedores aos seus súditos. A imposição da tributação cria um débito forçado para o súdito, que deve, a partir de então, buscar obter créditos para quitar o débito do tributo. O governo impõe uma condição inicial de devedores aos súditos e, por meio das encomendas governamentais para o sistema de defesa, distribui os primeiros créditos da moeda que proclamou como válida.

Nesse sentido, o mercado se estabelece não como um local de trocas de bens para atender às demandas individuais de consumo, mas como um espaço para se compensar créditos e débitos, particularmente para acumular créditos a fim de compensar débitos futuros, especialmente os débitos impostos pelos tributos impostos pela autoridade política (METRI, 2014).

Toda transação econômica não representa a permuta de uma mercadoria (ou serviço) por um meio de troca (uma moeda), mas, sim, a troca de uma mercadoria (ou serviço) por um crédito, isto é, por um direito a receber, por um haver. Para o autor, todas as transações baseiam-se em relações de débito-crédito. Nem se faz necessária a participação de um meio de troca sonante para que as transações ocorram, pois podem ser concretizadas com base apenas no reconhecimento comum das obrigações (dívidas) assumidas. Na carência de um meio de troca, não é provável nem lógico que as transações deixem de acontecer, ou que o escambo "reapareça" como solução à sua escassez ou inexistência (METRI, 2014, p. 41)

As moedas são, no Cartalismo, evidências de dívidas, que permitem relações de débito e de crédito e que estão em permanente compensação tanto na relação entre a autoridade política e os indivíduos quanto na relação comercial entre os agentes privados. Para que as trocas sejam efetivadas, é necessário que as dívidas sejam definidas em função de uma unidade de conta específica. “Toda unidade de conta, inclusive a monetária, é denominação arbitrária, um padrão abstrato de medição, que, no caso da moeda, serve para mensurar débitos e créditos (abstrações também), assim como o valor das mercadorias e serviços” (METRI, 2014, p. 43).

Moedas são direitos de crédito para compensar deveres de débito. Quem recebe a moeda precisa confiar que esses créditos recebidos poderão liquidar dívidas futuras e precisa que o raio de circulação desses créditos possa alcançar os produtores dos bens que lhe interessa, ou seja, que essa moeda seja a referência de uma comunidade de negócios mais ampla. (METRI, 2014)

O alcance do poder coercitivo da autoridade política determina o alcance do seu poder tributador; portanto, até onde suas fronteiras políticas garantirem a proteção militar de seus súditos também irão os limites de alcance de seu poder de tributação sobre os mesmos.

A moeda emitida pela autoridade política para pagar suas compras governamentais é liquidada pela mesma moeda que exige como meio de pagamentos para os tributos impostos aos súditos. Assim, a tributação de todas as pessoas dentro de um território vai fazer com que todos os súditos desejem receber na moeda emitida pelo governo, a fim de liquidar seus débitos com o governo, que detém o poder coercitivo para tomar os bens que julgar necessário para quitar o débito criado pelo próprio governo. (METRI, 2014)

Em suma, o poder de estabelecer a posição devedora a toda a coletividade assenta-se no domínio dos instrumentos de violência e de coerção física. Este é o centro da relação constitutiva e originária entre os poderes políticos e suas respectivas moedas; entre os mecanismos de tributação-monetização e os desafios postos, não pelo mercado, mas pelas guerras de que participavam e promoviam os senhores das armas. (METRI, 2014, p. 85)

Desse modo, segundo a teoria cartalista da moeda, o governo tanto arbitra a unidade de conta quanto hierarquiza o sistema monetário, ao proclamar a sua moeda como o meio de pagamento válido para liquidar as posições passivas tributárias dos súditos com o governo, promovendo o reconhecimento social generalizado de sua moeda.

Segundo Innes, as pessoas preferem usar as dívidas emitidas pelo governo para realizar suas “compras” do que emitir dívida própria, pois sua aceitação está garantida pelo mecanismo de tributação generalizada. No caso, a tributação é justamente a forma pela qual o governo liquida seus débitos emitidos. O governo não precisa participar necessariamente de nenhum tipo de atividade econômica para auferir os créditos de que carece para compensar seus passivos emitidos. A tributação cumpre essa função. [...] Em resumo, o que garante a aceitação ampla das moedas emitidas pelo governo, inclusive papel-moeda e moedas cunhadas em metal, é a extensão das atividades do governo, sobretudo as relacionadas à cobrança de impostos. A tributação é o mecanismo pelo qual o governo resgata suas obrigações emitidas. Diferentemente dos demais atores da economia, que são obrigados a participar da atividade econômica de alguma forma para obter créditos que lhes permitam compensar seus débitos, o governo utiliza-se dos impostos para viabilizar a compensação de seus débitos. (METRI, 2014, pp. 46-47)

Como toda a sociedade quer operar com o meio de pagamento criado pela autoridade política, em razão da necessidade de liquidação das dívidas tributárias, a moeda estatal terá seu reconhecimento social generalizado não apenas nas relações dos súditos com o poder público, mas também na comunidade privada de negócios (METRI, 2014).

Do ponto de vista geral, Knapp pôs ao centro de sua teoria monetária a dimensão do poder. O fator decisivo para a criação de um padrão monetário de valor é a capacidade de a autoridade central impor a condição de devedor de tributos ao conjunto da coletividade sobre a qual exerce poder e dominação. Sua decisão relevante é sobre qual evidência de dívida aceita em seus guichês para recebimento de impostos e usa em seus pagamentos. Dessa forma, cria a mais importante comunidade de pagamentos dentro do seu território, garantindo a si o poder de escrever e, de tempos em tempos, reescrever a unidade de conta, quando lhe é conveniente. Ademais, tal feito lhe assegura o poder de determinar o reconhecimento social do meio de pagamento. Assim, hierarquiza o sistema monetário válido em seu território político, em cuja base está sua moeda. (KNAPP apud METRI, 2014, p. 70)

Dessa forma, o poder político não apenas garante a faculdade de arbitrar a unidade de conta do sistema e de promover o reconhecimento social do meio de pagamento, como também hierarquiza o sistema monetário válido dentro do espaço em que exerce a dominação, em cujo topo estão as evidências de dívidas aceitas por ele na liquidação das posições passivas tributárias criadas sobre seus súditos.

Se toda moeda é crédito (evidência de dívida), por outro lado, nem todo crédito é moeda. O conceito de moeda se restringe apenas às evidências de dívidas aceitas para o pagamento de tributos e às evidências de dívidas usadas pela autoridade central para fazer seus pagamentos. Portanto, moedas são dívidas da autoridade central usadas por ela em seus pagamentos e que têm a capacidade de compensar posições devedoras de tributos por ela criadas.

De novo: se toda moeda é crédito, nem todo crédito é moeda. O valor de uma moeda depende tanto da aceitação da autoridade do emissor quanto do tamanho da comunidade de pagamentos que ela é aceita. Embora os bancos também possam emitir notas bancárias como evidências de dívidas com alguma aceitação nos mecanismos de compensação privada, essas notas bancárias não podem ser usadas para quitar as posições passivas dos súditos com a autoridade política e essa necessidade de ser aceita como forma de pagamentos dos tributos faz com que os bancos emitam suas notas de crédito com a unidade de conta definida pela autoridade política soberana. (METRI, 2014)

As moedas de emissão privada, com destaque para a bancária, também podem liquidar transações, circulando assim simultaneamente com a moeda estatal. Podem vir a se tornar moedas representativas, quando a autoridade central se vale de sua prerrogativa para declará-las como um meio aceitável na liquidação de obrigações. (METRI, 2014, pp. 75-76)

Segundo a tradição monetarista-metalista, a moeda teria surgido como meio de trocas para facilitar as transações comerciais, e os metais preciosos teriam sido consensualmente escolhidos como a mercadoria que serviria de equivalente geral de preços e de unidade de conta. Para que esses metais preciosos pudessem funcionar como moeda fiduciária, cujo valor decorre da confiança do público depositada nela, era necessário que as moedas metálicas tivessem uma certificação de peso e de pureza conferida por um ourives outorgado pelo poder público.

Os monetaristas comparam a moeda de referência internacional como um bem público semelhante aos idiomas, ou seja, um facilitador das trocas à disposição de qualquer agente econômico. Da mesma forma que o idioma italiano e os ducados venezianos já foram as referências no comércio mediterrâneo; atualmente, o idioma inglês e o dólar são as referências no mercado global (METRI, 2014).

Embora, nessa visão idílica, a moeda de referência internacional fosse algo desejável, buscada pelas demais autoridades políticas, a fim de reduzirem os custos e de facilitarem as transações comerciais e financeiras internacionais; somente a partir da segunda metade do século XIX, foi possível notar a ascensão de uma moeda realmente internacional: a libra esterlina, não à toa, a moeda do maior império à época: o Império Britânico.

Tradicionalmente, a moeda de referência internacional é vista como um bem público à disposição de qualquer agente econômico; uma espécie de linguagem capaz de interligar povos que, de outro modo, encontrar-se-iam separados e dispersos. Com base nessa interpretação, os Sistemas Monetários Internacionais (SMI), dentre os quais está o padrão libra-ouro, consagrado no final do Século XIX, são interpretados como expressão de cooperação entre diferentes economias nacionais, como instituições harmonizadoras de interesses e facilitadoras de trocas entre os que atuam nos mais diversos mercados internacionais. (METRI, 2011, pp. 2-3)

Nem o domínio de uma língua estrangeira é acessível a todos, nem o estoque da moeda de referência internacional é obtido naturalmente pelo jogo limpo das transações comerciais competitivas. O Estado emissor da moeda de referência internacional encontra-se em uma posição superior na hierarquia monetária, uma vez que esse seu poder assimétrico lhe permite realizar processos de ajustamento interno em detrimento de desequilíbrios externos. A moeda de referência internacional, mais do que meio de troca, é a unidade de conta não apenas dos contratos internacionais, mas também do mercado monetário e das taxas de câmbio. As demais autoridades soberanas, em razão da necessidade de acessar os mercados que operam nessa unidade de conta, aceitam se submeter a essa comunidade de pagamentos definida em uma moeda de referência estrangeira (METRI, 2014)

O sucesso de uma única autoridade central em transformar sua moeda *cartal* na de referência internacional está no seu domínio dos mais relevantes mercados internacionais; em outras palavras, na imposição de sua moeda como a de denominação, cotação e liquidação das operações internacionais econômico-financeiras mais importantes. A obsessão dos que buscam alçar sua moeda *cartal* a essa posição singular foi a de tornar esses mercados comunidades de pagamentos "fechadas" em sua moeda de conta. E essas comunidades nunca foram uma obra dos mercados, tampouco surgiram espontaneamente entre os agentes econômicos. Ao contrário, resultaram das "*lutas interestatais*" que buscaram tornar sua moeda a de referência internacional, através de movimentos *geopolíticos*, sejam diplomáticos ou militares. (METRI, 2014, p. 69)

O processo de internacionalização de uma moeda, normalmente, é a consequência de uma conquista pela força, que acaba por expandir o espaço de circulação da moeda da potência vitoriosa: a moeda expansiva.

Essa expansão pode-se dar de três maneiras. Em primeiro lugar, por dominação direta, com a ampliação do alcance do poder tributador, com a imposição do monopólio comercial e com a necessidade de financiamento na moeda expansiva. Em segundo lugar, por relações econômicas hierarquizadas, ao se definir a unidade de conta dos acordos econômicos pela moeda da potência com maior assimetria de poder, o que vai gerar a necessidade de financiamento na moeda expansiva no longo prazo. E, em terceiro lugar, por dominação dos espaços estratégicos e das zonas de acumulação acelerada de riqueza, o que compele as demais autoridades políticas interessadas em participar dos negócios nessas zonas a operar com base na moeda expansiva. (METRI, 2014; METRI, 2011)

Quanto mais autoridades políticas operarem na moeda expansiva, maior será a capacidade da autoridade emissora da moeda expansiva de alavancar seus gastos, pois os outros agentes econômicos precisarão acumular reservas da moeda expansiva para quitar suas obrigações no exterior, o que reduz a autonomia da política cambial desses outros agentes. Quando essa moeda expansiva consegue criar um território monetário global, os bancos “nacionais” da autoridade emissora da moeda expansiva criam poder de compra em moeda expansiva, o que confere oportunidade de lucros exorbitantes. (METRI, 2014; METRI, 2011)

Um Estado expansivo consegue colocar sua moeda para circular dentro de outra fronteira geográfico-monetária porque tem

o acesso a colônias, o que outorga capacidade de tributar fora das próprias fronteiras e criar excedentes comerciais favoráveis às metrópoles; o controle direto ou indireto da produção e comercialização das matérias-primas estratégicas; a presença de firmas multinacionais em territórios estrangeiros; o poder diplomático para abrir mercados e forçar políticas monetárias e fiscais favoráveis em outros países; e, sobretudo, a disposição de sistemas financeiros desenvolvidos capazes de criarem direitos e obrigações denominadas na moeda do Estado Nacional além de suas próprias fronteiras. (CRESPO; CARDOSO, 2015, p. 15)

O ímpeto de acumulação de poder por um Estado vai obrigá-lo a buscar formas de financiar o seu arrojo expansivo. Uma potência expansiva necessita tanto de uma moeda nacional forte quanto de um sistema financeiro robusto para fazer sua máquina de guerra trabalhar e obter excedentes fora de suas fronteiras nacionais. Essa expansão atende a interesses não apenas do aparelho do Estado, mas também de setores privados de elite, que contam “com a disposição de um poder militar que ultrapasse a mera necessidade de defesa do espaço territorial frente a outros estados nacionais. Assim, a hierarquia entre moedas Estatais vai sendo modificada ao ritmo das guerras e das mudanças geopolíticas.” (CRESPO; CARDOSO, 2015, p. 15).

O fato de que o sistema monetário internacional seja essencialmente hierárquico, significa que as políticas monetárias e fiscais dos Estados-líderes, decorrentes de seus conflitos nacionais e internacionais, incluído suas lutas de classes internas, inevitavelmente têm sérias repercussões sobre a distribuição da renda e o posicionamento das classes e países subordinados da estrutura internacional. [...]

Desde a origem do capitalismo existem fusões de interesses que envolvem as finanças e os poderes político-militares nacionais. Mas estas uniões estão sempre em oposição aos interesses de outros poderes políticos e finanças nacionais. Deste modo, a perda de poder relativo de determinados Estados implica também e necessariamente um fortalecimento de outros Estados e capitais nacionais.

Neste contexto, a atual defesa das finanças nacionais pelos respectivos Estados nacionais, não é outra coisa senão a defesa das suas próprias existências. [...] A defesa das finanças sempre tem bandeira. (CRESPO; CARDOSO, 2015, pp. 21-22)

Existe o mito do padrão ouro, no qual o ouro teria sido eleito a moeda-mercadoria que funcionaria como meio de troca e unidade de conta internacional. Esse mito é sustentado por importantes pensadores econômicos como Karl Marx e mesmo como Randall Wray.

Para Marx, como as transações internacionais envolviam diferentes autoridades políticas, essas transações transcendiam o alcance do poder de imposição de uma determinada moeda por alguma das partes nessas relações; dessa forma, “a moeda restitui sua capacidade de expressar o valor das mercadorias como massa de trabalho humano com base em algo que tem existência material, metais preciosos sobretudo” (MARX apud METRI, 2014, p. 32). Essa noção marxista de equivalência entre a mensuração da massa trabalho de humano aplicado a um bem e sua expressão em ouro somente pode ser verdadeira, se os estoques metálicos desses dois espaços monetários em questão forem iguais, ainda assim, a forma pela qual se avalia o valor da mercadoria em função da quantidade de trabalho correspondente pode diferir de sociedade para sociedade. Se os estoques metálicos das autoridades políticas forem diferentes, a valorização do trabalho aplicado a um bem terá um preço em ouro distinto de outro espaço monetário com outro estoque metálico. Isso significa que, se o estoque de metal precioso sobre o qual a autoridade política define a unidade de conta for pequena, então, o preço de uma mercadoria indicará, provavelmente, uma quantidade menor de metal precioso do que uma autoridade soberana que possua um grande estoque de metal precioso sobre o qual sua moeda opera. Por isso, as mercadorias transacionadas no comércio internacional não tinham uma precificação padronizada em ouro. Não é possível estabelecer nenhuma paridade, seja entre o valor-trabalho, seja entre a moeda-mercadoria, fora dos espaços monetários onde essas definições arbitrárias e abstratas são feitas (METRI, 2014).

Embora entenda que o espaço internacional onde se dava o pacto colonial era um espaço de reprodução do poder tributário e cartal da metrópole sobre a colônia, Randall Wray não percebe essa relação assimétrica entre potências com níveis de poder análogos. Segundo Wray, entre potências do mesmo nível, os metais preciosos foram a opção preferencial, funcionando não como uma unidade de conta internacional, mas como uma mercadoria que funcionava como meio de troca, uma *exchange-commodity*. Essa visão de Wray já é diferente da de Marx, que percebia o ouro como uma moeda capaz de medir o valor-trabalho universalmente, mas ainda assim insuficiente. (METRI, 2014)

Parece coerente reconhecer que, onde houvesse relação assimétrica de poder, haveria expansão do espaço geográfico do poder tributário e cartal em favor da autoridade mais poderosa, com a imposição de sua moeda. Foi, assim, na formação dos Impérios, desde a Antiguidade até o século XX; foi, assim, nas relações entre metrópole e colônia; e foi, assim, também, na subordinação política das diversas autoridades menores que foram absorvidas na formação dos Estados territoriais europeus. Contudo, mesmo quando não houvesse uma clara assimetria de poder, as transações comerciais não se davam em uma espécie de escambo em ouro, como sugere Wray. O fato de não haver uma moeda de referência internacional efetiva entre potências do mesmo nível antes da libra esterlina (que passou a vigorar a partir de 1870) não significava que houvesse escambo ou que as relações comerciais não fossem feitas por falta de uma moeda de referência internacional. Segundo Maurício Metri (2011, p. 2)

Antes disto, quando não havia uma moeda de referência de âmbito global, é um equívoco supor que as transações entre diferentes espaços político territoriais deixassem de acontecer; ou que se baseassem em operações de escambo; ou que alguma mercadoria tivesse sido escolhida para desempenhar as funções de equivalente geral e meio de troca. O que a história ensina é que, nesses casos, as transações “internacionais” envolviam: ou (i) uma operação casada entre exportação e importação intermediada pela moeda do espaço político territorial onde se dava geograficamente a troca; ou então (ii) a utilização de instrumentos de crédito (letras de câmbio, por exemplo) que permitiam a conversão cambial de valores entre diferentes moedas de conta. (METRI, 2011, p. 2)

Sobre a alternativa opção casada entre exportação e importação, Metri esclarece que

Essas trocas que ultrapassavam distintas fronteiras político-monetárias ocorriam, na verdade, com base numa operação casada entre exportação e importação intermediada pela moeda local do espaço em que se dava o negócio. O mercador, ao chegar num mercado exterior específico, venderia o produto de que dispusesse de modo a auferir a moeda local que, por sua vez, viabilizaria a aquisição do produto que desejasse levar para ser revendido em seu território de origem. A realização do lucro só se efetivará no momento em que o mercador retornar ao território de origem e vender na sua moeda local a mercadoria adquirida no exterior. (METRI, 2014, p. 86)

Quando, finalmente, parecia ter sido implantado o padrão ouro, em 1870, como moeda de referência internacional; na verdade, houve a definição de uma moeda estatal como a de referência internacional: o padrão libra-ouro. Isso porque a exigência do lastro em ouro mascarava a hierarquia definida pela autoridade política que concentrava desproporcionalmente o maior estoque de ouro; inicialmente, o Reino Unido e, posteriormente, os Estados Unidos. “Os padrões internacionais metálicos impediam que a moeda *valuta* de determinada autoridade central ficasse explícita na hierarquia; dava-se um tom harmonioso, e não conflituoso, ao sistema” (METRI, 2014).

Segundo Franklin Serrano (2002, p. 238), as condições mais propícias para o país emissor da moeda de referência internacional seriam as seguintes:

Nossa hipótese central é a seguinte: o país que emite a moeda-chave num padrão referido ao ouro de fato pode fechar o saldo de sua balança de pagamentos em sua própria moeda nacional. Isso permite que esse país tenha déficits globais da balança de pagamentos de praticamente qualquer tamanho.

No entanto, isso não quer dizer que esse país não tenha que se preocupar com a sua posição externa. Existem duas coisas que o país não pode deixar que ocorram: a) déficits de conta corrente crônicos; e b) é necessário que o preço oficial do ouro em relação à moeda local (a paridade) seja fixo em termos nominais pelo máximo de tempo possível (em outras palavras, o país central não pode tomar a iniciativa de desvalorizar sua moeda).

Numa economia fechada, o Estado não corre risco de default em relação à sua dívida interna, pois ela sempre pode ser paga em moeda de sua própria emissão. Além disso, o fato de o Estado ser o devedor de risco zero lhe dá o poder de determinar exogenamente a taxa de juros básica da moeda que emite. (SERRANO, 2002, p. 238)

Se o Dilema de Triffin estivesse correto, uma moeda de referência internacional, com sua taxa de câmbio fixa em razão de seu estoque de ouro, estaria sujeita à escassez, dada uma demanda crescente dessa moeda de liquidez internacional para as transações comerciais mundiais. (SERRANO, 2002)

O país emissor da moeda de referência internacional também poderia ver o seu estoque de ouro esvaír-se pelo déficit na balança de pagamentos, seja pelos saldos em transações correntes negativos – uma vez que o resto do mundo demanda a moeda de referência internacional, precisando produzir para obter essa moeda, a fim de bancar seu projeto de desenvolvimento nacional –, seja pelo saldo da balança de capitais negativo – em função dos empréstimos e dos investimentos diretos efetuados pelo país emissor da moeda de referência internacional nos outros países. (SERRANO, 2002)

O “privilégio exorbitante” do país emissor da moeda de referência internacional é poder emitir sua própria moeda para financiar os déficits no balanço de pagamentos, ou seja, o poder de senhoriagem internacional (SERRANO, 2002).

A contra-argumentação do país emissor da moeda de referência internacional é a de que não haverá restrição dessa moeda no mercado mundial, pois o que os bancos centrais do resto do mundo armazenam não são dólares, mas títulos da dívida pública do país emissor, que oferece um retorno de juros para esses títulos, fazendo com que essa moeda de referência internacional em posse do resto do mundo volte para o sistema monetário do país emissor, garantindo liquidez ao sistema monetário internacional. Na perspectiva de Charles Kindleberger (apud SERRANO, 2002), o país emissor da moeda de referência internacional não teria privilégio exorbitante de senhoriagem internacional, seria apenas uma espécie de banco comercial para o resto do mundo.

Na verdade, o país emissor da moeda de referência internacional funcionaria como um banco central do planeta, ao emitir a moeda de referência e ao definir a taxa de juros do mercado mundial, uma vez que define unilateralmente a taxa de juros de seus títulos da dívida pública, que são os ativos de alta liquidez estocados pelo resto do mundo. (SERRANO, 2002)

Dessa forma, defende-se o conceito cartal da moeda como unidade de conta proclamada pela autoridade política para o pagamento dos tributos pelos súditos, mediante o uso de meios coercitivos, criando uma comunidade pública e privada de pagamentos, onde débitos e créditos são liquidados na moeda proclamada por essa autoridade. Essa noção fundante de moeda como poder pode ser percebida no processo histórico de domínio imperial com a expansão do seu poder tributário e do de seu espaço monetário, dando origem ao sistema monetário e financeiro internacional criado pela moeda hegemônica. Verifica-se, portanto, que moeda é dívida e que dívida é poder, ainda mais para o emissor da moeda de referência internacional.

### 3.6 SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA

A partir do momento em que os diferentes agrupamentos humanos passaram a se fixar no terreno, com o desenvolvimento da agropecuária e com a formação das primeiras vilas, formou-se a primeira noção de limites territoriais dessas comunidades. Esses limites se estendiam até o alcance do poder da autoridade central dessas comunidades políticas e determinavam a quantidade de recursos que a autoridade poderia dispor (FIORI, 2014b).

O longo processo de sedentarização não se deu de modo harmônico nem internamente muito menos externamente. A pressão competitiva interna exigia o uso da força para garantir o reconhecimento interno da autoridade central. A pressão competitiva externa se manifestava tanto por ataques de povos nômades quanto por outras potências territoriais, interessadas nos recursos materiais e populacionais circunscritos ao território delimitado por aquela autoridade central. Essas pressões competitivas demandaram da autoridade política central recursos cada vez maiores para o esforço das guerras de defesa; recursos esses garantidos, em parte, pelas guerras de conquista. Nesse sistema, “quem não sobe cai”<sup>7</sup>. (FIORI, 2014b)

Essa necessidade crescente de recursos vai exigir da autoridade política estratégias de fornecimento constante desses meios. Uma das medidas mais empregadas foi a pilhagem tanto por meio dos saques das comunidades inimigas quanto pelas atividades corsárias contra as naus hostis.

Outra medida fundamental para manter o fluxo regular de recursos para as guerras de defesa e de conquista foi a imposição do tributo. Não há excedente material suficiente para esses esforços de guerra, se não houver o pagamento compulsório do tributo pela população. Essa obrigatoriedade promove o aumento da produção e da produtividade, bem como proporciona inovações tecnológicas que garantem vantagens no campo de batalha. Constatase que não há excedente sem tributo e não há tributo sem poder capaz de garantir sua obrigatoriedade. (FIORI, 2014b)

O imperativo da guerra e a imposição dos tributos tornaram-se as atividades prioritárias da autoridade política central. A sobrevivência desse núcleo de poder só estaria garantida pela preparação contínua para a guerra e pela acumulação de riqueza e de poder provenientes das guerras e dos tributos. “Poder é ação e movimento, e só existe enquanto exercido de forma contínua” (FIORI, 2014b, p. 19).

---

<sup>7</sup> Cf ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

“O poder político é fluxo, mais do que estoque. Para existir, precisa ser exercido; precisa se reproduzir e ser acumulado permanentemente. E o ato de conquista é a força originária que instaura e acumula o poder” (FIORI, 2007, p. 17). É a lógica de acumulação e de expansão do poder, com sua necessidade de financiamento crescente, que explica a promoção dos mercados e a acumulação primitiva de capital<sup>8</sup>.

O comércio sempre existiu, fosse para atender às demandas necessárias à reprodução material das comunidades, fosse para estabelecer circuitos comerciais mais amplos; contudo, a lógica de acumulação de riqueza e de capital foi uma decisão política para aumentar a acumulação de poder (FIORI, 2014b).

Quando os soberanos decidem monetizar seus tributos, cria-se um sistema de dívidas que alavanca a capacidade de acumulação de riqueza e de poder das autoridades políticas. Entretanto, quando a capacidade tributária e o sistema de dívidas não são suficientes para garantir os recursos necessários ao esforço de guerra, então as autoridades vão recorrer aos seus mercadores, que tornam-se cada vez mais banqueiros. A oportunidade de financiar o esforço de guerra das autoridades centrais trazia a chance de obter lucros extraordinários, principalmente se a campanha militar fosse bem sucedida (FIORI, 2014b).

Esses mercadores-banqueiros auferiam lucros cada vez maiores, não apenas em razão do financiamento das guerras e da conquista de posições mercantis privilegiadas, mas também pela coordenação do sistema de dívidas da autoridade central e pela operacionalização das letras de câmbio para o comércio de longa distância (FIORI, 2007).

Essa aliança entre os senhores da guerra e os senhores do dinheiro permitiria a acumulação de poder pela autoridade política e acumulação de riqueza tanto estatal quanto privada, seja da riqueza comercial, seja da financeira.

A competição permanente entre as autoridades políticas com seus respectivos sistemas econômicos gera a energia que sustenta essa compulsão por acumulação de poder e de riqueza, buscando aumentar a assimetria em relação aos demais. Uma das formas de se incentivar o desenvolvimento econômico é sustentar um projeto político de contemplação dos interesses do capital privado nacional com a conquista de posições monopólicas escassas, fazendo uma aliança do setor financeiro e capitalista privado interno com os objetivos estratégicos da autoridade política. (FIORI, 2014b)

---

<sup>8</sup> Cf MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.

Charles Tilly (1996) sustenta a importância da conjugação dos meios de coerção estatal com os instrumentos de capitalização privados. Essa coalizão de interesses em benefício de um projeto de desenvolvimento responde a desafios geopolíticos sistêmicos. As grandes potências se formaram em tabuleiros geopolíticos altamente competitivos, que as impeliram a utilizar suas economias nacionais a serviço das estratégias imperialistas de acumular mais poder; de expandir seu território econômico supranacional; e de obter o controle monopólico de novos mercados.

Além disso, esses tabuleiros competitivos geravam uma grande sensação de insegurança quanto às ameaças de invasão externa, o que, por um lado, pode gerar rebeliões sociais decorrentes desse clima de insegurança, mas, por outro lado, o resultado dessa guerra civil pode ser decisivo para a consolidação de uma unidade nacional, para a definição de um projeto desenvolvimentista interno e para a projeção internacional de poder. É a “lei de ferro”: a liderança do capitalismo sempre esteve nas mãos dos capitais privados e das economias nacionais que, apoiadas no poder internacional de seus Estados, conseguiram operar com sucesso na contramão das leis de mercado” (FIORI, 2014b, p. 41).

Sobre as razões do "milagre europeu", o professor José Luís Fiori assevera

Para nós, entretanto, o verdadeiro ponto de partida do “sistema mundial moderno” é os “Estados-economias nacionais” que foram “inventados” pelos europeus e que se transformaram em “máquinas de acumulação de poder e riqueza”, dotadas de uma “compulsão expansiva” maior do que a dos primeiros poderes e capitais que se formaram na Europa durante o “longo século XIII”. Na verdade, os “Estados-economias nacionais” foram o produto final da acumulação de poder e riqueza que ocorreu antes da chegada do século XVI. Mas, depois disso, a “pressão competitiva”, a “conquista” e a “acumulação de poder” seguiram sendo “necessidades imperativas” desse novo sistema, como já havia ocorrido no mundo dos domínios e das cidades medievais. Diminuiu o número de unidades soberanas e competitivas e aumentou o seu equilíbrio de força, mas a guerra seguiu sendo a forma mais importante de conservação e acumulação de poder. Ou seja, seguiu valendo, entre os Estados nacionais, a velha regra medieval, definida por Elias: “quem não sobe, cai”. Com a diferença de que, no novo sistema de competição, as unidades envolvidas eram Estados e economias, articulados num mesmo bloco nacional e com as mesmas ambições expansivas e imperialistas com relação aos demais “Estados-economias nacionais” do sistema. O objetivo de conquista não era mais, necessariamente, a destruição ou a ocupação territorial de outro Estado, poderia ser apenas a submissão econômica. Mas a conquista e a monopolização de novas posições de poder político e econômico seguiram sendo a mola propulsora do novo sistema. E foi dentro dessas unidades territoriais expansivas que se forjou o “regime de produção capitalista”, o qual internacionalizou-se de mãos dadas com os seus “Estados-impérios” globais. (FIORI, 2007, pp. 27-28)

Sobre a ordem global, pode-se constatar duas grandes deduções. Primeiro, a internacionalização do capital não põe em xeque a existência dos Estados-economias nacionais, ao contrário, reforça seus poderes; inclusive, os frequentes desrespeitos às regras do mercado pelos grandes capitais privados, em busca de lucros extraordinários e de posições monopólicas, são garantidos e estimulados por seus Estados, principalmente, pelas grandes potências. Nesse sentido, não há a chance de um mercado estável. (FIORI, 2007)

Segundo, como todas as potências estão insatisfeitas com sua capacidade de poder, todas elas desenvolvem algum projeto de expansão de seu poder, ainda que isso não envolva a conquista de territórios. A ascensão de uma potência emergente, contestando o *status quo*, sempre traz desequilíbrios ao sistema. Mesmo as grandes potências buscam expandir sua posição relativa de poder, aliás são elas as grandes desestabilizadoras do sistema. Portanto, não há a possibilidade de uma paz perpétua. (FIORI, 2007)

### 3.7 GUERRA E PAZ

A guerra é fenômeno organizador da vida social em toda história da humanidade. A guerra durante a maior parte da existência humana foi tratada mais como um fenômeno natural do que social, no sentido de destacar a incapacidade humana de evitar a eclosão de um conflito. A virtude se manifestaria na condução da guerra e não na negação da guerra.

Foram os estoicos, em particular o estoicismo romano de Cícero (106 - 43 a.C.) e Sêneca (4 a.C - 65 d.C.), seguido pelo catolicismo “cosmopolita” de Paulo de Tarso (São Paulo 5 - 67 d.C.), que elevaram a “paz” – finalmente – à condição de um valor ético “universal”. E foi dentro dessa mesma matriz de pensamento “estoico-cristã” que se conceberam a possibilidade e a necessidade de julgar a natureza e a legitimidade moral da “guerra”, a partir de critérios jurídicos ou religiosos que tivessem validade universal”. (FIORI, 2018a, pp. 79-80)

A fundamentação religiosa para justificar a guerra perde espaço quando os reinos cristãos europeus intensificam as guerras entre si. A argumentação passou a se estruturar em torno do direito natural, que buscava os valores essenciais da vida, perceptíveis pelo uso acurado do bom senso. A questão que o direito natural suscita é que sua especulação sobre o que é natural não é autoevidente. “Na verdade, nossos conceitos de ‘natural’ e ‘não natural’ não são tirados da biologia, mas da teologia cristã. O sentido teológico de ‘natural’ é ‘de acordo com as intenções de Deus, que criou a natureza’.” (HARARI, 2016, p. 155)

Hugo Grotius (1583-1645), teólogo e jurista considerado o fundador do direito internacional, tendo vivido guerras religiosas, como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), defendeu que o direito divino e natural deveria ser separado do direito positivo, dando lugar a normas muito bem estabelecidas em contratos. O objetivo de Grotius “era suplantar a autoridade eclesiástica corrupta e impotente por uma autoridade secular, objetiva e externa, na qual os interesses políticos em competição (i.e. Estados-nação) deveriam aceitar um *corpus* de direito internacional” (CHRISTOPHER, 2004, p. 67). Tais medidas possibilitariam a conversão do sistema interestatal em sociedade internacional. Grotius defendia que a guerra continuaria sendo um recurso dos Estados, desde que esgotassem os meios diplomáticos e jurídicos para resguardar seus direitos e punir as violações dos direitos.

Hugo Grotius, Samuel von Pufendorf (1632-1694) e Emmerich de Vattel (1714-1767) deram muita ênfase na positivação e na codificação de leis e tratados como se isso fosse o suficiente para constringer e limitar a ação belicosa dos Estados. Thomas Hobbes (1588-1679), contemporâneo de Grotius e Pufendorf,

percebeu que, no novo sistema, os estados seriam eternos rivais preparando-se para a guerra, por causa da inexistência de um poder superior que fosse capaz de arbitrar o “bem” e o “mal”, o “justo” e o “injusto”, numa disputa entre esses estados soberanos. Tanto Grotius quanto Hobbes se deram conta de que se deparavam com uma nova versão do velho problema ético da guerra e da paz, assim como uma nova incógnita: Como arbitrar a competição entre múltiplas soberanias na ausência de um “poder global”? Immanuel Kant (1724-1804) não tinha dúvida de que “a guerra era um meio indispensável para trazer progresso à cultura”. Mesmo assim, foi quem formulou a solução mais famosa para a incógnita levantada por Grotius e Hobbes, ao propor a criação “de uma espécie de liga ou federação que se poderia chamar de aliança da paz”, capaz de garantir a “paz perpétua” entre os povos. (FIORI, 2018a, p. 82)

Immanuel Kant era cético quanto ao poder de persuasão moral do direito natural e de convicção legal do direito positivo, porque não haveria um poder supranacional coercitivo capaz de impor essas normas. Colocar o direito positivo como algo externo ao jogo de poder seria, no mínimo, contraproducente.

Kant defendia que a paz perpétua seria o resultado de um acordo legal que positivasse os interesses das grandes potências em torno de normas e valores compartilhados na sociedade internacional europeia, na qual os chefes de Estado partilhavam uma herança cultural comum e laços de consanguinidade. Esses contratos, por contemplarem os interesses das elites, seriam factíveis de serem cumpridos. (HEHIR, 2013)

[...] afirmou-se, em nosso entender, a vitória do realismo político de Immanuel Kant, por cima de seu universalismo racionalista e cosmopolita. Afinal, é o próprio Kant iluminista que nos adverte – de forma extremamente dura e categórica – que o homem é um ser que necessita de um *senhor* para poder conviver em sociedade. Uma ideia que talvez não esteja tão distante, como se poderia imaginar, do realismo materialista de Hobbes, o verdadeiro teórico dessa guerra, quando nos diz que: “é a autoridade e não a verdade que faz a lei”; e ainda: “para que as palavras ‘justo e injusto’ possam ter lugar, é necessária alguma espécie de poder coercitivo, capaz de obrigar igualmente os homens ao cumprimento de seus pactos, mediante o terror de algum castigo que seja superior ao benefício que esperam tirar do rompimento do pacto”. (FIORI, 2018c, p. 18)

A Europa presenciou o Império Romano, herdou o Império Carolíngio, mas, desde o fim do domínio relativamente monolítico do Sacro Império Romano Germânico, em 1648, com a Paz de Westfália, nenhum outro poder central conseguiu unificar a Europa. Houve projetos que não tiveram nem duração nem estabilidade que pudesse sinalizar a construção de uma ordem imperial. Depois de Westfália, nem Napoleão, nem Wilhelm II, nem Hitler conseguiram estabelecer outro império europeu.

A solução kantiana ao “enigma de Westfália” (FIORI, 2018a, p. 83) de criar uma associação de interesses mútuos entre as grandes potências foi replicada nas iniciativas do Congresso de Viena (1815), da Liga das Nações (1919) e da Organização das Nações Unidas (1945). (FIORI, 2018a)

Na segunda metade do século XX, vários autores da teoria realista das relações internacionais propuseram a substituição do “superestado”, proposto por Edward Carr, e do “Estado universal”, defendido por Raymond Aron, por uma única “potência hegemônica” que fosse capaz de pacificar a ordem política internacional através de sua liderança moral e de sua supremacia militar e econômica. Ou que fosse através da criação de um sistema de “regimes” e de “instituições” capazes de exercer uma “governança global”, mesmo na ausência da “potência hegemônica”, apesar de outros teóricos realistas seguirem descrentes dessas duas possibilidades, como é o caso do “realismo ofensivo” do cientista político norte-americano John Mearsheimer. (FIORI, 2018a, p. 83)

Carl von Clausewitz (1780-1831) acreditava, assim como Kant, que haveria uma base de valores comuns entre os príncipes e os generais europeus, que fariam a guerra seguir minimamente um código de cavalheiros. Para que a guerra tivesse limites éticos, seria necessário que a condução militar da guerra estivesse subordinada a objetivos políticos limitados, i.e., um território delimitado e específico em função da posição privilegiada para garantir o acesso a recursos estratégicos ou assegurar o fluxo de comércio.

O avanço do Iluminismo levou a crer que os objetivos políticos poderiam ser definidos racionalmente, atendendo a um estrito objetivo estratégico, e, assim, seria possível estabelecer limites éticos para a guerra.

Embora o Código Lieber (1863) e, depois, as Convenções de Haia (1899 e 1907) e de Genebra (1864 e 1949) tenham criado códigos de conduta para os militares durante as guerras, sob pena de serem julgados posteriormente, a carnificina das guerras só aumentou. Com as guerras totais, atualmente, é possível que um conflito armado entre as grandes potências possa acionar a máquina do juízo final (*the doomsday machine*).

Segundo Hedley Bull (HEHIR, 2013, p. 82), para o bom funcionamento do sistema internacional anárquico, a *estabilidade* precederia a *justiça*. Há uma convicção normativa de que manter a precária harmonia de interesses entre as grandes potências é mais importante do que, supostamente, promover justiça em partes remotas do planeta, mas que são áreas estratégicas no jogo de poder das grandes potências.

Sobre essa relação dialética entre guerra e paz, José Luís Fiori aponta que

(i) Diferentemente do que pensaram Sun Tzu, Aristóteles e todos os filósofos pacifistas, “clássicos” e “modernos”, o principal objetivo das guerras nunca foi – nem poderia ter sido – a paz. Seu principal objetivo sempre foi a “vitória”, e através desta, a imposição de argumentos e valores vitoriosos, incluindo a própria maneira de construir a paz. Por esta razão, a paz lograda através da vitória acaba se transformando, muitas vezes, no principal motivo da guerra seguinte, dos derrotados de hoje contra os vitoriosos de ontem, na busca da “reparação” e do reestabelecimento do “equilíbrio de forças” que existia antes do primeiro conflito. [...]

Em síntese, o longo debate filosófico e ético dos “clássicos”, sobre a guerra e a paz, permanece até hoje prisioneiro de um paradoxo lógico e de um raciocínio circular. Para eles, a paz é um valor positivo e universal, mas ao mesmo tempo a guerra pode ser “virtuosa” desde que tenha como objetivo a promoção da paz. Ou seja, eles defendem que é perfeitamente ético interromper a paz e declarar uma guerra para obter a paz, o que constitui um paradoxo ético e lógico. Porque é improvável que se possa lograr um consenso entre dois ou mais poderes em guerra, e porque toda paz lograda através da guerra, como já vimos, produz resultados assimétricos e injustos do ponto de vista dos derrotados. Os “modernos”, por sua vez, incorrem na mesma “circularidade paradoxal” ao propor uma “paz perpétua” através da convergência imposta dos sistemas de valores de todos os povos, só que lograda através da guerra e da conquista contra dos povos “heréticos” ou “bárbaros”, por parte de um Estado mais poderoso e hegemônico. Desconhecem, uma vez mais, a injustiça essencial de toda e qualquer paz lograda através da conquista e a evidência histórica de que as guerras mais violentas sempre foram travadas entre povos e nações que compartiam o mesmo sistema de valores, religiosos ou civilizatórios. (FIORI, 2018a, pp. 94-96)

Até o século XX, nenhum sistema de pensamento relevante havia considerado seriamente proscrever a guerra. A perspectiva kantiana de estabilidade política pelo reforço da empatia entre os príncipes europeus ligados por laços de consanguinidade e o raciocínio clausewitziano de subordinação da conduta militar da guerra a objetivos geopolíticos limitados pareciam dar conta da necessidade estratégica de limitar as consequências (auto)destrutivas dos conflitos armados, mas sequer cogitavam proscrever a guerra.

O crescimento populacional vertiginoso com a urbanização e o ganho de escala na produção industrial afetaram a forma de se fazer a guerra. A mobilização em massa dos recursos naturais, tecnológicos e pessoais deu à guerra uma dimensão aniquiladora sem precedentes na II Guerra Mundial. O fim dessa grande guerra ensejou a construção de uma nova ordem pelas potências vencedoras com lastro pesado no direito internacional.

O sistema das Nações Unidas reflete os interesses das potências vitoriosas no restrito colegiado do Conselho de Segurança, cujas decisões poderiam ser executadas pelas tropas onusianas a partir de resoluções mandatórias. As cinco grandes potências, membros permanentes do Conselho de Segurança, bem como seus aliados estratégicos, ficariam fora do alcance dessas resoluções, por poderem vetá-las. Contudo, as grandes potências não deixavam de levar a questão ao pleno Conselho de Segurança, pelo menos para constranger a outra grande potência que agia arbitrariamente.

A coexistência do condomínio de poder durante a Guerra Fria, deixava relativamente claro o alcance dos objetivos internacionais das duas superpotências: URSS e EUA. A dissolução da URSS, em 1991, proporcionou um avanço impetuoso das competências e capacidades das instituições liberais. O entusiasmo pelo ativismo humanitário ganhou fôlego global. Muitas expectativas foram depositadas sobre a capacidade da “comunidade internacional” de levar a paz, a segurança e o desenvolvimento para regiões remotas do planeta. Em pouco tempo, a seletividade das operações ficou evidente e expressões como “guerra humanitária” (Tony Blair), “bombardeio humanitário” (IICK) e “ilegal mas legítimo” (IICK) ganharam a mídia.

Em nome de valores liberais, humanitários, pacificadores e civilizatórios, a União Europeia avançou para além da “cortina de ferro”; a OTAN expandiu-se sobre os Bálcãs e o Cáucaso; a ONU liderou missões em diversos pontos da periferia conflagrada. A gota d’água para o retorno da geopolítica parecem ter sido as coalizões não autorizadas pela ONU no Oriente Médio e as ações clandestinas nas revoluções coloridas, na primavera árabe e nos neogolpes latino-americanos.

O poder exorbitante da moeda e da dívida em dólar dos EUA desde 1971; a crise global do capitalismo financeiro desde 2008; o abuso de intervenções militares unilaterais parecem ter esgotado os recursos diplomáticos do sistema ONU e do sistema de Bretton Woods para as outras grandes potências – especialmente a Rússia e a China –, embora esse sistema continue a enquadrar toda a periferia.

A resposta à pergunta do título deste livro [Guerra! Ela é boa para quê?] é ao mesmo tempo paradoxal e horrível. A guerra tem trazido de bom para a humanidade mais segurança e mais riqueza, mas fez isso por meio do assassinato em massa. No entanto, pelo fato de a guerra ter sido boa para alguma coisa, temos que reconhecer que todo esse sofrimento e mortes não foram em vão. Se pudéssemos escolher uma maneira de sair da Idade da Pedra pobre e violenta para a paz e a prosperidade, poucos de nós, tenho certeza, iriam escolher a guerra como caminho, mas a evolução – que é no que consiste a história humana – não é movida pelo que queremos. No final, a única coisa que importa é a cruel lógica do jogo da morte. (MORRIS, 2015, p. 390)

Ian Morris (2015), da mesma forma que Steven Pinker (2013), constata que o índice por morte violenta dentro dos Estados tem diminuído em decorrência dos avanços proporcionados pelo processo civilizador (ELIAS, 1993; 1994). Contudo, esses autores constatarem que o acúmulo de progresso tecnológico, nesse mesmo período civilizatório, conferiu aos armamentos bélicos a possibilidade de aniquilamento do modo de vida contemporâneo. A exaustão dos sistemas multilaterais tem alarmado analistas: “apesar da improbabilidade de uma nova guerra mundial em meados de 2010, os próximos 40 anos prometem ser os mais perigosos da história”. (MORRIS, 2015, p. 391). Immanuel Wallerstein também previu um esgarçamento do tecido social em função do ultracapitalismo por volta de 2050.

Yuval Noah Harari (2016) atribui papel decisivo à singularidade tecnológica e à inteligência artificial. Harari acredita que a tecnologia pode trazer transformações profundas e imprevisíveis nas sociedades. Apesar das incertezas, Harari flerta com a esperança. Esperança essa que se remete às revoluções agrícolas inesperadas que fizeram a humanidade superar as teses malthusianas diversas vezes, mas adverte que não se pode esperar por superações “miraculosas” indefinidamente; ações políticas deveriam orientar a direção tecnológica. Talvez, por ação política, fosse interessante reforçar as iniciativas multilaterais, porque a corrida tecnológica certamente é orientada pelas grandes potências. As perspectivas sobre os efeitos da singularidade mais coadunados com a realidade de hoje preveem um mundo distópico com uma bolha de prosperidade para os ultrarricos em mundo arrasado.

Ian Morris (2015) também atribui à singularidade tecnológica papel decisivo, embora não se possa prever que caminhos a singularidade conduzirá a humanidade. Ian Morris, arqueólogo e historiador britânico, professor de Stanford, tem motivos para defender a perpetuação da *pax americana*; todavia, sua defesa da manutenção *status quo* parece motivada pela compreensão da lógica da guerra:

Não conseguimos satisfazer o desejo de acabar com as guerras, mas a razão é que não é possível fazer isso. Porém nos saímos muito bem em reagir às mudanças de incentivos no jogo da morte. Pela maior parte do nosso tempo na Terra, temos sido animais agressivos e violentos, porque a agressão e a violência compensaram. Mas, nos 10 mil anos desde que inventamos a guerra produtiva, evoluímos culturalmente e nos tornamos menos violentos – porque isso compensa ainda mais. E, desde que as armas nucleares vieram ao mundo em 1945, os incentivos no jogo mudaram mais rápido do que nunca, e nossas reações se aceleraram junto com eles. [...]

Os Estados Unidos, pelos próximos quarenta e tantos anos, têm que manter seus gastos militares e sua prontidão em nível que façam deles um Leviatã com credibilidade. Devem estar prontos a ameaçar e até a usar a força para preservar a ordem global, e ao mesmo tempo não devem gastar demais, a ponto de quebrar o consenso político em favor de sua disposição de ter flexibilidade, nem explorar suas vantagens tão agressivamente a ponto de se indispor contra seus aliados. [...]

Quanto mais rápido ocorrer a computadorização de tudo, maior a probabilidade de que a Pax Americana se transforme em Pax Tecnológica antes que as fraquezas do globocóp [EUA como *hegemon*] nos levem a uma nova tempestade de aço [como nas guerras mundiais]. [...]

*Se vis pacem, para bellum*, dizia um famoso provérbio latino: “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”. [...]

Não é verdade que a guerra não tenha trazido absolutamente nada de bom, porque – por mais desconfortável que seja encarar esse fato, a guerra é o único método que os humanos encontraram para sair dos pequenos bandos da Idade da Pedra com índices de violência na faixa de 10% a 20% e chegar à grande sociedade globalizada de hoje, com um índice abaixo de 1%. A guerra tornou o planeta pacífico e próspero, tão pacífico e próspero, na verdade, que a guerra quase, *mas não totalmente*, tirou a si mesma do negócio. O que nos leva ao paradoxo final dessa história paradoxal: se realmente queremos um mundo onde a guerra não traga absolutamente nada de bom, precisamos reconhecer que a guerra ainda tem um papel a cumprir. (MORRIS, 2015, pp. 450-453)

O argumento de Ian Morris (2015) não abandona o esforço multilateral, apenas enfatiza o pragmatismo que deve revestir as decisões concertadas multilateralmente. Caso contrário, alguns generais ainda acreditarão nos valores humanitários de suas intervenções coercitivas ou só se darão conta dos reais interesses muito mais tarde, como o general Wesley Clark: o último herói trágico a ser estudado pela tese.

### 3.8 HERÓI TRÁGICO DO HUMANITARISMO

A tragédia, seja grega, seja shakespeareana, permitiu refletir sobre a grandeza e a miséria da condição humana. Seria possível, no entanto, encontrar, atualmente, algum herói trágico?

O general Wesley Clark foi destaque de sua turma na Academia Militar de *West Point*, fez mestrado em Filosofia, Política e Economia (PPE), pela Universidade de Oxford, foi agraciado como herói na Guerra do Vietnã e foi comandante supremo da OTAN. Seria ele um herói trágico contemporâneo?

O general Clark foi defensor das primeiras horas do humanitarismo (*hamartia*). Como comandante da OTAN, comandou os bombardeios “humanitários” em Kosovo, em 1999, e ordenou que as tropas britânicas cedidas a OTAN atacassem 200 soldados russos estacionados irregularmente no Aeroporto Internacional de Pristina, capital do Kosovo, também em 1999, mas o general britânico se negou a cumprir as ordens de Clark, o que causou um desgaste enorme. Acusado por ONGs humanitárias de ser um criminoso de guerra (*peripeteia*), o general Clark vê-se forçado a se aposentar. Ao ir para a reserva, Clark converte-se em crítico arguto das consequências inesperadas das intervenções belicosas em nome de ideais humanitários, mas com fortes interesses materiais associados às grandes potências e ao grande capital (*anagnorisis*). Diante de suas novas constatações sobre a guerra humanitária da OTAN, Clark declarou:

O que Milosevic nunca realmente entendeu é que não se tratava de um conflito estritamente sobre o Kosovo; nem mesmo sobre limpeza étnica, em última instância. Tratava-se de uma batalha sobre o futuro da OTAN, sobre a credibilidade dos Estados Unidos como a força nos assuntos mundiais. E quão logo isso fosse demonstrado mais claro as nações ocidentais poderiam enxergar isso. (CLARK apud HEHIR, 2013, p. 232)

Logo depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, Clark visita o Pentágono e um colega, general quatro estrelas, apresenta o plano que seria levado a cabo em resposta aos ataques. O plano seria guiado pelos princípios indicados pelo manual de guerra contínua de Paul Wolfowitz de 1991. Ao tomar conhecimento do plano, Clark resolve denunciar quais países sofreriam intervenções para mudanças de regime, seja por razões humanitárias, seja para combater o terrorismo, seja para evitar a proliferação de armas de destruição em massa:

“Aqui está o documento do Escritório do Secretário de Defesa com o esboço da estratégia. Nós vamos invadir sete países em cinco anos!” [citando o general que lhe apresentou o plano] E ele nomeou os países, começando pelo Iraque e pela Síria e terminando com o Irã. O plano seguiu rigorosamente o manual de Paul Wolfowitz de 1991, revestido com [os argumentos] de busca de armas de destruição em massa e de guerra global ao terror. (CLARK, 2007, p. 231)<sup>9</sup>

Paul Wolfowitz<sup>10</sup>, em reunião com Clark, ainda em 1991, afirmou que não estava satisfeito com o resultado da Primeira Guerra do Golfo. Embora os EUA tenham passado a controlar o Kuwait, as tropas estadunidenses tenham tido poucas baixas e a opinião pública estivesse extremamente favorável; Saddam Hussein continuava no poder. Wolfowitz acreditava que o presidente George H W Bush tinha se equivocado em deixar Saddam Hussein no poder, imaginando que o próprio povo iraquiano iria se rebelar contra ele e expulsá-lo por conta própria. Sobre esse suposto equívoco, em conversa franca, Wolfowitz, segundo Clark, afirma:

“Mas nós aprendemos uma coisa que é muito importante”, continuou Wolfowitz. “Com o fim da Guerra Fria, nós agora podemos empregar as forças militares impunemente. Os soviéticos não virão mais em bloco contra nós. E nós conquistamos cinco, talvez dez anos, para dissipar esses velhos regimes por procuração dos soviéticos, como Iraque e Síria, antes de uma nova superpotência emergir e nos desafiar”. (CLARK, 2007, p. 150)

Seria o general Clark<sup>11</sup> o mais honrado dos americanos?

Ontem, foi o sangue de César que não se envergonharam de tingir as espadas. Hoje, seria o sangue de Saddam, de Kaddafi, de Al Assad? Amanhã poderia se nomear outros tiranos na Coreia do Norte, no Irã, em Cuba, na Venezuela? Algum dia, trocar a personalidade no comando poderia mudar o fluxo da história?

Ontem, clamaram por república, liberdade e fim da tirana; hoje, democracia, liberdade e direitos humanos. Algum dia, valores superiores poderiam guiar as relações internacionais?

<sup>9</sup> Em discurso na Universidade do Alabama e em entrevista para Wolf Blitzer, no programa *The Situation Room*, da CNN; e para Amy Goodman, do *Democracy Now*; Clark complementou quais seriam os outros quatro países: Líbano, Líbia, Somália e Sudão. Disponível em [https://www.salon.com/2007/10/12/wesley\\_clark/](https://www.salon.com/2007/10/12/wesley_clark/)

<sup>10</sup> Paul Wolfowitz foi diplomata; professor de Relações Internacionais, na Universidade de Johns Hopkins (1994-2001); representante do secretário de Defesa (2001-2005), mentor da Segunda Guerra do Golfo (2003); e presidente do Banco Mundial (2005-2007).

<sup>11</sup> Wesley Clark não teve o desfecho de herói trágico, ele quis se tornar um herói épico. Em 2004, ele participou das prévias presidenciais do Partido Democrata, com o apoio do cineasta ativista Michael Moore, mas desistiu do pleito em benefício de John Kerry. Em 2017, a empresa de pôquer e apostas online, PokerStars, da qual ele fazia parte do conselho de diretores, foi alvo de escândalo de lavagem de dinheiro *offshore*, sendo exposta pelo *Paradise Papers*. No final, nem herói trágico, nem épico, apenas humano.

Ontem, as consequências de uma ação política orientada por valores morais levaram à instabilidade interna, à guerra civil e, muitas vezes, à ascensão de grupos políticos ainda mais violentos do que o tirano deposto. Hoje, também. Algum dia, intervenções moralmente justificáveis poderiam resultar em um cenário diferente?

A intervenção humanitária, com a sua interferência em assuntos internos, seria atravessar o Rubicão da geopolítica internacional, deixando à sorte a resolução das consequências não intencionais dessa decisão de forte viés geopolítico?

Quem continua a bradar por liberdade e morte à tirania?

Seria melhor ser um herói trágico ou seria melhor aceitar o fatalismo heracliteano e dar uma chance à guerra?

Seriam os valores humanitários apenas discurso superficial para mais guerras expansivas ou seria possível enxergar nesses esforços humanitários (com todas as suas contradições) um esforço internacional que não se pode prescindir, principalmente em tempos de desmedida concentração de riqueza, de agudização da miséria, de explosão da violência e de recrudescimento de instintos bárbaros em setores expressivos das sociedades mundo afora?

A tese não tem a pretensão de oferecer uma resposta para esses dilemas sabidamente insolúveis, a tese teve como objetivo apenas refletir dialeticamente sobre as estruturas de longa e de longuíssima duração que regem a razão e a emoção humanitária no processo de secularização, de sensibilização e de securitização do ativismo humanitário na disputa pelo poder global.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese buscou encontrar as origens do imperativo humanitário no jogo de poder. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se o conflito ético permanente entre reconhecer os interesses (nem tão) velados das grandes potências no apelo emotivo das justificativas humanitárias e a luta sincera dos diversos atores humanitários que acreditaram estar contribuindo para a construção de uma ordem mais justa de fato. Os diversos heróis trágicos do humanitarismo deixaram um legado de reflexões que ainda fazem palpitar a esperança por um mundo mais humanizado.

A tese ressaltou as contradições e os limites do multilateralismo, mas defendeu que o esforço do debate permanente por todas as nações em um fórum global não deveria ser desprezado; principalmente, quando a alternativa acabaria por relegar o sistema internacional à sorte do jogo de poder sem filtros. Noam Chomsky (2003) resumiu o dilema sobre defender alguma posição sobre o uso da força multilateralmente, especialmente nas intervenções humanitárias, a duas alternativas:

A questão essencial, não muito obscura, é que o mundo tem duas opções com relação ao uso da força: (1) alguma aparência de ordem mundial, seja a Carta da ONU ou alguma coisa melhor, se puder alcançar certo grau de legitimidade; ou (2) os Estados poderosos fazem o que querem, a não ser que sejam constrangidos de dentro para fora, guiados por interesses de poder e lucro, como no passado. É sensato lutar por um mundo melhor, mas não alimentar veleidades e ilusões sobre o mundo em que vivemos. (CHOMSKY, 2003, p. 157)

Para compreender as dinâmicas humanitárias na política internacional, a tese foi buscar explicações na longa e longuíssima duração. Acabou trazendo para o debate a questão da ultrasociabilidade a partir das ordens abstratas e o tema da ultraterritorialidade com base nas guerras expansivas.

Durante o percurso do estudo, percebeu-se que a cooperação é traço comportamental comum em vários níveis de análise evolutiva: genes, células, organismos, indivíduos, grupos, espécies, biomas. Aliás, as grandes transições evolutivas tratam do aumento da intensidade de cooperação entre unidades biológicas menores a tal ponto que se convertem em unidades maiores.

Apontou-se, também, que a perpetuação genética nem sempre se dá por via exclusiva da competição violenta. A decisão de não usar a violência para competir por acesso à energia ou por oportunidades reprodutivas tornou-se vantajosa para muitas espécies que adotaram a estratégia *fight, fright, flight*, como a estratégia evolucionariamente estável.

No quadro evolutivo dos primatas, foi discutido que uma mutação genética aleatória fez com que seus cérebros se tornassem desproporcionalmente maiores, quando em comparação com os demais mamíferos. Dada a demanda energética desses cérebros, o domínio do fogo pelo gênero *Homo* desempenhou papel extraordinário na evolução biológica e social dos proto-humanos.

As grandes alterações climáticas do período quaternário, iniciado a partir de 2,5 milhões de anos atrás, criaram um contexto ecológico de clima severo. Os primatas, tendo que lidar com a dispersão do bando para forragear nesse cenário de recursos rarefeitos, passaram a adotar, surpreendentemente, o comportamento etológico de patrilinearidade, com cooperação masculina intragrupo estável. Essa estabilidade tornou-se viável graças ao desenvolvimento de um dispositivo mental de cognição social inato que permitia o gerenciamento de conflito e o reconhecimento de *status* dos indivíduos do bando.

Durante o último período glacial, entre 100 mil e 10 mil anos atrás, a pressão ecológica ensejou respostas migratórias que exigiram aperfeiçoamento dos mecanismos de coordenação societária nos grupos de *Homo sapiens*. Os indivíduos dessa espécie têm pouca proteção adiposa e de pelos; não contam com garras e presas suficientemente poderosas; e são lentos e fracos em comparação com as outras espécies; então como os *sapiens* teriam sobrevivido à última glaciação? A tese mais plausível é a de que o advento do prodigioso cérebro humano, submetido à pressão evolutiva do auge do resfriamento, há 70 mil anos, tenha promovido, de forma aleatória, uma revolução cognitiva, que talvez tenha salvado os *sapiens* da extinção.

Quando os *sapiens* passam pela revolução cognitiva, há 70 mil anos, eles atingem novo patamar de sociabilidade animal, pois a revolução cognitiva proporcionou aos *sapiens* o desenvolvimento da linguagem e da ordem abstrata. Essa ordem imaginada, operacionalizada pela linguagem sofisticada, permitiu o aumento de escala populacional das organizações sociais. A evolução cultural acelerou os processos adaptativos da vida humana no planeta, não dependendo mais exclusivamente de mutações genéticas.

Chimpanzés e bonobos são seres sociais e territoriais, assim como eram os proto-humanos. A tese sustenta, porém, que os humanos se tornaram uma espécie ultrassocial e ultraterritorial. Se a sociabilidade e a territorialidade são os resultados ótimos das estratégias evolucionariamente estáveis da seleção natural, a ultrassociabilidade e a ultraterritorialidade são consequências do desenvolvimento do pensamento abstrato, da linguagem sofisticada e da guerra expansiva proporcionados pela revolução cognitiva e pela revolução agrícola.

Antes da revolução cognitiva, os bandos proto-humanos contavam com no máximo algumas dezenas de indivíduos; após a explosão criativa do *big bang* intelectual, os grupos humanos expandiram-se gradativamente na casa das centenas, dos milhares, dos milhões, dos bilhões. A capacidade inventiva humana conseguiu criar narrativas que deram liga a esse novo cenário ultrassocial, onde os humanos conseguiram promover a singular cooperação entre pessoas estranhas, graças à crença em uma mesma ordem abstrata.

Os *sapiens* equipados de capacidade cognitiva extraordinária, com desenvolvimento linguístico sofisticado, capazes de criar mitos fundacionais e rituais evocadores de forças imateriais, conseguiram aumentar a quantidade de indivíduos nos seus grupos sociais, mas passaram a ter que lidar com a complexidade ética advinda das múltiplas possibilidades de relações provocadas pela interação social intensa dentro de grupos com mais membros.

A narrativa consolidadora dessa identidade coletiva conformou-se, muitas vezes, na negação do “outro”, particularmente do “estrangeiro”, o “outro da mesma espécie, mas de outro grupo social”. Essa negação do outro poderia chegar ao extremo de negar a humanidade do “estrangeiro”, demonstrando comportamento violento incapaz de estabelecer qualquer tipo de ponte entre os dois grupos sociais, ainda que suas semelhanças fossem muito mais evidentes do que suas eventuais diferenças.

A negação do “outro” foi constantemente evocada como o princípio de aglutinação social para um conflito. Para essa pesquisa, o que despertou o interesse foi estudar o momento em que converter o “outro” à sua causa e não destruir o “outro” passou a ser um fundamento da ação bélica humana.

A guerra é o fundamento organizador central das sociedades humanas. A identificação do “eu” e do “outro” foi um elemento estruturador das diferentes organizações políticas experimentadas pela espécie humana. Os grupos sociais que prosperaram foram aqueles mais capazes de prevalecer no campo da guerra, enquadrando a capacidade produtiva do “outro” aos interesses estratégicos do poder vencedor.

Contudo, o exercício da violência sistemática por um grupo político dependia de uma narrativa coletiva de convencimento da justiça da guerra. Clausewitz dizia que a mobilização das vontades psicológicas para a guerra era um elemento permanente da guerra e comum a todos os conflitos. Embora a violência possa ser considerada uma força pulsional instintiva dos humanos, os indivíduos, na maior parte das vezes, precisam de convencimento ético de que estão exercendo sua pulsão destrutiva por uma causa nobre.

As ordens abstratas tiveram papel preponderante na mobilização psicológica para a guerra. Inicialmente, as ordens tinham uma abrangência local, mas as guerras expansivas passaram a demandar uma narrativa que contemplasse um projeto expansivo de poder. Um dos discursos fundantes da ultrassociabilidade foi a crença de que a matriz cultural de uma dada civilização seria superior às demais e precisava ser difundida. A ultrassociabilidade não criou um reino de fraternidade universal; ao contrário, desenvolveu um sistema de poderes locais com pretensões globais.

Uma das grandes experiências de um sistema local com pretensão global que influenciou a distribuição contemporânea de poder foi a universalização dos valores cristãos europeus de cunho humanitário. O resultado dessa empreitada foi o enquadramento desses diversos povos não europeus ao modo de vida ocidental, cujo desprezo pelo “resto do mundo” ainda ressoa hodiernamente, quando, por exemplo, Samuel Huntington<sup>1</sup> evoca o argumento civilizatório de modo simplista, reducionista e xenófobo.

A ultrassociabilidade e a ultraterritorialidade produziram diversas economias-mundo ao longo da história; contudo, a partir do longo século XIII, ensejaram a criação de uma sociedade global com base na ordem interestatal capitalista europeia.

---

<sup>1</sup> Cf HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva-Bibliex, 1998.

Aspecto contraintuitivo dessa ordem interestatal é que ela gradativamente passou a se sustentar não pelo enquadramento imperial direto, mas pelo uso de uma narrativa salvacionista de conversão dos “hereges” e “selvagens” em “cidadãos cosmopolitas” com base em um substrato ético de “valores humanitários universais”.

Da revolução cognitiva às primeiras cidades-Estado foram apenas 65 mil anos, um intervalo de tempo insignificante para a escala evolutiva. Das cidades-Estado às bombas atômicas, às viagens espaciais, à inteligência artificial e à engenharia genética foram apenas 7 mil anos. Nesse período, os humanos se tornaram a espécie dominante no topo da cadeia alimentar, desenvolveram tecnologias capazes de explorar a natureza e armas que poderiam dizimar sua própria espécie. Os humanos poderiam ter se autodestruído no século XX, mas não o fizeram. Em alguma medida, isso se explica, porque os humanos são seres que precisam lidar com a dimensão ética de sua ultrasociabilidade.

O ser humano além de ser um animal social é também um animal moral. Em seu processo evolutivo, os indivíduos que coravam de vergonha e que tinham a esclera mais branca, destacando a direção do olhar, tornaram-se mais confiáveis no processo de cooperação intragrupo. O ser humano não é apenas um animal social e moral, mas é também um animal político. Isso implica afirmar que as interações sociais são relações de poder, que se fundam em um conjunto de valores sobre o que é mais certo ou o que é menos errado. A ética é uma dimensão fundamental da ultrasociabilidade humana e o debate ético assumiu um peso maior nas relações humanas, quando o processo civilizador começou a acelerar há 500 anos.

Discursos de guerra justa e humanitária têm forte apelo moral e instiga o desejo superegótico de sentir-se parte do lado do bem. Negligenciar o impacto dessa narrativa humanitária na esfera política, militar, empresarial, ativista e acadêmica é negar uma variável determinante na elaboração imagética das relações internacionais contemporâneas.

Se ordens abstratas com ideais de universalização surgiram na era axial, a intensificação do processo civilizador a partir do século XVI conferiu às narrativas humanitárias um papel marcante no substrato ético de leitura de mundo, particularmente da nascente burguesia urbana e letrada. Esse tema, em particular, é um objeto de pesquisa que o autor pretende se debruçar posteriormente.

O processo civilizador, também um processo de longa duração, promoveu mudanças profundas na sensibilidade humana, aumentando o grau de empatia entre pessoas estranhas entre si. A sensibilidade humanitária ganha impulso extraordinário, a partir do século XIX, com a ascensão burguesa, com a expansão imperialista, com a difusão de novos valores pela literatura e pela mídia, dando origem a uma plêiade de instituições humanitárias, com origens capitalistas, revestidos da ética religiosa e da lei natural, operacionalizadas por homens e mulheres imbuídos de sua missão civilizatória.

Desde o século XIX, há um processo crescente de criação de organizações humanitárias, com pleitos legítimos e louváveis, mas que, em muito pouco tempo, converteram-se em mais uma arena de acumulação de riqueza e de poder.

Paradoxalmente, na *pax* anglo-americana, durante os séculos XIX, XX e início do XXI, na qual a acumulação exorbitante de riqueza e de poder produziu um sistema político-econômico brutal e desigual, houve também espaço para o debate e a ação humanitária. Primeiro, a ajuda humanitária como reflexo da compaixão com os combatentes mutilados e com a família dos soldados mortos; depois, com a intervenção humanitária como forma de proteger cidadãos vítimas de violações maciças de direitos humanos; e, por fim, com as guerras humanitárias como reflexo da consolidação do humanitarismo no repertório ético internacional.

O humanitarismo é um sentimento que exprime uma das mais indecifráveis ambivalências psíquicas ora revelador da compaixão ora ocultador de pulsões instintivas egoístas. Como um sentimento tão nobre pode ser portador de notícias tão nefastas?

O ativismo humanitário parece defender a ajuda às pessoas em perigo como um imperativo categórico moral; todavia, uma leitura crítica, pode indicar também um discurso de eterno fardo do homem branco. Esse ativismo revelaria a existência de dois modos de vida: uma vida *bios*, própria dos agentes humanitários, plena de significado político, com um sentido social sobre o estar no mundo e sobre o bem viver; e uma vida *zoe*, característica das pessoas que vivem em sociedades desestruturadas ou em povos com estágio de desenvolvimento material diferente do modelo eurocêntrico, uma vida nua, bruta, essencialmente biológica, resumida a estar vivo, aguardando passivamente a chegada da solução. (AGAMBEN, 2002)

Negligencia-se, recorrentemente, que as causas internas das fragilidades dos Estados classificados de falidos têm estreita relação com a estrutura assimétrica do capitalismo. As Nações Unidas criaram um comitê de construção da paz, cujo eixo norteador é a implementação de instituições políticas e econômicas orientadas para o mercado, ou seja, é um projeto que impõe aos Estados fragilizados uma ordem que perpetua sua condição periférica e acentua os problemas internos.

A ajuda humanitária também não consegue ter a amplitude necessária para se enfrentar o drama humano. Se o Estado não consegue dar conta dos desafios, imagine as organizações internacionais e as organizações não governamentais de pretensões internacionais com seus recursos limitados e seus planos alienígenas.

A sensação de muitos agentes humanitários desdobrados no terreno é a de que a montagem de um acampamento com estrutura médica e sanitária, que recebe mantimentos de outros órgãos internacionais, acaba por favorecer uma aldeia que é rival da outra, além de a presença estrangeira referendar o *status* político do líder local, muitas vezes perpetrador das atrocidades que se está indo socorrer. O comboio logístico carregado de suprimentos de primeira necessidade que atravessou um país inteiro para alcançar uma aldeia com fome, também passou por outras tantas aldeias famintas que foram ignoradas, porque o gestor de uma missão humanitária assim priorizou.

Todas as nações ocidentais foram apanhadas em uma mentira: a mentira de seu humanismo fingido.

Isso significa que a História dessas nações não tem justificativa e que o Ocidente não tem autoridade moral.

“A mim, que sou vil”, afirma um dos personagens de *O idiota*, de Dostoiévski, “não me enganam os vagões que levam pão à humanidade. Porque os vagões que levam pão à humanidade podem excluir friamente uma parte considerável da humanidade de desfrutar do que é levado”.

Por muito tempo, os EUA prosperam e essa prosperidade custou a vida de milhões de pessoas. Agora, nem mesmo os beneficiários dessa prosperidade espetacular são capazes de suportar esses benefícios [do luxo de tempo e de renda, entrando, sem saber o porquê, em crise existencial, mesmo com a vida abundante de privilégios].

Eles [os beneficiários] não podem nem compreendê-los nem viver sem eles [os benefícios]. Acima de tudo, eles sequer são capazes de imaginar o preço pago pelas vítimas submetidas por esse modo de vida e, por isso, não podem se dar ao luxo de saber por que as vítimas estão se revoltando. (PECK, 2016)

Chega-se à constatação de que a ajuda humanitária será sempre insuficiente, pois o fundamento do problema é uma estrutura político-econômica concentradora de riqueza e perpetuadora de desigualdades, com diversos mecanismos simbólicos de poder e de violência estrutural.

O imperativo humanitário levanta uma questão ética sabidamente sem resposta. Deve-se dar uma chance à guerra, compactuando com o cinismo imobilizador e permanecendo silente perante atos tiranos ou um grupo humano específico deve se arrogar paladino da moralidade internacional a levar um modo de vida melhor para os pobres, ignorantes e violentos?

Não tem solução, mas sequer debater sobre isso também não ajuda. Do ponto de vista dessa pesquisa, ter um fórum permanente de discussão sobre esse tema com os representantes estatais dos povos em uma arena global talvez não seja a melhor opção, mas talvez possa ser a solução possível, por ora, para continuar buscando soluções seja institucionais seja *ad hoc* para as crises humanitárias.

Em última instância, o entusiasmo cosmopolita alivia as consciências pequeno burguesas que aceitam pagar um dízimo humanitário, desde que não se discuta a organização social que assegura a perpetuação de seus privilégios. No entanto, embora ninguém queira abrir mão de seus privilégios, o debate continua.

A natureza essencialmente ambígua do humanitarismo abriu espaço para a reflexão dialética do tema. Por um lado, não se pode negligenciar o uso instrumentalizado do ativismo humanitário pelas potências capitalistas, com o auxílio do oligopólio midiático e de *think tanks*, em favor da legitimação do exercício violento e desigual do poder por essas potências. Por outro lado, a produção de uma tese humanitária, com a revelação de suas vulnerabilidades antitéticas, ajuda a produzir uma nova síntese humanitária, que não tardará em ter suas fragilidades reveladas, criando esse ciclo de avanço dialético importantíssimo.

O aprofundamento dos debates nas organizações internacionais e das pesquisas nas universidades sobre o imperativo humanitário trouxe, de fato, uma dimensão ética fundamental para se pensar as relações internacionais.

As arenas de negociação multilateral, particularmente as Nações Unidas, através da interlocução entre diferentes atores, criaram regimes de governança, que não são palavras ao vento, esses regimes criam sim constrangimentos na ação militar internacional. Os militares não são assassinos, são operadores estatais da violência ajuizada como legítima. Quando os militares atuam violentamente, eles atuam em

nome de valores. A ordem abstrata mais difícil de ser operacionalizada é o convencimento do uso da violência.

Se a evolução cultural permite a imaginação de outras ordens abstratas, a ênfase no imperativo humanitário se revela, mais do que nunca, fundamental para se pensar uma ordem internacional solidária, fraterna e socialmente justa. O imperativo humanitário, nessa concepção, torna-se pedra angular para a reflexão e a ação política em prol desse projeto de sociedade.

Diante do acirramento das tensões geopolíticas atuais, pensar em outras formas de sociabilidade é imperioso, conquanto não se ignore a força estrutural da acumulação de riqueza e de poder como orientadora da ação internacional dos principais polos de poder mundial.

Embora não haja uma resposta conclusiva, essas questões são inevitáveis, inescapáveis e os espaços de reflexão crítica e livre são fundamentais para a existência humana.

Seria possível imaginar que, algum dia, nos fóruns multilaterais, essa mesma ultrassociabilidade poderia produzir um humanismo social realmente universal?

As ideias dos economistas e dos filósofos políticos, tanto quando estão corretas como quando estão erradas, são mais poderosas do que é comumente entendido. Com efeito, o mundo é governado por pouco mais do que isso. Os homens práticos, que acreditam estar isentos de quaisquer influências intelectuais, em geral são escravos de algum economista defunto. Os malucos no poder, que ouvem vozes no ar, destilam seus desvarios de algum escriba acadêmico de alguns anos atrás. Tenho certeza de que o poder dos interesses particulares é imensamente exagerado em comparação com o enraizamento gradual das ideias. (KEYNES, 1973)

Todos os gastos com ajuda internacional para o desenvolvimento, segundo dados da OCDE, avolumam a expressiva soma de US\$ 130 bilhões; entretanto, as contrapartidas e as condicionalidades da “ajuda”, que impõe o receituário de desregulamentação financeira, trabalhista e ambiental fazem com que os países ajudados enviem remessas na grandeza de US\$ 2 trilhões para os países contribuintes da ajuda internacional para o desenvolvimento. Com a narrativa legitimadora de ajuda internacional, quem está desenvolvendo quem? (THE RULES, 2013)

A tragédia dos heróis humanitários reside no fato de que sua luta para promover os direitos humanos em Estados conflagrados acaba por mascarar a violência estrutural do capitalismo, em grande medida, germe do brutal conflito distributivo interno.

Certamente, o esforço principal é a luta anticapitalista, mas isso não invalida o empenho do ativismo humanitário. Os setores progressistas da sociedade ainda não encontraram a solução para esse dilema... e talvez não haja resposta mesmo.

David Harvey (2017), em entrevista, foi perguntado:

REVISTA CONTEXTO: Certa vez, você disse que se a energia empregada hoje em dia na ajuda humanitária fosse dedicada ao desenvolvimento de modelos para superar o capitalismo, estaríamos muito melhor como sociedade. Partindo dessa base, como responderia à pergunta: ‘O que fazer’?

DAVID HARVEY: A revolução é um processo, não é um acontecimento. E é um processo que demora muito a seguir adiante e precisa avançar em diferentes frentes. Supõe transformações em conceitos mentais sobre o mundo, as relações sociais, as tecnologias e também em estilos de vida. Cada um de nós tem uma posição em nossa sociedade, onde pode contribuir em alguma destas frentes. Eu sou acadêmico e posso tentar influenciar os conceitos mentais do mundo, mas sei que não é a única coisa que é necessária fazer. Sendo assim, todos temos que empregar nossas habilidades para conseguir um processo revolucionário que nos distancie dessa loucura do capitalismo contemporâneo, para criar uma sociedade sensata, na qual cada um de nós tenha uma vida decente, condições de vida decentes e conceitos razoáveis sobre um futuro decente.

Embora a tese tenha utilizado a análise do herói trágico como meio de construir uma linha argumentativa que desse coerência à narrativa da genealogia humanitária, talvez a figura literária mais adequada fosse a do herói do absurdo. O mito de Sísifo revela o absurdo de se manter empenhado por muito tempo em uma tarefa repetitiva e fadada ao fracasso. Assim são os heróis humanitários empenhados em rolar a pedra da paz para cima do monte, mas assistindo ao seu esforço descer ladeira abaixo recorrentemente, sem completar a promessa (absurda) de levar a pedra da paz ao cume.

Todavia, a tese sustenta uma visão otimista de que, a cada queda da pedra da paz e dos valores humanitários, a nova jornada heroica se inicia em um patamar superior. Ainda que jamais seja possível chegar ao cume, as contribuições dos heróis trágicos e absurdos legam um novo patamar de reinício da dialética civilizatória.

O herói trágico pode ser pessoalmente derrotado ao final, mas suas ideias persistem. Os heróis trágicos podem sucumbir na sua luta, mas simbolicamente são bem sucedidos. E a luta humanitária continua, com suas contradições, firme nos corações e mentes dos heróis trágicos de cada geração.

Apesar de todas as ambivalências, heróis trágicos crentes no humanitarismo continuam a surgir em toda parte. Isso significa que a esperança de que se pode contribuir de algum modo para um mundo mais humano continua a germinar.

Para garantir terreno para que a semente prospere seria necessário defender que o ideal iluminista de busca por valores universais não seja descartado; que a luta pelo humanitarismo não seja abandonada e que o esforço internacional de concertação multilateral não seja desprezado.

Afinal, a “fé na razão” continua sendo uma das maiores esperanças para se superar a condição etológica de longuíssima duração que constrange a humanidade. Sim, acreditar na razão humanitária é um ato de fé.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. A teoria dos refúgios: origem e significados. *Revista do Instituto Florestal*, 1992, v. 4, n. 1, pp. 29-34.
- ACHARYA, Amitav. Human security: east versus west. *International Journal*, 2001, v. 56, n. 3. p. 442-460.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- ALBERONI, Francesco; VECA, Salvatore. *O altruísmo e a moral*. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cias das Letras, 2008.
- ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Brasília: UnB, 2002.
- APPEL, Tiago Nasser. Dos caçadores-coletores aos grandes impérios: interpretando o aumento da complexidade social à luz da teoria da evolução. 2017, 187 f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) — Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.
- APPEL, Tiago Nasser. Evolução e moralidade. In FIORI, José Luís. *Sobre a guerra*. Petrópolis: Vozes, 2018. pp. 47-71.
- ARMSTRONG, Karen. *A grande transformação: o mundo na época de Buda, Sócrates, Confúcio e Jeremias*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: UnB, 2003.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- ÁVILA, Rafael; RANGEL, Leandro de Alencar. *A guerra e o direito internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- BARNETT, Michael; WEISS, Thomas G. *Humanitarianism in question: politics, power, ethics*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.
- BARNETT, Michael. *Empire of humanity: a history of humanitarianism*. Ithaca: Cornell University Press, 2011.
- BARNETT, Michael. *The international humanitarian order*. Abingdon: Routledge, 2010.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, 1964.

- BARREIROS, Daniel de Pinho. Guerra, ética e etologia. In FIORI, José Luís. *Sobre a guerra*. Petrópolis: Vozes, 2018. pp. 23-46
- BARROSO, Luís Roberto. A tragédia de Júlio César: poder, ideal e traição. *Anamorphis: revista internacional de direito e literatura*, 2017, v. 3, n. 2, pp. 387-409.
- BELLAMY, Alex J. Humanitarian intervention. In COLLINS, Alan. *Contemporary security studies*. Oxford: OUP, 2010. pp. 359-377.
- BELLAMY, Alex. *Just Wars: from Cicero to Iraq*. Londres: Polity Press, 2006.
- BILGIN, Pinar; MORTON, Adam David. From 'rogue' to 'failed' states: the fallacy of short-termism. *Politics*, 2004, v. 24, n. 3, pp. 169-180.
- BOBBIO, Norberto. *O problema da guerra e as vias da paz*. São Paulo: Unesp, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política : a filosofia política e as lições do clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier: 2000, pp. 159-215.
- BOOTH, Ken; DUNNE, Tim; COX, Michael (Org). *How might we live: global ethics in the new century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- BOOTH, Ken. *Critical security studies and world politics*. Londres: Lynne Rienner, 2005.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: Edusp, 2016.
- BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. Brasília: UnB, 2002.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *A evolução dos estudos de segurança internacional*. São Paulo: Unesp, 2012.
- BUZAN, Barry. Peace, Power, and Security: contending concepts in the study of International Relations. *Journal of Peace Research*, 1984, v. 21, n. 2, pp. 109-125.
- BUZAN, Barry. *People, states, and fear: an agenda for international security studies in the post-Cold War era*. Londres: Harveast Wheatsheaf, 1991.
- CALLAWAY, Ewen. Oldest Homo sapiens fossil claim rewrites our species' history. *Nature*, 2017. Disponível em <https://www.nature.com/news/oldest-homo-sapiens-fossil-claim-rewrites-our-species-history-1.22114>
- CALVETY, Myriam Dunn; MAUER, Victor. *The Routledge Handbook of Security Studies*, Abingdon: Routledge, 2010.
- CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Pensamento, 1989.

CARBONNIER, Gilles. *Humanitarian Economics: War, Disaster, and the Global Aid Market*. Nova York: Oxford University Press, 2015.

CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília: UNB, 1981.

CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice no País da Maravilhas; Alice através do espelho e o que Alice encontrou por lá*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

CASTELLS, Manuel. *Nunca é o fim da história*. Entrevista concedida ao portal Fronteiras do Pensamento, publicado em 7 de julho de 2014. Disponível em <https://youtu.be/k6igRPF0m7M>

CHESTERMAN, Simon. *Just war or just peace? humanitarian intervention and international law*. Oxford: OUP, 2001.

CHOMSKY, Noam. Uma nova geração define o limite: os verdadeiros critérios das potências ocidentais para suas intervenções militares. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHOULIARAKI, Lilie. *The ironic spectator: Solidarity in the age of post-humanitarianism*, Cambridge: Polity Press, 2013.

CHRISP, Peter. Civilizations develop. In: CHRISTIAN, David; MCKENNA, Andrew; SULLIVAN, Tracy. *Big History*. Nova York: DK Publishing, 2016.

CHRISTOPHER, Paul. *The ethics of war and peace*. Nova Jersey: Prentice Hall, 2004.

CLARK, Wesley. *A time to lead: for duty, honor, and country*. Nova York: Palgrave, 2007

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005.

COLI, Jorge. *O que é arte?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2017.

COLLINS, Alan. *Contemporary security studies*, Nova York: Oxford University Press, 2010.

CORVISIER, André. *A guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

COX, Robert. Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory. *Millenium*, 1981, v. 10, n. 2, pp. 126-155.

CRESPO, Eduardo; CARDOSO, Marcus. Teoria estatal da moeda no contexto internacional. *V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais*, 2015, Belo Horizonte, 25 p.

DARWIN, Charles. *A expressão das emoções nos homens e nos animais*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies: através da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela sobrevivência*. São Paulo: Martin Claret, 2014.

DARWIN, Charles. *The descent of man, and selection in relation to sex*. New Jersey: Princeton University Press, 1981.

- DARWIN, John. *Ascensão e queda dos impérios globais: 1400-2000*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- DAWKINS, Richard. *O gene egoísta*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- DUFFIELD, Mark. *Development, security, and unending war: governing the world of peoples*. Cambridge: Polity, 2007.
- DUFFIELD, Mark. *Global governance and the new wars: the merging of development and security*. Leeds: Zed Books, 2001.
- DUFFIELD, Mark. The liberal way of development and the development-security impasse: exploring the global life-chance divide. *Security Dialogue*, 2010, v. 41, n. 1. pp. 53-76.
- DUNNINGHAM, William; ANDRADE, Antonio. O tamanho e o custo do cérebro humano. *Revista brasileira de neurologia e psiquiatria*, 2015, v. 19, n. 2.
- DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. *Novos Estudos*, v. 1, n. 177, São Paulo, 2007. pp. 73-89.
- DW. DEUTSCHE WELLE. 44 aC: assassinato de Júlio César. *DW Brasil*. São Paulo, 15 de março de 2018. Disponível em <https://p.dw.com/p/3HO8>
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização* (v. 2). Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes* (v. 1). Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FASSIN, Didier. *Humanitarian reason: a moral history of the present*. California: University of California Press, 2012.
- FERGUSON, Niall. *A guerra do mundo: a era de ódio na história*. São Paulo: Planeta, 2015.
- FERRARI, Andrés. Guerra e liberdade em Mill, Kant e Hegel. In FIORI, José Luís. *Sobre a guerra*. Petrópolis: Vozes, 2018. pp. 152-179.
- FIORI, José Luis. As ondas do poder e os ciclos da moeda. In FIORI, José Luis. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014a. pp. 135-137
- FIORI, José Luís. Dialética da guerra e da paz. In FIORI, José Luís. *Sobre a guerra*. Petrópolis: Vozes, 2018a. pp. 75-102.
- FIORI, José Luís. Ética cultural e guerra infinita. In FIORI, José Luís. *Sobre a guerra*. Petrópolis: Vozes, 2018b. pp. 397-403.
- FIORI, José Luís. Formação, expansão e limites do Poder Global. In FIORI, José Luís (Org). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 1-54.

FIORI, José Luís. Guerra do Golfo: uma guerra ética. In FIORI, José Luís. *Sobre a guerra*. Petrópolis: Vozes, 2018c. pp. 13-20.

FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014b.

FIORI, José Luís. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FIORI, José Luís. Pacto de Guerra? *Jornal do Brasil*, 23 de setembro de 2001, a. CXI, n. 167, capa e p. 15.

FIORI, José Luís. Por uma economia política do tempo conjuntural. *Texto para Discussão, IEI-UFRJ*, 1984, n. 44. 67 p.

FIORI, Juliano Ernani Malengrau. Guerras humanitárias e ordem ética. In FIORI, José Luís. *Sobre a guerra*. Petrópolis: Vozes, 2018. pp. 231-256

FIORI, Juliano. A luta pela ordem ética, *El País*, 11 de maio de 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/opinion/1525982430\\_867603.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/opinion/1525982430_867603.html)

FLEMING, Colin M. New or old wars? Debating a Clausewitzian future. *Journal of Strategic Studies*, 2009, v. 32, n. 2, pp. 213-241.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FUKUYAMA, Francis. *A construção de Estados: governança e ordem mundial no século XXI*. Lisboa: Gradiva, 2004.

FUKUYAMA, Francis. The end of history? *The National Interest*, 1989, v. 1, n. 16, pp. 3-18.

FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*, volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GALTUNG, Johan. Three approaches to peace: peacekeeping, peacemaking, and peacebuilding. In GALTUNG, Johan (Org). *Essays in peace research*, v. 2. Copenhagen: Ejlers, 1976.

GALTUNG, Johan. Twenty-five years of peace research: ten challenges and some responses. *Journal of Peace Research*, 1985, v. 22, n. 2.

GILPIN, Robert. *War and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GRAEBER, David. *Dívida: os primeiros 5.000 anos*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

GROS, Frédéric. *Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra*. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

GROTIUS, Hugo. *O direito da guerra e da paz*. Brasília: UnB, 2001.

GRUSS, Laura Tobias; SCHMITT, Daniel. The evolution of the human pelvis: changing adaptations to bipedalism, obstetrics and thermoregulation. *Philosophical Transactions*, 2015, v. 370, 13 p.

HAMANN, Eduarda; MUGGAH, Robert. *A implementação da responsabilidade de proteger: novos rumos para a paz e a segurança internacional*, Brasília: Instituto Igarapé, 2013.

HAMMARSKÖLD, Dag. *Press Release SG/382: Address by Secretary-General Dag Hammarskjöld at University of California Convocation, Berkeley, California, May 13, 1954.*

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2016.

HARVEY, David. Entrevista a *Contexto y Acción*, em 26 de novembro de 2017. Disponível em <http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/harvey-as-cidades-e-a-alienacao-universal/>

HARVEY, Derek. Life emerges. In: CHRISTIAN, David; MCKENNA, Andrew; SULLIVAN, Tracy. *Big History*. Nova York: DK Publishing, 2016.

HASKELL, Thomas L. Capitalism and the origins of humanitarian sensibility. *The American Historical Review*, 1985a, v. 90, n. 2, pp. 339-361 (Part 1).

HASKELL, Thomas L. Capitalism and the origins of humanitarian sensibility. *The American Historical Review*, 1985b, v. 90, n. 3, pp. 547-566 (Part 2).

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HEHIR, Aidan. *Humanitarian intervention: an introduction*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013.

HELIODORA, Barbara. *Shakespeare: o que contam as peças*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

HEYWOOD, Andrew. *Global Politics*. Nova York: Palgrave, 2011.

HILL, Kim R.; WALKER, Robert S.; BOZICEVIC, Miran; et. al. Co-residence patterns in hunter-gatherer societies show unique human social structure. *Science*, 2011, v. 331, n. 6022, pp. 1286-1289.

HISAMOTO, Bruno Heilton Toledo. *A prática humanitária em situações de conflito no pós-Guerra Fria: os dilemas da politização e os desafios da neutralidade*. 2012, 226 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Ícone, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

HOLSTI, Kalev. *The State, war, and the state of war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. Capítulo 7, pp. 123-149.

HSC. HUMAN SECURITY CENTRE. *Human Security Report 2005: war and peace in the 21st century*. Oxford: OUP, 2006.

HSRP. HUMAN SECURITY REPORT PROJECT. *Human Security Report 2013: The Decline in Global Violence: Evidence, explanation, and contestation*. Vancouver: Human Security Press, 2014.

HUBBARD, Ben. Industry rises. In: CHRISTIAN, David; MCKENNA, Andrew; SULLIVAN, Tracy. *Big History*. Nova York: DK Publishing, 2016.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

ICISS. INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY. *The Responsibility to Protect: Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*, Ottawa: International Development Research Centre, 2001.

IICK. INDEPENDENT INTERNATIONAL COMMISSION ON KOSOVO. *The Kosovo Report: conflict, international response, lessons learned*. Oxford: OUP, 2000.

IKENBERRY, John. Institutions, strategic restraint, and the persistence of American postwar order. *International Security*, 1999, v. 23, n. 3, pp. 43-78.

JASPERS, Karl. *Os mestres da humanidade: Sócrates, Buda, Confúcio, Jesus*. Lisboa: Edições 70, 2018.

KALDOR Mary. *New and old wars: organized violence in a global era*. Londres: Polity Press, 1999.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua*. São Paulo: Martins Claret, 2005.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2007.

KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KAPOOR, Ilan. *Celebrity humanitarianism: The ideology of global charity*, Oxfordshire: Routledge, 2012.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KEELEY, Lawrence H. *A guerra antes da civilização: o mito do bom selvagem*. São Paulo: Realizações, 2011.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert O; MARTIN, Lisa L. The promise of institutionalist theory. *International Security*, 1995, v. 20, n. 1, pp. 39-51.

KEYNES, John Maynard. *As consequências econômicas da paz*. Brasília: UnB, 2002.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1973.

KEYNES, John Maynard. *The Collected Writings of John Maynard Keynes: A tract on monetary reform (volume 4)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

KRASNER, Stephen. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. In KRASNER (Org). *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LOPEZ, Saioa; VAN DORP, Lucy; HELLENTHAL, Garrett. Human dispersal out of Africa: a lasting debate. *Evolutionary bioinformatics*, 2015, v. 11, n. 2, pp. 57-68.

LOSURDO, Domenico. *Um mundo sem guerras: a ideia de paz das promessas do passado às tragédias do presente*. São Paulo: Unesp, 2018.

LUTTWAK, Edward Nicolae. Give war a chance. *Foreign Affairs*, 1999, v. 78, n. 4, 15 p.

MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MACGINTY, Roger (Org). *Routledge handbook of peacebuilding*. Nova York: Routledge, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ubu: 2018.

MANN, Michael. *The sources of social power: a history of power from the beginning to D.C 1760 (v. 1)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Zahar: 2014.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASHOUR, George; ALKIRE, Michael. Evolution of consciousness: phylogeny, ontogeny, and the emergence from general anesthesia. *Proceedings of National Academy of Sciences*, 2013, v. 110, n. 2, pp. 10.357-10.364.

MÁXIMO, Mário. Guerra e ética em Aristóteles. In FIORI, José Luís. *Sobre a guerra*. Petrópolis: Vozes, 2018. pp. 103-118.

MEARSHEIMER, John J. The false promise of international institutions. *International Security*, 1994, v. 19, n. 3, pp. 5-49.

MEARSHEIMER, John J. The realist reply. *International Security*, 1995, v. 20, n. 3, pp. 5-49.

MEARSHEIMER, John. *The tragedy of great power politics*. Nova York: W W Norton, 2001.

MEDEIROS, Carlos A.; SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. In Fiori, José Luís. (Org.) *Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. pp. 119-151.

MESSARI, Nizar. Construção de Estados: por que não funciona e como fazê-la funcionar? *Contexto Internacional*, 2004, v. 26, n. 2, pp. 287-316.

METRI, Maurício. O processo histórico de internacionalização da Libra Esterlina. *V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos da Defesa*, Fortaleza, 2011, 21 p.

METRI, Maurício. *Poder, moeda e riqueza na Europa Medieval: a preeminência naval, mercantil e monetária da sereníssima República de Veneza nos séculos XII e XV*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

MICHOD, Richard E. Evolution of individuality during the transition from unicellular to multicellular life. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 2007, v. 104, n. 1, pp. 8613-8618.

MITRANY, David. The Funcionalist Alternative. In WILLIAMS, P.; GOLDSTEIN, D. M.; SHAFRITZ, J. M. (eds.) *Classic readings of international relations*. New York: Hartcourt Brace College Publishers, 1994.

MONIZ, Amanda B. *From empire to humanity, the American Revolution and the origins of humanitarianism*, Nova York: Oxford University Press, 2016.

MORE, Thomas. *A utopia*. Brasília: UnB, 2002.

MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações*. Brasília: UnB, 2001.

MORRIS, Ian. *Guerra: o horror da guerra e seu legado para a humanidade*. São Paulo: LeYa, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Inclusão Social*, 2010, revista digital da UFMG, disponível em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>

MUNKLER, Herfried. *The New Wars*. Cambridge: Polity Press, 2005.

NEVES, Gilda Motta Santos. *Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz: perspectiva brasileira*. Brasília: FUNAG, 2010.

- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- NYE JR, Joseph. *Cooperação e conflito nas relações internacionais: Uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial*. São Paulo: Gente, 2009.
- ODI. OVERSEAS DEVELOPMENT INSTITUTE. *Aid and war: a response to Linda Polman's critique of humanitarianism*. Londres: ODI, 2010.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *O que é linguística?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Cia da Letras, 2009.
- PÁDUA, Marsílio de. *O defensor da paz*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PARIS, Roland; SISK, Timothy D. *The dilemmas of statebuilding: confronting the contradictions of postwar peace operation*. Nova York: Routledge, 2009. 351 p.
- PARIS, Roland. Human security: paradigm shift or hot air? *International Security*, 2001, v. 26, n. 2. p. 87-102.
- PECK, Raoul. *Eu não sou seu negro*. Estados Unidos: Wide House, 93 minutos, 2016.
- PETTY, William. *Essays on mankind and political arithmetic*. Washington: Franklin Classics, 2018.
- PINKER, Steven. *Os anjos bons da nossa natureza: por que a violência diminuiu*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.
- POLMAN, Linda. *The crisis caravan: what's wrong with humanitarian aid?* Nova York: Picador, 2010.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, 1949, v. 3, n. 3, pp. 47-111.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *La guerre et la paix: recherches sur le principe et la constitution du droit des gens*. Paris: Bibliolife, 2009, Tomo 1, Capítulo 8.
- PUGH, Michael; COOPER, Neil; TURNER, Mandy (Org). *Whose peace? Critical perspectives on the political economy of peacebuilding*. Nova York: Palgrave, 2011.
- PUGH; Michael; COOPER, Neil (Org). *War economies in a regional context: challenges of transformation*. Londres: Lynne Rienner, 2004.
- REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.
- RICHMOND, Oliver. *Failed statebuilding, intervention, the state, and the dynamics of peace formation*. Cornwall: Yale University Press, 2014.
- ROBERTS, John Morris. *History of the world*. Nova York: Oxford University Press, 1993.

SAGAN, Carl. *Os dragões do Éden: especulações sobre a evolução da inteligência humana*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SAINT-PIERRE, Abade de. *Projeto para tornar a paz perpétua na Europa*. Brasília: UnB, 2003.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. *Economia e Sociedade*, 2002, v. 11, n. 2, pp. 237-253.

SHAKESPEARE, William. *Júlio César*. São Paulo: Penguin, 2018.

SMITH, John Maynard; SZATHMARY, Eörs. *The major transitions in evolution*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

SPINELLI, Miguel. Sobre as diferenças entre *éthos* com épsilon e *éthos* com eta. *Trans/Form/Ação*, 2009, v. 32, n. 2, pp. 9-44.

STUART, Colin. Planets form. In: CHRISTIAN, David; MCKENNA, Andrew; SULLIVAN, Tracy. *Big History*. Nova York: DK Publishing, 2016.

TERRY, Fiona. Condemned to repeat? The paradox of humanitarian action, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2005, v. 71, pp. 163-175.

THE RULES. *Global Wealth Inequality*. Vídeo institucional divulgado em 3 de abril de 2013. Disponível em <https://youtu.be/uWSxzyMNpU>

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.

TILLY, Charles. Guerra y construcción del estado como crimen organizado. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, 2006, n. 5. 26 p.

TOYNBEE, Arnold. *Guerra e civilização*. Lisboa: Presença, 1963.

TOYNBEE, Arnold. *Um estudo da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

TURCHIN, Peter; CURRIE, Thomas E.; TURNER, Edward A. L.; GAVRILETS, Sergey. War, space, and the evolution of old world complex societies. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 2013, v. 110, n. 41, pp. 16.384-16.389

TURCHIN, Peter. *Ultrasociety: how 10,000 years of war made humans the greatest cooperators on Earth*. Nova York: Beresta, 2015. (eBook Kindle)

TURCHIN, Peter. *War and peace and war: the life cycles of imperial nations*. Nova York: Penguin, 2006.

TURCHIN, Peter. Warfare and the evolution of social complexity: a multilevel-selection approach. *Structure and Dynamics*, 2011, v. 4, n. 3, pp. 1-37.

UN. UNITED NATIONS. *2005 World summit outcome document*. A/60/1. Nova York: General Assembly, 2005. 38 p.

UN. UNITED NATIONS. *A New Horizon: A new partnership agenda, charting a new horizon for UN peacekeeping*. Nova York: Department of Peacekeeping Operations, 2009. 46 p.

UN. UNITED NATIONS. ANNAN, Kofi. *A more secure world: our shared responsibility*. Nova York: Department of Public Information, 2004. 141 p.

UN. UNITED NATIONS. ANNAN, Kofi. *Address of the Secretary-General to the UN General Assembly*. AG 9596. Nova York: Secretary General, 1999.

UN. UNITED NATIONS. ANNAN, Kofi. *In larger freedom: towards development, security and human rights for all*. A/59/2005. Nova York: General Assembly, 2005. 62 p.

UN. UNITED NATIONS. BOUTROS-GHALI, Boutros. *An agenda for peace: preventive diplomacy, peacemaking and peacekeeping*. A/47/277 e S/24111. Nova York: General Assembly, 1992. 9 p.

UN. UNITED NATIONS. BOUTROS-GHALI, Boutros. *Supplement to an agenda for peace*. A/50/60 e S/1995/1. Nova York: General Assembly, 1995. 25 p.

UN. UNITED NATIONS. *Brahimi Report: Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects*. A/55/305 e S/2000/809. Nova York: General Assembly, 2000. 74 p.

UN. UNITED NATIONS. *Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça*. São Francisco, 1945. 55 p.

UN. UNITED NATIONS. KI-MOON, Ban. *Implementing the responsibility to protect*. A/63/677. Nova York: General Assembly, 2009. 33 p.

UN. UNITED NATIONS. *Meeting new challenges: frequently asked questions*. Nova York: Department of Public Information, 2004. 18 p.

UN. UNITED NATIONS. *Relationship between disarmament and development*. A/60/50. Nova York: General Assembly, 2005. 8 p.

UN. UNITED NATIONS. *The Capstone Doctrine: United Nations peacekeeping operations principles and guidelines*. Nova York: Department of Peacekeeping Operations, 2008. 100 p.

UN. UNITED NATIONS. *The role of United Nations peacekeeping in disarmament, demobilization and reintegration*. S/2000/101. Nova York: Security Council, 2000. 23 p.

UNDESA-UNDP. United Nations Division for Inclusive Social Development Indigenous Peoples - United Nations Development Program. *Millenium development goals and indigenous peoples*. Nova York: UNDP, 2015.

UNDP. UNITED NATIONS DEVELOPLMENT PROGRAM. *Human Development Report 1994: new dimensions of human security*. Nova York: UN, 1995.

VIEIRA, Rosângela de Lima. O arquétipo do capitalismo: uma construção. *XII Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo*. Florianópolis: UFSC, 2018. Disponível em [http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o\\_arquetipo\\_do\\_capitalismo\\_%20uma\\_construcao.pdf](http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o_arquetipo_do_capitalismo_%20uma_construcao.pdf)

- VILLAMARÍN, Alberto J. G. *Citações da cultura universal*. Porto Alegre: AGE, 2002.
- WAAL, Frans de. *A era da empatia: lições da natureza para uma sociedade mais gentil*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- WAAL, Frans de. *Eu, primata*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos Sistemas Mundiais. In GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. *Teoria Social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999. pp. 447-470.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WALTZ, Kenneth. *O homem, o estado e a guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- WALZER, Michael. *Guerras justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WEISS, Thomas G. Researching humanitarian intervention: some lessons. *Journal of Peace Research*, 2001, v. 38, n. 4. pp. 419–428.
- WHITEN, Andrew; SCHICK, Kathy; TOTH, Nicholas. The evolution and cultural transmission of percussive technology: integrating evidence from palaeoanthropology and primatology. *Journal of human evolution*, 2009, v. 57, n. 4, pp. 420-435.
- WIESSNER, Polly. Embers of society: firelight talk among the Ju/'hoansi Bushmen. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 2014, v. 111, n. 39, pp. 14027-14035.
- WILLIAMS, Paul. *Security Studies: an introduction*, Abingdon: Routledge, 2008.
- WRAGG-SYKES, Rebecca. Humans evolve. In: CHRISTIAN, David; MCKENNA, Andrew; SULLIVAN, Tracy. *Big History*. Nova York: DK Publishing, 2016.
- WRANGHAM, Richard. *Pegando fogo: por que cozinhar nos tornou humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- WRIGHT, Quincy. *Um estudo da guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.
- ZIZEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.